



CREDECIMENTO E APOIO FINANCEIRO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

Revista USP / Superintendência de Comunicação Social
da Universidade de São Paulo. – N. 1 (mar./maio 1989) -
- São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, Superintendência
de Comunicação Social, 1989-

Trimestral.
Continuação de: Revista da Universidade de São Paulo
Descrição baseada em: N. 93 (2012)
ISSN 0103-9989

1. Ensaio acadêmico. I. Universidade de São Paulo.
Superintendência de Comunicação Social

CDD-080

dossiê pandemia: valores em crise

5 Editorial

9 Apresentação José Álvaro Moisés e Diego Moraes

13 Valores emancipatórios, personalidade e a pandemia de covid-19 Ednaldo Ribeiro, Julian Borba e Lucas Toshiaki Archangelo Okado

33 Valores morais e de autoexpressão: pós-materialismo em/na crise? Henrique Carlos de O. de Castro, Daniel Capistrano e Sofia Isabel Vizcarra Castillo

47 De que maneira a ideologia afeta a disposição a se vacinar contra o Sars-Cov-2? Lorena G. Barberia e Isabel Seelaender Costa Rosa

65 Confiança na mídia durante a pandemia de covid-19 no Brasil: adesão às mídias tradicionais e digital, aspectos socioeconômicos e a intersecção com a avaliação de governo Michele Goulart Massuchin e Emerson Urizzi Cervi

81 A confiança em um governo de crise e retrocesso Rachel Meneguello e Fabíola Brigante Del Porto

99 Brasil pós-pandemia. Reconstruindo o capital social e uma cultura política assertiva Marcello Baquero e Jennifer Morais

121 Sobre a fragilidade da democracia brasileira diante da crise do coronavírus Diego Moraes e José Álvaro Moisés

textos

141 Marx, as classes sociais e o enigma do capítulo 52 José Nun

153 Islamofobia de gênero e reflexos na saúde mental de mulheres muçulmanas Isabella Macedo e Francirosy Campos Barbosa

arte

164 A arte que resiste ao poder e à violência Leila Kiyomura

livros

181 Para aquém e além do texto: as aventuras da história de um libelo político Felipe Castilho de Lacerda

187 A União Soviética e suas contradições Deise Rosalio Silva

A **revistausp** é uma publicação trimestral da Superintendência de Comunicação Social (SCS) da USP. Os artigos encomendados pela revista têm prioridade na publicação. Artigos enviados espontaneamente poderão ser publicados caso sejam aprovados pelo Conselho Editorial. As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor VAHAN AGOPYAN

Vice-reitor ANTONIO CARLOS HERNANDES

SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Superintendente LUIZ ROBERTO SERRANO

revistausp

Editor JURANDIR RENOVATO

Editora de arte LEONOR TESHIMA SHIROMA

Revisão MARIA ANGELA DE CONTI ORTEGA

SILVIA SANTOS VIEIRA

Secretária MARIA CATARINA LIMA DUARTE

Colaborador MARCOS SANTOS (fotografia)

Conselho Editorial

ALBÉRICO BORGES FERREIRA DA SILVA

CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO

EDUARDO VICTORIO MORETTIN

LUIZ ROBERTO SERRANO (membro nato)

FERNANDO LUIS MEDINA MANTELATO

FLÁVIA CAMARGO TONI

FRANCO MARIA LAJOLÓ

JOSÉ ANTONIO MARIN-NETO

OSCAR JOSÉ PINTO ÉBOLI

Ctp, impressão e acabamento

Gráfica CS



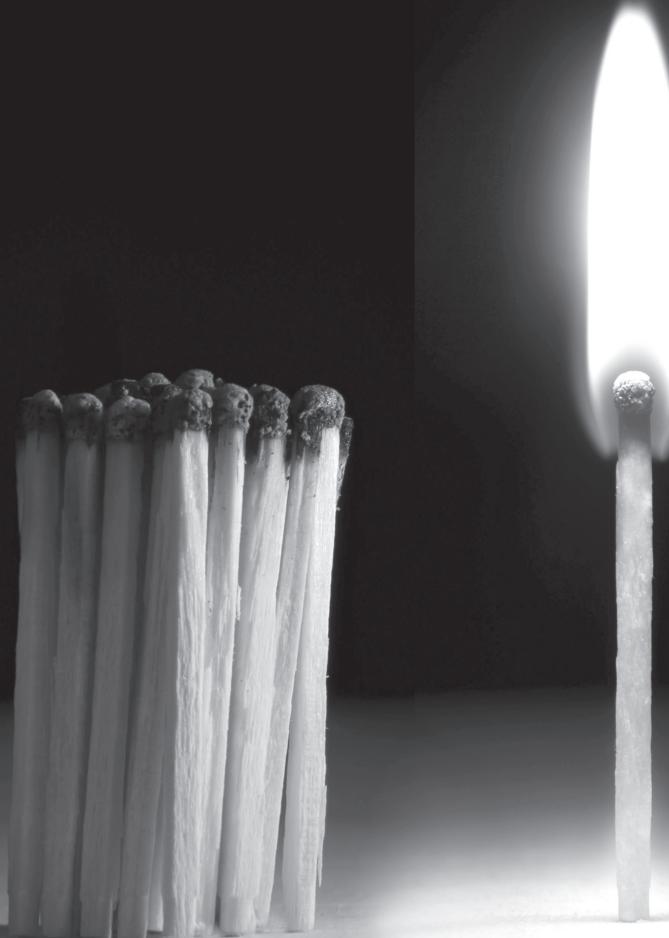
Rua da Praça do Relógio, 109 – Bloco L – 4º andar
CEP 05508-050 – Cidade Universitária – Butantã – São Paulo/SP
Telefax: (11) 3091-4403
www.usp.br/revistausp
e-mail: revisusp@usp.br

Numa passagem de *Cândido, ou O otimismo*, o personagem criado por Voltaire define o otimismo como a mania de sustentar que tudo está bem quando tudo está mal. É a sua maneira de refutar seu mestre Pangloss, para quem sempre vivemos no melhor dos mundos possíveis. Algum tempo antes, ambos haviam passado por uma experiência terrível, das mais perturbadoras que a humanidade presenciara até aquele momento, o terremoto de Lisboa, e isso fizera com que o discípulo (e até onde se sabe, também o autor do romance) mudasse sua visão de mundo.

Tal como o terremoto de Lisboa, no século XVIII, a pandemia do coronavírus trouxe de volta uma ideia antiga, apocalíptica, de fim do mundo. Tal como aquele evento catastrófico, também a atual epidemia de covid-19 gerou uma crise sem precedentes em todos os níveis: da saúde à economia, da política à educação, das artes às formas tradicionais de informação, da religião ao lazer, dos relacionamentos sociais à filosofia, incluindo neste último as questões éticas, quase sempre muito tênuas, que separam a verdade da mentira, por assim dizer, o joio do trigo. Mas será que as crises, sobretudo essas de proporções gigantescas (malgrado a insistência fanfarrona nas cloroquinas e “gripezinhas”, a lembrar o já citado Pangloss), têm mesmo esse poder de mudar os valores das pessoas, incluindo suas convicções, crenças, comportamentos? E se a resposta for sim, em que medida isso ocorre? É permanente ou transitório?

O presente dossier da **Revista USP** tenta responder a essas perguntas e muitas outras. Totalmente baseado no projeto “Valores em Crise”, da World Values Survey Association, foi organizado pelo professor José Álvaro Moisés e pelo pesquisador Diego Moraes, respectivamente, do Instituto de Estudos Avançados da USP e do Instituto Sivis, responsáveis pela aplicação da pesquisa no Brasil.

Jurandir Renovato



pandemia: valores em crise

Apresentação

Cultura política, valores morais e democracia no Brasil: impactos da pandemia do coronavírus

A

psicologia social considera que as pessoas comuns reagem intuitivamente sobre o que é certo e o que é errado, sobre o que é justo ou não. Não se trata de um traço fundado em profundas reflexões racionais, embora estas possam ocorrer na sequência. Mas os valores morais que emergem como reações imediatas em face de situações ou acontecimentos inesperados, e também diante do comportamento de outras pessoas, influenciam o modo como as pessoas comuns julgam tudo que faz parte da sua experiência, inclusive a vida política e o desempenho de seus representantes eleitos. Nesse sentido, valores morais e sociais são parte da cultura política que conecta os cidadãos com os regimes políticos sob os quais vivem.

Valores ajudam a moldar, portanto, os padrões predominantes de comportamento

humano, os quais, por sua vez, orientam os rumos do desenvolvimento de uma sociedade, a exemplo de sua experiência com o regime político; e informam, por assim dizer, a cultura política que sustenta os sistemas políticos. Por essas razões, valores sociais podem ser vistos como fatores que impactam o funcionamento da sociedade, em especial, quando esta é surpreendida por algo imprevisto ou inesperado. Foi assim que a gigantesca tragédia mundial representada pela crise do coronavírus foi vista pela World Values Survey Association, levando-a a formular o projeto “Valores em Crise” com o objetivo de estudar a permanência ou a mudança de valores morais em três momentos: (a) no começo da pandemia, (b) quando esta diminuiu a sua intensidade e (c) na sua fase de recuperação.

O ponto de partida foi a consideração de que a crise é um experimento natural que oferece uma oportunidade única de conhecimento sobre como os valores morais das pessoas se comportam em tempos incertos e inesperados.

Assumindo que não existe garantia de que valores observados em tempos normais são estáveis durante crises como a do coronavírus, a pesquisa – à qual o Instituto Sivis se associou para aplicá-la no Brasil, em parceria com o Instituto de Estudos Avançados da USP – indaga se e como a pandemia afeta os valores das pessoas; em outras palavras, se as pessoas mudam convicções e comportamentos sob o impacto da crise. Se sim, qual a natureza dessa mudança: ela afeta as perspectivas de vida, a solidariedade social ou as convicções políticas? Qual o tamanho das mudanças e em que direção elas se movem? São mudanças duradouras provocadas por alterações da crise, a exemplo de suas consequências econômicas e políticas? A crise deixa um impacto duradouro ou as pessoas tendem a voltar aos seus valores originais quando confrontadas com os rumos incertos da pandemia?

Não é difícil perceber que essas perguntas são extremamente relevantes para a sociedade em geral, mas, especialmente, para o mundo da política. Em quase todos os países do planeta a crise da pandemia recolocou o Estado no centro das iniciativas destinadas a enfrentar a expansão do vírus e as suas consequências letais. Governos e lideranças políticas foram chamados – e cobrados – a dar explicação de seu desempenho em face dos desdobramentos da tragédia provocada pela pandemia, e isso assumiu uma conotação política extremamente relevante em alguns países, a exemplo do caso brasileiro, com as reações de seus cidadãos diante do governo do presidente Jair Bolsonaro, cuja orientação em face da crise foi caracterizada desde o início como “negacio-

nista” e responsável, em grande medida, por omissões que provocaram a morte de mais de meio milhão de vítimas do vírus. Bolsonaro desacreditou do mesmo, ridicularizou as medidas propostas pela OMS e pelos especialistas brasileiros, omitiu-se quanto à compra de vacinas e, progressivamente, perdeu apoio dos eleitores que, majoritariamente, demonstraram o desejo de ser vacinados. O cenário ficou marcado pelo signo das omissões e pelas ações insuficientes do Estado brasileiro diante da tragédia, e impactou as percepções, os valores e a cultura cívica da população.

Esses acontecimentos ocorreram em um contexto em que a maioria dos cidadãos brasileiros tem se pronunciado favorável ao regime democrático, mas, paradoxalmente, é extremamente crítica em relação a instituições fundamentais como o Congresso Nacional e os partidos políticos. A desconfiança política da maioria de entrevistados de pesquisas de opinião afeta indiretamente a legitimidade do regime democrático como um todo e, em particular, a disposição de participação política dos cidadãos; são sinais de como a cultura política vigente influencia a dinâmica de funcionamento da democracia brasileira. Nas democracias, com efeito, se a legitimidade for colocada em risco, aumentam as chances de as mudanças políticas violarem o Estado democrático de direito, seja a partir de revolução, de golpe ou de ações de desconstrução institucional, a exemplo do que líderes populistas têm feito em países como a Hungria e a Venezuela. Por isso, não espanta que o fenômeno das crises políticas e institucionais seja tão significativo para explicar o sucesso ou o fracasso dos regimes democráticos.

Um dos maiores riscos para as democracias contemporâneas, portanto, consiste em que as políticas de qualquer natureza, como as econômicas, gerem crises – a exemplo do que ocorreu no Brasil a partir de 2014 – e redundem em perda de legitimidade. No caso brasileiro, a crise tem permanecido ao longo do tempo e tem caracterizado tanto a ação do governo quanto a resposta dos cidadãos com a experiência da crise sanitária. Por essa razão, o projeto “Valores em Crise” focou boa parte de seu esforço de pesquisa empírica nas reações dos cidadãos brasileiros, sob o impacto da pandemia, ao governo, às instituições democráticas e, especialmente, ao regime político. Em certo sentido, a indagação fundamental da pesquisa se refere a saber que elementos da cultura política sobressaem no contexto da crise da pandemia do coronavírus.

A fim de tentar responder a alguns destes questionamentos, o presente dossier explora os dados coletados nas duas primeiras ondas da pesquisa “Valores em Crise” no Brasil. Metodologicamente, a pesquisa se vale da abordagem de painéis longitudinais a fim de investigar as mesmas pessoas nas diferentes etapas da pandemia. A primeira onda da pesquisa, realizada via painel *on-line* entre maio e junho de 2020, coletou um total de 3.543 respostas a partir de uma amostragem de cotas que procurou representar a população brasileira de acordo com quatro variáveis sociodemográficas: sexo, escolaridade, faixa etária e região de moradia. Já a segunda onda, aplicada entre janeiro e fevereiro de 2021 (seis meses após a primeira aplicação), obteve respostas de 1.929 indivíduos que também haviam res-

pondido à primeira onda, de modo que a taxa de retenção de indivíduos no painel ficou em cerca de 55%, o que é bastante razoável dado o longo intervalo entre a aplicação das duas ondas. Passemos, então, para uma breve apresentação de cada um dos textos que compõem o dossier.

O texto que abre o dossier, intitulado “Valores emancipatórios, personalidade e a pandemia de covid-19”, explora a interessante relação entre aspectos de personalidade e adesão a valores que primam pela liberdade e autodeterminação dos indivíduos. Na sequência, o artigo com o título “Valores morais e de autoexpressão: pós-materialismo em/na crise?” examina possíveis mudanças de proporção de valores materiais e pós-materiais entre os brasileiros no transcorrer da crise. O texto seguinte, “De que maneira a ideologia afeta a disposição em se vacinar contra o Sars-Cov-2?”, enfoca a relação entre ideologia política e vacinação no país, explorando como as atitudes e comportamento políticos podem estar afetando as estratégias de vacinação, tão vitais para a superação desta crise. Em seguida, o artigo “Confiança na mídia durante a pandemia de covid-19 no Brasil” endereça a temática premente sobre o papel das mídias tradicionais e sociais na crise do coronavírus, tanto da perspectiva da confiança diversa que os indivíduos depositam nestas mídias quanto da relação entre elas e a avaliação do desempenho de governo e instituições. O próximo artigo, com o título “A confiança em um governo de crise e retrocesso”, se debruça especificamente sobre os determinantes da (des) confiança no atual governo frente à pandemia e suas possíveis consequências para

a superação da crise. O texto seguinte, intitulado “Brasil pós-pandemia. Reconstituindo o capital social e uma cultura política assertiva”, procura, por sua vez, examinar o impacto da pandemia na construção de capital social e na cultura política que deverá emergir no pós-pandemia. Por fim, seguindo nesta mesma linha, o artigo “Sobre a fragilidade da democracia brasileira diante da crise do coronavírus” fecha o dossiê discutindo, da perspectiva

da cultura política, em que medida a legitimidade democrática no Brasil tem sido afetada pelas experiências econômicas e sanitárias com a crise pandêmica e o que esperar da qualidade da democracia brasileira no futuro próximo.

José Álvaro Moisés

Diego Moraes



Valores emancipatórios, personalidade e a pandemia de covid-19

Ednaldo Ribeiro

Julian Borba

Lucas Toshiaki Archangelo Okado



resumo

O artigo analisa os impactos da pandemia de covid-19 sobre as prioridades valorativas individuais e societais dos brasileiros. Analisamos também, com base na *Big Five Theory*, como as diferenças individuais em termos de personalidade desempenham papel importante na forma como as pessoas lidam com mudanças. Os resultados indicam que a situação de pandemia não provocou alterações substanciais nos valores emancipatórios dos brasileiros. Além disso, verifica-se que o apoio a tais valores é determinado sobretudo pela posse de recursos como escolarização e renda, mas também é impactado por aspectos relacionados aos traços de personalidade.

Palavras-chave: valores sociais; valores políticos; personalidade; covid-19.

abstract

The paper analyzes the impact of the covid-19 pandemic on the individual and societal value priorities of Brazilians. We also analyze, based on the Big Five Theory, how individual differences in terms of personality play an important role in how people deal with change. The results indicate that the pandemic situation did not cause substantial changes in the emancipatory values of Brazilians. Furthermore, it appears that support for such values is mainly determined by the individual resources such as education and income, but it is also impacted by aspects related to personality traits.

Keywords: social values; political values; personality; covid-19.

P

ara além da tragédia dos milhões de vidas perdidas na pandemia de covid-19, esse evento global tem provocado alterações profundas na forma como cidadãos de diferentes países e culturas vivem suas vidas nesses dois últimos anos. As estratégias de contenção da contaminação geram isolamento social, crise econômica e grande incerteza para todos os atores sociais (Bavel et al., 2020), com graves consequências já documentadas sobre indicadores de saúde mental (Giallonardo et al., 2020). Começam a ser estimados também os seus efeitos sobre comportamentos (Baccini, Brodeur & Weymouth, 2021; Landman & Splendore, 2020) e atitudes políticas (Gadarian, Goodman & Pepinsky, 2021; Grossman et al., 2020).

Pretendemos contribuir para essa agenda investigando os impactos da pandemia no contexto brasileiro, que se destaca negativamente pelo descontrole da doença, sobre

o que se convencionou chamar, desde a inauguração da agenda de pesquisas sobre mudança de valores por R. Inglehart na década de 1970, de prioridades valorativas individuais e societais (Inglehart, 1971). Com um volume de evidências empíricas considerável, ao longo desses anos a tese de uma mudança consistente nas prioridades valorativas tem sido corroborada, com impactos já confirmados sobre um amplo leque de fenômenos políticos, como a igualdade entre gêneros, reconhecimento de direitos de minorias e a própria consolidação de regimes democráticos (Inglehart & Welzel, 2005; Inglehart & Norris, 2011).

EDNALDO RIBEIRO é professor associado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

JULIAN BORBA é professor associado do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

LUCAS TOSHIAKI ARCHANGELO OKADO é professor no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Os recentes estudos sobre valores emancipatórios de C. Welzel renovaram essa agenda combinando valorização da liberdade individual e solidariedade em relação às liberdades dos outros (Welzel, 2013). A prevalência desses valores está ligada, como no modelo de Inglehart, às condições materiais de existência. O empoderamento existencial possibilita a efetivação da escolha e, consequentemente, conduz à sua valorização da liberdade (empoderamento psicológico). Isso pressiona as instituições por mais garantias para o exercício da autonomia.

Na tese de Inglehart e também na versão de Welzel, a incorporação de novos valores ocorre por meio de mudanças geracionais, caracterizando-se como um processo de longa duração. Entretanto, efeitos de curta duração produzidos por eventos conjunturais são possíveis quando os indivíduos vivenciam situações traumáticas, como a pandemia que agora vivenciamos.

O primeiro objetivo do artigo é testar essa hipótese dos efeitos de eventos coletivos traumáticos sobre os valores emancipatórios no contexto brasileiro usando os dados das duas ondas iniciais do painel “Valores em Crise”, uma parceria entre a World Values Survey Association e o Instituto Sivis. Procuramos verificar se as alterações sociais e econômicas provocadas em curto período pela pandemia de covid-19 impactaram de alguma forma os valores emancipatórios entre os brasileiros.

Como teorias psicológicas sobre adaptações em tempos de crises têm indicado que diferenças individuais, como traços de personalidade, desempenham papel importante na forma como as pessoas lidam com mudanças (Bliese, Adler & Flynn, 2017; Morgeson, Mitchell & Liu, 2015), nosso

segundo objetivo é testar hipóteses de efeitos distintos provocados pela experiência pandêmica nos valores sociais e políticos de pessoas com diferentes composições de personalidade. Utilizando a perspectiva *Big Five* (McCrae & Costa, 2012), nos interessa identificar, portanto, o quanto traços de personalidade modulam os efeitos desse evento sobre os valores emancipatórios.

Os resultados indicam que a situação de pandemia não provocou alterações substanciais nos valores emancipatórios dos brasileiros. Além disso, verifica-se que o apoio a tais valores é determinado sobretudo pela posse de recursos como escolarização e renda, mas também é impactado por aspectos relacionados aos traços de personalidade. Mesmo diante da estabilidade dos valores, traços como a Abertura à Experiência e Estabilidade Emocional se mostraram moderadores importantes entre as duas ondas do painel.

VALORES EMANCIPATÓRIOS E PANDEMIA

A agenda de pesquisa sobre mudança de valores começa a partir da constatação de Ronald Inglehart sobre uma revolução silenciosa ocorrida principalmente em sociedades industriais avançadas após a Segunda Guerra Mundial (Inglehart, 1977). A partir de dados colhidos majoritariamente na Europa, esse pesquisador observou uma alteração nas prioridades valorativas dos indivíduos desses países, passando de materialistas, com ênfase na segurança física e sobrevivência imediata, para um conjunto de crenças e atitudes denominado, na época, pós-burguês, que coloca como prioridades a liberdade e a autonomia.

Esses dados confirmavam duas hipóteses que, combinadas, explicam a dinâmica intergeracional da mudança nas prioridades valorativas (Inglehart & Welzel, 2005). A hipótese da escassez, inspirada pela teoria da hierarquia das prioridades de Maslow (1954), afirma que as pessoas organizam as suas ações a partir de uma estrutura hierárquica de necessidades que se inicia com questões fisiológicas, como comida e água, passa por aspectos de segurança, segue para necessidades de pertencimento, estima e, por fim, a autorrealização. A hipótese da socialização, por sua vez, afirma que as crenças e atitudes adquiridas pelos indivíduos durante as duas primeiras décadas de vida se cristalizam e se manifestam de forma residual ao longo do tempo (Sears, 1975). Mesmo que ocorram mudanças significativas no seu padrão de vida, os valores incorporados durante a sua socialização primária irão se orientar para uma postura materialista, que prioriza a segurança física. À medida que este ambiente de socialização passa da escassez para a abundância material e há a percepção disseminada do sentimento de segurança física, as prioridades valorativas se deslocam em direção à liberdade, autoexpressão e autonomia. Como esse processo ocorre durante o período de socialização, tais mudanças ocorrem por meio de mudanças geracionais (Inglehart, 1990).

Ao revisitá-la teoria da modernização (Lipset, 1959; Przeworski & Limongi, 1997; Inglehart & Welzel, 2005), os autores incorporaram as teses da mudança de valores e propõem que, se a modernidade trouxe consigo os valores seculares-racionais, promovendo a secularização da autoridade, a pós-industrialização teria gerado

o abandono de valores de sobrevivência e a adoção de valores de autoexpressão, orientados para a autonomia e liberdade, favorecendo a emancipação humana (Inglehart & Welzel, 2005, p. 25). Os valores e crenças promovidos pelo avanço da pós-industrialização são denominados por Inglehart e Welzel (2005) como autoexpressão e a sua disseminação levaria então ao aumento de demandas por democratização, autonomia, liberdade e responsividade.

A partir deste *framework* teórico, os autores estabelecem uma relação causal entre o desenvolvimento econômico, mudança nas prioridades valorativas e democratização. Usando dados do World Values Survey, Inglehart e Welzel encontram evidências que corroboram os principais pontos desta tese. Ao controlar o desenvolvimento econômico, espraiamento de valores de autoexpressão e a qualidade da democracia, observaram que a dimensão cultural do desenvolvimento humano media a relação entre economia e democracia.

Welzel (2013) procura avançar ao propor uma reformulação dessa teoria, tendo como preocupação principal a relação entre valores e os processos de democratização. Sua proposta traz contribuições em dois caminhos distintos. O primeiro repensa as causas da mudança valorativa e abandona as hipóteses da escassez e da socialização como motor desse processo, incorporando principalmente os conceitos de funcionamentos e capacidades de Amartya Sen (1999). Para este economista, funcionamentos são o ser e o agir derivados da escolha e as capacidades dizem respeito às condições objetivas para a sua concretização.

Quando realiza um funcionamento, o indivíduo gera bem-estar subjetivo (Sen, 1999).

Na medida em que estas ações ou estados se acumulam, a escolha passa a ganhar utilidade e a ser valorizada. Dessa forma, à medida que o valor utilitário da escolha aumenta, há o incremento nas demandas por institucionalização da liberdade, principalmente através das garantias e liberdades asseguradas em lei (Welzel, 2013). Isto é o que Welzel denomina ciclo do empoderamento humano. A abundância de recursos leva à realização de funcionamentos, o que gera bem-estar subjetivo. Como produto desse processo, o indivíduo valoriza cada vez mais a sua capacidade de escolha, demandando das instituições e governos garantias, na forma da lei, que assegurem a sua liberdade.

No entanto, isso não gera um processo determinístico que leva inexoravelmente à democracia, pelo contrário. Se não há a abundância de recursos necessários para a realização de funcionamentos, a liberdade não adquire valor utilitário e, consequentemente, não há demandas pela sua institucionalização, levando à estagnação ou à reversão de direitos e garantias de liberdades individuais.

O empoderamento psicológico – a valorização da escolha – é mensurado pelo Índice de Valores Emancipatórios (IVE), que corresponde à contribuição empírica de Welzel. Seu construto é formado por quatro subíndices que medem *a tolerância, a voz, a igualdade e a escolha*¹.

As proposições de Welzel trazem uma mudança significativa para a agenda de estudos sobre esse tema, principalmente em razão

do abandono das hipóteses da escassez e da socialização. É importante lembrar que essa última hipótese sustenta que os valores e atitudes são assimilados nas primeiras décadas de vida e que, findado este período, o conjunto de crenças se consolida e se manifesta de forma residual no decorrer da vida (Sears, 1975), o que corresponde à hipótese dos anos impressionáveis (Alwin & Krosnick, 1991; Denemark, Mattes & Niemi, 2016) e sugere um modelo fechado de socialização política.

Modelos abertos de socialização têm sido propostos mais recentemente (Stoker & Jennings, 1995) afirmando que valores e atitudes são influenciados por eventos que vão além da socialização primária. Para Kinder (2006), tais eventos são repositórios de socialização que apresentam novas normas e ideias. Estudo sobre tolerância racial conduzido por Glaser e Gilens (1997) aponta que fatores ambientais influenciam valores e atitudes de migrantes brancos norte-americanos. Em direção semelhante, Inglehart e Welzel (2005) salientam que os valores básicos que orientam o cotidiano das pessoas também são formados a partir das experiências individuais. Nesse sentido, apesar da consolidação dos valores adquiridos nas primeiras décadas de vida, eventos especialmente traumáticos podem exercer efeito relevante. Pesquisas recentes corroboram essa hipótese no que diz respeito ao realinhamento partidário nos Estados Unidos (Osborne, Sears & Valentino, 2011).

Pela dimensão traumática da pandemia de covid-19 no Brasil e seus efeitos sobre a saúde pública, regras de convívio social e a disponibilidade de recursos, severamente afetada pelo agravamento da crise econômica, é que julgamos pertinente investigar

1 Okado e Ribeiro (2017) apontam que o IVE tem um melhor desempenho, tanto na sua consistência interna quanto externa, no contexto da América Latina quando comparado com a medida de pós-materialismo de Inglehart.

seus efeitos de curto prazo sobre as prioridades valorativas individuais nos termos da hipótese abaixo:

H1: Entre as duas ondas do painel ocorre redução no IVE.

PERSONALIDADE E EFEITOS DA PANDEMIA

Teorias psicológicas sobre processos adaptativos têm apontado que diferenças individuais, como os traços de personalidade, exercem papel importante na direção e intensidade das mudanças de atitudes e comportamentos (Bliese, Adler & Flynn, 2017; Morgeson, Mitchell & Liu, 2015).

O Modelo Big Five (MBF) (McCrae & Costa, 2012) define personalidade como uma estrutura interna (ou psicológica) multifacetada e durável, fortemente influenciada por fatores biológicos e com potencial influência sobre os comportamentos individuais. A sua natureza multifacetada nos remete ao conceito de fatores de personalidade, que podem ser entendidos como as categorias básicas de diferenciação individual em funcionamento que, em razão da sua natureza observável, normalmente são expressos pelos observadores por meio de adjetivos (Winter, 2003).

Segundo o MBF, a descrição e a compreensão da estrutura da personalidade podem ser realizadas usando-se cinco grandes fatores: Abertura à Experiência, Conscienciosidade, Extroversão, Sociabilidade e Estabilidade Emocional. Essa perspectiva sintética é resultado de muitas décadas de esforços dedicados à identificação dos traços fundamentais que remontam ao trabalho pioneiro

de Allport e Odbert (1936), que compilou aproximadamente 18 mil termos utilizados para se referirem aos traços, passando pelo esforço de redução de dimensionalidade de Cattell (1947) e Tupes e Christal (1992).

A Abertura à Experiência é definida como uma multifacetada dimensão que inclui inteligência, percepção, sensibilidade estética e uma atração intrínseca para novas experiências (McCrae & Costa, 2012). Esse traço tem sido investigado de forma mais recorrente por pesquisadores preocupados com o mundo do trabalho, sendo associado principalmente a comportamentos criativos no exercício das atividades laborais, mas também à baixa lealdade para com as organizações (Moss et al., 2007) e à facilidade de adaptação a atividades produtivas internacionais (Huang, Chi & Lawler, 2005). Essa característica tem também sido associada a comportamentos de risco, como a combinação de álcool e direção, e também ao tabagismo (Booth-Kewley & Vickers, 1994).

A Conscienciosidade, por sua vez, envolveria adjetivos ligados à confiabilidade, tais como “organização”, “pontualidade” e “confiável” e alguns autores tendem a incluir também um conteúdo volitivo com termos como “trabalhador” e “perseverante” (Mondak, 2011). De forma prevável, pesquisas identificaram a associação desse traço com alto rendimento e produtividade no trabalho (Dudley et al., 2006). Horn, Nelson e Brannick (2004) encontraram forte ligação entre Conscienciosidade e comportamento honesto em diferentes situações simuladas. No campo da saúde existem evidências de que indivíduos com alta pontuação nesse componente tendem a adotar estilos de vida mais saudáveis (Friedman et al., 1993).

O fator Extroversão é o que possui a mais longa história na psicologia, estando presente já no instrumento de Cattell (1947). Os principais adjetivos utilizados para representar esse componente são “energético”, “arrojado”, “falante” e, é claro, “extrovertido” (Mondak, 2011). No ambiente de trabalho o traço tem sido associado a forte comprometimento organizacional e tendência à compulsão pelo trabalho (Burke, Matthiesen & Pallesen, 2006). O sucesso profissional em áreas ligadas a vendas e habilidades acadêmicas também tem sido associado a altas pontuações nesse fator (Pulford & Sohal, 2006). No contexto específico da pandemia de covid-19, pesquisas já indicam que alta extroversão está associada a maior estresse psicológico (Folk et al., 2020; Zacher & Rudolph, 2021), principalmente porque indivíduos extrovertidos têm nas medidas de distanciamento social e quarentena um obstáculo às suas necessidades de interação com outras pessoas em uma vida social ativa. O componente da sociabilidade desse traço extrovertido seria particularmente afetado pelo contexto pandêmico, com efeitos importantes sobre escalas de bem-estar subjetivo, quadros depressivos e ansiedade generalizada (Nikčević et al., 2021; Wijngaards, Sisouw de Zilwa & Burger, 2020).

A Sociabilidade, por sua vez, é o fator com menor tradição de pesquisa. Envolve basicamente uma disposição favorável ao estabelecimento de relações interpessoais positivas e os instrumentos utilizados para mensurá-lo normalmente se valem de termos como “caloroso”, “amável” e “simpático” (Mondak, 2011). No trabalho, indivíduos com pontuação alta nesse fator tendem a apresentar maior facilidade em atividades em grupo

e maior adaptabilidade a novas ocupações (Barrick & Mount, 1991), bem como maior estabilidade na carreira (Laursen, Pulkkinen & Adams, 2002).

A Estabilidade Emocional, por fim, tem sido associada nos atuais instrumentos de mensuração aos adjetivos “calmo”, “relaxado”, “estável” (Mondak, 2011). Diferentemente do que vimos nos outros fatores, este último não tem apresentado efeitos significativos em fenômenos ligados ao ambiente de trabalho, mas em compensação tem implicações médicas sérias, tais como propensão a altos níveis de estresse, tensão e depressão quando são verificadas baixas pontuações (Bolger & Schilling, 1991). Em trabalhos recentes, esse traço tem se mostrado um importante moderador dos efeitos negativos da pandemia sobre medidas de percepção de ameaça e ansiedade (Lee & Crunk, 2020; Pradhan, Chettri & Maheshwari, 2020). Pessoas mais estáveis emocionalmente também tendem a dedicar maior atenção às informações sobre a pandemia (Kroencke et al., 2020).

O conjunto dessas evidências de efeitos diretos e indiretos nos inspira a formular algumas hipóteses que partem do pressuposto de que os processos adaptativos, no campo das crenças e prioridades valorativas, ocorrem de maneira distinta em razão de diferenças individuais na estrutura da personalidade, portanto, os traços descritos anteriormente operam como moderadores dos efeitos da pandemia sobre os valores emancipatórios.

Seguindo a ordem de apresentação dos componentes, primeiramente propomos que a Abertura à Experiência opere como um redutor dos efeitos negativos da pandemia sobre o IVE, principalmente em razão da sua ligação com a criatividade e capacidade adaptativa (Huang, Chi & Lawler, 2005;

Mondak, 2011). Essa maior adaptabilidade pode fazer com que suas prioridades valorativas não sejam alteradas pelas novas condições de vida impostas pela emergência sanitária. Então,

H2: Elevações na Abertura à Experiência reduzem a diferença negativa no IVE entre as duas ondas do painel.

A ligação da Conscienciosidade com a obediência às regras estabelecidas (Horn, Nelson & Brannick, 2004; Mondak, 2011) nos leva a esperar um efeito potencializador na redução dos valores emancipatórios. A crise nos patamares de segurança física e material reduzidos no contexto pandêmico tende a reforçar entre os que preferem padrões mais rígidos de autoridade (os mais “conscienciosos”) a necessidade de ordenamento externo, o que é contrário aos valores emancipatórios. Sendo assim,

H3: Elevações na Conscienciosidade aumentam a diferença negativa no IVE entre as duas ondas do painel.

Apesar de estudos recentes indicarem que pessoas com pontuações elevadas em Extroversão apresentam maior tendência de desenvolvimento de estresse psicológico (Folk et al., 2020; Zacher & Rudolph, 2021) e quadros depressivos durante a atual emergência sanitária, principalmente em razão da sua necessidade de interação e vida social ativa, não vemos razão para esperar efeito significativo desse traço na contenção ou potencialização dos efeitos da pandemia sobre o IVE. Ainda que os mais extrovertidos tenham dificuldade de se adaptarem ao novo contexto de isola-

mento, não esperamos que isso se converta em mudança na intensidade de adesão aos valores emancipatórios. Dessa forma,

H4: Elevações na Extroversão não afetam a diferença negativa no IVE entre as duas ondas do painel.

A Sociabilidade apresenta características que sugerem tanto efeitos moderadores positivos como negativos, que podem se anular mutuamente. Se, por um lado, a literatura tem associado esse traço ao estabelecimento de relações interpessoais positivas (Mondak, 2011), prejudicadas no contexto da pandemia, por outro, estudos apontam sua ligação à maior adaptabilidade (Barrick & Mount, 1991), o que é uma característica importante em períodos de rápidas mudanças em várias esferas da vida privada e coletiva. Por essa razão, nossa hipótese para esse traço é semelhante à formulada anteriormente, ou seja,

H5: Elevações na Sociabilidade não afetam a diferença negativa no IVE entre as duas ondas do painel.

Por fim, como a Estabilidade Emocional foi apontada como um importante protetor contra o desenvolvimento de percepções de ameaça e quadros de ansiedade (Lee & Crunk, 2020; Pradhan, Chettri & Maheshwari, 2020), esperamos que também opere como fator de estabilização e permanência das prioridades valorativas no curso de crises de curta ou média duração, como no caso da emergência sanitária em curso. Desta forma,

H6: Elevações na Estabilidade Emocional reduzem a diferença negativa no IVE entre as duas ondas do painel.

DADOS E MÉTODOS

O material empírico utilizado nos testes que seguem é proveniente do projeto “Valores em Crise”, liderado pelo vice-presidente da World Values Survey Association (WVSA), Christian Welzel (Leuphana University Lüneburg). O objetivo inicial da pesquisa era estudar os valores morais em três momentos: durante a crise do coronavírus (primeira onda), logo após a crise cessar (segunda onda) e aproximadamente um ano após a crise (terceira onda). Obviamente essa expectativa teve que ser reconfigurada em razão da dinâmica da própria pandemia, mas permaneceu a estrutura inicial de um painel com três ondas de sondagens em dezenas de países convidados.

A inclusão do Brasil foi viabilizada pela parceria entre a WVSA e o Instituto Sivis, usando um questionário padronizado de cerca de 20 minutos de duração da entrevista. Até o momento duas etapas já foram concluídas, contando com a participação de 3.543 respondentes na primeira onda, ocorrida em maio de 2020, e 1.929 entrevistados na segunda onda, coletada em janeiro de 2021.

O questionário utilizado contempla uma série de perguntas sobre percepções sobre a crise sanitária, mas também itens sobre atitudes e valores morais, sociais e políticos. Algumas perguntas permitem a composição de uma versão do Índice de Valores Emancipatórios (IVE) que condensa três medidas secundárias que se referem às disposições dos entrevistados em relação a temas ligados à escolha individual, igualdade e voz (Welzel, 2013).

O subíndice relativo à escolha é composto de respostas a uma escala de justificativa da homossexualidade, aborto e

divórcio, tendo o seguinte enunciado: “Para cada uma das ações a seguir, por favor, indique se você acha que ela pode ser sempre justificável, nunca justificável ou algo entre estes dois extremos. As escalas utilizadas variam de 1 (nunca justificável) a 10 (sempre justificável), sendo por nós somadas e padronizadas para variar de 0 a 10”.

O subíndice da igualdade é composto do grau de concordância dos entrevistados a três afirmações: 1) em geral, os homens formam melhores líderes políticos do que as mulheres; 2) uma educação universitária é mais importante para um menino do que para uma menina; 3) quando os empregos estão escassos, os homens deveriam ter mais direito de conseguir um emprego do que as mulheres. As escalas originais, que variavam de 1 (concordo totalmente) a 4 (discordo totalmente), foram somadas e esse resultado, padronizado para variar também de 0 a 10.

O último subíndice, relativo à voz, depende de perguntas com estrutura mais complexa, pois pressupõe a hierarquização de metas sociais pelos entrevistados a partir de uma lista. O enunciado completo da pergunta é: “As pessoas às vezes falam sobre quais metas este país deveria ter para os próximos dez anos. Abaixo listamos algumas que receberiam prioridade máxima por diferentes pessoas. Por favor, indique qual a ordem de importância de cada uma delas, sendo 1 a mais importante e 4 a menos importante”. Os itens a serem hierarquizados são os que seguem: 1) manter a ordem na nação; 2) dar mais voz às pessoas na política; 3) combater a inflação; 4) proteger a liberdade de expressão. Os valores das prioridades atribuídas aos itens 2 e 4 foram invertidos e depois somados para formar o subíndice voz. Este procedimento gerou uma variável com ampli-

QUADRO 1

Itens para mensuração dos traços de personalidade

Traço	Item	Valênciā
Abertura à Experiência	Tem uma imaginação ativa. Tem poucos interesses artísticos.	+ -
Conscienciosidade	Faz um trabalho minucioso. Tende a ser preguiçoso(a).	+ -
Extroversão	É extrovertido(a) e sociável. É reservado(a).	+ -
Sociabilidade	É, geralmente, confiante. Tende a encontrar defeitos nos outros.	+ -
Estabilidade Emocional	É descontraído(a) e lida bem com o estresse. Fica nervoso(a) facilmente.	+ -

Fonte: Projeto “Valores em Crise” – Sivis/WVSA

tude de 2 a 8, que foi padronizada em uma medida com amplitude de 1 a 10.

Finalmente, essas três medidas foram somadas, sendo o resultado novamente padronizado para a escala de 0 a 10, compondo nossa variável dependente principal, o IVE².

O questionário também apresenta uma versão curta de dez itens (Quadro 1) para medir os traços de personalidade seguindo o MBF (McCrae & Costa, 2012), precedidos pelo seguinte enunciado: “Por favor, indique quão bem cada uma das sentenças a seguir descreve a sua personalidade”.

Para cada um dos itens os entrevistados foram convidados a se posicionarem em uma escala de 5 pontos, na qual 1 equivale a “discorda fortemente” e 5 corresponde a “concorda fortemente”. Os itens com valências negativas tiveram suas escalas invertidas e, posteriormente, foram somados ao

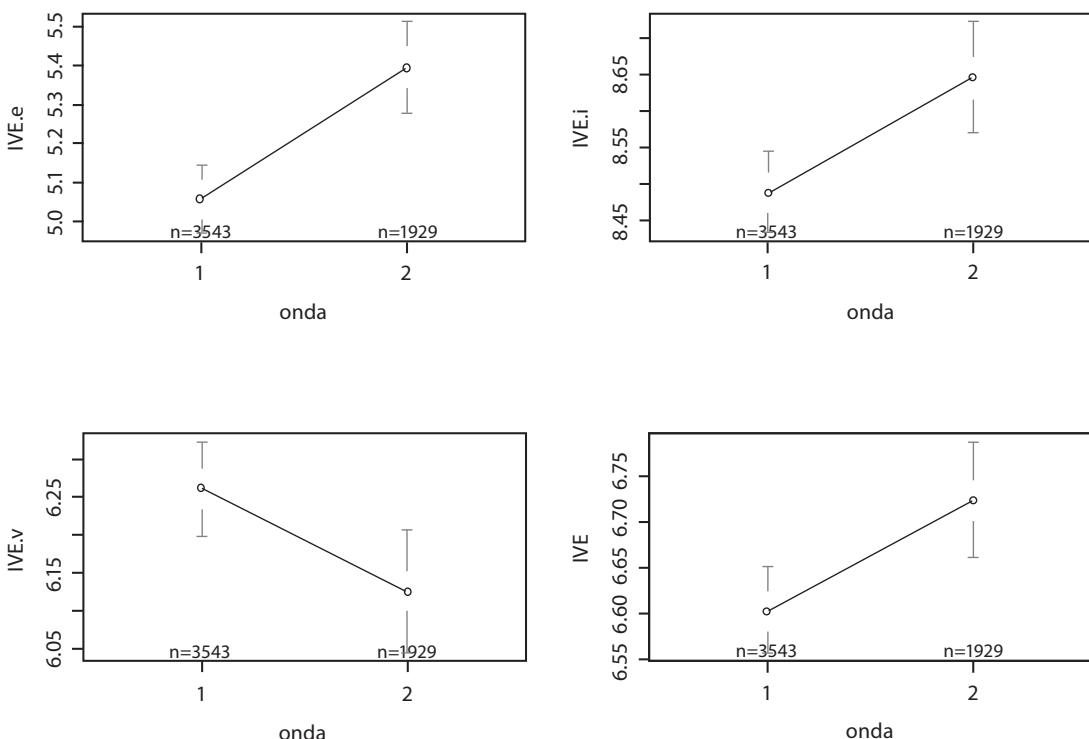
item positivo do mesmo traço. Finalmente, o resultado desse somatório foi padronizado para variar na escala de 0 a 10.

Combinamos técnicas descritivas e multivariadas para testar as hipóteses apresentadas nas seções anteriores. Inicialmente utilizamos gráficos de médias para verificar a existência de heterogeneidade no nível individual entre as duas ondas coletadas até agora pelo painel (Wooldridge, 2011). Na sequência empregamos modelos de regressão lineares OLS (Wooldridge, 2020) para estimar os efeitos dos traços de personalidade e também de controles apontados pela literatura como relevantes para a adesão aos valores emancipatórios (educação, renda e nível de associativismo) (Welzel, 2013) em cada uma das ondas. Por fim, propomos modelos de regressão de painel com efeitos fixos para dados de painéis (Hsiao, 2014) para estimar os impactos de avanços nas escalas dos traços sobre a mudança no IVE entre as duas ondas usando o pacote PLM para R (Croissant & Millo, 2008).

2 As rotinas para composição dos índices, variáveis e análises podem ser solicitadas aos autores.

GRÁFICO 1

Heterogeneidade do IVE e subíndices entre as ondas



Fonte: Projeto “Valores em Crise” - Sivis/WVSA

RESULTADOS E DISCUSSÃO

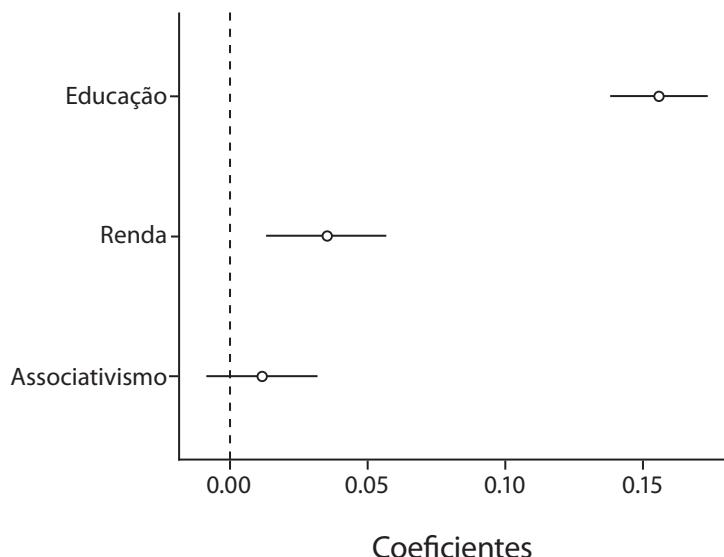
O Gráfico 1 indica estabilidade nos subíndices e também no IVE entre as duas ondas. Apenas no caso da medida de “escolha” (IVEe) a diferença ultrapassa os limites do intervalo de confiança de 95%, mas ainda assim a mudança é de apenas 0,33 ponto. Dessa forma, nossa primeira hipótese não é corroborada pelas informações coletadas até o presente momento. Uma das possíveis explicações para os resultados pode estar relacionada aos efeitos do Programa de Auxílio Emergencial (PAE) sobre a renda dos brasileiros. No

ano de 2020, o número de beneficiados por programas de transferências de renda do governo federal passou de 20,57 para 85,29 milhões de pessoas, equivalente a mais de 45% da população³. Desses beneficiados, mais de 65 milhões receberam o auxílio emergencial. O valor total investido em programas de assistência passou de pouco mais de 8 bilhões de reais para mais de 162 bilhões em 2020. Estudos indicam que os rendimentos das famílias

³ Ver: <https://www.poder360.com.br/economia/numero-de-beneficiarios-de-programas-do-governo-quadruplicou-em-2020/>.

GRÁFICO 2

Efeitos de renda, associativismo e educação sobre o IVE



Fonte: Projeto “Valores em Crise” – Sivis/WVSA (Modelo OLS)

mais vulneráveis aumentaram em mais de 20% no ano, se comparados aos seus rendimentos habituais⁴. Considerando tais dados, é possível apontar que, apesar de a pandemia ter ampliado o cenário de uma crise econômica preexistente, seus efeitos sobre a renda média dos brasileiros foram contrabalançados pela ampliação dos gastos públicos através do PAE.

O Gráfico 2 corrobora esse argumento ao confirmar a relevância da educação e da renda como preditores desses valores (Welzel, 2013b).

A visualização da evolução dessas duas variáveis entre as ondas indica também tendência de estabilidade, ainda que com ligeira

elevação, que em parte pode se dever à permanência na segunda onda de pessoas com maior escolaridade (média de 5,03 para 5,74) e renda (média de 3,57 para 4,09). Se há estabilidade entre esses dois fatores apontados como relevantes para a adesão aos valores emancipatórios, é compreensível a manutenção na média de IVE nesse curto espaço de tempo entre as duas ondas do *survey*.

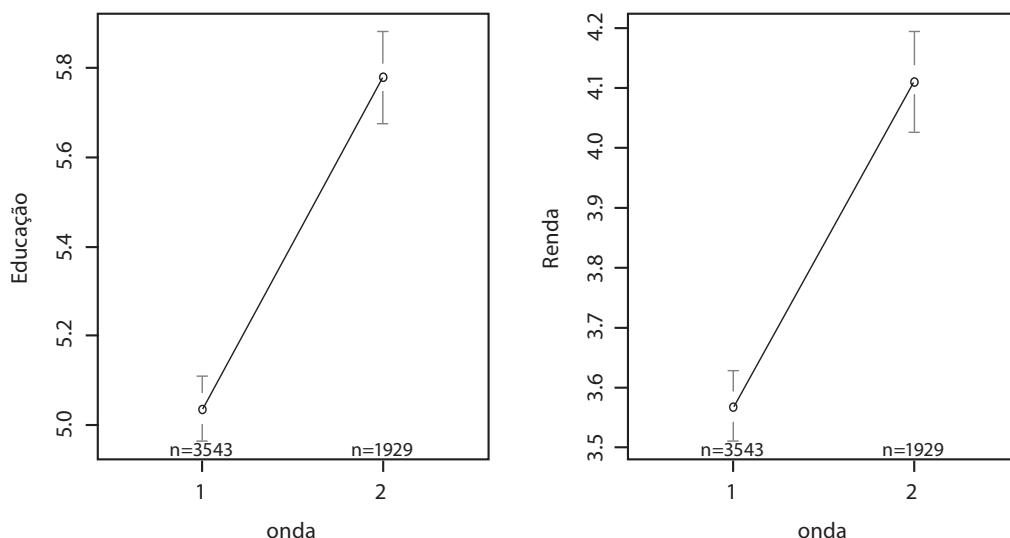
A ausência de mudanças significativas, todavia, não impede a continuidade dos testes envolvendo os traços de personalidade, já que essa tendência de estabilidade pode não se verificar de forma uniforme entre a população. Antes, porém, é importante apontar que, sem levar em consideração a distinção entre as ondas, a maioria dos traços afeta de forma significativa o IVE, com exceção da Extroversão.

Começando pela Abertura à Experiência, os dados indicam efeito positivo, confirmando

4 Ver: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/auxilio-emergencial-amplia-renda-media-entre-domicilios-mais-pobres-do-pais>.

GRÁFICO 3

Heterogeneidade da educação e renda entre as ondas



Fonte: Projeto “Valores em Crise” - Sivis/WVSA

que as características pessoais de adaptabilidade e convivência com o risco possuem afinidades eletivas com valores que estão relacionados a certo “progressismo social”.

Com relação à Conscienciosidade, os efeitos são negativos. Conforme mencionado anteriormente, este atributo de personalidade está ligado à obediência às regras e normas sociais (Horn, Nelson & Brannick, 2004; Mondak, 2011) que, numa sociedade marcada por forte herança de autoritarismo e desigualdade, como a brasileira, se manifestam em normas que valorizam a hierarquia social, a não aceitação das minorias e a valorização da autoridade estatal. Os componentes do IVE são claramente antagônicos a tais visões de mundo e normas sociais delas derivadas, fazendo com que aqueles com características de Conscienciosidade se oponham a tais valores.

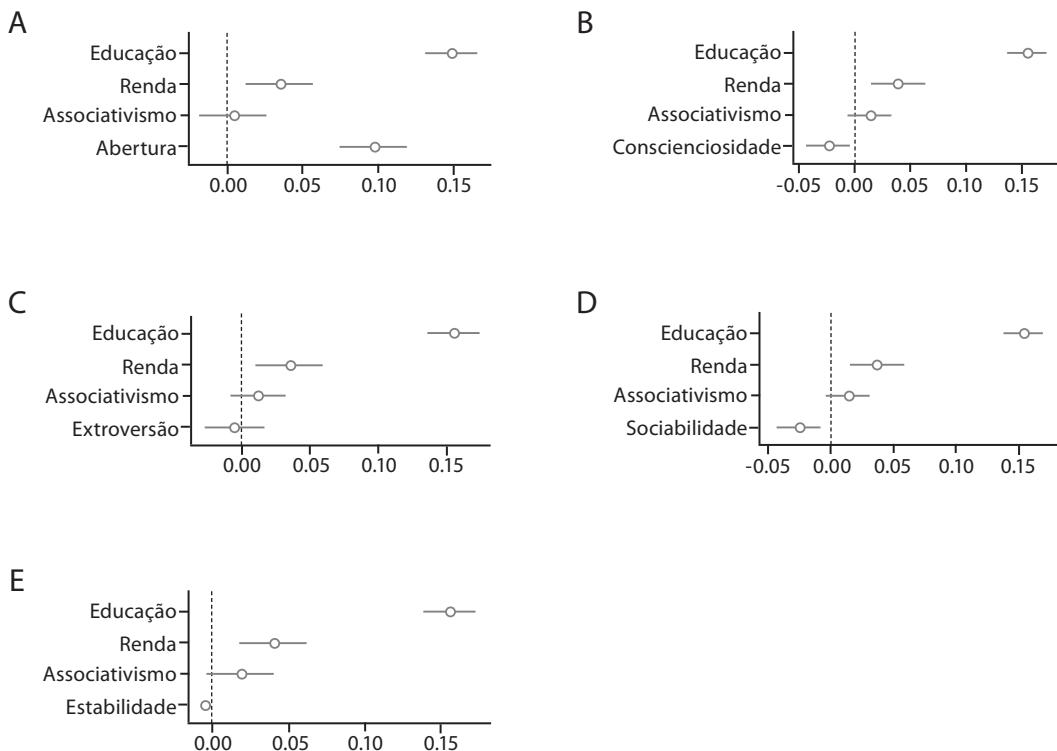
A ausência de efeito para Extroversão surpreende, pois a sua ligação com os componentes do IVE é evidente. Os adjetivos utilizados para representar esse traço (“energético”, “arrogante”, “falante”) parecem oferecer bases importantes para aceitação de uma sociedade fundada em valores como a *voz*.

Os efeitos negativos da Sociabilidade e da Estabilidade Emocional também nos parecem contraintuitivos, pois indivíduos portadores desses traços tenderiam, em tese, a possuir valores mais compatíveis com as concepções de *tolerância, voz, igualdade e escolha*, de modo que não temos uma resposta imediata para tais resultados.

A Tabela 1 apresenta resultados de cinco modelos de regressão, cada um incluindo como preditor a escala de 10 pontos de um traço. Esses modelos estimam os efeitos de um avanço na escala dos preditores sobre a mudança na variável dependente entre as

GRÁFICO 4

Efeitos dos traços de personalidade sobre o IVE



Fonte: Projeto "Valores em Crise" - Sivis/WVSA(Modelo OLS)

ondas 1 e 2 do *survey* e indicam significância estatística para três deles.

O modelo contendo o traço de Abertura à Experiência confirma a tendência sugerida pela H2 de efeito atenuante sobre a esperada redução na medida de valores emancipatórios. Como essa redução não se confirmou, o efeito desse traço passou a ser positivo, ou seja, entre as duas ondas do painel elevações na sua escala produziram melhorias no IVE. A documentada capacidade de adaptação, desejo por inovação e vida intelectual ativa associada a esse traço (Mondak, 2011), que explicam o seu efeito positivo sobre o IVE sem considerarmos o lapso temporal entre as ondas, também

se mostraram relevantes nesse contexto de mudanças bruscas nas regras sociais.

No caso da Conscienciosidade, nossa expectativa formulada na H3 foi refutada, já que, ao invés do efeito deletério esperado no cenário de redução dos valores emancipatórios, constatamos impacto positivo. É importante destacar que esse traço apresentou efeito negativo sobre o IVE no modelo que desconsidera a distinção entre as ondas, o que é compatível com os estudos que o associam à predileção a padrões mais rígidos de autoridade e obediência às normas sociais (Horn, Nelson & Brannick, 2004). O contexto pandêmico, todavia, parece afetar a natureza dessa relação. A explicação

TABELA 1

Efeitos fixos dos traços de personalidade sobre a heterogeneidade do IVE entre as ondas

Traço de personalidade	Beta (erro padrão)
Abertura	0,04 ** (0,01)
Conscienciosidade	0,03 * (0,02)
Extroversão	-0,01 (0,02)
Sociabilidade	0,02 (0,01)
Estabilidade	0,04 ** (0,01)

Fonte: Projeto “Valores em Crise” – Sivis/WVSA

que podemos formular é que, considerando o cenário de estabilidade do IVE entre as duas ondas, o efeito positivo identificado na variação deve-se mais a um caráter espúrio dos dados. O uso futuro da terceira onda do *survey* poderá oferecer informações complementares para avaliar esse impacto.

O último traço com efeitos significativos na passagem entre as ondas foi a Estabilidade Emocional, na direção antecipada pela H6, com a óbvia necessidade de adaptação da mesma ao cenário de estabilidade no IVE. A mesma proteção contra o adoecimento psicológico durante a pandemia já documentada pela literatura especializada (Lee & Crunk, 2020) parece se verificar também nesse terreno das atitudes sociais e políticas.

Os modelos que incluem Extroversão e Sociabilidade, conforme antecipamos nas H4 e H5, não indicam efeito estatisticamente significativo de suas respectivas escalas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agenda de pesquisas sobre mudança de valores tem encontrado evidências robustas sobre macroprocessos históricos como as ondas de democratização (Inglehart & Welzel, 2005), ou a emergência do populismo autoritário (Norris & Inglehart, 2018). Menos atenção tem sido dada aos efeitos de eventos concentrados no tempo, como uma catástrofe natural ou de saúde pública sobre tais valores.

No presente trabalho avançamos nessa direção, buscando compreender como se comportam os valores dos brasileiros em dois momentos de uma situação de pandemia. Articulamos tal debate com a literatura sobre personalidade, buscando verificar em que medida os traços definidos no MBF podem fornecer elementos explicativos para o fenômeno.

Uma primeira constatação é de que a situação de pandemia não provocou alterações substanciais nos valores emancipatórios dos brasileiros. Uma possível explicação para tanto é que os impactos sociais e econômicos, que seriam maiores entre aqueles segmentos mais vulneráveis socialmente, foram amenizados pela ampliação do gasto público com o PAE, ocasionando inclusive a elevação dos rendimentos médios das famílias com menor renda (Ipea, 2020).

Independentemente da variação no tempo, que variáveis explicariam os valores emancipatórios entre os brasileiros? Os dados para o Brasil confirmam que os recursos individuais de renda e escolarização são fatores fundamentais. Indivíduos com maior renda e escolaridade são aqueles com maior aderência a esses valores.

Por outro lado, o estudo indica que, além de tais aspectos ou dimensões objetivas e que remetem à localização dos indivíduos na estrutura social, existem aspectos ligados à estrutura da personalidade com

relevância destacada. Os testes indicam que, entre as medidas de personalidade do MBF, a maioria tem efeito sobre o IVE quando considerado em sua dimensão estática (não variando no tempo). Mesmo que tais resultados tenham sido contraintuitivos em três das medidas de personalidade, não deixa de ser relevante a identificação mesma dos efeitos, cujas explicações devem ser buscadas em estudos futuros.

Apesar da estabilidade no IVE no conjunto da amostra, testamos hipóteses sobre eventuais diferenças nessa medida de valores considerando os traços de personalidade e alguns resultados apontam para efeitos relevantes, como o impacto atenuante da Abertura à Experiência e da Estabilidade Emocional. Esses resultados precisam ser discutidos e validados por estudos complementares que lidem com períodos de maior variedade na medida de valores e também com outros contextos, onde, por exemplo, a perda de renda da população não tenha sido contrabalançada por auxílio governamental.

REFERÊNCIAS

- ALLPORT, G. W.; ODBERT, H. S. "Trait-names: A psycho-lexical study". *Psychological Monographs*, v. 47, n. 1, 1936, pp. i-171.
- ALWIN, D. F.; KROSNICK, J. A. "Aging, cohorts, and the stability of sociopolitical orientations over the life span". *American Journal of Sociology*, v. 97, n. 1, 1991, p. 169.
- BACCINI, L.; BRODEUR, A.; WEYMOUTH, S. "The covid-19 pandemic and the 2020 US presidential election". *Journal of Population Economics*, v. 34, n. 2, 1º abr. 2021, pp. 739-67.
- BARRICK, M. R.; MOUNT, M. K. "The Big Five personality dimensions and job performance: a meta-analysis". *Personnel Psychology*, v. 44, n. 1, 1991, pp. 1-26.
- BAVEL, J. J. V. et al. "Using social and behavioural science to support covid-19 pandemic response". *Nature Human Behaviour*, v. 4, n. 5, 1º maio 2020, pp. 460-71.
- BLIESE, P. D.; ADLER, A. B.; FLYNN, P. J. "Transition processes: a review and synthesis integrating methods and theory". *Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior*, v. 4, 2017, pp. 263-86.
- BOLGER, N.; SCHILLING, E. A. "Personality and the problems of everyday life: the role of neuroticism in exposure and reactivity to daily stressors". *Journal of Personality*, v. 59, n. 3, 1991, pp. 355-86.
- BOOTH-KEWLEY, S.; VICKERS, R. R. "Associations between major domains of personality and health behavior". *Journal of Personality*, v. 62, n. 3, 1994, pp. 281-98.
- BURKE, R. J.; MATTHIESEN, S. B.; PALLESEN, S. "Personality correlates of workaholism". *Personality and Individual Differences*, v. 40, n. 6, 2006, pp. 1223-33.
- CATTELL, R. B. "Confirmation and clarification of primary personality factors". *Psychometrika*, v. 12, n. 3, 1º set. 1947, pp. 197-220.
- CROISSANT, Y.; MILLO, G. "Panel Data Econometrics in R: the plm package". *Journal of Statistical Software*, v. 27, n. 2, 2008.
- DENEMARK, D.; NIEMI, R. G.; MATTES, R. B. *Growing up democratic does it make a difference?* Boulder, Lynne Rienner, 2016.
- DUDLEY, N. M. et al. "A meta-analytic investigation of conscientiousness in the prediction of job performance: examining the intercorrelations and the incremental validity of narrow traits". *The Journal of Applied Psychology*, v. 91, n. 1, jan. 2006, pp. 40-57.
- FOLK, D. et al. "Did social connection decline during the first wave of covid-19?: the role of extraversion". *Collabra: Psychology*, v. 6, n. 37, 24 jul. 2020.
- FRIEDMAN, H. S. et al. «Does childhood personality predict longevity?». *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 65, n. 1, p. 176-85, 1993.
- GADARIAN, S. K.; GOODMAN, S. W.; PEPINSKY, T. B. "Partisanship, health behavior, and policy attitudes in the early stages of the covid-19 pandemic". *Plos One*, v. 16, n. 4, 7 abr. 2021, p. e0249596.
- GIALLONARDO, V. et al. "The impact of quarantine and physical distancing following covid-19 on mental health: study protocol of a multicentric italian population trial". *Frontiers in Psychiatry*, v. 11, 5 jun. 2020, p. 533.
- GLASER, J. M.; GILENS, M. "Interregional migration and political resocialization: a study of racial attitudes under pressure". *The Public Opinion Quarterly*, v. 61, n. 1, 1997, pp. 72-86.

- GROSSMAN, G. et al. "Political partisanship influences behavioral responses to governors'recommendations for covid-19 prevention in the United States". *SSRN Electronic Journal*, 2020.
- HORN, J.; NELSON, C. E.; BRANNICK, M. T. "Integrity, conscientiousness, and honesty". *Psychological Reports*, v. 95, n. 1, 1º ago. 2004, pp. 27-38.
- HSIAO, C. *Analysis of Panel Data*. 3ª ed. Cambridge, Cambridge University Press, 2014.
- HUANG, T.-J.; CHI, S.-C.; LAWLER, J. J. "The relationship between expatriates personality traits and their adjustment to international assignments". *The International Journal of Human Resource Management*, v. 16, n. 9, 1º set. 2005, pp. 1656-70.
- INGLEHART, R. *The silent revolution: changing values and political styles among western publics*. Princeton, Princeton University Press, 1977.
- INGLEHART, R. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton, Princeton University Press, 1990.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernization, cultural change and democracy: the human development sequence*. Cambridge, Cambridge University Press, 2005.
- INGLEHART, R. "The silent revolution in Europe: intergenerational change in post-industrial societies". *The American Political Science Review*, v. 65, n. 4, 1971, pp. 991-1017.
- INGLEHART, R.; NORRIS, P. *Rising tide: gender equality and cultural change around the world*. Cambridge, Cambridge University Press, 2011.
- KINDER, D. R. "Politics and the life cycle". *Science*, v. 312, n. 5782, 30 jun. 2006, pp. 1905-8.
- KROENCKE, L. et al. "Neuroticism and emotional risk during the covid-19 pandemic". *Journal of Research in Personality*, v. 89, 1º dez. 2020.
- LANDMAN, T.; SPLENDORE, L. D. G. "Pandemic democracy: elections and covid-19". *Journal of Risk Research*, v. 23, n. 7-8, 2 ago. 2020, pp. 1060-6.
- LAURSEN, B.; PULKKINEN, L.; ADAMS, R. "The antecedents and correlates of agreeableness in adulthood". *Developmental Psychology*, v. 38, n. 4, 2002, pp. 591-603.
- LEE, S. A.; CRUNK, E. A. "Fear and psychopathology during the covid-19 crisis: neuroticism, hypochondriasis, reassurance-seeking, and coronaphobia as fear factors". *OMEGA - Journal of Death and Dying*, 6 ago. 2020.
- LIPSET, S. "Some social requisites of democracy: economic development and political legitimacy". *American Political Science Review*, v. 53, n. 1, 1959, pp. 69-105.
- MASLOW, A. *Motivation and personality*. New York, Harper, 1954.
- MCCRAE, R.; COSTA, P. *Personality in adulthood: a five-factor theory perspective*. New York, Guilford Press, 2012.
- MONDAK, J. J. *Personality and the foundations of political behavior*. Cambridge, Cambridge University Press, 2011.
- MORGESON, F. P.; MITCHELL, T. R.; LIU, D. "Event System Theory: an event-oriented approach to the organizational sciences". *Academy of Management Review*, v. 40, n. 4, 2 fev. 2015, pp. 515-37.
- MOSS, S. A. et al. "Maintaining an open mind to closed individuals: the effect of resource availability and leadership style on the association between openness to experience and organizational commitment". *Journal of Research in Personality*, v. 41, n. 2, 2007, pp. 259-75.
- NIKČEVIĆ, A. V. et al. "Modelling the contribution of the Big Five personality traits, health anxiety, and covid-19 psychological distress to generalised anxiety and depressive symptoms during the covid-19 pandemic". *Journal of Affective Disorders*, v. 279, 15 jan. 2021, pp. 578-84.

- OKADO, L. T. A.; RIBEIRO, E. "Mudança de valores em países latino-americanos: Comparando os índices de pós-materialismo e valores emancipatórios". *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 24, 2017.
- OSBORNE, D.; SEARS, D. O.; VALENTINO, N. A. "The end of the solidly democratic south: the impressionable-years hypothesis". *Political Psychology*, v. 32, n. 1, 2011, pp. 81-108.
- PRADHAN, M.; CHETTRI, A.; MAHESHWARI, S. "Fear of death in the shadow of covid-19: the mediating role of perceived stress in the relationship between neuroticism and death anxiety". *Death Studies*, 16 out. 2020, pp. 1-5.
- PRZEWORSKI, A.; LIMONGI, F. "Modernization: theories and facts". *World Politics*, v. 49, n. 2, 13 jun. 1997, pp. 155-83.
- PULFORD, B. D.; SOHAL, H. "The influence of personality on HE students confidence in their academic abilities". *Personality and Individual Differences*, v. 41, n. 8, 2006, pp. 1409-19.
- SEARS, David O. "Political socialization", in F. I. Greenstein; N. W. Polsby (orgs.). *Handbook of political science*, vol. 2. Boston, Addison-Wesley, 1975, pp. 93-153.
- SEN, A. *Development as a freedom*. New York, Alfred Knopf, 1999.
- STOKER, L.; JENNINGS, M. K. "Transitions and political participation: the case of Marriage". *American Political Science Review*, v. 89, n. 2, 1995, pp. 421-33.
- TUPES, E. C.; CHRISTAL, R. E. "Recurrent personality factors based on trait ratings". *Journal of Personality*, v. 60, n. 2, 1º jun. 1992, pp. 225-51.
- WELZEL, C. *Freedom rising: human empowerment and the quest for emancipation*. Cambridge, Cambridge University Press, 2013.
- WIJNGAARDS, I.; SISOUW DE ZILWA, S. C. M.; BURGER, M. J. "Extraversion moderates the relationship between the stringency of covid-19 protective measures and depressive symptoms". *Frontiers in Psychology*, v. 11, 2020, p. 2607.
- WINTER, D. G. "Personality and political behavior", in D. Sears; L. Huddy; R. Jervis (orgs.). *Oxford handbook of political psychology*. Oxford, Oxford University Press, 2003, pp. 110-45.
- WOOLDRIDGE, J. M. *Econometric analysis of cross section and panel data*. Cambridge, MIT Press, 2011.
- WOOLDRIDGE, J. M. *Introductory econometrics: a modern approach*. Boston, Cengage Learning, 2020.
- ZACHER, H.; RUDOLPH, C. W. "Big Five traits as predictors of perceived stressfulness of the covid-19 pandemic". *Personality and Individual Differences*, v. 175, 1º jun. 2021.

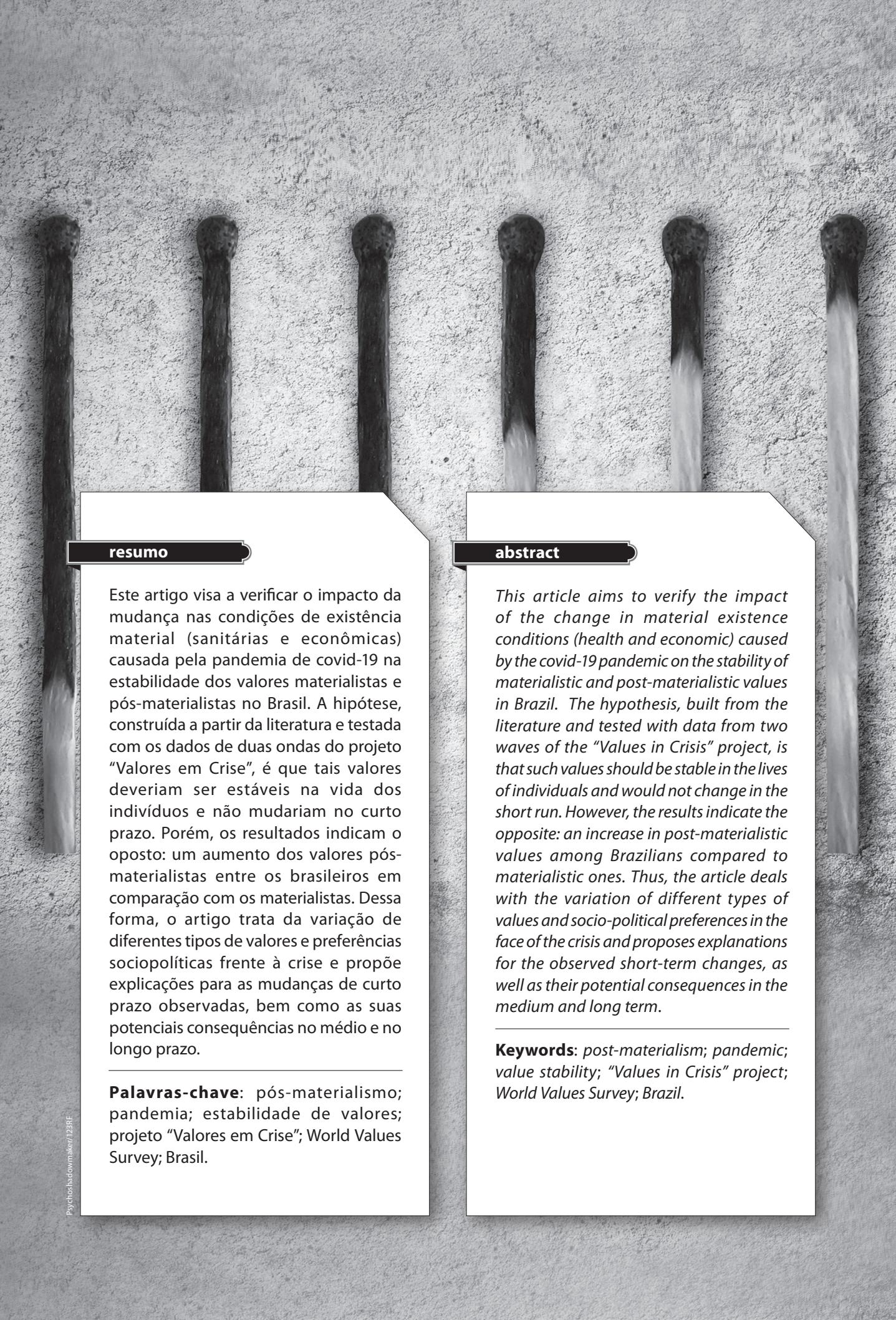


**Valores morais e de autoexpressão:
pós-materialismo em/na crise?**

Henrique Carlos de O. de Castro

Daniel Capistrano

Sofia Isabel Vizcarra Castillo



resumo

Este artigo visa a verificar o impacto da mudança nas condições de existência material (sanitárias e econômicas) causada pela pandemia de covid-19 na estabilidade dos valores materialistas e pós-materialistas no Brasil. A hipótese, construída a partir da literatura e testada com os dados de duas ondas do projeto “Valores em Crise”, é que tais valores deveriam ser estáveis na vida dos indivíduos e não mudariam no curto prazo. Porém, os resultados indicam o oposto: um aumento dos valores pós-materialistas entre os brasileiros em comparação com os materialistas. Dessa forma, o artigo trata da variação de diferentes tipos de valores e preferências sociopolíticas frente à crise e propõe explicações para as mudanças de curto prazo observadas, bem como as suas potenciais consequências no médio e no longo prazo.

Palavras-chave: pós-materialismo; pandemia; estabilidade de valores; projeto “Valores em Crise”; World Values Survey; Brasil.

abstract

This article aims to verify the impact of the change in material existence conditions (health and economic) caused by the covid-19 pandemic on the stability of materialistic and post-materialistic values in Brazil. The hypothesis, built from the literature and tested with data from two waves of the “Values in Crisis” project, is that such values should be stable in the lives of individuals and would not change in the short run. However, the results indicate the opposite: an increase in post-materialistic values among Brazilians compared to materialistic ones. Thus, the article deals with the variation of different types of values and socio-political preferences in the face of the crisis and proposes explanations for the observed short-term changes, as well as their potential consequences in the medium and long term.

Keywords: post-materialism; pandemic; value stability; “Values in Crisis” project; World Values Survey; Brazil.

A

crise sanitária e econômica provocada pela pandemia de covid-19 afetou severamente os países latino-americanos, principalmente o Brasil. Com mais de 576 mil mortos até setembro de 2021 e uma variante própria do vírus, o país é apontado como um risco epidemiológico para a região por organismos multilaterais e a comunidade científica internacional (*The Lancet*, 2020). Os brasileiros têm sentido o aumento dos níveis de insegurança existencial no país, por perdas humanas e sequelas após a contração da doença, por falta de clareza sobre medidas que evitem a propagação do vírus ou promovam o seu combate (Da Silva & Ventura, 2020) e por perdas de emprego e redução da renda (Barbosa, Costa & Hecksher, 2020), o que tem aprofundado as desigualdades e as vulnerabilidades de diversos setores da população (Pires, 2020). Além disso, as respostas oficiais à crise têm estimulado o negacionismo e a desinformação,

dentro dos padrões de polarização política preexistentes no país (Vizcarra Castillo, Santos & Castro, 2020). A gravidade da situação levou diversos pesquisadores a apontarem o país como um pária em termos de saúde global (Ventura & Costa Bueno, 2021; Werneck & Carvalho, 2020). Tanto na academia como na esfera política, diversos questionamentos sobre as responsabilidades desta crise sem precedentes no país têm sido feitos.

Paradoxalmente, a crise decorrente da pandemia se constitui em momento *sui generis* para o estudo dos efeitos que fenômenos externos críticos, que mudam profundamente a dinâmica social, têm sobre as atitudes e valores dos indivíduos (Esaiasson et al., 2020;

HENRIQUE CARLOS DE O. DE CASTRO
é professor no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e do curso de Relações Internacionais da UFRGS.

DANIEL CAPISTRANO é pesquisador da Escola de Educação da University College Dublin.

SOFIA ISABEL VIZCARRA CASTILLO
é professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Mellan, Bailey & Prosser, 2021; Prieto-Ursúa & Jódar, 2020; Reeskens et al., 2021; Rothstein, 2020). Nesse sentido, e na linha apontada pela equipe de Reeskens (2021), este artigo propõe verificar em que medida a crise da covid-19 afeta a estabilidade de três dimensões da cultura e valores políticos dos brasileiros: i) valores básicos (por exemplo, religiosidade); ii) valores morais (aqui medidos segundo o índice de materialismo/pós-materialismo de Inglehart); e iii) atitudes sociopolíticas (por exemplo, o posicionamento ideológico). Nossa hipótese é que aqueles valores mais fundamentais, como valores básicos e morais, deveriam ser estáveis no tempo por serem adquiridos em processos de socialização de longa data (Inglehart, 1997). Assim, a partir da análise dos dados das duas ondas do projeto “Valores em Crise” (VIC) e da pesquisa World Values Survey (WVS), testamos a estabilidade destas três dimensões frente aos efeitos da pandemia. Entendemos que a mudança nas condições de existência material (sanitárias e econômicas) no curto prazo não deveriam impactar significativamente os valores morais, a cultura política ou os valores fundamentais, como a religiosidade. No entanto, as particularidades do Brasil no contexto da pandemia, principalmente o enquadramento discursivo e mediático da crise e os impactos econômicos e humanos, também devem ser consideradas para a compreensão da estabilidade ou mudança desses valores.

ESTABILIDADE OU VOLATILIDADE DOS VALORES E PREFERÊNCIAS SOCIOPOLÍTICAS NO TEMPO

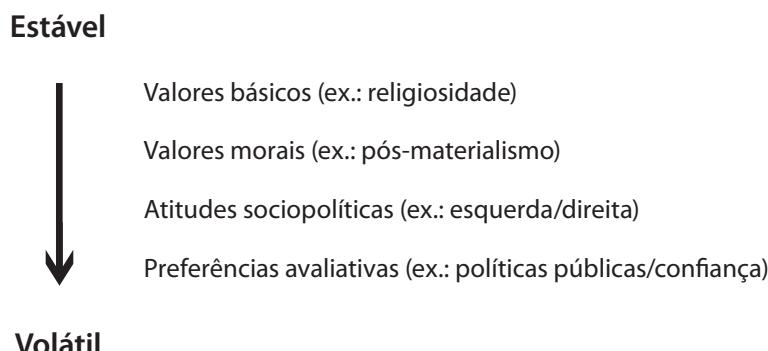
A cultura política é caracterizada pela distribuição entre os cidadãos de um conjunto de

crenças e atitudes em relação a determinados objetos políticos da sociedade (Almond & Verba, 1989). Ela está configurada a partir de valores fundamentais, como, por exemplo, a religiosidade, porém também se manifesta nas escolhas e valorações sobre assuntos políticos. Nesse sentido, diferentes autores (Converse, 2006; Uslaner, 2002) estabeleceram uma hierarquia entre as diferentes preferências dos cidadãos, classificando-as com base no seu nível de volatilidade. Dito de outra forma, os valores fundamentais ou associados às condições de socialização da infância seriam mais estáveis na vida do indivíduo (é o caso dos valores materialismo e pós-materialismo de Inglehart, 1977). Já assuntos sobre a vida em sociedade e preferências avaliativas tenderiam a mudar segundo a conjuntura ou a forma como a informação é apresentada. Neste artigo, retomamos e adaptamos a escala proposta por Reeskens (2021) de volatilidade dos valores morais (Figura 1).

Uma situação como a pandemia de covid-19 pode alterar a forma de preferências sobre assuntos específicos dada a urgência de decisões sobre determinados temas; precisamos, então, compreender se a gravidade da crise teria modificado em algum sentido a estabilidade dos valores morais. Momentos de crise na América Latina, como na Argentina em 2001 e em outros países da região no final do século XX, causaram modificações da prevalência de valores pós-materialistas naquelas sociedades (Ribeiro & Borba, 2010). Assim, a seguir explicamos a operacionalização das quatro dimensões da cultura política presentes na Figura 1 a partir dos dados das pesquisas WVS e VIC, bem como as hipóteses teóricas sobre sua estabilidade e os resultados com relação às mudanças de cada dimensão.

FIGURA 1

Estabilidade e volatilidade de dimensões da cultura política



Fonte: adaptado com base em Reeskens et al. (2021)

MÉTODOS E RESULTADOS

Para investigar a estabilidade dos valores pós-materialistas durante a pandemia, utilizamos os dados da pesquisa VIC. Essa pesquisa foi realizada em duas ondas: a primeira entre maio e junho de 2020 e a segunda onda entre janeiro e fevereiro de 2021, em formato de painel (mesmos entrevistados nas duas ondas). Indivíduos das cinco regiões do Brasil preencheram o questionário por meio de Entrevista Web Assistida por Computador (CAWI). A primeira onda da pesquisa contou com 3.543 respondentes, e a segunda, com 1.929 indivíduos, ou seja, 54% da amostra inicial. O presente estudo utilizou somente os dados de respondentes que fizeram parte das duas ondas da pesquisa¹.

O questionário contou com itens relacionados à percepção sobre a crise, além de

questões sobre valores e atitudes políticas. Alguns desses itens foram reproduzidos do questionário da pesquisa WVS, implementada por um consórcio de cientistas sociais de vários países do globo. O seu questionário tem cerca de 250 questões e é aplicado em entrevistas face a face em amostras nacionais representativas. É realizada desde a década de 1980 e repetida a cada cinco ou sete anos em mais de 100 países, compreendendo cerca de 80% da população mundial. O Brasil participou de cinco pesquisas da WVS, sendo a última realizada no ano de 2018.

Os dados da pesquisa VIC não são diretamente comparáveis aos dados da WVS devido a diferenças de metodologia e de composição da amostra. Contudo, ao longo desta análise, fazemos referência aos dados da WVS para incluir uma perspectiva histórica às reflexões apresentadas.

A análise foi dividida em duas partes: 1) descrição dos itens que representam cada uma das dimensões da cultura política e as nossas expectativas em relação à mudança ou permanência de padrão durante a pandemia; 2) verificação de eventual mudança signifi-

1 Analisamos também o perfil de respondentes que não participaram da segunda onda. Verificamos que a razão de chance de ausência na segunda onda é menor entre as mulheres respondentes mais jovens, de classes sociais mais altas e de maior escolaridade.

cativa de cada um desses itens da primeira para a segunda onda da pesquisa VIC.

Valores religiosos

Desde Karl Marx e Max Weber, diversas teorias da modernização enfatizam o papel das mudanças de valores religiosos e de um processo de secularização observado em várias sociedades nos últimos séculos. No entanto, existe um certo consenso entre cientistas sociais acerca da permanência desses valores ao longo de curtos períodos intrageneracionais (Converse, 2006; Inglehart, 1997).

A pesquisa WVS possui diversas questões sobre religião, entre elas, o quanto importante ela é na vida dos entrevistados. Os itens de resposta são “Nada importante”, “Pouco importante”, “Algo importante”, ou “Muito importante”. Em uma escala numérica em que 1 representa “Nada importante” e 4 denota “Muito importante”, a média na amostra brasileira variou de 3,36 (Desvio Padrão² DP = 0,88) em 1991 até 3,25 (DP = 0,41) em 2018. Ou seja, além de haver uma alta prevalência de pessoas religiosas no país (médias próximas a quatro), a proporção não se alterou significativamente ao longo de quatro décadas.

A mesma pergunta foi incluída na pesquisa VIC, que registrou uma média similar à onda da WVS de 2018: valor médio de 3,32 (DP = 0,92) no ano de 2020 e de 3,27 (DP = 0,93) em 2021. Apesar da redução no valor médio dessa escala de religiosidade de

2020 para 2021, de acordo com a literatura e como hipótese deste trabalho, acreditamos que essa diferença entre as ondas não seja significativa, ou seja, tal redução se deve a algum fator aleatório.

A mudança de valores religiosos na pesquisa VIC incluiu práticas religiosas. Para tal, foi considerada a seguinte questão: “Com exceção de casamentos e funerais, com mais ou menos qual frequência você normalmente participava de atividades religiosas antes da crise do coronavírus?”; e, na segunda onda, “Com qual frequência participou dessas atividades desde o início da crise do coronavírus?”. As categorias de resposta vão de “Nunca ou praticamente nunca” até “Mais de uma vez por semana” em uma escala de sete pontos. A média variou de 3,75 (DP = 0,5) na primeira onda para 3,73 (DP = 0,52) na segunda onda. Nesse sentido, esperamos que a estabilidade dos resultados com relação à religiosidade sirva como parâmetro para as mudanças nos valores morais.

Valores morais

De acordo com Inglehart (1997, 2016), o pós-materialismo é uma síndrome de mudança de valores morais resultante de uma crescente segurança física e existencial que indivíduos experimentam a partir do desenvolvimento econômico e social. No entanto, essa mudança de valores, argumenta Inglehart, se dá de maneira lenta, gradual e geracional, uma vez que esses valores são adquiridos no momento de socialização e não tendem a mudar ao longo da vida (Inglehart, 1997, 2016; Taniguchi, 2006). Embora existam evidências de que valores morais possam se alterar ao longo da vida (Tormos, 2012, 2019), não esperamos que o nível de pós-materialismo se altere

2 Desvio Padrão (DP) é uma medida de dispersão: quanto maior for o DP, maior a dispersão de dados, ou seja, as respostas dos entrevistados assumem valores muito diferentes; quanto menor, menor a variabilidade de valores.

no curto período de tempo entre as duas ondas da pesquisa VIC, seguindo a teoria do pós-materialismo revisitado.

A mensuração de valores pós-materialistas nessa pesquisa se deu por meio da seguinte questão: “As pessoas às vezes falam sobre quais metas este país deveria ter para os próximos dez anos. Abaixo listamos algumas que receberiam prioridade máxima por diferentes pessoas. Por favor, indique qual a ordem de importância de cada uma delas, sendo 1 a mais importante e 4 a menos importante”.

As categorias de resposta oferecidas foram “Manter a ordem na nação”, “Dar mais voz às pessoas na política”, “Combater a inflação” e “Proteger a liberdade de expressão”. De acordo com a teoria de Inglehart, de todas as combinações possíveis, a seleção do par “Manter a ordem na nação” e “Combater a inflação” como mais importante indicaria que o respondente teria valores mais “materialistas”. A seleção do par “Dar mais voz às pessoas na política” e “Proteger a liberdade de expressão” indicaria valores mais pós-

-materialistas. A seleção de qualquer outro par de alternativas como mais importante indicaria uma posição mista.

A proporção de pós-materialistas manteve-se estável de 1991 a 2020, incluindo a primeira onda da pesquisa VIC. No entanto, conforme apontado na Figura 2, esse porcentual aumentou consideravelmente de cerca de 10%, em 2018 e 2020, para 22% na segunda onda, em 2021.

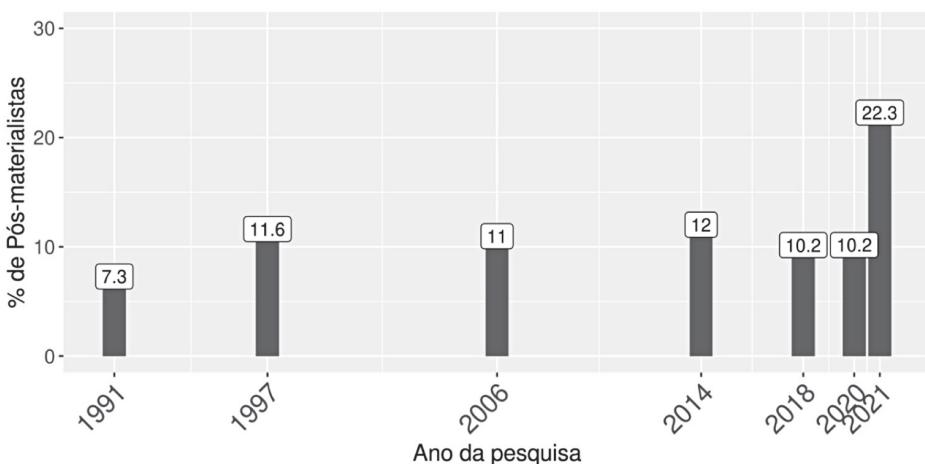
Também medimos o pós-materialismo por meio de uma escala de quatro pontos, em que o valor mais alto representa a escolha das duas respostas pós-materialistas e o valor mais baixo, as duas respostas materialistas (Reeskens et al., 2021). A média dessa escala também aumentou de 2,0 (DP = 1) na primeira onda para 2,14 (DP = 1,1) na segunda onda.

Atitudes sociopolíticas

Tal como os valores morais, a literatura também enfatiza a relativa estabilidade de ideologia e valores políticos. No entanto,

FIGURA 2

Porcentual de pós-materialistas na amostra brasileira, 1991-2021



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das pesquisas WVS e VIC

ao contrário da discussão sobre pós-materialismo, ideologias e orientações políticas podem ser influenciadas por contextos políticos e experiências individuais de curto e médio prazos e apresentarem maior volatilidade comparadas com valores morais.

Para medir ideologia política, utilizamos a escala de autoposicionamento político esquerda/direita. A mesma escala é utilizada nas duas pesquisas: o respondente é solicitado a escolher um ponto em uma escala em que 1 representa “Esquerda” e 10 representa “Direita”. O valor médio dessa escala foi de 5,45 em 1991, passando a 5,90 em 1997 e a 5,41 em 2018. Na primeira onda da pesquisa VIC, o valor médio registrado foi de 5,98 e se manteve estável na segunda onda com 5,96. Esse aumento na escala observado entre 2018 e 2020 pode ser associado ao aumento do conservadorismo de direita no Brasil discutido por diversos autores (Menéndez & González, 2019; Pinheiro-Machado et al., 2019; Santos & Tanscheit, 2019; González, Baquero & Grohmann, 2020).

Juntamente com ideologia política, a visão política sobre igualdade de gênero pode assumir níveis similares de estabilidade e volatilidade. Na WVS, há a seguinte afirmação: “Quando os empregos estão escassos, os homens deveriam ter mais direito de conseguir um emprego do que as mulheres”. O porcentual de respondentes que concordam com essa afirmação variou de 38,7% em 1991 para 21,9% em 2006 e 19,1% em 2018. A mesma questão foi incluída na pesquisa VIC, com um porcentual de concordância de 8,9% em 2020 e de 9,9% em 2021. Essa diferença entre os porcentuais aferidos pela WVS e VIC pode ser explicada pelo viés de participação no painel VIC discutido acima, que indica uma sobrerepresentação de mulhe-

res, de pessoas com maior escolaridade e de classes sociais mais altas.

Dois aspectos adicionais se destacam nessa dimensão, ambos relacionados à coesão social. Primeiramente, com vistas a avaliar a propensão à solidariedade, os respondentes foram perguntados em que medida se preocupam com o bem-estar de “Pessoas desconhecidas de sua cidade” e de “Pessoas desconhecidas de outros lugares (cidades, estados, países)”. Outra questão relevante é se a maioria das pessoas iria tirar vantagem se tivessem a oportunidade ou se buscariam ser justas.

Por fim, outro aspecto relacionado às atitudes sociopolíticas é o grau de orgulho nacional. Na WVS, foi perguntado em que medida o respondente se sente orgulhoso de ser brasileiro. Em uma escala que varia de 1 a 4, com valores mais altos indicando maior orgulho, observa-se uma redução do nível de orgulho nacional ao longo de quatro décadas. As médias mais altas dessa escala foram verificadas em 1991 (3,44) e 1997 (3,46). Esse valor médio diminui constantemente até chegar a 2,78 em 2018. A mesma questão incluída na pesquisa de 2020 indica um valor médio de 2,83, que se mantém constante em 2021 (2,84).

Dessa forma, apesar de mais voláteis do que valores religiosos e morais, valores sociopolíticos tendem a mudar somente no longo prazo. Assim, não são esperadas mudanças significativas de um ano para o outro a despeito da influência da pandemia.

Mudança e permanência da cultura política ao longo da pandemia

Para avaliar a estabilidade ou volatilidade das referidas dimensões da cultura política

ao longo da pandemia, adotamos a estratégia metodológica empregada por Reeskens et al. (2021). Primeiramente, avaliamos o grau de concordância da posição individual na primeira onda comparada com a segunda onda. Para isso, utilizamos a estatística Tau-b derivada do coeficiente de correlação de Kendall (Uslaner, 2002). Tal estatística indica o grau de concordância a partir de uma escala que varia entre 0 e 1, sendo 1 o nível mais alto de concordância entre as duas ondas.

Além disso, utilizamos um Teste T para avaliar se a média observada na primeira onda é significativamente diferente da média observada na segunda onda. A Tabela 1 apresenta o resultado ordenado pelo grau de correlação entre as duas ondas.

A maioria dos resultados de mudança ou estabilidade segue o padrão encontrado na literatura. Conforme esperado, as variáveis com o maior grau de correlação, indi-

cando estabilidade, são relacionadas a valores religiosos. De maneira similar, não foram verificadas diferenças significativas entre as duas ondas da pesquisa no que tange a atitudes sociopolíticas (esquerda/direita, orgulho nacional, igualdade de gênero). Também em concordância com as hipóteses levantadas, preferências de políticas públicas de imigração e cooperação internacional experimentaram mudanças significativas com baixo grau de correlação entre as respostas indicadas na primeira e segunda ondas.

Contudo, alguns resultados apontam para padrões de mudança ou estabilidade distintos do esperado. A confiança no setor de saúde e no governo manteve-se inalterada apesar do forte impacto político ocasionado pela pandemia. Ainda assim, a hipótese sugerida é de que a confiança institucional é mais suscetível a mudanças e não necessariamente será alterada em virtude de uma mudança no

TABELA 1

Estabilidade e volatilidade de aspectos da cultura política

Variável	Total	Intervalo	Tau-b	Valor-t*
Religião é importante	1929	1-4	0.640	-1.52
Prática religiosa	1929	2-4	0.588	-1.49
Orgulho nacional	1911	1-4	0.574	0.28
Confiança no governo	1929	1-4	0.555	0.1
Esquerda/direita	1929	1-10	0.537	-0.28
Igualdade de gênero	1929	1-4	0.382	0.19
Política imigratória aberta	1929	1-4	0.374	3.21**
Pós-materialismo	1929	1-4	0.341	3.38***
Confia no setor de saúde	1929	1-4	0.334	2.01
Solidariedade	1929	1-5	0.293	-1.31
Pessoas seriam justas	1929	1-10	0.284	-0.71
Cooperação internacional	1929	1-10	0.252	4.3***

*significant at p<0.01, **sig. at p<0.005, ***sig. at p<0.001

contexto sociopolítico. Por outro lado, não era esperado que as posições individuais sobre o pós-materialismo se alterassem em um curto prazo. De acordo com a teoria do pós-materialismo, esses valores morais são adquiridos no momento de socialização e não estão sujeitos a mudanças em curto prazo. Ainda que se assumisse como justificativa que a pandemia causou impactos sem precedentes à segurança física e existencial dos indivíduos, a direção da mudança esperada seria contrária, de diminuição do pós-materialismo e não de aumento, como foi verificado.

DISCUSSÕES

Frente a esses resultados, e visto que uma das dimensões com mudanças mais significativas foi o pós-materialismo, é pertinente discutir brevemente as suas características na América Latina, onde a prevalência dos valores pós-materialistas é incipiente em comparação com outras regiões do mundo. Segundo a teoria revisitada da modernização de Inglehart e Welzel (Inglehart, 1977; Inglehart & Welzel, 2005), as melhorias das condições socioeconômicas das sociedades e, portanto, a redução dos níveis de insegurança existencial, atingidas através do aumento dos níveis de desenvolvimento, levariam a uma lenta mudança nos valores morais dos indivíduos. Esses valores passariam de uma orientação materialista tradicional (valorando a ordem, autoridade e a família) para uma orientação pós-materialista, com ênfase na liberdade, autoexpressão e realização pessoal. As revisões da teoria mostram que, apesar de se verificarem estatisticamente mudanças no aumento da prevalência do pós-materialismo, essa mudança não segue um processo linear e deve ser compreendida no contexto de cada

sociedade, devendo também ser problematizada a sua relação com o fortalecimento do modelo de democracia liberal. Assim, por exemplo, no caso latino-americano, estudos mostram que o aumento moderado dos níveis de prevalência do pós-materialismo não impacta de maneira significativa os processos de fortalecimento da democracia e maior participação política, seja ela convencional (Castro & Capistrano, 2008) ou não convencional (Barbosa et al., 2011; Ribeiro, Borba & Hansen, 2016).

A análise desses valores na região, contudo, permite uma discussão sobre as formas em que os valores pós-materialistas se difundem e ganham maior prevalência. Assim, por exemplo, estudos anteriores (Castro, Ranincheski & Capistrano, s. d.; Castro et al., 2020) explicam as variações nos valores pós-materialistas na América Latina em função da sua conexão com culturas globais e os efeitos da globalização. Nesse sentido, se entendermos a crise da pandemia como um momento de evidência crítica da nossa interdependência com a sociedade global, devemos ter em consideração essa característica para compreender os seus impactos na estabilidade dos valores morais. Considerando as características dos participantes na pesquisa VIC (maior acesso à internet e, portanto, maior acesso a canais de consumo da cultura global), as limitações de acesso aos encontros físicos e aos centros de difusão de valores globais (como *shoppings*) podem ter influenciado a sua conexão com o mundo global através de formas de consumo digitais.

A dimensão global está presente também na forma como foi abordada a pandemia no Brasil, com o aumento do apoio à cooperação internacional visto nos resultados. Assim, por exemplo, apesar de a crise ser tratada como

um problema materialista (saúde vs. economia), as discussões sobre as suas potenciais soluções, veiculadas pela imprensa, pela academia, assim como nas ações dos governos estaduais, vistos como quem dava respostas concretas à crise, tinham uma dimensão internacional. A imprensa enfatizava o combate à desinformação disseminada em redes sociais e as diretrizes de organismos multilaterais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) (Couto, Couto & Cruz, 2020; Ferraz, 2020; Santos-Pinto, Miranda & Osorio-de-Castro, 2021), enquanto as redes sociais e o próprio governo emitiam mensagens contrárias a tais diretrizes internacionais.

A postura isolacionista e negacionista do governo federal (Da Silva & Ventura, 2020) também fica evidenciada na ação de articulação internacional realizada por diferentes governadores durante a pandemia (Alvarenga et al., 2020; Oliveira & Nery, 2021; Rei, 2021). Assim, enquanto os governadores recorriam à cooperação internacional para obter insumos e vacinas, como foi o caso do Maranhão e São Paulo, o governo federal atrasava aprovações de compras de insumos essenciais e promovia medicamentos contraproducentes para a saúde pública, como o denominado “kit covid”. Todas essas ações, em um público com acesso a uma diversidade de informações, podem levar a uma mudança na relação com a cooperação internacional, assim como valores de autoexpressão vinculados em certa medida com liberdade de imprensa.

No mesmo sentido, a confiança no setor de saúde reflete a confiança nas ações institucionais do setor. Com efeito, alguns autores (Costa, Rizzotto & Lobato, 2020; Facchini, 2020) discutem a pandemia como uma oportunidade para enxergar a importância do SUS e resgatar o papel de lide-

rança histórica do Brasil em questões de saúde global (Albuquerque, 2020; Ventura & Costa Bueno, 2021).

CONCLUSÕES

A crise sanitária e econômica provocada pela pandemia de covid-19 afetou o mundo inteiro, mas de maneira especialmente severa os países da América Latina, particularmente o Brasil. Por diversas razões, o país está sendo apontado como um risco epidemiológico para a região e mesmo para o planeta por organismos multilaterais. Tal situação permite testar hipóteses encontradas na literatura especializada sobre a persistência ou mudança de determinados valores no curto prazo em função de fatores exógenos. Assim, este artigo visou a verificar em que medida a mudança nas condições de existência material das pessoas em função da crise sanitária e econômica advinda da pandemia, no curto prazo, impactou a estabilidade dos valores materialistas e pós-materialistas no Brasil. Utilizamos para tanto a análise dos dados das duas ondas do projeto “Valores em Crise” e do conjunto das ondas da pesquisa World Values Survey realizadas no Brasil.

A maioria dos resultados encontrados a partir da análise dos dados indica mudança ou estabilidade segundo o padrão encontrado na literatura. Conforme esperado, dados relacionados a valores religiosos se mantêm estáveis durante a pandemia. De maneira similar, não foram verificadas diferenças significativas em relação a atitudes sociopolíticas (esquerda/direita, orgulho nacional, igualdade de gênero). Ainda de acordo com o esperado, não foram verificadas mudanças significativas na opinião sobre políticas públicas de imigração e co-

peração internacional entre a primeira e a segunda onda da pesquisa VIC.

Alguns resultados, no entanto, apontam para padrões de mudança ou estabilidade distintos do esperado. Por um lado, a confiança na área da saúde e no governo não se modificaram, apesar do importante debate político e da omisão e negacionismo do governo federal durante a pandemia. Por outro, a alteração das posições individuais sobre o pós-materialismo em um tão curto prazo vai de encontro ao que diz a literatura e às nossas hipóteses iniciais. A teoria do pós-materialismo sustenta que valores morais, que são adquiridos no momento de socialização, não mudariam no curto prazo. Ainda que considerássemos todos os transtornos e medos causados pela crise advinda da

pandemia e os seus impactos na segurança física e existencial dos indivíduos, a direção da mudança esperada seria contrária, de diminuição do pós-materialismo e não de aumento, como foi verificado.

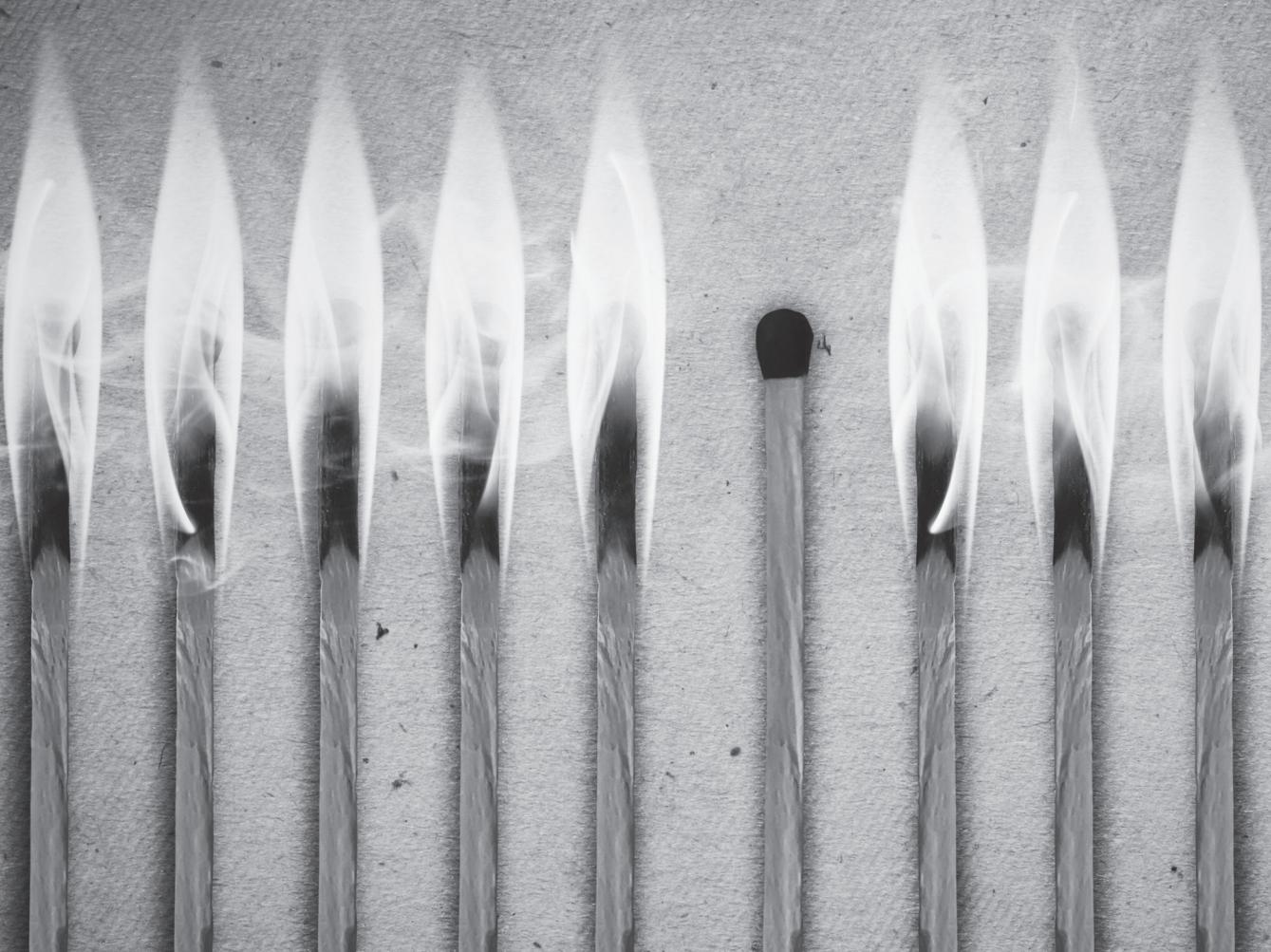
Como constatado em outros trabalhos realizados anteriormente por nosso grupo de pesquisa, concluímos que a teoria do pós-materialismo revisitado precisa ser atualizada em função de novos achados. Uma hipótese que temos sustentado é que há a necessidade de ajustes na sua aplicação em países não centrais do sistema econômico e político do planeta, uma vez que há indícios de que os dados parecem indicar a sua melhor adequação aos países mais desenvolvidos, como os do norte da Europa. Dessa forma, acreditamos que este artigo possa contribuir com tal debate.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. "Globalização da Saúde Pública: a Organização Mundial da Saúde e a cooperação na América do Sul". *PrIntCAPES*, n. 1, 2020.
- ALMOND, G. A.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. California, SAGE Publications, 1989.
- ALVARENGA, A. A. et al. "Challenges for the Brazilian state from the covid-19 pandemic: the case of paradiplomacy in the state of Maranhão". *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 12, 2020.
- BARBOSA, A. L. N. de H.; COSTA, J. S.; HECKSHER, M. "Mercado de trabalho e pandemia da covid-19: ampliação de desigualdades já existentes?". *Boletim Mercado de Trabalho*, n. 69, 2020.
- BARBOSA, L. et al. "Youth, consumption and citizenship: the Brazilian case", in *The struggle to belong: dealing with diversity in 21st century urban settings - RC21 Conference*. Amsterdam, 2011, pp. 1-16.

- CASTRO, H. C. O.; CAPISTRANO, D. "Cultura política pós-consenso de Washington: o conceito de cultura cívica e a mudança política na América Latina". *Revista Debates*, v. 2, n. 1, 2008.
- CASTRO, H. C. O. et al. "Is self-expression chic? Globalisation, value change and convergence in Latin America". *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, v. 9, n. 2, 2020, pp. 29-48.
- CASTRO, H. C. O.; RANINCHESKI, S.; CAPISTRANO, D. "O conteúdo da globalização para os latino-americanos: uma análise a partir da Pesquisa Mundial de Valores - WVS". *Temas y Debates*, 2015.
- CONVERSE, P. E. "The nature of belief systems in mass publics (1964)". *Critical Review*, v. 18, n. 1-3, 2006, pp. 1-74.
- COSTA, A. M.; RIZZOTTO, M. L. F.; LOBATO, L. de V. C. "Na pandemia da covid-19, o Brasil enxerga o SUS". *SciELO Brasil*, 2020.
- COUTO, E. S.; COUTO, E. S.; CRUZ, I. de M. P. "# fiqueemcasa: educação na pandemia da covid-19". *Interfaces Científicas-Educação*, v. 8, n. 3, 2020, pp. 200-17.
- DA SILVA, J. M.; VENTURA, D. D. F. L. "Between science and populism: the Brazilian response to COVID-19 from the perspective of the legal determinants of Global Health". *Revista de Direito Internacional*, v. 17, n. 2, 2020.
- ESAIASSON, P. et al. "How the coronavirus crisis affects citizen trust in institutions and in unknown others: evidence from 'the Swedish experiment'". *European Journal of Political Research*, 2020, pp. 1-13.
- FACCHINI, L. A. "Covid-19: nocaute do neoliberalismo? Será possível fortalecer os princípios históricos do SUS e da APS em meio à pandemia?". *APS em Revista*, v. 2, n. 1, 2020, pp. 3-10.
- FERRAZ, L. M. R. "Saúde e política na crise da covid-19: apontamentos sobre a pandemia na imprensa brasileira". *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, v. 14, n. 2, 2020.
- GONZÁLEZ, R. S.; BAQUERO, M.; GROHMANN, L. G. M. "¿Nueva derecha o vino viejo en odres nuevos? La trayectoria conservadora en Brasil en el último siglo". *Política y Sociedad*, v. 57, n. 3, 2020, pp. 647-70.
- INGLEHART, R. "After postmaterialism: an essay on China, Russia and the United States: A comment". *Canadian Journal of Sociology*, v. 41, n. 2, 2016, pp. 213-22.
- INGLEHART, R. *Modernization and postmodernization in 43 societies*. Princeton University Press, 1997.
- INGLEHART, R. *The silent revolution: changing values and political styles in advanced industrial society*. Princeton, Princeton University Press, 1977.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernization, cultural change and democracy: the human development sequence*. Edinburgh, Cambridge University Press, 2005.
- MELLON, J.; BAILEY, J.; PROSSER, C. "How do coronavirus attitudes fit into britain's ideological landscape?". *Parliamentary Affairs*, 2021, pp. 1-20.
- MENÉNDEZ, M. A.; GONZÁLEZ, R. S. *Presentación*, v. 57, n. 3, 2019.
- OLIVEIRA, P.; NERY, T. "O papel da política externa brasileira e da paradiplomacia na resposta ao coronavírus/Brazilian foreign affairs and paradiplomacy role in the Coronavirus response efforts". *Mural Internacional*, v. 12, 2021.
- PINHEIRO-MACHADO, R. et al. *Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização*. Oficina Raquel, 2019.

- PIRES, R. R. C. "Os efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da covid-19: propostas para o aperfeiçoamento da ação pública TT". *Nota Técnica/IPEA Diest*, v. 33, 2020, p. 11.
- PRIETO-URSÚA, M.; JÓDAR, R. "Finding meaning in hell. The role of meaning, religiosity and spirituality in posttraumatic growth during the coronavirus crisis in Spain". *Frontiers in Psychology*, v. 11, 2020, pp. 1-8.
- REESKENS, T. et al. "Stability or change of public opinion and values during the coronavirus crisis? Exploring Dutch longitudinal panel data". *European Societies*, v. 23, n. S1, 2021, pp. S153-S171.
- REI, F. "La pandemia de la covid-19 y la acción de los nuevos actores internacionales en el ámbito de la gobernanza global y de la paradiplomacia". *Revista de Direito da Cidade*, v. 13, n. 2, 2021, pp. 753-74.
- RIBEIRO, E. A.; BORBA, J.; HANSEN, J. R. "Participação on-line e off-line no Brasil: relações e condicionantes". *Revista do Serviço Público*, v. 67, n. 4, 2016, pp. 497-524.
- RIBEIRO, E.; BORBA, J. "Participação e pós-materialismo na América Latina". *Opinião Pública*, v. 16, 2010, pp. 28-64.
- ROTHSTEIN, M. A. "The Coronavirus pandemic: public health and American values". *Journal of Law, Medicine and Ethics*, v. 48, n. 2, 2020, pp. 354-9.
- SANTOS, F.; TANSCHEIT, T. "Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil". *Colombia Internacional*, n. 99, 2019, pp. 151-86.
- SANTOS-PINTO, C. D. B.; MIRANDA, E. S.; OSORIO-DE-CASTRO, C. G. S. "O 'kit-covid' e o Programa Farmácia Popular do Brasil". *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, 2021.
- TANIGUCHI, M. "A time machine: new evidence of post-materialist value change". *International Political Science Review*, v. 27, n. 4, 2006, pp. 405-25.
- THE LANCET. "Covid-19 in Brazil: 'so what?'". *The Lancet*, v. 395, n. 10235, 2020, p. 1461.
- TORMOS, R. "Postmaterialist values and adult political learning. Changing Intracohort Values in Western Europe". *Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)*, v. 140, n. 1, 2012, pp. 201-28.
- TORMOS, R. *The rhythm of modernization: how values change over time*. Boston, Brill, 2019.
- USLANER, E. M. *The moral foundations of trust*. Cambridge, Cambridge University Press, 2002.
- VENTURA, D. D. F. L.; COSTA BUENO, F. T. "De líder a paria de la salud global: Brasil como laboratorio del 'neoliberalismo epidemiológico' ante la Covid-19". *Foro Internacional*, 2021, pp. 427-67.
- VIZCARRA CASTILLO, S. I.; SANTOS, D. D. O.; DE CASTRO, H. C. O. "Fake news no contexto da pandemia de covid-19: considerações a partir da cultura política". *Rizoma*, v. 8, n. 1, 2020, pp. 165-84.
- WERNECK, G. L.; CARVALHO, M. S. "A pandemia de covid-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada". *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 5, 2020, pp. 5-8.



De que maneira a ideologia afeta a disposição a se vacinar contra o Sars-Cov-2?

Lorena G. Barberia

Isabel Seelaender Costa Rosa

resumo

Desde o início da pandemia de covid-19, houve grande interesse acerca do papel intermediário exercido pela política e da maneira pela qual ela afeta decisões governamentais e individuais sobre o desenvolvimento e a procura por vacinas, bem como da implementação da vacinação. Um fator adicional que tem contribuído para a politicização desses processos tem sido a difusão de informações falsas através das mídias sociais relacionadas ao vírus e às vacinas. Neste artigo, exploramos a forma como as atitudes acerca dos imunizantes desenvolvidos para proteger a população dos sintomas mais graves causados pelo Sars-Cov-2 estão correlacionadas com a ideologia. Utilizamos os dados provenientes da pesquisa “Valores em Crise” para analisar em que medida as atitudes dos eleitores em relação à vacinação afetam a probabilidade individual de vacinação contra o Sars-Cov-2.

Palavras-chave: vacinas; vacinação; hesitação vacinal; Brasil; ideologia.

abstract

Throughout the covid-19 pandemic, there has been significant interest in examining the intermediary role of politics and how it affects individual and governmental decisions regarding the development and procurement of vaccines, and implementation of vaccination. An added factor that has played a strong role in driving the politicization of vaccination and vaccine attitudes is driven by the fact that much of the world's population is also experiencing an "infodemic" – the spread of misinformation related to the virus and vaccines. In this paper, we explore how attitudes towards vaccines developed for the protection of the population against the most severe symptoms caused by the Sars-Cov-2 are correlated with ideology. We analyze to what extent attitudes towards vaccines of a representative sample of Brazilians affect the individual probability of vaccination.

Keywords: vaccines; vaccination; vaccine hesitancy; Brazil; ideology.

A

pandemia de covid-19 teve início ainda em dezembro de 2019, quando a primeira manifestação do vírus Sars-Cov-2 foi identificada e reportada à OMS pela China¹. Em março do ano seguinte, a infecção foi declarada como pandemia pela OMS e no decorrer de 2020 e 2021 assolou todos os países. Em resposta à situação de calamidade global causada pela covid-19, governos em todo o mundo adotaram medidas de abrangência sem precedentes, no esforço de conter o alastramento da contaminação e frear os óbitos decorrentes da doença. O Brasil se encontra entre os países com os piores indicadores na resposta à pandemia. Até 15 de julho de 2021, o país totalizava 19.262.518 casos e 538.942

óbitos, o que corresponde a 10,2% e 13,2% do total global, respectivamente, ainda que a população brasileira corresponda a menos de 3% da população mundial.

As políticas adotadas para combater a pandemia estiveram centradas em torno de dois eixos principais: medidas não farmacológicas para diminuir a velocidade de transmissão do vírus e medidas farmacológicas para tratar os sintomas da doença causada pelo Sars-Cov-2. Na ausência de vacinas e medicamentos capazes de auxiliar no combate à infecção pelo coronavírus, medidas não farmacológicas, como uso de máscaras e distanciamento social, foram e são ferramentas fundamentais para estratégias eficientes de mitigação da pandemia.

LORENA G. BARBERIA é professora do Departamento de Ciéncia Política da FFLCH/USP e pesquisadora principal do Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (Neci) da USP e do Centro de Estudos em Política e Economia do Setor Público (Cepesp) da FGV-SP.

ISABEL SEELAENDER COSTA ROSA é mestrandna no Departamento de Ciéncia Política da FFLCH/USP.

¹ O governo chinês reportou pela primeira vez à sede nacional da OMS na China um caso de pneumonia de causa desconhecida, em Wuhan, em 31 de dezembro de 2019.

O desenvolvimento de imunizantes contra o vírus, entretanto, tem valor inestimável para o avanço do combate à pandemia da covid-19, permitindo a prevenção contra os sintomas mais graves da doença, reduzindo o número de pessoas infectadas e salvando vidas (WHO, 2020). Por esse motivo, desde o início da crise, os esforços voltados para o desenvolvimento de vacinas para a imunização de populações tornaram-se um dos principais objetivos dos laboratórios farmacêuticos e dos governos.

A primeira vacina foi aprovada para uso emergencial pela OMS no dia 31 de dezembro de 2020². A partir dessa data, até julho de 2021, foram autorizadas 16 vacinas contra a covid-19 com uso definitivo ou emergencial pela OMS³. Existem ainda inúmeros imunizantes em etapas diversas de desenvolvimento (testagem em humanos, ensaios clínicos fases 1, 2 e 3, e uso emergencial). Vale ressaltar que, em alguns casos, os estudos de fase 3 ou mesmo a aplicação das vacinas foram interrompidos pelas agências sanitárias devido a suspeitas relacionadas a efeitos colaterais e outras complicações, ou restritos para certos grupos. Ao mesmo tempo, algumas vacinas aprovadas e distribuídas em determinados países não foram autorizadas por agências sanitárias em outros países. Este é o caso, por exemplo, da vacina produzida pelos laboratórios AstraZeneca-SK Bio, Serum Insti-

tute of India e AstraZeneca EU, aprovada no Brasil e em diversos países, mas que nunca foi autorizada pela FDA americana⁴.

Há ainda vacinas, como a desenvolvida pela Sinopharm e aprovada para uso emergencial no Brasil em janeiro de 2021, com o nome CoronaVac, que somente foram autorizadas pela OMS meses mais tarde. Especificamente, a OMS autorizou essa vacina no dia 7 de maio de 2021 para uso emergencial⁵. Além dessas, a vacina russa Sputnik V, que foi aprovada pelo governo para uso emergencial na Rússia ainda em 2020⁶ e autorizada na Argentina no dia 23 de dezembro de 2020⁷, foi apenas autorizada pela Anvisa em junho de 2021, para importação e utilização em estudo clínico⁸, após uma série de pedidos de aprovação negados pela agência.

No caso do Brasil, a campanha de vacinação contra o Sars-Cov-2 tem se caracterizado por uma progressão lenta devido à escassez de vacinas disponíveis inicialmente. Desde seu início, em janeiro de 2021, até o dia 22 de junho do mesmo ano, estudos realizados por Werneck, Bahia e Scheffer (2021) indicam que apenas cerca de 36% das pessoas

2 Ver: <https://www.who.int/news/item/31-12-2020-who-issues-its-first-emergency-use-validation-for-a-covid-19-vaccine-and-emphasizes-need-for-equitable-global-access>.

3 Ver: [https://www.who.int/news-room/q-a-detail/coronavirus-disease-\(covid-19\)-vaccines?adgroupsurvey={adgroupssurvey}&gclid=CjwKCAjwlrqHBhByEiwAnLmYUF474iiA3Qzvjqq1aikdp9w9ax4Njg3tZdjs-qGbJ_HkM9fygbwxpRRoCo9UQAvD_BwE](https://www.who.int/news-room/q-a-detail/coronavirus-disease-(covid-19)-vaccines?adgroupsurvey={adgroupssurvey}&gclid=CjwKCAjwlrqHBhByEiwAnLmYUF474iiA3Qzvjqq1aikdp9w9ax4Njg3tZdjs-qGbJ_HkM9fygbwxpRRoCo9UQAvD_BwE).

4 A AstraZeneca, já aprovada e distribuída no Brasil e em outros 187 países, não foi, até o presente momento, aprovada pelo órgão regulador nos EUA, a FDA.

5 Ver: <https://www.who.int/news/item/07-05-2021-who-lists-additional-covid-19-vaccine-for-emergency-use-and-issues-interim-policy-recommendations>.

6 Ver: <https://www.nytimes.com/2020/09/19/world/europe/russia-coronavirus-vaccine.html>.

7 Ver: <https://www.reuters.com/business/healthcare-pharmaceuticals/argentina-becomes-second-country-after-belarus-approve-sputnik-covid-19-vaccine-2020-12-23/>.

8 Ver, por exemplo, <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/anvisa-libera-sob-condicoes-controladas-parte-da-importacao-da-sputnik>.

acima de 18 anos de idade receberam uma dose e somente 13% dentre estas receberam a segunda dose, considerando a população elegível para a vacinação. Evidências recentes têm documentado tendências que têm destacado que, entre as pessoas que tomaram a primeira dose das vacinas disponíveis, pouco mais de 11% não tinham retornado, até 22 de junho, para a segunda dose. E, dentro desses casos, o não comparecimento para a segunda dose é maior em alguns estados do país incluindo Amazonas, Ceará, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

A vacinação tem, portanto, sido um tema relevante de debate nacional e internacional, em contexto de compartilhamento de informações verdadeiras e falsas, e de opiniões e orientações bastante diversas. No Brasil, além desses temas, discute-se também questões relativas à possibilidade de obrigatoriedade da vacinação e acerca da pluralidade de plataformas vacinais disponíveis. Em relação a esses quesitos, a opinião pública e o comportamento dos cidadãos ganham papel central, uma vez que o sucesso e o alcance da campanha de vacinação nacional são diretamente impactados por decisões e comportamentos em nível individual.

Neste artigo, utilizamos os dados provenientes da segunda onda da pesquisa “Valores em Crise” para analisar em que medida a ideologia política afeta a probabilidade de indivíduos afirmarem ter a intenção de tomar uma vacina contra o Sars-Cov-2. Iniciamos o artigo com uma breve discussão do surgimento da relutância e recusa para se vacinar no Brasil antes e durante a pandemia de covid-19. Baseadas nas respostas obtidas na segunda onda da pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Sivis, em janeiro e fevereiro de 2021, exploramos em que medida

as atitudes dos eleitores em relação à vacinação ao Sars-Cov-2 estão associadas ao autopositionamento na escala político-ideológica e como traços individuais específicos contribuem para as tendências observadas. Na conclusão do artigo, apresentamos uma síntese de como nossos achados contribuem para o debate sobre vacinas e vacinação no Brasil no contexto da pandemia de covid-19.

A RELUTÂNCIA OU RECUSA A SE VACINAR

Em 2015, a relutância em se vacinar foi definida pelo Grupo Consultivo Estratégico de Especialistas em Imunização da Organização Mundial da Saúde (OMS) como o atraso na aceitação ou a recusa da vacinação, apesar da disponibilidade de imunizantes (MacDonald, 2015). Essa relutância pode, ainda segundo a OMS, variar em forma e intensidade, baseada no momento e no local onde ocorre e no tipo de vacina envolvido. O problema da relutância em se vacinar é, cada vez mais, uma preocupação em diferentes partes do mundo, sendo, portanto, caracterizada pela própria OMS como uma das dez maiores ameaças à saúde global em 2019⁹.

O Brasil (bem como uma diversidade de outros países) tem enfrentado o problema da relutância e da recusa à vacinação (Sato, 2018; Brown et al., 2018). Sobre o tema, Sato (2018) aponta para a tendência de queda da cobertura vacinal no país, a partir de 2016. A autora ressalta ainda alguns componentes fundamentais do comportamento em relação

9 Ver: <https://www.who.int/news-room/spotlight/ten-threats-to-global-health-in-2019>.

às vacinas, representados pelo modelo dos “3 Cs” proposto pela OMS ainda em 2011: Confiança, Complacência e Conveniência. Esses fatores são também identificados por Brown et al., em pesquisa realizada com brasileiros. O quesito Confiança diz respeito a percepções acerca da efetividade e da segurança das vacinas, do sistema de saúde que as entrega e das motivações de agentes públicos que embasam a recomendação dos imunizantes (Sato, 2018). A Complacência, por sua vez, resulta da percepção compartilhada do baixo risco de contração das doenças, incentivando a negação da necessidade de vacinas. Por fim, segundo Sato (2018), o fator Conveniência envolve elementos como disponibilidade física de vacinas, a disposição em pagar por estas, a acessibilidade geográfica e, ainda, a habilidade de compreender e acessar informação científica.

O modelo dos “3 Cs” desenvolvido pela OMS, entretanto, não encerra em si a complexidade do fenômeno da hesitação vacinal, que ganha novas proporções no decorrer da pandemia do coronavírus, com o compartilhamento massivo de notícias falsas (*fake news*) (Carrieri, Maio & Principe, 2019; Barberia et al., 2021) e de desinformação acerca dos diversos imunizantes e dos países que sediam os laboratórios responsáveis pela produção dos imunizantes. Alguns estudos (Callaghan et al., 2020; Hornsey et al., 2020; Sanders & Burnett, 2019; Puri et al., 2020) apontam, adicionalmente, para a relevância de alinhamentos ideológicos como determinantes das atitudes e dos comportamentos dos indivíduos em relação às vacinas.

Nesse contexto, pesquisas de *survey* acerca das vacinas e da vacinação têm auxiliado na compreensão dos determinantes socioeconômicos e ideológicos que inter-

medeiam posições diversas sobre as vacinas e a vacinação. Nas próximas seções do artigo, utilizamos dados de *survey* de uma amostra de brasileiros para verificar como as atitudes relativas às vacinas estão associadas a posicionamentos ideológicos.

DADOS E METODOLOGIA DE ANÁLISE

As análises apresentadas têm como objeto os dados coletados, no início de 2021, pela pesquisa de opinião pública do Instituto Sivis. A amostra da população do país é composta de 1.986 indivíduos nesta segunda onda do painel¹⁰. Baseadas nas respostas obtidas na segunda onda da pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Sivis, em janeiro e fevereiro de 2021, exploramos em que medida as atitudes dos eleitores em relação à vacinação ao Sars-Cov-2 estão associadas ao autoposicionamento na escala político-ideológico e como traços individuais específicos contribuem para as tendências observadas. Vale reforçar que janeiro foi um mês de agravamento da pandemia na federação e também um momento importante para as vacinas, pois foi neste mês que a Anvisa autorizou o uso emergencial da AstraZeneca distribuída pela Fiocruz e da CoronaVac distribuída pelo Instituto Butantan. Foi também a partir do dia 17 de janeiro de 2021 que ambas as vacinas começaram a ser aplicadas na federação de acordo com o Plano Nacional de Imunização.

¹⁰ Usamos a segunda onda do painel. Por se tratar de um painel *on-line*, a estratégia de amostragem na primeira onda foi por cotas das principais características sociodemográficas da população brasileira. Nesta segunda, houve uma perda de parte dos painelistas, o que significa que houve um desbalanceamento na representatividade.

TABELA 1

Descrição da amostra Sivis (2021) - Variáveis relevantes

Gênero	frequência	%	% cumulativa
Homens	966	49.09	49.09
Mulheres	1002	50.91	100.00
Total	1968	100.00	
Região	frequência	%	% cumulativa
Norte	243	12.35	12.35
Nordeste	423	21.49	33.84
Sudeste	807	41.01	74.85
Sul	328	16.67	91.51
Centro-Oeste	167	8.49	100.00
Total	1968	100.00	
Níveis de renda	frequência	%	% cumulativa
Até um salário mínimo (Até R\$ 1.100,00)	464	23.58	23.58
Mais de 1 a 2 salários mínimos (Mais de R\$ 1.100,00 a R\$ 2.200,00)	567	28.81	52.39
Mais de 2 a 5 salários mínimos (Mais de R\$ 2.200,00 a R\$ 5.500,00)	611	31.05	83.43
Mais de 5 a 10 salários mínimos (Mais de R\$ 5.500,00 a R\$ 11.000,00)	245	12.45	95.88
Mais de 10 a 20 salários mínimos (Mais de R\$ 11.000,00 a R\$ 22.000,00)	64	3.25	99.14
Mais de 20 salários mínimos (Mais de R\$ 22.000,00)	17	0.86	100.00
Total	1968	100.00	
Educação	frequência	%	% cumulativa
Sem escolaridade formal	21	1.07	1.07
Ensino fundamental incompleto	333	16.92	17.99
Ensino fundamental completo	281	14.28	32.27
Ensino médio incompleto	249	12.65	44.92
Ensino médio completo	526	26.73	71.65
Ensino superior incompleto	167	8.49	80.13
Ensino superior completo	243	12.35	92.48
Pós-graduação ou acima	148	7.52	
Total	1968	100.00	

Fonte: Sivis (2021)

Nos dados coletados na segunda onda do *survey*, concentrarmos nosso estudo nas perguntas que permitam compreender como a autoidentificação ideológica afeta o interesse do indivíduo em se vacinar, levando em conta características sociodemográficas relevantes que sabemos serem importantes

em influenciar o interesse em imunizantes. A Tabela 1 resume as características para algumas das variáveis que iremos analisar.

Em contraste com muitas pesquisas de opinião realizadas no decorrer da pandemia, a pesquisa do Sivis nos permite estudar três grupos: os indivíduos que confirmam sua dis-

posição para tomar qualquer vacina aprovada pela Anvisa, aqueles que se recusam a fazer uso de imunizantes nestas mesmas condições e, por fim, aqueles que afirmam que tomariam a vacina dependendo da plataforma vacinal. Por isso, o objetivo central deste estudo será focado em analisar o impacto dos posicionamentos ideológicos individuais nas probabilidades de vacinação. Considerando estes três grupos, após uma breve análise descritiva, utilizamos modelos estatísticos para estudar o impacto de posicionamentos de natureza político-ideológica na probabilidade de os indivíduos estarem mais ou menos interessados em participar da vacinação para se protegerem contra o Sars-Cov-2¹¹.

CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS E OPINIÕES SOBRE VACINAÇÃO NO BRASIL

Conforme resumido na Tabela 1, a amostra da segunda onda é composta de 966 (49%) homens e 1.022 (51,9%) mulheres, distribuídos entre todas as regiões do país. Quando perguntados acerca de sua intenção em se imunizar com uma vacina aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), ambos, mulheres (63,4%) e homens (63,2%), responderam, em sua maio-

ria, que sim. Em contrapartida, uma minoria (15,2% homens e 12,7% mulheres) respondeu à pergunta de forma negativa. Uma terceira categoria (“Depende da vacina”) foi escolhida por 23,75% de mulheres e 21,5% de homens. Esta terceira categoria é especialmente relevante para a análise do debate sobre vacinas no país por evidenciar outro aspecto central da discussão: ao longo da Campanha Nacional de Vacinação, a disponibilidade de diferentes plataformas vacinais pautou uma série de controvérsias, culminando em preferências e defesa marcada de certos insumos em detrimento de outros. Somados à impossibilidade de escolha por todos os indivíduos da vacina que recebem, esses aspectos poderiam impactar diretamente o ritmo e a evolução da vacinação no país. A Figura 1 reporta os porcentuais de respostas em cada uma das três categorias para a pergunta sobre a disposição em se vacinar por gênero.

A idade dos participantes também aparece como característica relevante para o debate vacinal, uma vez que diferentes grupos etários foram afetados de maneiras bastante distintas pela pandemia. Aqueles que pertencem ao grupo dos maiores de 60 anos, por exemplo, fazem parte da população mais vulnerável à infecção pela covid-19, segundo documentação da OMS (2020)¹². Consequentemente estão incluídos entre os primeiros grupos prioritários da campanha de vacinação que teve início no dia 17 de janeiro de 2021¹³.

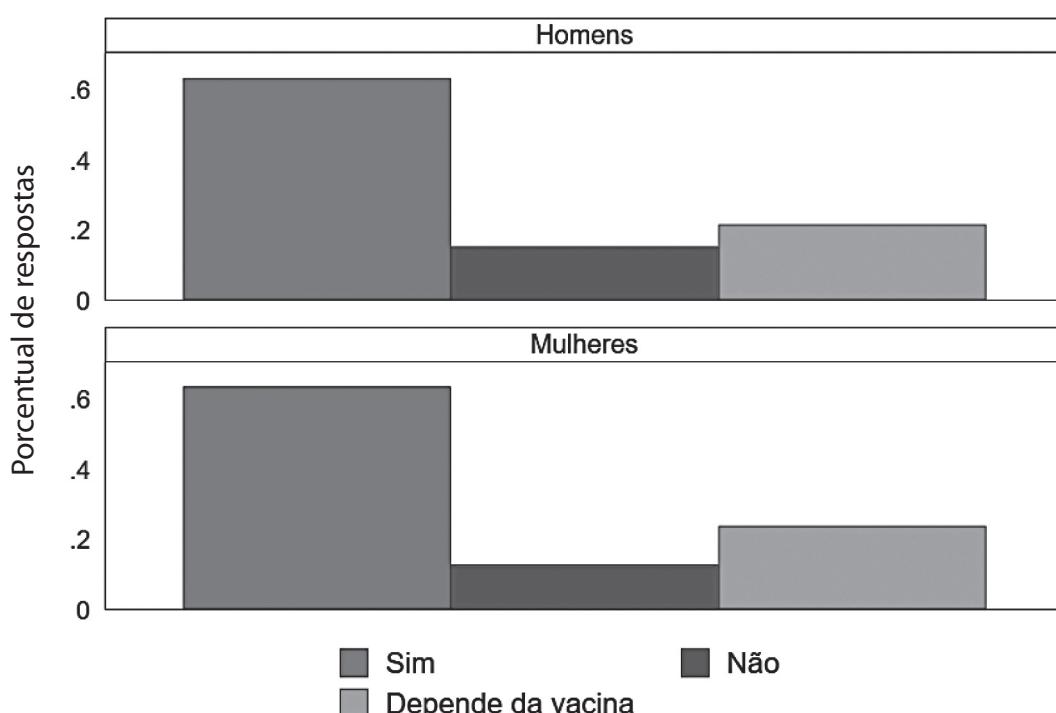
11 Modelos multinomiais são adequados nos casos de surveys nos quais as opções de respostas incluem três ou mais categorias distintas e, especialmente, nos casos em que essas respostas englobem categorias nominais (Heeringa, 2010). Os modelos de regressão multinomial permitem que verifiquemos se existem diferenças na probabilidade de se manifestar a favor de tomar uma vacina, tomar condicionalmente dependendo do tipo, ou não tomar considerando os valores observados na amostra para as demais variáveis demográficas.

12 Ver: <https://www.who.int/westernpacific/emergencies/covid-19/information/high-risk-groups>.

13 Ver: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/noticias-coronavirus/estado-de-sao-paulo-inicia-vacinacao-contra-covid-19/>.

FIGURA 1

Respostas à questão “Quando uma vacina para o coronavírus for aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e estiver disponível no país, você pretende ser vacinado?”, por gênero



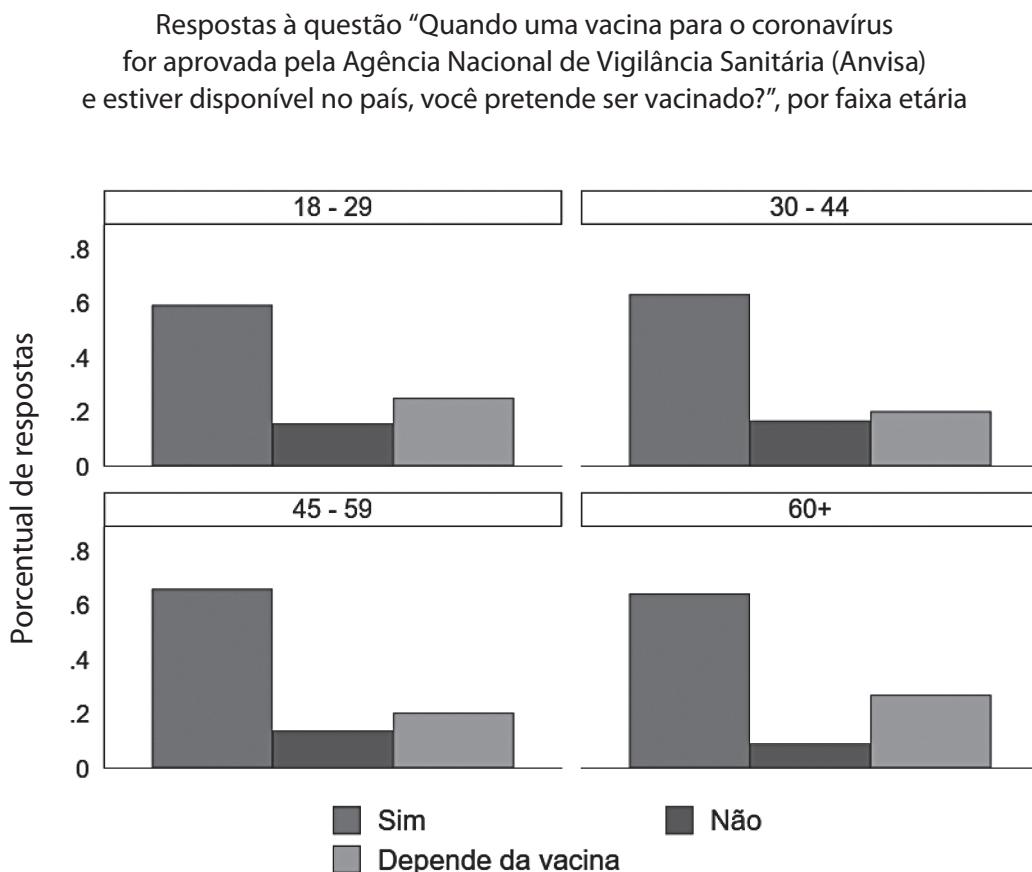
Fonte: Sivis (2021)

As faixas entre 18 e 44 anos, por sua vez, englobam a maioria dos indivíduos economicamente ativos. Estes foram muitas vezes afetados de forma desproporcional pela pandemia e pelas restrições que a seguiram, por conta das atividades laborais presenciais e essenciais. A Figura 2 exibe o comportamento das diferentes faixas etárias em relação à disposição para se vacinar. As respostas observadas neste caso seguem padrão similar ao observado no caso da variável gênero, com maior concentração no “Sim” para todas as faixas etárias. A segunda maior parcela de respostas se concentrou na opção intermediária “Depende da vacina” e, por fim, a resposta menos comum foi o “Não”.

Vale ainda ressaltar, acerca dos dados por faixa etária, que, entre aqueles com 60 anos ou mais, existe uma alteração do padrão observado nas demais categorias: reporta-se maior concentração na categoria intermediária, combinada a níveis mais baixos de respostas “Não”. Essas características podem estar associadas à percepção de risco entre aqueles que pertencem a grupos com maior probabilidade de internação hospitalar e com maiores taxas de mortalidade (Razanini et al., 2021).

A Figura 3 exibe a proporção de respondentes por região (Painel A) e as respostas à pergunta sobre vacinação por região (Painel B). Assim como observado

FIGURA 2



Fonte: Sivis (2021)

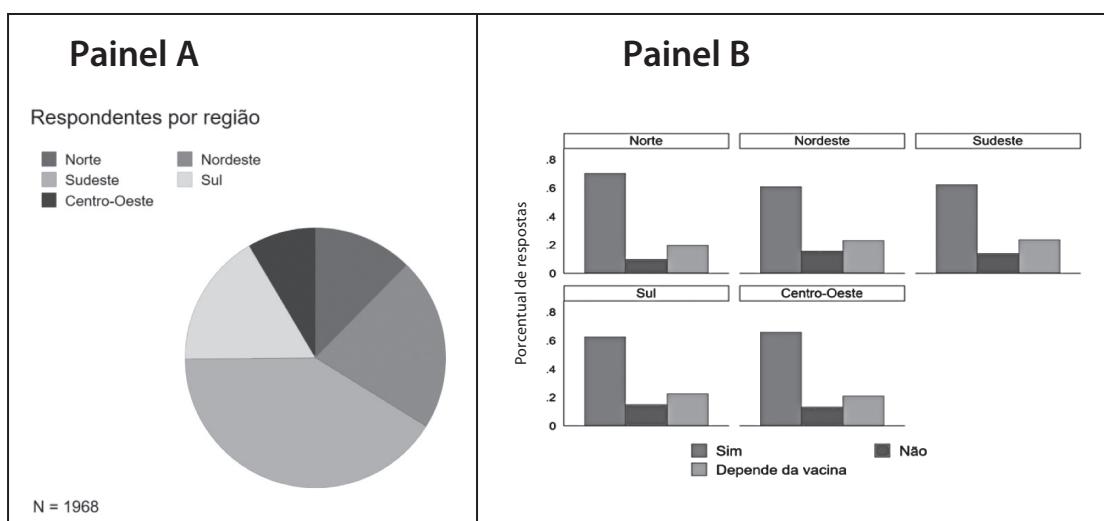
no caso de ambos os gêneros, para todas as regiões brasileiras, a maioria absoluta dos respondentes (1.244 pessoas ou 52,57% da amostra) afirma que se vacinaria com qualquer vacina aprovada pela Anvisa. Nas cinco regiões, as respostas negativas foram minoria (275 ou 13,8%). Como ressaltado anteriormente, a categoria de vacinação condicional foi escolhida por um total de 446 pessoas (22,4%) em todas as regiões. Em outras palavras, em todas as regiões do país, há uma maior proporção da população que condiciona sua participação na vacinação ao tipo de vacina disponível do que o grupo que manifesta estar claramente decidido a não se vacinar contra o Sars-Cov-2.

A Região Norte, cuja trajetória se caracteriza pelas altas taxas de mortalidade em termos relativos em 2020 (Castro et al., 2021), exibe, proporcionalmente, o maior número de respostas “Sim” (171 indivíduos ou 70,37% de um total de 243 para a região) e a menor concentração proporcional de “Não” (9,8% de um total de 243 para a região). Respostas condicionando a vacinação ao tipo de vacina representaram, na região, 19,75%.

No geral, respostas à pergunta sobre vacinação seguiram um padrão estável tanto entre homens e mulheres quanto nas diferentes regiões do país, apesar das grandes diferenças em quesitos como gestão de crise, número de casos e óbitos e

FIGURA 3

Distribuição da amostra Sivis por região e respostas à questão “Quando uma vacina para o coronavírus for aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e estiver disponível no país, você pretende ser vacinado?”, por região do país



Fonte: Sivis (2021)

outros fatores que afetam desigualmente esses territórios.

Finalmente, nos voltamos para a variável de níveis de renda, considerando a relevância deste dado para a determinação das situações individuais no decorrer da pandemia. Diversos estudos apontam para um fenômeno caracterizado como ampliação das desigualdades no contexto da pandemia (Barbosa, Costa & Hecksher, 2020). Nesse sentido, pessoas em posições socioeconômicas de vulnerabilidade seriam afetadas de forma desigual pela pandemia, em termos de medidas e políticas públicas visando a sua proteção, por exemplo. No Brasil, somada ao fato de que a maioria da população pertence às faixas de renda mais baixas, a concentração de mão de obra no mercado informal¹⁴ (IBGE, 2019) configura um contexto de precarização definitiva das relações de trabalho.

Consequentemente, no cenário da pandemia de covid-19, pessoas em situação de vulnerabilidade do ponto de vista da estabilidade salarial, e mesmo aqueles alocados entre as menores faixas de renda, experienciaram o isolamento social, ou a falta deste, de maneira diversa daqueles que tiveram a oportunidade de se isolar e praticar regimes como o *home office*. Adicionalmente, o acesso à informação relativa a cuidados sanitários e de higiene pessoal também é um aspecto marcado pela desigualdade de renda no contexto brasileiro.

14 Segundo dados do IBGE, “a informalidade no mercado de trabalho atingia 41,6% dos trabalhadores do país em 2019, ou 39,3 milhões de pessoas”. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-11/ibge-informalidade-atinge-416-dos-trabalhadores-no-pais-em-2019#:~:text=A%20informalidade%20no%20mercado%20de,aquelas%20com%20ensino%20superior%20completo. Acesso em: 12/7/2021.>

Considerando este conjunto de aspectos, observamos algumas diferenças nas respostas à pergunta sobre disposição para se vacinar, por nível de renda. O padrão geral de maioria “Sim” de respostas se mantém também para a variável de renda. O segundo maior número de respostas concentrou-se novamente na categoria intermediária, sendo a categoria “Não” a de menor concentração. Porém, novamente, ao longo de todos os grupos, a categoria de vacina condicionada ao tipo de imunizante oferecido persiste como o segundo grupo mais frequente.

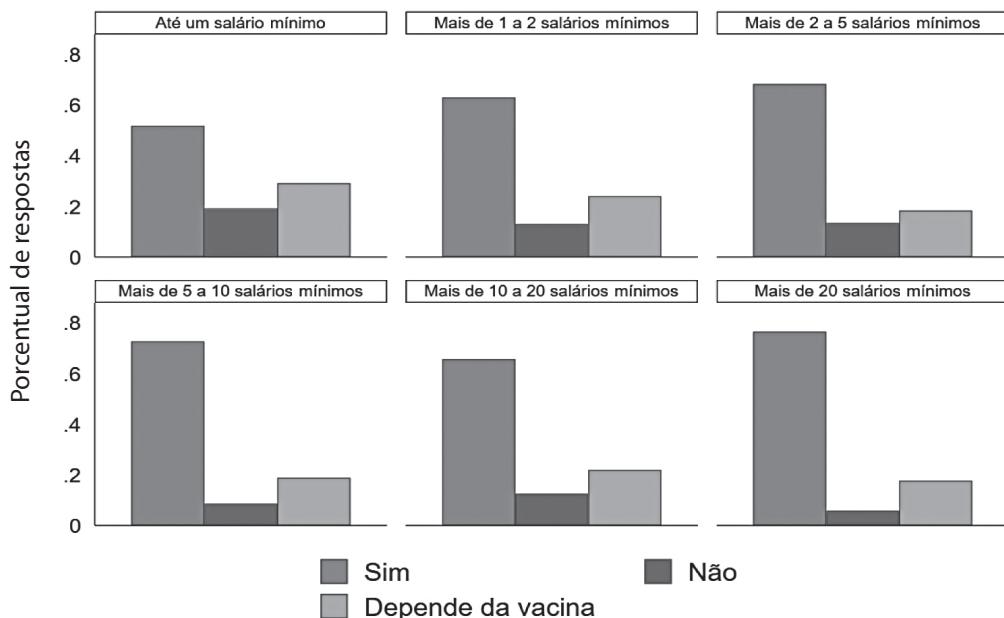
Os dados também revelam a existência de algumas diferenças importantes, sobretudo nas respostas daqueles que recebem até um salário mínimo, aqueles que recebem entre 5 e 10 salários mínimos e, por fim, aqueles

que declaram receber acima de 20 salários mínimos. No primeiro caso, observa-se maior concentração proporcional de respostas nas categorias intermediária e negativa. Este dado sugere, portanto, que pessoas na menor faixa de renda expressam maior desconfiança e até recusa em relação à vacinação ou condicionamento ao tipo de vacina. No caso das outras faixas salientadas, ocorre maior concentração de respostas positivas, combinada à redução proporcional de respostas negativas. Isto é, indivíduos que compõem esses dois níveis expressam maior confiança em relação à vacinação como um todo, através da afirmação de sua disposição a se vacinar com qualquer vacina aprovada pela Anvisa.

Finalmente, avaliamos as respostas à questão da disposição a se vacinar de

FIGURA 4

Respostas à questão “Quando uma vacina para o coronavírus for aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e estiver disponível no país, você pretende ser vacinado?”, por faixa de renda autodeclarada



Fonte: Sivis (2021)

acordo com o nível educacional autodeclarado dos respondentes. Mais uma vez, as respostas seguiram um padrão de maior concentração na categoria “Sim”, seguida pelas categorias de vacinação condicionada e “Não”, respectivamente.

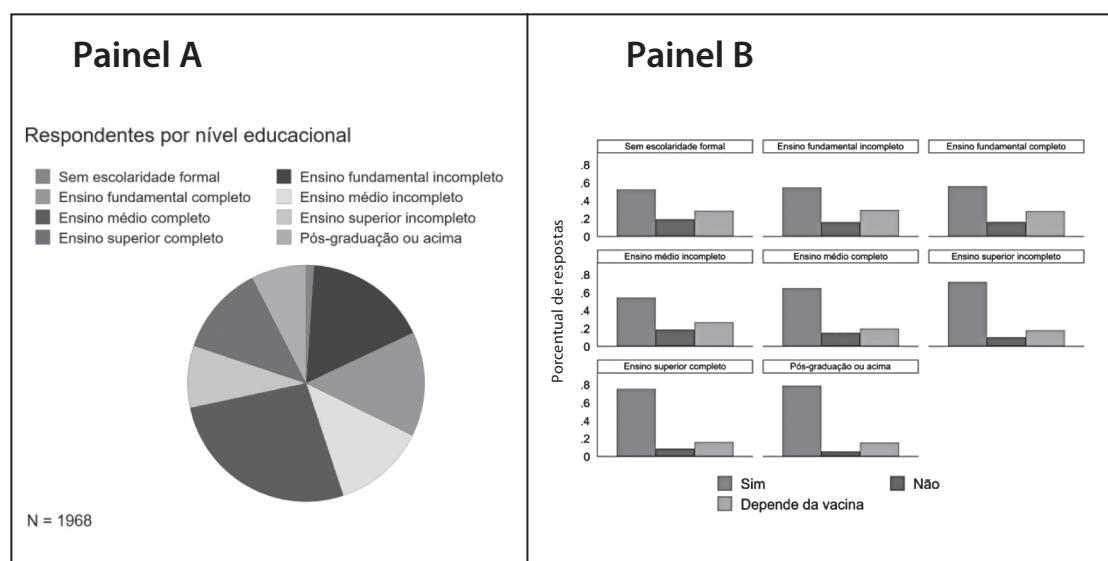
A Figura 5 exibe a distribuição de respondentes por nível educacional e a proporção das respostas à questão da vacina para cada uma dessas faixas. Nesse caso, é possível observar que o aumento no número de graus de escolaridade parece estar associado a um aumento na concentração das respostas que indicam que os indivíduos têm interesse em tomar uma vacina, acompanhado da diminuição nas outras duas categorias. Essas informações, portanto, reforçam as tendências observadas em relação à renda, uma vez que existe uma correlação direta entre escolaridade e renda no país (Andrade & Dachs, 2006).

De maneira geral, considerando as características socioeconômicas e demográficas dos respondentes da amostra, é patente a tendência de aceitação de quaisquer vacinas com aplicação autorizada pela Anvisa entre os brasileiros. Todavia, a persistência da opção pela categoria de vacinação condicionada enfatiza a relevância dessa posição, associada à desconfiança relativa às diferentes plataformas vacinais disponíveis no Brasil. Vale ressaltar que esse grupo não é um grupo minoritário. Pelo contrário, de acordo com a pesquisa, um de cada cinco brasileiros afirma estar ponderando tomar uma vacina dependendo do tipo.

Na próxima seção, adotamos um modelo multinomial no esforço de aprofundar a compreensão da relação entre posicionamentos político-ideológicos dos respondentes e seus níveis de disposição para se vacinarem.

FIGURA 5

Distribuição da amostra Sivis por região e respostas à questão “Quando uma vacina para o coronavírus for aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e estiver disponível no país, você pretende ser vacinado?”, por nível educacional autodeclarado



Fonte: Sivis (2021)

POSICIONAMENTOS POLÍTICO-IDEOLÓGICOS E A DISPOSIÇÃO A SE VACINAR NO BRASIL

O debate acerca da vacinação no Brasil esteve atrelado a diversas disputas de cunho político e ideológico, com direito a posicionamentos e ataques diretos a plataformas vacinais específicas por agentes políticos de imensa relevância (Barberia et al., 2021), incluindo o próprio presidente da República. Nesse contexto, consideramos essencial a apreciação das atitudes dos eleitores em relação à vacinação e de seu posicionamento no espectro político-ideológico. Partindo de questões que englobam medidas diretas e indiretas dos posicionamentos políticos dos respondentes, avaliamos a maneira pela qual estes impactam as preferências individuais em relação à vacinação contra o Sars-Cov-2.

Como proxy para posicionamento político-ideológico dos respondentes foram adotadas as seguintes questões provenientes dos Blocos 2 e 5. Como medida-base usamos as respostas à pergunta:

B5-P9: Em questões políticas, as pessoas normalmente falam de “esquerda” e de “direita”. Em termos gerais, como você colocaria suas visões políticas nesta escala?

No caso desta pergunta, foi solicitado que os indivíduos posicionassem suas visões políticas, em termos gerais, entre uma das categorias da escala político-ideológica (iniciadas com valor 1 para “Esquerda” e finalizadas com valor 5 para “Direita”)¹⁵. Como controle, também analisamos o perfil ideológico baseado na pergunta:

B2-PI3: Por favor, indique em que medida você concorda ou discorda da seguinte afirmação: “A decisão de ser vacinado ou não deve ser totalmente individual, de modo que obrigar o indivíduo a se vacinar é uma violação dos seus direitos”.

Respostas a esta pergunta foram obtidas através de uma escala Likert com cinco pontos (distribuídos entre a opção 1, “Concorda totalmente”, e a opção 5, “Discorda totalmente”).

Nossa análise tem como base o estudo das relações entre as respostas a cada uma dessas perguntas e aquelas obtidas na pergunta sobre a disposição a se vacinar¹⁶. Nesse sentido, nossas estimativas dos efeitos dos posicionamentos políticos individuais sob as probabilidades de querer se vacinar consideram o perfil geral, em termos de características socioeconômicas dos respondentes da amostra para cada um dos três grupos¹⁷.

A Figura 6 reporta as probabilidades preditas de respostas à pergunta sobre disposição a se vacinar, para cada respondente, em cada uma das categorias da escala ideológica, mantendo todas as outras variáveis em seu valor observado na amostra.

De acordo com a Figura 6, o posicionamento na escala político-ideológica pelos

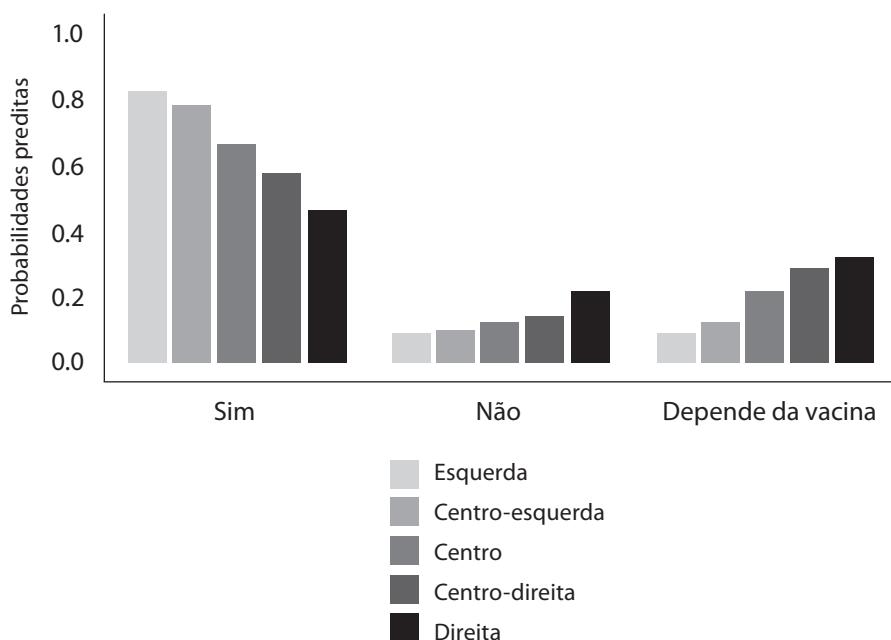
15 Com o objetivo de facilitar a análise, a escala político-ideológica foi redimensionada através da fusão de categorias próximas (de duas em duas), passando a incluir categorias 1-5 ao invés de 1-10.

16 Os dois modelos multinomiais adotados neste artigo podem ser resumidos da seguinte maneira: disposição a se vacinar = f (posicionamento ideológico, gênero, idade, nível educacional, faixa de renda, região, residência em área urbana).

17 Os dados da pesquisa não incluem respostas faltantes (*missing*) para nenhuma das variáveis discutidas no presente artigo.

FIGURA 6

Probabilidades preditas de resposta à questão “Quando uma vacina para o coronavírus for aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e estiver disponível no país, você pretende ser vacinado?”, de acordo com o posicionamento na escala (esquerda-direita)



Fonte: Sivis (2021)

indivíduos está associado a diferentes probabilidades de resposta positiva à questão sobre disposição a se vacinar. Nesse sentido, a probabilidade de responder “Sim” é maior entre aqueles que se identificam à esquerda da escala (12,39%) e ao centro-esquerda (8,9%). Como os intervalos de confiança de cada estimativa não se sobrepõem, também confirmamos que essas diferenças entre grupos são significativas. Ou seja, há diferenças entre grupos condicionados a sua ideologia em tomar a vacina.

Em relação à categoria “Depende da vacina”, pessoas à direita (24,2%) e centro-direita (11%) apresentam maior probabilidade de escolher essa resposta. As diferenças, apesar de menores do que as observadas no

caso das respostas positivas, são também significativas. Por fim, as probabilidades, por categoria ideológica, de resposta negativa são, similarmente, maiores para aqueles à direita do espectro. Nesse caso, entretanto, as diferenças entre as probabilidades preditas são bastante reduzidas. Vale ainda ressaltar que, de modo geral, as tendências, no caso de todos os subgrupos ideológicos, seguem o padrão observado anteriormente, com mais pessoas respondendo “Sim”. O padrão também se repete no caso das respostas intermediárias e negativas, que são a segunda e a terceira mais escolhidas, respectivamente.

Além da identificação ideológica como medida direta do posicionamento político dos entrevistados, utilizamos as respostas

sobre se os indivíduos pensam que a decisão de ser vacinado ou não deve ser totalmente individual como uma medida alternativa de posicionamento ideológico. Dessa forma, podemos interpretar esses resultados como um teste de robustez para as tendências previamente observadas. Na Figura 7 mostramos como as respostas a essa pergunta afetam a disposição dos indivíduos a se vacinarem para cada uma de três categorias possíveis.

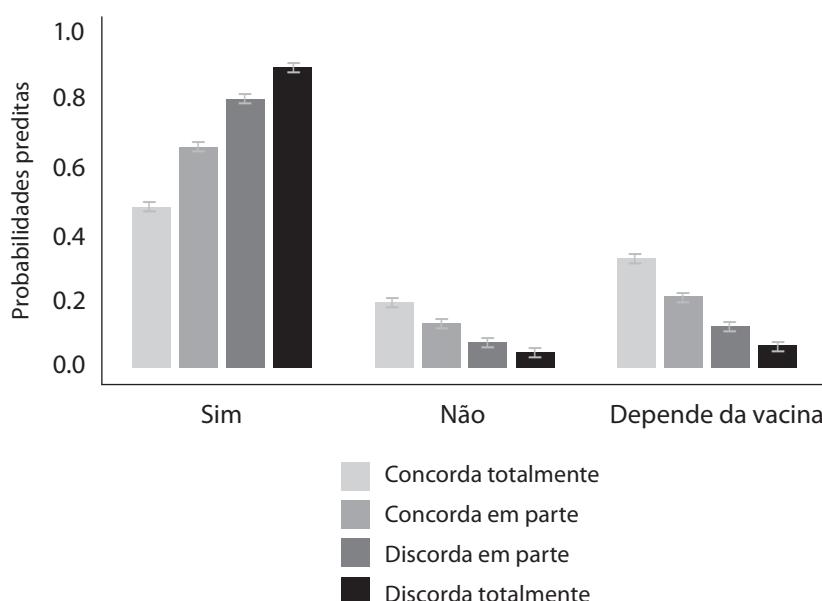
No caso da pergunta “Por favor, indique em que medida você concorda ou discorda da seguinte afirmação: ‘A decisão de ser vacinado ou não deve ser totalmente individual, de modo que obrigar o indivíduo a se vacinar é uma violação dos seus direitos’”, aqueles que discordam totalmente exibem maior probabilidade de responder “Sim”

quando perguntados se tomariam uma vacina aprovada pela Anvisa. Essa probabilidade diminui gradativamente, com o aumento dos níveis de concordância. Isto é, aqueles que acreditam que a obrigatoriedade da vacinação constitui uma violação dos direitos individuais tendem a ter menor probabilidade de quererem se vacinar com qualquer vacina aprovada pela Anvisa.

Como no caso da autoclassificação ideológica, as diferenças entre os níveis de concordância com a legitimidade da obrigatoriedade da vacina e as probabilidades de resposta associadas a estes são significativas, uma vez que não ocorre a sobreposição dos intervalos de confiança para cada uma das estimativas. Ainda em padrão similar, níveis mais altos de concordância com a

FIGURA 7

Probabilidades preditas de resposta à questão “Quando uma vacina para o coronavírus for aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e estiver disponível no país, você pretende ser vacinado?”, de acordo com as respostas à questão da obrigatoriedade da vacina no país



Fonte: Sivis (2021)

concepção de que a vacina obrigatória seria uma violação dos direitos individuais estão associados a maiores probabilidades de escolha das categorias intermediária e negativa pelos respondentes, respectivamente. Finalmente, vale ainda ressaltar que, no geral, a distribuição das respostas para todos os níveis de concordância/discordância segue a tendência anteriormente observada, com maior concentração de respostas positivas, seguidas por respostas intermediárias e negativas, nesta ordem.

CONCLUSÃO

O impacto da política e as incertezas associadas às vacinas desenvolvidas e aprovadas para proteger a população contra o Sars-Cov-2 têm sido objeto de grande repercussão no Brasil e no mundo, mas os estudos sobre o tema ainda são incipientes. Como medida farmacológica de maior impacto até então disponível para combate e mitigação da pandemia do coronavírus, as vacinas representam, atualmente, um dos métodos mais eficazes adotados pelos governos como carro-chefe da luta contra o vírus. Em contextos nos quais tomar uma vacina é opcional, a opinião pública acerca da vacinação como política pública, bem como a disposição a se vacinar com quaisquer ou alguma das plataformas vacinais disponíveis no país, são fatos de extrema relevância para o sucesso da Campanha Nacional de Vacinação e para a imunização eficiente da população brasileira.

A avaliação das respostas de uma amostra representativa da população brasileira acerca da disposição a se vacinar sugere que a população, independentemente de

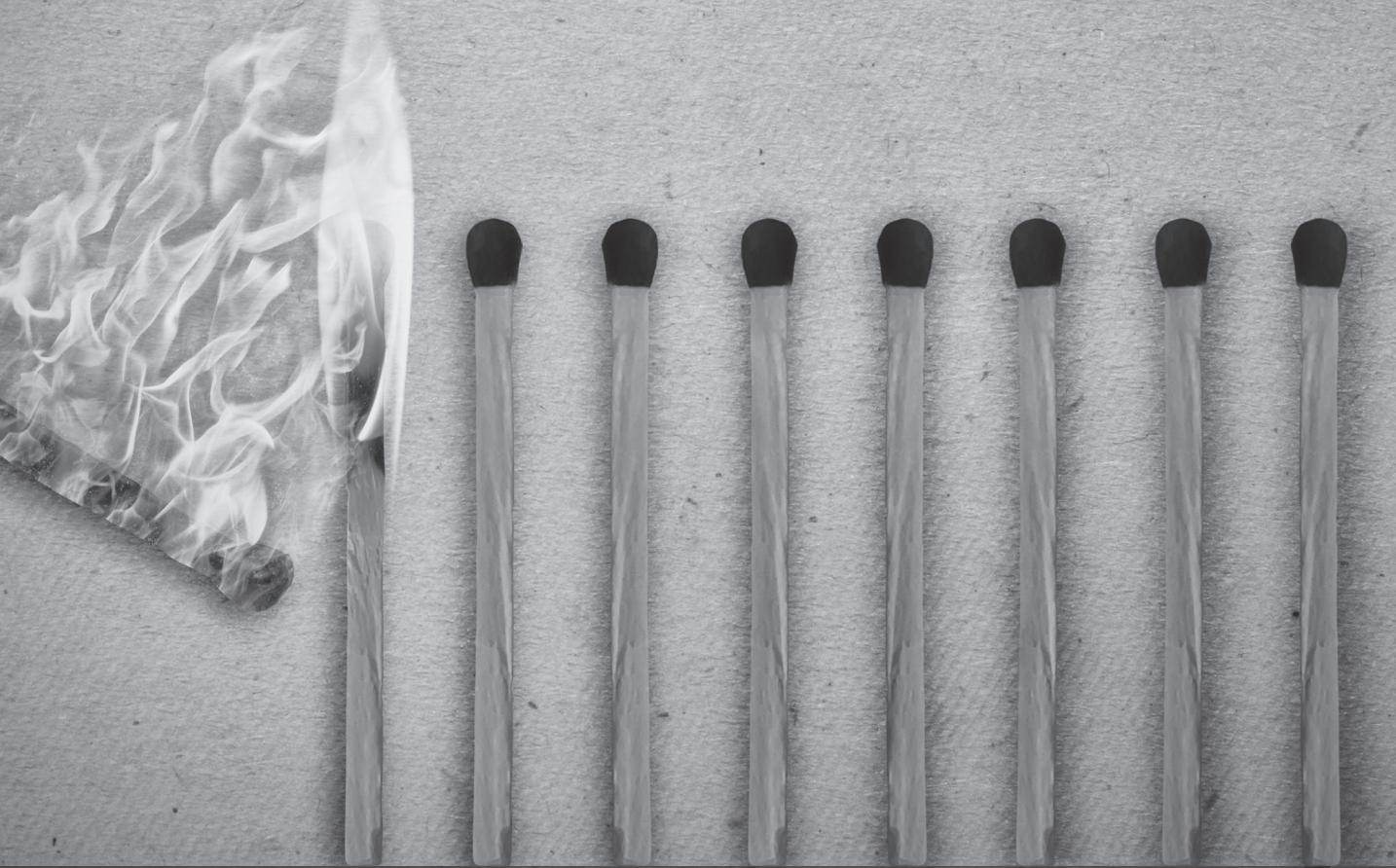
distinções sociodemográficas e de posicionamentos político-ideológicos, tem, em sua maioria, intenção de se imunizar com qualquer vacina aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Ademais, essa disposição é maior entre os mais ricos, os mais escolarizados e aqueles com 60 anos ou mais. A probabilidade de resposta positiva à questão acerca da disposição a se vacinar é também mais acentuada entre aqueles que se identificam mais à esquerda da escala político-ideológica, bem como entre aqueles que discordam de que a vacinação obrigatória configure uma violação dos direitos individuais.

De maneira paralela, pessoas que recebem até um salário mínimo e aqueles com menos anos de escolaridade têm maior concentração proporcional nas categorias intermediária e negativa, respectivamente. Assim, também observamos maiores probabilidades de escolha dessas categorias pelos indivíduos à direita do eixo político-ideológico, bem como entre aqueles que concordam com a afirmação de que a vacinação obrigatória seria uma violação dos direitos individuais.

Apesar da concentração generalizada de respostas positivas, que indica uma disposição coletiva da população brasileira para se vacinar, é importante que seja observada a persistência, entre os diferentes grupos, da dúvida em relação a algumas plataformas vacinais, manifestada através da escolha da categoria que condiciona se vacinar à marca da vacina, o que é um novo e importante fenômeno. Como discutido previamente, a discriminação de plataformas vacinais específicas é um elemento que pode atrasar a campanha de vacinação e, ao mesmo tempo, dificultar a imunização generalizada da população.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, C.; DACHS, J. N. "Acesso à educação por faixas etárias segundo renda e cor/raça." *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 131, São Paulo, 2007, pp. 399-422.
- BARBERIA, L. G. et al. "Nota Técnica Nº 31 - Alcance e profundidade dos ataques do Presidente da República e de políticos à CoronaVac nas mídias sociais é maior do que se imaginava e pode afetar imunização no Brasil com fortalecimento de grupos antivacina". *Rede de Pesquisa Solidária em Políticas Públicas e Sociedade*, São Paulo, v. 31.
- BARBOSA, A. L. N. H.; COSTA, J. S. M.; HECKSHER, M. D. *Mercado de trabalho e pandemia da covid-19: ampliação de desigualdades já existentes?* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.
- CARRIERI, V.; MADIO, L.; PRINCIPE, F. "Vaccine hesitancy and (fake) news: quasi-experimental evidence from Italy". *Health Economics* 28(11), 2019, pp. 1377-82.
- CASTRO, M. C. et al. "Spatiotemporal pattern of covid-19 spread in Brazil". *Science* 372(6544), 2021, pp. 821-6.
- HEERINGA, S. G.; WEST, B. T.; BERGLUND, P. A. *Applied survey data analysis*. Chapman & Hall/CRC, 2010.
- HORNSEY, M. J. et al. "Donald Trump and vaccination: the effect of political identity, conspiracist ideation and presidential tweets on vaccine hesitancy". *Journal of Experimental Social Psychology* 88, 2020.
- MACDONALD, N. E. et al. "Vaccine hesitancy: definition, scope and determinants". *Vaccine* 33(34), 2015, pp. 4161-4.
- PURI, N. et al. "Social media and vaccine hesitancy: new updates for the era of covid-19 and globalized infectious diseases". *Human Vaccines & Immunotherapeutics* 16(11), 2020, pp. 2586-93.
- RANZANI, O. T. et al. "Characterisation of the first 250000 hospital admissions for covid-19 in Brazil: a retrospective analysis of nationwide data". *The Lancet Respiratory Medicine* 9(4), 2021, pp. 407-18.
- SANDERS, C.; BURNETT, K. "The neoliberal roots of modern vaccine hesitancy". *Journal of Health and Social Science* 4(2), 2019, pp. 149-56.
- SATO, A. P. S. "What is the importance of vaccine hesitancy in the drop of vaccination coverage in Brazil?". *Revista de Saúde Pública* 52, 2018.
- SORAL, Wiktor; BILEWICZ, M. "The politics of vaccine hesitancy: an ideological dual-process approach". 2021. Disponível em: [Psyarxiv.com](https://psyarxiv.com).
- WERNECK, G. et al. "Brasil precisa aplicar mais 227 milhões de doses de vacinas para atingir a cobertura vacinal com duas doses de toda a população". Nota Técnica Nº 25, 2021.



Confiança na mídia durante a pandemia de covid-19 no Brasil: adesão às mídias tradicionais e digital, aspectos socioeconômicos e a intersecção com a avaliação de governo

Michele Goulart Massuchin

Emerson Urizzi Cervi

resumo

As últimas décadas indicam mudanças nos padrões de consumo de informação e na relação de confiança entre cidadãos e instituições, incluindo a imprensa tradicional e os meios digitais. Em meio a esse processo surge uma nova demanda por informação, a da pandemia de covid-19. Dessa forma, busca-se compreender o comportamento dos brasileiros em relação à confiança nas fontes de informações tendo como foco este contexto. Identificam-se as características socioeconômicas de quem confia nas RSO e meios tradicionais e verifica-se como isso está relacionado às opiniões sobre o governo em respostas dadas a duas ondas de pesquisas. Trata-se de uma análise no nível individual, que verifica mudanças e manutenções no comportamento em relação às duas pesquisas do projeto "Valores em Crise" (maio/2020 e janeiro/21).

Palavras-chave: confiança; mídia tradicional; mídia digital; covid-19; avaliação de governo.

abstract

The last few decades indicate changes in information consumption and in the institutional trust, including the traditional press and the digital media. During this crisis of communication, we have a new information demand about the covid-19 pandemic. We seek to understand the behavior of Brazilian citizens observing trust in information sources, focusing on the context of the covid-19 pandemic. We identify the socioeconomic characteristics of those who trust on RSO and traditional media and we see how this is related to opinions about the government collected during two similar surveys. It is an individual level analysis, to verify changes and maintenance in the behavior of citizens comparing two surveys of the "Values in Crisis" project (May/2020 and January/21).

Keywords: trust; traditional media; digital media; covid-19; government assessment.

O

consumo de informação se alterou nas últimas décadas, resultado das novas possibilidades tecnológicas e dos fluxos de conteúdo no ambiente digital. Neste contexto, o acesso aos impressos segue em declínio enquanto o uso de redes sociais cresce expressivamente. No Brasil, são 140 milhões de usuários (Kemp, 2020). Newman et al. (2020) mostram, adicionalmente, que, ao menos nos últimos dez anos, notícias *on-line* têm ultrapassado a televisão como fonte de informação em diversos países e hoje mais da metade dos brasileiros consome informação pelas mídias sociais. Os números globais podem ser reportados para o caso brasileiro, com destaque para o aumento do uso do WhatsApp (Agência Brasil, 2020), Facebook (Newman et al., 2020) e YouTube (Relatório Video Viewers, 2017). No que diz respeito às informações sobre a covid-19, as pesquisas também mostraram a centralidade dessas

plataformas no espalhamento de conteúdos no Brasil e, também, em outros países (Massuchin et al., 2021; Machado et al., 2020; Casero-Ripollés, 2020).

Concomitante a essa mudança no consumo, as relações de confiança nas instituições midiáticas também foram alteradas. Há um processo de desconfiança das instituições em geral – desde o Congresso à imprensa (Moisés, 2005; Ribeiro, 2011; Mick, 2019). E, no Brasil, além de a confiança na imprensa ser ultrapassada por outras instituições (GFK Verein, 2015), a comparação com a internet indica desconfiança com a mídia tradicional (televisão, rádio e jornal), evidenciando descredito nos grandes grupos de comunicação,

MICHELE GOULART MASSUCHIN

é professora e pesquisadora dos programas de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) e em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

EMERSON URIZZI CERVI

é professor e pesquisador dos programas de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) e em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

como *Globo News*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Veja* (Newman et al., 2020).

As mudanças nos índices de confiança nas mídias tradicionais têm relação com o contexto de um jornalismo em crise tecnológica e financeira (Siles & Boczkowski, 2012). Se até o início do século XXI a mídia tradicional – impresso, rádio e televisão – não dividia espaço com outras fontes de informação, com a migração para o *on-line*, novos atores nativos digitais ocupam o mesmo espaço e fazem circular seus conteúdos (García-Perdomo et al., 2017), o que no caso brasileiro fica perceptível na pesquisa de Santos (2019), quanto a um ambiente híbrido (Chadwick, 2013).

Por último, aumentou o acesso à internet na última década. Conforme os dados da “Pesquisa Brasileira de Mídia” (Brasil, 2016), a internet ultrapassou o rádio e passou a ocupar a segunda colocação entre as principais fontes de informação. Isso é impulsionado pelo crescimento do uso dos celulares, que chegou a 94% dos lares em 2019 (IBGE, 2019). E, com os planos *mobile*, cada vez mais brasileiros usam o aparelho para navegar, chegando a 98% dos respondentes com algum tipo de acesso (CGI.br, 2020). Durante a pandemia de covid-19, por exemplo, 72% dos cidadãos buscaram informações sobre saúde na internet tendo como meio majoritário o celular (CGI.br, 2020). Ler notícias *on-line* também saltou de 65% para 72% (CGI.br, 2020) durante o período.

Esse cenário de aumento do consumo no ambiente digital se dá num contexto complexo de deslegitimização das instituições (Albuquerque, 2019) e crise epistêmica da democracia (Dalgren, 2019). Verifica-se, ainda, a estruturação de uma rede digital de desinformação que, embora tenha

como ponto de inflexão as eleições de 2016 nos Estados Unidos (Benkler et al., 2018), no Brasil se destaca de forma substancial nas eleições de 2018 (Ruediger, 2019) e tem atravessado a pandemia de covid-19 (Recuero, 2021).

Durante a pandemia, a busca por informações sobre saúde ressalta que a desconfiança nas organizações midiáticas (18%) e em pessoas conhecidas (21%) é muito similar (Newman et al., 2020). Há, portanto, uma mudança de lógica em que a mídia tradicional se torna distante e o aplicativo de mensagem, por exemplo – pela mediação que ocorre por conhecidos e familiares –, torna-se próximo. Outro dado que contribui com a circulação de desinformação sobre saúde no ambiente digital é que fontes *on-line* também tendem a ser relativamente confiáveis, como buscadores (45%), sites de vídeo (29%), mídias sociais (26%) e aplicativos de mensagem (24%) (Newman et al., 2020). Ou seja, não se trata apenas da circulação de desinformação, mas de uma maior legitimidade dada aos espaços em que esses conteúdos circulam.

Dessa forma, é fundamental compreender o comportamento dos cidadãos neste contexto de crise de saúde pública em relação à confiança nas fontes de informações que recebem. Para isso, o artigo busca (1) indicar os padrões de confiança nas redes sociais e meios tradicionais ao longo da pandemia; (2) identificar se há diferenças em relação às características socioeconômicas de quem confia mais nas Redes Sociais On-line (RSO) em comparação aos meios tradicionais no contexto da covid-19; e (3) verificar como a confiança em mídias tradicionais e digitais está relacionada às opiniões sobre o atual governo. Com isso,

interessa responder às seguintes perguntas: “Como se distribuem as confianças nas RSO e meios tradicionais em meio à pandemia de covid-19? Como as possíveis mudanças na avaliação do papel do governo no combate à pandemia associam-se à confiança em meios de comunicação e às características socioeconômicas dos entrevistados?”.

É importante reforçar, por último, que no contexto de deslegitimização das instituições e da imprensa tradicional partindo de figuras públicas como o próprio presidente (Fenaj, 2020), torna-se relevante relacionar dados de confiança com a avaliação da atual gestão, da mesma forma que em um país extremamente desigual no acesso às tecnologias (IBGE, 2020) é importante reconhecer como isso está relacionado ao modo como os cidadãos consomem informação, especialmente em um momento no qual a disputa narrativa se estabelece de forma polarizada (Recuero, 2021).

ABORDAGEM METODOLÓGICA E EXPOSIÇÃO DAS VARIÁVEIS DE ANÁLISE

A partir dos dados de painéis de pesquisas de opinião realizadas no Brasil no âmbito do projeto “Valores em Crise”, aplicadas em maio/2020 e janeiro/2021, faz-se uma análise no nível individual, buscando verificar as mudanças e manutenções no comportamento dos indivíduos em relação às duas pesquisas, já que se trata de percepções dos mesmos indivíduos em dois momentos. O quantitativo de respondentes considerados, a partir das respostas nos dois momentos de aplicação do *survey* e com respostas válidas às variáveis centrais

para esse estudo, foi de 1.929. O texto foca as variáveis socioeconômicas (idade, sexo, renda e escolaridade) relacionando-as com a confiança nas mídias sociais e tradicionais. Soma-se também a observação de como essa confiança em mídias sociais e tradicionais está associada à avaliação do desempenho do atual governo na pandemia no Brasil. O Quadro 1 resume as questões utilizadas do *survey* para a execução da análise.

Trabalha-se, portanto, com seis variáveis do banco de dados: quatro delas do grupo de informações socioeconômicas, uma sobre confiança e uma sobre avaliação de governo. Busca-se com esses dados verificar como se distribuem as confianças nas RSO e meios tradicionais em meio à pandemia de covid-19 e como as possíveis mudanças na avaliação do papel do governo no combate à pandemia associam-se à confiança em meios de comunicação e às características socioeconômicas dos entrevistados.

PADRÕES DE CONFIANÇA NAS REDES SOCIAIS E MEIOS TRADICIONAIS AO LONGO DA PANDEMIA

Para identificar os padrões de confiança (em maio/2020 e janeiro/2021) utilizam-se as respostas à pergunta: “Quão dignas de confiança você acredita que são as mídias sociais, como Twitter e Facebook, em comparação com mídias tradicionais, como a TV e os jornais?”. Depois de agregada a escala de respostas, que inicialmente eram distribuídas em uma escala de 1 a 5, as categorias são as seguintes: 1) As mídias sociais são mais dignas de confiança; 2) Ambas iguais; 3) As mídias tradicionais são mais dignas de confiança. Reunidas as

QUADRO 1

Resumo das variáveis incluídas na análise sobre confiança e consumo de informação

Eixo	Variáveis
Socioeconômico	Sexo - Você é... [1] homem [2] mulher
	Idade - faixas [5 faixas desde 17 anos ou menos até 60 anos ou mais]
	Qual é o grau de escolaridade mais alto que você obteve até agora? [8 faixas, desde sem escolaridade formal até pós-graduação]
	Somando a renda mensal de todas as fontes e de todas as pessoas que moram na sua casa, em qual das seguintes faixas se enquadraria aproximadamente a renda média domiciliar da sua casa por mês? [6 faixas, desde 1 salário mínimo até mais de 20 salários mínimos]
Confiança e consumo	Quão dignas de confiança você acredita que são as mídias sociais, como o Twitter ou o Facebook, em comparação com as mídias tradicionais, como a TV ou os jornais? [escala de 1 a 5, sendo 1 "As mídias sociais são mais dignas de confiança" e 5 "As mídias tradicionais são mais dignas de confiança"]
Avaliação de governo	Quão bem ou mal você avalia que o nosso governo está enfrentando a crise do coronavírus? [escala de 1 a 5, sendo 1 "Está enfrentando muito mal" e 5 "Está enfrentando muito bem"]

Fonte: Projeto “Valores em Crise” (2020)

respostas dadas à referida pergunta nas duas ondas, tem-se quatro categorias possíveis de comportamento. O respondente “Não confia” em RSO se respondeu nas duas ondas que as mídias tradicionais são mais dignas de confiança e vice-versa. “Sempre confia” quando deu a mesma resposta nas

duas ondas e na direção de que a mesma modalidade é mais digna de confiança que outra. Se o respondente mudou de opinião, existem duas possibilidades: ele confiava antes e deixou de confiar depois (“Confia – 1^a onda”), ou não confiava, mas passou a confiar (“Confia – 2^a onda”).

TABELA 1

Distribuição das confianças em meios de comunicação

Categoria	RSO		Meios tradicionais	
	Nº	%	Nº	%
Não confia	1357	70,3	1055	54,7
Confia - só 1 ^a onda	217	11,2	244	12,6
Confia - só 2 ^a onda	212	11,0	289	15,0
Sempre confia	143	7,4	341	17,7
Total	1929	100,0	1929	100,0

Fonte: autores (2021)

A Tabela 1 mostra as distribuições de frequência simples para as categorias de confiança em tipos de meios de comunicação. Do total de respondentes, 70,3% dizem confiar menos em RSO do que em meios tradicionais, contra 54,7% que confiam menos nos meios tradicionais. Apenas 7,4% dizem confiar sempre nas RSO, contra 17,7% que confiam sempre mais nos meios tradicionais. Cerca de $\frac{1}{4}$ dos respondentes mudou de opinião entre as duas ondas. No caso de RSO, foram 22,2% de mudança, dividida praticamente ao meio: 11,2% disseram confiar em RSO apenas na primeira onda e deixaram de confiar na segunda, contra 11% que só disseram confiar em RSO na segunda onda. No caso dos meios tradicionais, as mudanças somaram 27,6%, divididos em 12,6% que deixaram de confiar nos meios tradicionais, contra 15% que passaram a confiar na segunda onda.

Os porcentuais mostram uma relativa estabilidade nas confianças, sendo que, para cada respondente que deixa de confiar mais em uma categoria, há outro que antes não confiava e passou a confiar ao longo da pandemia. Em geral, de cada dez respondentes, sete dizem confiar menos nas RSO do que nos meios tradicionais, um diz confiar mais e dois mudam de opinião entre as duas ondas. No caso dos meios tradicionais, em cada dez respondentes, cinco dizem confiar menos neles do que nas RSO, dois dizem confiar mais e três mudam de opinião. Embora os porcentuais de confiança nas duas ondas estejam próximos entre RSO e meios tradicionais (7,4% e 17,7%), o que mostra mais desconfiança que confiança nas informações consumidas de forma geral, a não confiança mantida é maior no caso das RSO do que nos meios tradicionais.

Mesmo assim, é importante ressaltar que mais de 50% dos respondentes não confiam na mídia tradicional que ocupa espaço histórico relevante no cenário comunicacional brasileiro, principalmente a televisão, o que ilustra a crise de confiança já reportada (GFK Verein, 2015; Mick, 2019). Mais adiante testaremos a intensidade de confiança em cada modalidade de comunicação com a avaliação da atuação do governo no combate à pandemia. Antes, analisaremos as distribuições das confianças nos meios de comunicação por característica socioeconômica.

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E A RELAÇÃO COM A CONFIANÇA EM MÍDIAS TRADICIONAIS E DIGITAIS

Para a análise das distribuições de confiança por característica socioeconômica, neste tópico utilizamos as variáveis a seguir: sexo, escolaridade, renda e faixa etária. A escolaridade baixa vai de “sem instrução formal” até ensino fundamental, depois ensino médio e escolaridade alta para nível superior. As faixas de renda foram agregadas considerando-se de renda baixa a família com até dois salários mínimos mensais; renda média, aquela que tem entre dois e dez salários mínimos mensais na família; acima de dez salários mínimos é renda alta. Em relação à idade, foram classificados como jovens os respondentes entre 18 e 29 anos, adultos são entre 30 e 59 anos e idosos, acima de 60 anos.

A Tabela 2, a seguir, sumariza os porcentuais de respostas para cada uma das categorias apresentadas na Tabela 1, demonstrando as variações conforme essas faixas estipuladas das variáveis socioeco-

nômicas. Os porcentuais são por categoria socioeconômica, mas divididos para RSO e para meios tradicionais. Como já se sabe que há grande concentração de respostas em “Confia menos”, indica-se as maiores diferenças proporcionais entre as categorias, destacando os porcentuais que mais se diferenciam em relação às outras categorias socioeconômicas por categoria de confiança. Sexo é a variável que apresenta a maior distinção entre categorias de confiança. Mulheres confiam menos em RSO (74,6%). Homens ou confiam mais (9,3% contra 5,6%) ou passaram a confiar na segunda onda (13% contra 9% de mulheres). O inverso acontece em relação aos meios tradicionais. Homens confiam menos na mídia tradicional (56,9% contra

52,6%), enquanto mulheres confiam mais (18,5% contra 16,8% de homens).

Em relação à escolaridade, respondentes com escolaridade alta confiam menos em RSO (77,3%) e com escolaridade média tendem a ter uma participação proporcional maior em confiança em RSO (9,5% contra 6,1% de baixa e 5,9% de alta). Em relação aos meios tradicionais, respondentes com escolaridade baixa tendem a perder mais a confiança (15,8%) e com escolaridade alta tendem a confiar mais, com diferença bastante robusta (27,9%, contra 11,9% e 14,9%). Outra variável socioeconômica inserida é a renda, que apresenta um comportamento parecido com a escolaridade. Respondentes com renda média tendem a confiar menos em RSO (72,1%) e os de renda baixa tenderam a

TABELA 2

Distribuição da confiança por características socioeconômicas

Categoria	Homem	Mulher	Esc. baixa	Esc. média	Esc. alta	Renda baixa	Renda média	Renda alta	Jovem	Adulto	Idoso
Confia menos RSO	621	736	423	504	430	693	610	54	265	793	299
	65,9%	74,6%	69,7%	65,8%	77,3%	69,2%	72,1%	66,7%	71,4%	70,5%	69,1%
Confia RSO 1ª onda	110	107	77	92	48	122	87	8	49	125	43
	11,7%	10,8%	12,7%	12,0%	8,6%	12,2%	10,3%	9,9%	13,2%	11,1%	9,9%
Confia RSO 2ª onda	123	89	70	97	45	121	80	11	32	130	50
	13,1%	9,0%	11,5%	12,7%	8,1%	12,1%	9,5%	13,6%	8,6%	11,6%	11,5%
Confia RSO	88	55	37	73	33	66	69	8	25	77	41
	9,3%	5,6%	6,1%	9,5%	5,9%	6,6%	8,2%	9,9%	6,7%	6,8%	9,5%
Confia menos trad.	536	519	348	443	264	568	440	47	200	606	249
	56,9%	52,6%	57,3%	57,8%	47,5%	56,7%	52,0%	58,0%	53,9%	53,9%	57,5%
Confia trad. 1ª onda	107	137	96	80	68	133	103	8	49	155	40
	11,4%	13,9%	15,8%	10,4%	12,2%	13,3%	12,2%	9,9%	13,2%	13,8%	9,2%
Confia trad. 2ª onda	141	148	91	129	69	154	130	5	48	170	71
	15,0%	15,0%	15,0%	16,8%	12,4%	15,4%	15,4%	6,2%	12,9%	15,1%	16,4%
Confia trad.	158	183	72	114	155	147	173	21	74	194	73
	16,8%	18,5%	11,9%	14,9%	27,9%	14,7%	20,4%	25,9%	19,9%	17,2%	16,9%

Fonte: autores (2021)

deixar de confiar em RSO na segunda onda (12,2%), enquanto os de renda alta passaram a confiar mais, comparativamente (13,6%). Em relação aos meios tradicionais, respondentes de renda baixa também tenderam mais a deixar de confiar (13,3%), embora também tenham feito um movimento de passar a confiar mais na segunda onda (15,4%), comparados com os cidadãos de renda alta, que fizeram menos esse movimento (6,2%). Ao mesmo tempo, aqueles de renda alta são os que mais confiam em meios tradicionais (25,9%). No geral, cidadãos de renda alta se encontram em dois opostos porque, tanto na confiança em RSO quanto em mídia tradicional, apresentam maiores porcentuais em relação às duas outras categorias. Porém, as maiores diferenças se dão em relação à maior confiança em mídias tradicionais.

Para a variável idade, os mais jovens confiam menos e deixaram de confiar nas RSO ao longo do tempo (13,2%), em comparação aos adultos e idosos. Os mais velhos, além de confiarem mais nas RSO (9,5%), também se inclinaram mais a confiar nelas ao longo do tempo. Já para os meios tradicionais, os mais velhos confiam menos (57,5%), embora tenham migrado mais sua opinião na segunda onda. Enquanto isso, os jovens são os que mais depositam confiança na mídia tradicional (19,9%). Esse dado é relevante porque, embora tendam a ter maior acesso ao ambiente *on-line* no Brasil (IBGE, 2020), a confiança tende a ser mais cautelosa, o que já vinha sendo verificado por outras pesquisas (Brasil, 2015). A intensidade de uso é proporcionalmente inversa à confiança nas informações adquiridas no ambiente digital. De forma resumida, o perfil que mais se encaixa na confiança nas RSO é do homem, de escolaridade média, alta renda e mais

velho. Ao contrário, mulheres com escolaridade alta, renda média e jovens tendem a se distanciar da confiança em RSO.

AVALIAÇÃO DE GOVERNO, ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E CONFIANÇA NA MÍDIA

Nas duas ondas da pesquisa os entrevistados também responderam à pergunta sobre como o governo estava atuando para enfrentar a pandemia. As possibilidades de respostas foram organizadas na forma de escala de Likert, indo de “Enfrentando muito mal” até “Enfrentando muito bem”, passando por “Enfrentando mal”, “Nem um, nem outro” e “Enfrentando bem”. A Tabela 3, a seguir, mostra que se considerarmos os dados agregados das duas pesquisas houve pouca variação entre maio de 2020 e janeiro de 2021. Os porcentuais de avaliação do governo no enfrentamento à pandemia são muito próximos nas duas ondas. Entre 35% e 38% consideram que o governo está agindo muito mal, pouco menos de 20% acham que está indo mal ou está no ponto regular, nem bem, nem mal. Outros 15% consideram que está enfrentando bem e cerca de 7% dizem que está enfrentando muito bem.

Pelos resultados da Tabela 3, a seguir, parece que quase um ano de pandemia não foi suficiente para alterar a avaliação que as pessoas têm do desempenho do governo no enfrentamento à crise sanitária. No entanto, como as duas pesquisas foram realizadas com a mesma amostra, é possível identificar mudanças no nível individual, permitindo maior precisão na identificação de possíveis comportamentos distintos em cada respondente. Isso porque, ainda que na Tabela 3

TABELA 3

Avaliação do desempenho do governo na pandemia em dois momentos

Como o governo está enfrentando a pandemia?	Onda 1		Onda 2	
	Nº	%	Nº	%
Está enfrentando muito mal	691	35,8	733	38,0
Está enfrentando mal	419	21,7	380	19,7
Nem um, nem outro	367	19,0	370	19,2
Está enfrentando bem	328	17,0	295	15,3
Está enfrentando muito bem	124	6,4	151	7,8
Total	1929	100,0	1929	100,0

Fonte: autores (2021)

possa parecer que do ponto de vista agregado não houve alteração, ela pode estar “escondendo” variações no nível individual. Por exemplo, se um respondente mudou a resposta em uma direção e outro, na direção oposta, as duas mudanças se anulam e parece não existir diferença. Apenas a repetição da pergunta aos mesmos respondentes permite identificar mudanças ou manutenções de opinião individual.

Para indicar se houve mudança ou manutenção das opiniões dos respondentes nas duas ondas, subtraímos a segunda resposta da primeira. Assim, se o resultado for zero, a opinião do respondente foi mantida nas duas ondas. Resultados positivos e mais intensos mostram que melhorou a avaliação do respondente sobre a forma como o governo enfrenta a pandemia. Os resultados negativos, ao contrário, mostram que o governo piorou no enfrentamento à pandemia. Importante notar que zero não significa ponto médio. Se um respondente repetiu a resposta “Está enfrentando muito bem” nas duas pesquisas, a diferença será zero. O mesmo para quem

repetiu “Está enfrentando muito mal”. Mas se ele escolheu “Está enfrentando muito bem” na primeira e “Está enfrentando muito mal” na segunda, a diferença será de -4. Se inverso, a diferença será +4. Aqui não se está medindo a avaliação do governo, se positiva ou negativa, mas sim o grau e a direção da mudança na resposta, seja ela qual for.

A Tabela 4 mostra que metade da amostra manteve a mesma avaliação do governo nas duas ondas. A outra metade, no entanto, divide-se em partes praticamente iguais. Para 24,1% o enfrentamento à pandemia piorou e para 25,5%, melhorou. Ou seja, a Tabela 3, com os dados agregados, “esconde” movimentos internos à amostra.

Para complementar as informações da Tabela 4, o Gráfico 1 mostra as médias de variações de respostas sobre o desempenho do governo por características socioeconômicas. Médias abaixo de zero indicam que a avaliação na segunda onda tendeu a ser pior do que na primeira. Médias acima de zero, o contrário: a segunda onda melhorou a avaliação do desempenho do governo no

TABELA 4

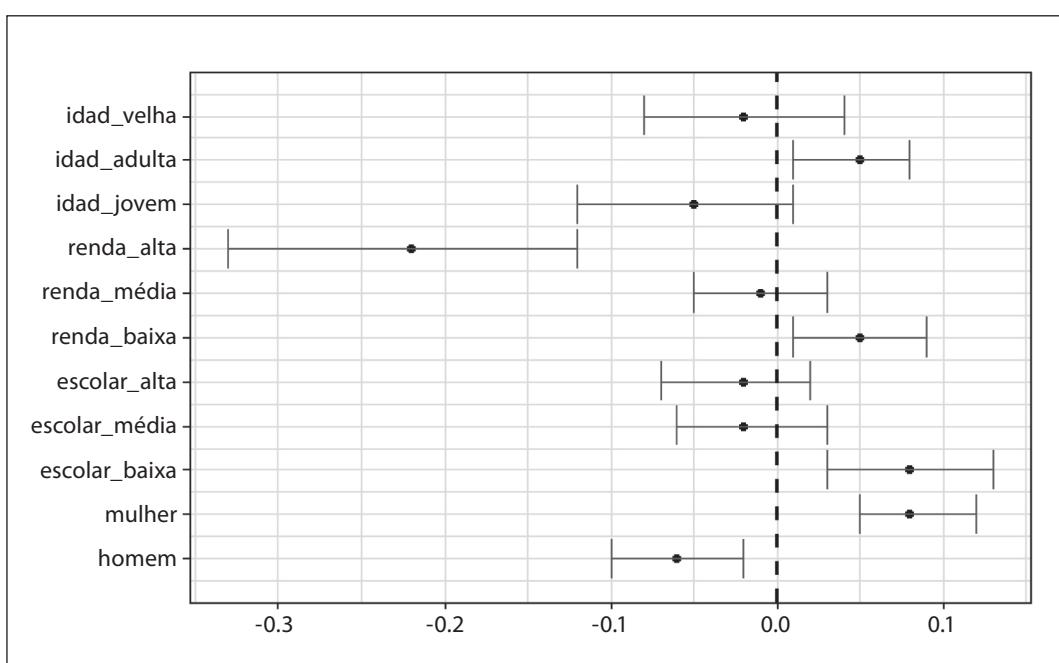
Diferenças de avaliação do papel do governo entre as duas ondas

Diferença	Nº	%	% agrupado
-4	22	1,1	Piorou 24,1%
-3	33	1,7	
-2	118	6,1	
-1	292	15,1	
0	972	50,4	Manteve 50,4%
1	318	16,5	Melhorou 25,5%
2	113	5,9	
3	49	2,5	
4	12	0,6	
Total	1929	100,0	100,0

Fonte: autores (2021)

GRÁFICO 1

Médias de variações de respostas sobre o desempenho do governo e dados socioeconômicos



Fonte: autores (2021)

combate à pandemia. As barras de erro mostram a segurança estatística para as variações das médias, considerando tratar-se de uma amostra. Se a barra passa por zero não é possível dizer que a posição da média é estatisticamente significativa para extrapolar da amostra à população.

Apresentam médias negativas e estatisticamente significativas os respondentes com renda alta e homens. Isso indica que essas são as características que mais contribuíram para as avaliações que se tornaram mais negativas na segunda onda do que na primeira. Apresentam médias positivas e estatisticamente significativas a faixa etária adulta (entre 29 e 60 anos), renda e escolaridade baixa e mulheres. Essas são as características que mais contribuíram para a melhora na avaliação da forma de enfrentamento da pandemia pelo governo. Embora não seja possível afirmar categoricamente, as características socioeconômicas que mais indicaram avaliação positiva do governo no enfrentamento à pandemia são as que mais diretamente estão afetadas pelo auxílio emergencial, que, em sua primeira versão, de R\$ 600,00 por mês, vigorou de maio a dezembro de 2020. Um desdobramento dessa análise indicaria que o crescimento da avaliação positiva do governo na pandemia tem relação com medidas econômicas e não com as de caráter sanitário propriamente dito.

As médias de mudanças nas avaliações por características socioeconômicas indicam algumas associações entre perfil social e avaliação do desempenho do governo ao longo do tempo. Porém, até aqui os efeitos são isolados. O próximo passo é produzir um modelo de regressão usando como variáveis explicativas a confiança em RSO e meios tradicionais e como controle, as características

socioeconômicas que mostraram significância estatística das médias de diferenças. O objetivo é identificar os efeitos conjuntos da confiança na mídia e características socioeconômicas para a variação de avaliação da atuação do governo na pandemia entre a primeira e a segunda onda. Com isso é possível saber qual a força explicativa das variáveis apresentadas aqui para as variações na avaliação do governo e como elas se comportam quando controladas pelas outras.

A Tabela 5, a seguir, mostra as principais estatísticas dos dois modelos de regressão. Ambos apresentam ajustamentos muito baixos, com $r^2=0,004$ e $r^2=0,009$ consecutivamente, ou seja, eles explicam menos de 1% do total de mudanças nas avaliações. Ainda assim é possível usá-los para identificar efeitos conjuntos e controles das variáveis. No Modelo 1, considerando apenas a confiança nos meios de comunicação, a única significância estatística encontra-se em confiar nas RSO. Como o coeficiente B é negativo, isso indica, de forma surpreendente, que, quanto mais se confia em RSO ou se passou a confiar entre as duas ondas, mais a avaliação da forma de condução do combate à pandemia passou a negativa. Já a confiança nos meios tradicionais, também com beta negativo, não apresenta significância estatística. Ao contrário do que se supõe, pelo menos no caso da pandemia de covid-19, mais confiança em RSO não está associada com avaliação positiva do governo.

No Modelo 2, com as variáveis socioeconômicas de controle, os coeficientes de confiança são ajustados, mas não há mudança na significância estatística. Apenas confiança em RSO tem significância estatística e sinal negativo. Das variáveis socioeconômicas, a única que mantém significância estatística é

TABELA 5

Modelos de regressão para avaliação de governo na pandemia

Variáveis	Mod. 1	Mod. 2
	B (erro padrão)	B (erro padrão)
Confia RSO	-0,084 (0,044) ***	-0,074 (0,031) ***
Confia tradic.	-0,009 (0,031)	-0,005 (0,025)
Mulher		0,114 (0,056) **
Escol. baixa		0,064 (0,062)
Renda alta		-0,165 (0,141)
Renda baixa		0,023 (0,059)
Idade adulta		0,066 (0,056)
R2	0,004	0,009

Nota 1: Var. dependente = diferença da avaliação do modo como o governo está conduzindo o combate à pandemia
 Nota 2: Devido à alta colinearidade entre as categorias da variável Sexo, o modelo considera apenas aquela com maior significância estatística

Fonte: autores (2021)

ser mulher e com sinal positivo. Isso indica que as mulheres estão associadas com a mudança de avaliação mais positiva para o papel do governo na pandemia entre as duas ondas, reforçando os dados anteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou as mudanças na confiança na mídia durante a pandemia de covid-19 no Brasil, considerando a adesão às mídias tradicionais e digital, os aspectos socioeconômicos e a intersecção com a avaliação de governo. Em relação aos primeiros dados, há menos confiança nas

RSO (70,3%) em relação à não confiança nos meios tradicionais nas duas ondas (54,7%), embora o dado reitere a crise de confiança na imprensa tradicional, já que mais da metade dos respondentes expressa ausência desse valor. A plena confiança, no geral, é baixa para ambos os casos.

Sobre as características socioeconômicas e a relação com a confiança em meios de comunicação durante a pandemia de covid-19, homens confiam mais em RSO e menos em meios tradicionais. O contrário acontece com as mulheres. Escolaridade alta gera menos confiança em RSO e mais em meios tradicionais. Por sua vez, indivíduos com renda alta também tendem a confiar mais

em meios tradicionais. Idosos confiam mais em RSO, embora tenham menor afinidade com as tecnologias digitais. Enquanto isso, jovens se comportam de forma inversa. O desconhecimento sobre as especificidades do ambiente no qual navegam pode motivar a maior confiança naquele espaço.

Sobre a avaliação de como o governo está enfrentando a pandemia, os dados agregados apresentam poucas alterações. No entanto, quando a análise é no nível micro, comparando as respostas na primeira e segunda ondas, apenas 50% da amostra mantém a mesma avaliação nas duas medições. Entre os respondentes, 24,1% passaram a avaliar de forma mais negativa na segunda onda do que na primeira e 25,5%, mais positiva, mostrando oscilações na opinião dos brasileiros. Por outro lado, os números próximos nas duas direções resultam no equilíbrio na avaliação.

Quando consideramos as características socioeconômicas dos respondentes para a diferença na avaliação do governo no enfrentamento da pandemia, renda alta é a categoria que apresenta a maior média de queda na avaliação. Ser homem também apresenta média negativa e esta-

tisticamente significativa. Faixa etária intermediária, ter renda e escolaridade baixas e ser mulher apresentam diferenças positivas, o que pode ter relação com mudanças econômicas. Por fim, o modelo de regressão para as diferenças de avaliação apresentou um resultado inesperado, quando observadas as relações de confiança. Quem mais confia em RSO passou a avaliar mais negativamente o governo, ao passo que ser mulher apresentou a maior associação com mudança positiva.

Do ponto de vista metodológico, o artigo indica que nem sempre a manutenção de avaliação em termos agregados significa o mesmo para o nível individual. Embora tenha havido grande estabilidade no nível agregado, a comparação das opiniões nas duas ondas mostra que apenas 50% dos entrevistados mantiveram a mesma opinião sobre a avaliação do governo. É preciso continuar as pesquisas neste quesito, mas os resultados até aqui permitem dizer que a possibilidade de avaliação positiva do governo na pandemia está mais associada às medidas econômicas e, também, com pouca interferência das relações de confiança nas mídias digitais ou tradicionais.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. "WhatsApp é principal fonte de informação do brasileiro, diz pesquisa". Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-12/whatsapp-e-principal-fonte-de-informacao-do-brasileiro-diz-pesquisa>. Acesso em: 21/jun./2021.
- ALBUQUERQUE, A. "O discurso das *fake news* e sua implicação comunicacional na política e na ciência". *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, v. 14, n. 1, 2020.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. *Pesquisa Brasília de Mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*. Brasília, Secom, 2016.
- CASERO-RIPOLLÉS, A. "Impact of covid-19 on the media system. Communicative and democratic consequences of news consumption during the outbreak". *El Profesional de la Información*, v. 29, n. 2, 2020.
- CGI.br. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros 2019*. São Paulo, CGI.br, 2020.
- CHADWICK, A. *The hybrid media system: politics and power*. New York, Oxford University Press, 2013.
- DAHLGREN, P. "Media, knowledge and trust: the deepening epistemic crisis of democracy". *Javnost - The Public*, 2018.
- FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas. *A violência contra jornalistas e ataques à liberdade de imprensa no Brasil. Relatório 2019*. Brasília, 2020.
- GARCÍA-PERDOMO, V. et al. "To share or not to share: the influence of news values and topics on popular social media content in the United States, Brazil, and Argentina". *Journalism Studies*, 1-22, 2017.
- GFK VEREIN. *Confiança nas profissões 2016 – um estudo da GfK Verein. De bombeiros a políticos*. Nuremberg, GfK Verein, 2016.
- IBGE. PNAD. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101794>. Acesso em: 1º/mai./2020.
- KEMP, S. *Global Digital Report 2019-We Are Social. We Are Social*, 2019.
- MACHADO, C. et al. *Ciência contaminada: analisando o contágio de desinformação sobre coronavírus no YouTube*. Salvador, INCT.DD, 2020.
- MASSUCHIN, M. et al. "A estrutura argumentativa do discurso sobre descrédito na ciência: uma análise das mensagens de grupos de WhatsApp durante a pandemia da covid-19". *Revista Fronterias*, 2021.
- MICK, J. "Profissionalismo e confiança: o curioso caso do país que acredita mais nos jornalistas do que na mídia". *Política & Sociedade*, v. 18, n. 43, 2019, pp. 242-60.
- MOISÉS, J. Á. "A desconfiança nas instituições democráticas". *Opinião Pública*, v. 11, n. 1. Campinas, 2015, pp. 33-63.
- NEWMAN, N. et al. *The Reuters Institute digital news report 2020*. Reuters Institute for the Study of Journalism, 2020.
- RECUERO, R. *Desinformação, mídia social e covid-19 no Brasil: relatório, resultados e estratégias de combate*. Pelotas, Midars, 2021.

- RIBEIRO, E. A. "Confiança política na América Latina: evolução recente e determinantes individuais". *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 39, jun./2011.
- RUEDIGER, M. A. *Desinformação nas eleições 2018: o debate sobre fake news no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV/DAPP, 2019.
- SANTOS, M. A. *Desarranjo da visibilidade, desordem informacional e polarização no Brasil entre 2013 e 2018*. Tese de doutorado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2019.
- SILES I.; BOCZKOWSKI, P. "Making sense of the newspaper crisis: a critical assessment of existing research and an agenda for future work". *New Media & Society*, 14(8), 2012, pp. 1375-94.



A confiança em um governo de crise e retrocesso

*Rachel Meneguello
Fabíola Brigante Del Porto*



resumo

O artigo analisa-se e como a experiência da crise sanitária provocada pela pandemia de covid-19 no Brasil, bem como a “resposta” à crise dada pelo governo Bolsonaro, altera a relação de confiança dos cidadãos com o governo. A análise baseia-se no painel “Valores em Crise” (junho de 2020 e fevereiro de 2021) e explora os efeitos do medo da pandemia, das percepções das perspectivas para o futuro do país, da confiança nas mídias sociais e da polarização política sobre a confiança no governo. Os resultados apontam para o forte efeito da autolocalização ideológica com a direita, além da confiança nas mídias sociais e da percepção do impacto positivo da crise sobre o país, achados que apontam para a adesão dos entrevistados às atitudes negacionistas, autoritárias e de estímulo à polarização e ao confronto político do presidente.

Palavras-chave: confiança política; covid-19; negacionismo; polarização política; crise democrática.

abstract

The article analyses the impact of the health crisis provoked by the covid-19 pandemic in Brazil, and the “response” to the crisis given by Bolsonaro government on the citizen’s trust on the government. The analysis is based on the “Values in Crisis” panel (June 2020 and February 2021) and explores the effects of some aspects, as the fear of pandemic, the perceptions about the perspectives for the future of the country, the trust in social media and the political polarization. The results point to the strong effect of the right-wing ideological self-placement, besides the trust on social media and the perception of the positive impact of the crisis to the country. Those findings suggest the adherence of the interviewees to denialism and the authoritarian attitudes of the president that stimulate the polarization and political confrontation.

Keywords: trust; covid-19; negationism/denialism; political polarization; democratic crisis.

A

democracia brasileira vem sofrendo reveses importantes. Após pouco mais de 30 anos, as instituições democráticas mostram que sua resistência formal não se traduz na garantia de relações de convivência democrática. O advento da pandemia da covid-19 no Brasil em março de 2020 encontrou um país fragilizado por uma crise institucional, política, econômica, social e moral e altamente polarizado, que culminou na eleição de um presidente da extrema direita e que reacendeu, ainda, o debate sobre o papel dos militares na política.

Neste cenário, a desconfiança nas instituições e no governo, sempre elevada na recente experiência democrática brasileira, atingiu níveis sem precedentes. Especialmente em cenários de democracia recente, déficits de confiança política podem gerar suspeição e ceticismo em relação às instituições, o que prejudica a governança democrática e pode comprometer a disposição dos cidadãos de se

submeterem voluntariamente a ações de coordenação e cooperação social regulamentadas pelo Estado. Essa disposição dos cidadãos em agir em conformidade às leis e às regulações sociais na democracia é ainda mais importante em cenários de eventos dramáticos, de segurança extrema e de ameaça à vida, que, em tese, demandariam, por parte dos governos, a adoção de políticas excepcionais. Esse foi o contexto que se definiu internacionalmente com a pandemia de covid-19, com medidas que limitaram a vida pública e foram acompanhadas por consequências econômicas e sociais negativas para a população. Não foi, porém, o caso brasileiro. Embora no início da pandemia houvesse o temor de que o presidente Bolsonaro se aproveitasse da circunstância excepcional para exceder seu poder além dos limites legais e restringir a democracia,

RACHEL MENEGUELLO é professora do Departamento de Ciéncia Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

FABÍOLA BRIGANTE DEL PORTO
é pesquisadora do Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop) da Unicamp.

o que se observou foi um tipo peculiar de crise de governança na direção oposta, com a ausência de liderança e de qualquer ação de coordenação política, condições minimamente necessárias para o enfrentamento da ameaça representada pela pandemia (Melo & Cabral, 2020; Smith, 2020). Isso em grande parte explica o fato de que em junho de 2021 o número de mortos pela covid-19 no Brasil tenha ultrapassado a marca de 500 mil.

Entendendo a confiança no governo como atitude embasada na avaliação racional que os indivíduos fazem de seu desempenho, este artigo analisa se e como a experiência pessoal e coletiva da crise sanitária provocada pela pandemia de covid-19 no Brasil, bem como a “resposta” à crise dada por um governo inoperante e negacionista de sua gravidade, altera a relação de (des)confiança dos cidadãos com o governo. Para tratar dessa questão, o artigo organiza-se da seguinte forma: as duas primeiras seções abordam as linhas gerais da crise recente e global da democracia representativa, marcada pela insatisfação e desconfiança dos cidadãos com seus governos, instituições e políticas, e que abre espaço para a ocupação do terreno da política por alternativas populistas, na qual se insere também o caso brasileiro; a terceira seção apresenta os dados analisados e a última seção traz algumas conclusões provisórias que a análise empírica sugere.

DESCONFIANÇA POLÍTICA, CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E POPULISMO

Sabemos que o fenômeno da crise democrática é mais amplo. O contexto mundial parece sustentar a noção de que a democracia está, em alguma medida, em recessão.

O relatório da Freedom House de 2019 aponta para uma tendência global de declínio na manutenção de liberdades civis e direitos políticos entre países, e de fortalecimento dos cenários autoritários (Repucci, 2020). Na mesma direção caminham os dados de duas pesquisas comparadas, a primeira apresentada pelo *The global satisfaction with democracy report* de 2020, que aponta a forte tendência de insatisfação com a democracia, observada tanto em países com regimes democráticos consolidados quanto em países com democracias em consolidação, como resultado do mau funcionamento das instituições democráticas, que não conseguem manter o Estado de direito de forma satisfatória, assim como não mostram capacidade de resposta às preocupações do público, como a garantia da segurança econômica e a elevação do padrão de vida para a grande maioria da sociedade (Foa et al., 2020). A segunda pesquisa, o relatório *Varieties of democracy, autocratization surges – resistance grows* (2020), mostra o caminho da autocratização¹ para vários países da terceira

1 A autocratização é um conceito que emerge da análise dos processos em declínio democrático, ao lado das ideias de retrocesso e da desconsolidação, mas ganhou uma definição mais específica como um declínio substancial dos requisitos da democracia eleitoral. Em uma análise com a base de dados da pesquisa *Varieties of democracy* (V-DEM), Lührmann e Lindberg identificam, além das ondas de autocratização dos períodos entre 1926 e 1942, e de 1961 a 1977, a terceira onda de autocratização que emerge com o declínio da democratização pós-Guerra Fria, nos anos 1990, afetando um número significativo de países, especificamente países da terceira onda de democratização. Diferentemente dos retrocessos dos outros períodos, a nova onda é marcada por uma face legal, através da qual os governantes chegam ao poder legalmente e passam a enfraquecer gradualmente as instituições democráticas, sem destruí-las; são regimes multipartidários que vão paulatinamente perdendo sua eficácia, sem conduzir ao fim da democracia. Os autores destacam o Brasil como um dos exemplos desse novo movimento de retrocesso (Lührmann & Lindberg, 2019).

onda de democratização, entre os quais se destacam, nos últimos dez anos, Brasil, Hungria, Sérvia, Polônia e Turquia.

Em todos esses casos, os cenários políticos apontam retrocessos com relação aos alicerces do processo de democratização, como as reformas que levaram à redução de direitos e à redefinição do papel do Estado e, sobretudo, mostram sinais visíveis de saturação do modelo representativo, como a perda do apoio e da confiança nas elites políticas, nos partidos e instituições representativas, a crescente volatilidade eleitoral e a erosão generalizada da política tradicional. O distanciamento crescente entre cidadãos e representantes eleitos e o afastamento dos cidadãos da política convencional abrem terreno para a ascensão de propostas de tipo populista, que apelam para os eleitores que se percebem à margem do sistema representativo e substituem a gestão democrática de conflitos pela lógica do confronto.

Nas democracias mais e menos consolidadas, a ocupação do terreno da política contemporânea por alternativas populistas estabelece-se à direita e à esquerda, com exemplos que atingem países de diferentes regiões, como os contextos europeu, latino e norte-americano (Mudde, 2004; Kriesi & Pappas, 2015; Conniff, 2012; Mudde & Kaltwasser, 2013).

No caso da América Latina dos anos 1990, o neopopulismo liberal utilizou o *marketing* político como um dos principais instrumentos para condução de políticas austeras que afetaram as camadas mais pobres da população, como exemplificam os casos de Menem, na Argentina, Collor, no Brasil, e Fujimori, no Peru. Mais recentemente, a ascensão de líderes de esquerda como Chávez, na Venezuela, com o Par-

tido Socialista Unido, e Morales, na Bolívia, com o Movimiento al Socialismo, expressou uma fórmula populista radical de esquerda, embasada na busca da integração do “povo excluído” contra a “elite corrupta”, caracterizada pelo esforço de construção de novas instituições, como o constitucionalismo fundacional chavista e as instituições paralelas das *missiones bolivarianas* (Weyland, 1998, 2003; Capriles, 2006). Esse é, aliás, um aspecto importante dessa nova fórmula, que se contrapõe à fórmula tradicional populista da região dos anos 1950-1960, caracterizada pelo anti-institucionalismo.

No período mais recente, o caso brasileiro constitui um exemplo importante da fórmula neopopulista à direita. A eleição do presidente Bolsonaro em 2018 e os primeiros anos de seu governo colocaram o país no centro da análise do retrocesso das democracias da terceira onda, sobretudo dos países latino-americanos que passaram por ditaduras militares entre as décadas de 1960 e 1980. Além de recuperar para a cena pública a extrema direita defensora da ditadura e das práticas de tortura, embasado em uma retórica ultraconservadora, com referências ultrapas-sadas ao comunismo, valores morais e costumes, Bolsonaro, enquanto candidato e agora presidente, tem ocupado espaço através das mídias eletrônicas divulgando o desapreço à política e às elites políticas, constituindo um clima avesso à política institucional e às instituições democráticas, uma política de confronto própria da fórmula populista.

GOVERNO E CONFIANÇA

As eleições presidenciais brasileiras de 2018 definiram um importante impasse

no processo de construção democrática do país. A eleição do presidente Bolsonaro, um ex-capitão do Exército e deputado federal, defensor da ditadura militar e vinculado a um pequeno partido de direita, sustentado por uma campanha ultraconservadora de natureza populista, amplamente realizada através de mídias sociais, possibilita questionar a qualidade da transição brasileira.

Considerar a democracia brasileira forte e consolidada, sob a justificativa procedural de que uma alternativa partidária da extrema direita chegou ao poder por eleições livres e democráticas, traduz uma visão minimalista de democracia e uma concepção limitada do que significa o processo de consolidação do regime democrático, do impacto político e social que as ditaduras militares tiveram nos países latino-americanos, antes de seu ingresso na terceira onda de democratização, e dos efeitos que a guinada conservadora observada na região, em fins da década de 2010, tem na economia, nas políticas públicas e no tecido social.

O primeiro ano do governo Bolsonaro resultou em um retrocesso expressivo, mas não surpreendente, na difusão de valores morais, perda de direitos e na definição de políticas públicas. Além da agenda conservadora no campo da economia, das políticas públicas e na relação com o Estado, o governo atua através de forte negacionismo do conhecimento constituído e compartilhado em diversas áreas, provocando inclusive impacto internacional, como são os casos da negação dos dados sobre o desmatamento da Amazônia, compartilhados mundialmente, e a defesa da existência imaginada de uma geopolítica mundial associada ao “marxismo cultural” (Dyer, 2020).

Já em 2020, com a crise mundial sanitária provocada pela covid-19, o governo Bolsonaro notabilizou-se internacionalmente pelas ações contrárias ao combate à pandemia, com atitudes de negação da gravidade do evento, negação dos procedimentos de prevenção, indiferença frente ao número de vítimas e descaso com a necessidade de condução de uma política de saúde articulada nacional, tendo mantido o Ministério da Saúde sem a nomeação de um especialista para o seu comando. Ao contrário, durante a grave crise, a presidência da República substituiu dois ministros médicos especialistas, em razão das discordâncias com as opiniões pessoais do presidente sobre a política de combate aos efeitos da pandemia, e nomeou um general como ministro interino, sem qualificação na área médica. Ao negacionismo da gravidade da doença somavam-se a propagação de notícias falsas sobre as medidas não farmacológicas e a defesa de tratamento com efeitos não comprovados e cujo uso foi descartado pela comunidade científica, o que produziu um atraso trágico no suporte ao atendimento aos cidadãos contaminados internados em várias cidades, e apenas em 2021 o país viu o início de um frágil e insuficiente processo de vacinação, sem qualquer coordenação eficiente executada pelo governo federal. A falta de coordenação não se deu apenas na gestão da saúde, não havendo plano do governo federal para reorientar a atividade econômica, assim como foram tímidas as ações por parte do Executivo federal voltadas ao suporte social. Esse é o contexto que nutriu os níveis de confiança no governo e em particular no presidente da República.

DADOS E ANÁLISE

O artigo utiliza dados de nível individual oriundos do projeto “Valores em Crise”, associado ao World Values Survey e realizado no Brasil pelo Instituto Sivis, no final do primeiro semestre de 2020 e logo no início de 2021².

O suposto básico diz respeito à importância da confiança no governo como um dos pilares da governabilidade. Conhecer o que os cidadãos comuns pensam sobre a democracia, suas instituições e seu funcionamento, é elemento fundamental para analisar a crise democrática e seu desenvolvimento, e os patamares da confiança no governo e no seu executor traduzem a capacidade de resposta e de representação do regime democrático na perspectiva dos cidadãos. Assim, sobretudo no contexto dos anos de 2020 e 2021, quando o país passa a mostrar as suas reais debilidades políticas para controlar a crise sanitária provocada pela pandemia de covid-19 e a crise econômica, tem importância significativa conhecer a opinião pública dos cidadãos sobre o governo e suas perspectivas de desempenho.

O que dizem os dados?

Como mostra a Tabela 1³, apenas pouco mais de 30% dos entrevistados disseram ter muita ou alguma confiança no governo, não havendo variação expressiva na mesma entre as duas ondas da pesquisa. Para comparação, ainda de acordo com a Tabela 1, este é também, aproximadamente, o índice de confiança que os entrevistados declararam ter nas instituições em geral. O setor de saúde, por sua vez, apresentou, nos dois momentos da pesquisa, os maiores níveis de confiança dentre as instituições perguntadas e, dentre essas, foi, ademais, a única instituição que apresentou um ligeiro aumento da confiança com o desdobramento da pandemia. Por outro lado, chama a atenção que os entrevistados tenham declarado confiar muito menos nas pessoas que encontram pela primeira vez (menos de 15% revelaram ter muita ou alguma confiança nelas) do que em quaisquer das instituições referidas.

Quando perguntados sobre a atuação do governo no enfrentamento da crise da covid-19, é majoritária (pouco menos de 60%) a avaliação de que o governo está se saindo mal, percepção que não se modifica entre as duas ondas da pesquisa. Por outro lado, é notável que quase ¼ dos entrevistados avaliem que o governo estaria enfrentando bem ou muito bem a crise do coronavírus (Tabela 2). Esse é um dado que sugere o que outras pesquisas apontam, que o governo Bolsonaro consegue

2 O projeto “Valores em Crise” se estrutura como estudo de painel longitudinal *on-line* com três ondas consecutivas. Aqui são utilizadas as duas primeiras ondas da pesquisa, a primeira realizada entre maio e junho de 2020 e a segunda, entre janeiro e fevereiro de 2021. A primeira onda da pesquisa contou com 3.543 respondentes em uma amostra representativa das características (sexo, faixa etária, grau de instrução e região de residência) da população brasileira. Apenas 1.929 respondentes da primeira onda responderam também à segunda onda do painel – estes entrevistados compõem a amostra aqui analisada. Ressalva-se que esta amostra apresenta pequenas distorções em relação a algumas características da população brasileira, com maior proporção de indivíduos do sexo masculino e de maior escolaridade e renda.

3 A fonte de todas as tabelas é a pesquisa “Valores em Crise” (2020, 2021).

TABELA 1

	Maio/junho 2020 (Onda 1)	Janeiro/fevereiro 2021 (Onda 2)
Confiança no governo (%)		
Muita/alguma	31,1	34,2
Pouca/nenhuma	68,9	65,8
Confiança nas instituições (%)		
Muita/alguma	31,8	37,9
Pouca/nenhuma	68,2	62,1
Confiança no setor de saúde (%)		
Muita/alguma	43,6	51,9
Pouca/nenhuma	56,4	48,1
Confia nas pessoas que conhece ou tem familiaridade (%)		
Completamente/algo	57,8	57,1
Pouco/nada	42,2	42,9
Confiança nas pessoas que encontra pela primeira vez (%)		
Completamente/algo	10,5	14,2
Pouco/nada	89,5	85,8

TABELA 2

Quão bem ou mal o governo está enfrentando a crise do coronavírus? (%)	Maio/junho 2020 (Onda 1)	Janeiro/fevereiro 2021 (Onda 2)
Muito mal/mal	57,5	57,7
Nem um nem outro	19,0	19,2
Bem/muito bem	23,4	23,1

manter um apoio de, em média, 25% de simpatizantes (Meneguello, 2021).

Ainda, também ao longo do tempo, a maioria dos entrevistados mostrou-se pessimista com a perspectiva do país após a pandemia: para pelo menos 58% o país sairia (sairá) gravemente prejudicado da crise (Tabela 3). A ligeira queda que se

observa nessa avaliação na segunda onda da pesquisa deve-se não ao aumento de algum otimismo quanto ao futuro do país, e sim ao aumento da ideia de que o país não sairia (sairá) “nem prejudicado nem fortalecido”. Isso sugere que, na verdade, os cidadãos ampliaram a incerteza das suas percepções sobre os rumos do país

com o desdobramento prolongado da crise da covid-19.

Se a avaliação da atuação do governo na pandemia, ainda que majoritariamente negativa, não muda ao longo do tempo, os entrevistados são novamente mais negativos com relação ao comportamento das pessoas na pandemia: ¾ dos entrevistados acreditavam, na primeira onda, que esse comportamento era inadequado e, no segundo momento, em janeiro/fevereiro deste ano, essa avaliação atingia quase 83% dos entre-

vistados (Tabela 4). Esse parece ser um dado que traduz a observação dos entrevistados das reações pouco colaborativas dos seus concidadãos frente às medidas necessárias à contenção da pandemia.

Em torno de 80% dos entrevistados, sem mudança expressiva entre as duas ondas da pesquisa, revelaram medo ou muito medo tanto da doença como das possíveis consequências de uma recessão econômica decorrente da pandemia (Tabelas 5 e 6). As declarações de medo da pandemia

TABELA 3

O país sairá da crise gravemente prejudicado ou muito fortalecido? (%)	Maio/junho 2020 (Onda 1)	Janeiro/fevereiro 2021 (Onda 2)
Gravemente prejudicado	66,5	58,2
Nem um nem outro	21,9	28,4
Muito fortalecido	11,6	13,4

TABELA 4

Avaliação do comportamento das pessoas na pandemia (%)	Maio/junho 2020 (Onda 1)	Janeiro/fevereiro 2021 (Onda 2)
Inadequado	75,0	82,7
Nem um nem outro	14,3	10,6
Adequado	10,8	6,7

TABELA 5

Em que medida você está com medo de que você ou seus entes queridos fiquem doentes e sofram muito por conta do coronavírus? (%)	Maio/junho 2020 (Onda 1)	Janeiro/fevereiro 2021 (Onda 2)
Estou com medo/muito medo	79,4	78,3
Nem um nem outro	10,5	11,8
Estou sem muito/nenhum medo	10,1	9,8

caminham no mesmo trilho da percepção da importância da liderança forte para a solução da crise: quase 2/3 dos entrevistados concordaram totalmente ou em parte com um governo que subvertesse as leis ou ignorasse as instituições para resolver os problemas da população em uma situação de crise (Tabela 7). As tendências majoritárias nessas questões sugerem que o medo e o apoio a soluções extra-institucionais

podem se associar, uma relação perigosa para um regime democrático.

A pesquisa revelou ainda um dado importante sobre o alcance das *fake news* e dos boatos relacionados à pandemia: mais de 80% dos entrevistados disseram não acreditar em histórias propagadas em redes sociais segundo as quais a pandemia do coronavírus seria um boato e que todas as medidas não farmacológicas propostas pela comunidade

TABELA 6

Em que medida você está com medo de que você ou seus entes queridos irão sofrer por conta de uma recessão econômica após a crise do coronavírus? (%)	Maio/junho 2020 (Onda 1)	Janeiro/fevereiro 2021 (Onda 2)
Estou com medo/muito medo	83,5	80,2
Nem um nem outro	8,2	11,2
Estou sem muito/nenhum medo	8,3	8,6

TABELA 7

Quando há uma situação de crise, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso ou das instituições com o objetivo de resolver os problemas e melhorar a vida da população (%)	Maio/junho 2020 (Onda 1)	Janeiro/fevereiro 2021 (Onda 2)
Concordo totalmente/em parte	63,0	65,1
Discordo em parte/totalmente	37,0	34,9

TABELA 8

As mídias sociais são cheias de histórias dizendo que a pandemia do coronavírus é um boato e que todas as medidas de quarentena são reações exageradas e histéricas. Você acredita nessas histórias? (%)	Maio/junho 2020 (Onda 1)	Janeiro/fevereiro 2021 (Onda 2)
Sim, acredito	14,6	13,5
Não acredito	85,4	86,5

científica, Ministério da Saúde, governadores e prefeitos para sua contenção seriam exagero ou histeria (Tabela 8).

Ao mesmo tempo, menos de 1/5 dos entrevistados consideraram que as mídias sociais seriam mais confiáveis do que as mídias tradicionais, enquanto metade dos entrevistados afirmou que as mídias sociais seriam tão dignas de confiança quanto as mídias tradicionais (Tabela 9).

Em que medida esse contexto e avaliações ajudam a explicar a formação da confiança no governo e sua atualização através do tempo e diante do prolongamento e agravamento da crise sanitária? Em específico, em que medida fatores como as avaliações da atuação governamental na gestão da crise e das perspectivas para o futuro do país, o medo dos possíveis efeitos da pandemia sobre a saúde e a situação financeira pessoal e dos familiares, a confiança nas mídias sociais e tradicionais e a crença nas histórias sobre a pandemia veiculadas nas redes sociais ajudam a explicar a confiança/desconfiança dos cidadãos no governo? As tabelas bivariadas apresentadas na sequência fornecem os primeiros subsídios para analisar essas questões.

A confiança no governo e a avaliação de como este está enfrentando a crise mostram-se altamente correlacionadas, como esperado: entre os que acham que o governo está se saindo bem na gestão da crise, a confiança é de mais de 70%; entre os que acham que está se saindo mal, a desconfiança é de quase 90% (Tabela 10). A confiança no governo também é mais elevada entre aqueles que confiam mais nas mídias sociais do que nas mídias tradicionais (Tabela 11) e que acreditam nas histórias veiculadas nas redes sociais de que tudo o que se diz sobre a pandemia e as medidas restritivas e não farmacológicas defendidas para evitar a propagação da doença são exageradas ou fruto de histeria (Tabela 12). De acordo com a Tabela 11, entre os que acreditam que as mídias sociais são mais confiáveis, em torno de 45% confiam no governo; entre os que acham que as mídias tradicionais são mais confiáveis, a confiança no governo é de apenas pouco mais de 20%. Entre os que acreditam que a pandemia do coronavírus é um boato e que as medidas de quarentena são exageradas, o nível de confiança no governo chega a quase 50%. Entre os que não acredita-

TABELA 9

Quão dignas de confiança você acredita que são as mídias sociais, como o Twitter ou o Facebook, em comparação com as mídias tradicionais, como a TV ou os jornais? (%)	Maio/junho 2020 (Onda 1)	Janeiro/fevereiro 2021 (Onda 2)
As mídias sociais são mais dignas de confiança	18,7	18,4
Ambas iguais	51,0	48,9
As mídias tradicionais são mais dignas de confiança	30,3	32,7

TABELA 10

		Confiança no governo (%)	
Como o governo está enfrentando a crise		Muita/alguma	Pouca/nenhuma
Está enfrentando mal	Onda 1	12,9	87,1
	Onda 2	13,5	86,5
Nem um nem outro	Onda 1	37,3	62,7
	Onda 2	38,1	61,9
Está enfrentando bem	Onda 1	70,6	29,4
	Onda 2	72,2	27,8

TABELA 11

		Confiança no governo (%)	
Quão dignas de confiança você acredita que são as mídias sociais, como o Twitter ou o Facebook, em comparação com as mídias tradicionais, como a TV ou os jornais?		Muita/alguma	Pouca/nenhuma
As mídias sociais são mais dignas de confiança	Onda 1	45,8	54,2
	Onda 2	43,4	56,5
Ambas iguais	Onda 1	30,6	69,4
	Onda 2	32,8	67,2
As mídias tradicionais são mais dignas de confiança	Onda 1	22,7	77,3
	Onda 2	23,7	76,3

TABELA 12

		Confiança no governo (%)	
As mídias sociais são cheias de histórias, dizendo que a pandemia do coronavírus é um boato e que todas as medidas de quarentena são reações exageradas e histéricas. Você acredita nessas histórias?		Muita/alguma	Pouca/nenhuma
Sim, eu acredito nessas histórias	Onda 1	47,5	52,5
	Onda 2	47,7	52,3
Não, eu não acredito nessas histórias	Onda 1	28,2	71,8
	Onda 2	29,3	70,7

TABELA 13

		Confiança no governo (%)	
		Muita/alguma	Pouca/nenhuma
Está com medo de que você ou seus entes queridos fiquem doentes e sofram muito por conta do coronavírus?			
Está com medo	Onda 1	26,7	73,3
	Onda 2	28,8	71,2
Nem um nem outro	Onda 1	45,5	55,0
	Onda 2	39,5	60,5
Não está com medo	Onda 1	50,8	49,2
	Onda 2	46,3	53,7

TABELA 14

		Confiança no governo (%)	
		Muita/alguma	Pouca/nenhuma
Está com medo de que você ou seus entes queridos irão sofrer por conta de uma recessão econômica após a crise do coronavírus?			
Está com medo	Onda 1	29,7	70,3
	Onda 2	29,9	70,1
Nem um nem outro	Onda 1	35,4	64,6
	Onda 2	35,5	64,5
Não está com medo	Onda 1	40,0	60,0
	Onda 2	44,2	55,8

tam nessas histórias, a desconfiança no governo supera 70% (Tabela 12).

Por outro lado, o medo, seja da doença, seja das potenciais consequências econômicas da pandemia, afeta de modo negativo a confiança no governo: quanto mais medo, mais desconfiança, e essa associação é mais intensa quando o que está em questão é o medo da doença (Tabelas 13 e 14).

Os que acreditam que o país sairá prejudicado da crise (e mesmo aqueles que acreditam que o país não sairá “nem

prejudicado nem fortalecido”) também se mostram menos confiantes no governo (Tabela 15): entre os primeiros (os pessimistas quanto ao futuro do país após a crise), pelo menos $\frac{3}{4}$ revelaram desconfiar do governo (entre os otimistas, a desconfiança cai para em torno de 40%).

A descrição apresentada acima aponta para as tendências de associação entre a confiança no governo, por um lado, e, por outro, as percepções de seu desempenho na gestão da crise, as percepções das

TABELA 15

		Confiança no governo (%)	
		Muita/alguma	Pouca/nenhuma
O país sairá prejudicado ou fortalecido da crise?			
Gravemente prejudicado	Onda 1	25,5	74,5
	Onda 2	21,3	78,7
Nem um nem outro	Onda 1	33,8	66,2
	Onda 2	40,0	60,0
Muito fortalecido	Onda 1	57,6	42,4
	Onda 2	59,8	40,2

perspectivas para o país, os temores dos cidadãos e os meios de acesso à informação sobre a pandemia. Com o intuito de avançar na compreensão da confiança no governo brasileiro durante a pandemia do coronavírus, foram elaborados modelos de regressão logística binomial com o objetivo de verificar quais dessas dimensões foram/são mais importantes para a formação da confiança no governo e em que medida tais fatores se modificam com o desenrolar e o agravamento da pandemia. Os modelos contaram ainda com variáveis sociodemográficas e de autolocalização no espectro ideológico como medidas de controle dos resultados das análises.

Os modelos mostram as razões de chance – $\text{Exp}(B)$ – de ocorrência de confiança no governo segundo cada uma das variáveis apresentadas nas tabelas bivariadas⁴, controladas pelos efeitos das demais. A comparação dos dois modelos mostra que praticamente as mesmas variáveis descrevem aqueles que confiam no governo nos dois momentos pesquisados: são homens, identificados com a direita ou com o centro político, acreditam que

o país sairá fortalecido da pandemia e confiam mais nas redes sociais do que nas mídias tradicionais. Os resultados também sugerem a volatilidade do efeito do medo de ser contaminado ou afetado pela doença sobre a (des)confiança no governo (significativo apenas no modelo referente à primeira onda). Sugerem ainda a perversidade do desdobramento da crise em contexto de desigualdade econômica: se no primeiro momento não há diferença na confiança no governo segundo os níveis de renda familiar, na segunda onda da pesquisa o estrato de entrevistados de maior renda mostrou maior chance de confiar no governo.

4 A variável “Como o governo está enfrentando a crise?” (Tabelas 2 e 10) não foi incluída nos modelos multivariados por apresentar alta associação com a confiança no governo segundo o coeficiente de contingência, o que poderia enviesar os resultados aumentando a capacidade explicativa dos modelos. A variável referente à confiança nas histórias veiculadas nas redes sociais de que a pandemia do coronavírus é um boato e medidas como a decretação de quarentena são um exagero (Tabelas 10 e 14) foi excluída do modelo final pois a medida de tolerância foi inferior a 1 e o resultado do teste de VIF (*Variance Inflation Factor*), superior a 10 (cf. Field, 2009).

TABELA 16

Preditores da confiança no governo – Exp(B)

	Maio/junho 2020 (Onda 1)		Janeiro/fevereiro 2021 (Onda 2)	
	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)
Você acha que nosso país sairá desta crise gravemente prejudicado ou muito fortalecido?				
Muito fortalecido	,000	3,271	,000	4,314
Nem um nem outro	,001	1,563	,000	2,164
Medo de ser contaminado pelo coronavírus				
Não tem medo	,015	1,665	,732	1,077
Nem um nem outro	,011	1,638	,861	1,035
Medo da recessão econômica				
Não tem medo	,522	,859	,652	,901
Nem um nem outro	,114	,700	,379	,838
Confiança nas mídias				
As mídias sociais são mais dignas de confiança	,002	1,665	,009	1,522
Ambas iguais	,249	1,168	,012	1,386
Autolocalização ideológica				
Direita	,000	6,682	,000	5,350
Centro	,000	2,021	,000	1,909
Sexo				
Masculino	,000	2,041	,000	1,586
Escolaridade				
Até EM incompleto	,693	1,066	,254	1,211
EM completo	,625	,921	,538	1,111
Superior incompleto ou mais	,229	,804	,374	,850
Renda				
Mais de um a dois salários mínimos	,971	,994	,480	1,117
Mais de dois a cinco salários mínimos	,845	1,030	,111	1,287
Mais de cinco salários mínimos	,893	1,027	,007	1,680
Constante				
Constante	,000	,065	,000	,055
N		1929		1929
Log verossimilhança		1991,883		2030,472
R2 Nagelkerke		,263		,251

Nota: categorias de referência omitidas

Com relação aos efeitos da avaliação prospectiva do país, os modelos mostram que, apesar da ligeira queda na expectativa positiva com o futuro do país pós-pandemia na segunda onda da pesquisa (Tabela 3), o efeito da visão prospectiva positiva sobre a confiança no governo aumenta (Tabela 16). Ademais, nos dois momentos, é notável que aqueles que avaliam que o país não sairá “nem fortalecido nem prejudicado” também apresentam maior probabilidade de confiar no governo, comparados àqueles que avaliam que o país sairá prejudicado da crise (e essa probabilidade também aumenta no segundo momento).

Confiar nas mídias sociais (em oposição às mídias tradicionais) também aumenta em pelo menos 50% a chance de confiar no governo ao longo do tempo.

O medo da doença, de ser contaminado ou de ter parentes sofrendo pela contaminação com o coronavírus, embora tenha mostrado associação importante em nível bivariado com a desconfiança no governo (Tabela 13) nos dois momentos, só se associou à confiança no governo no modelo multivariado para a primeira onda da pesquisa. Por outro lado, chama a atenção que o medo de ser afetado pela crise econômica associada à pandemia de covid-19 não exerce efeito sobre a formação da confiança no governo em nenhum dos momentos pesquisados (de acordo com os modelos aqui especificados).

Em relação às variáveis de controle incluídas no modelo, destaca-se o forte e principal efeito da autolocalização ideológica com a direita sobre a confiança no governo, resultado que traduz o autoritarismo do presidente e a adesão às suas

atitudes e valores, marcados pelo negacionismo e pelo estímulo à polarização política. Os resultados mostram ainda que mesmo os entrevistados identificados com o centro (em comparação àqueles identificados com a esquerda) têm o dobro de chance de confiar no governo.

Finalmente, com relação aos efeitos das variáveis sociodemográficas, como anteriormente apontado, apenas o sexo e a renda dos entrevistados diferenciam os resultados nas duas ou em uma das pesquisas. No primeiro caso, os homens (comparados às mulheres) mostraram-se consistentemente mais confiantes no governo ao longo do tempo. No que se refere ao efeito da renda, enquanto na primeira onda da pesquisa não foram observadas quaisquer diferenças entre as faixas na confiança governamental, os resultados para a segunda etapa da pesquisa apontam um aumento da confiança governamental no estrato de indivíduos de maior renda. Assim, comparados aos entrevistados com renda familiar de até um salário mínimo, aqueles com ganhos superiores a cinco salários mínimos passaram a ter quase 70% a mais de chance de confiar no governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados analisados neste artigo nos permitem sugerir que o fenômeno da confiança governamental no período do governo Bolsonaro possui componentes bastante específicos. Os anos de 2020 e 2021 no Brasil testemunharam não apenas uma crise sanitária de proporções exacerbadas, com um número de casos de contamina-

ção e de vítimas fatais pela covid-19 que ocuparam destaque mundial, mas também testemunharam um mandato de um governo federal marcado pelo contrassenso autoritário, negacionismo, descaso e incompetência para gerir a crise econômica, social e de saúde do país. Nesse contexto específico que marcou o Brasil, o fenômeno da confiança definiu-se notadamente no terreno ideológico, e seu perfil é claro, mesmo que expresso aqui de forma sintética: a

confiança é carregada por homens identificados à direita, que se nutrem das mídias sociais e que têm a percepção de que o país se fortalece. Não é surpreendente que as bases do apoio ao governo Bolsonaro – entendendo a confiança como base de apoio político – se estabeleçam de forma proeminente no terreno ideológico da direita, cujas condições de operação danificam o tecido social, a percepção das instituições e o funcionamento da democracia.

REFERÊNCIAS

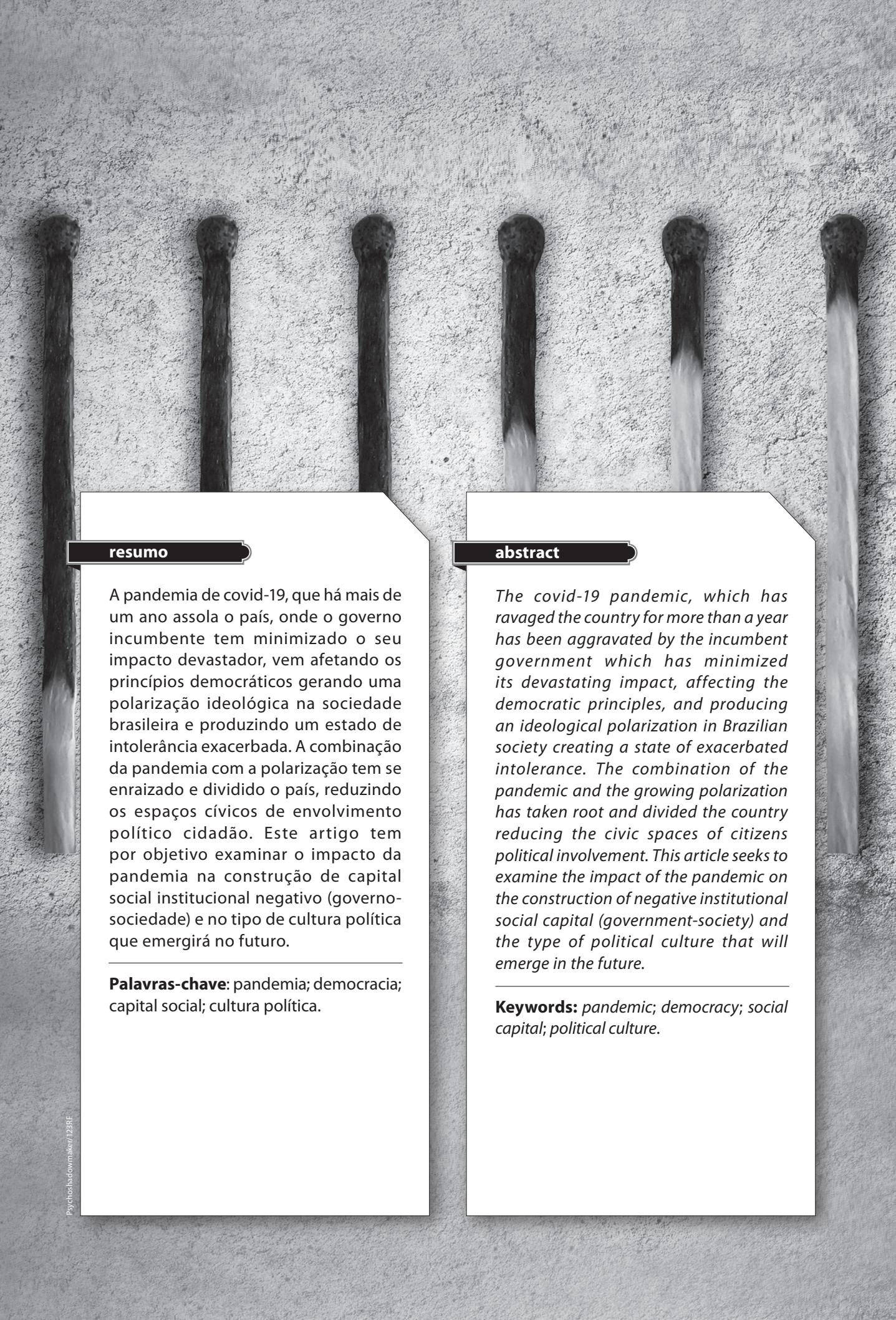
- CAPRILES, C. "La enciclopedia del chavismo o hacia una teología del populismo". *Revista Venezolana de Ciencia Política*, n. 29, 2006.
- DIAMOND, L. "Facing up to the democratic recession". *Journal of Democracy*, vol. 26, n. 1, 2015.
- DIAMOND, L. "The impact of the economic crisis: why democracies survive". *Journal of Democracy*, vol. 22, n. 1, 2011.
- DYER, O. "Covid-19: Brazil's president rallies supporters against social distancing". *BMJ*, 2020.
- FIELD, A. *Descobrindo a estatística usando o SPSS*. Porto Alegre, Artmed, 2009.
- FOA, R.S. et al. *The global satisfaction with democracy report 2020*. Cambridge, United Kingdom/Centre for the Future of Democracy, 2020.
- FREEDOM HOUSE. "Report Freedom in the World 2019-Democracy in Retreat". Disponível em: https://freedomhouse.org/sites/default/files/Feb2019_FH_FITW_2019_Report_ForWeb-compressed.pdf. Acesso em: 8/ago./2021.
- KRIESI, H.; PAPPAS, T. (eds.). *European populism in the shadow of the great recession*. Colchester, ECPR Press, 2015.

- MELO, C.; CABRAL, S. "A grande crise e as crises brasileiras: o efeito catalisador da covid-19". *Revista Eletrônica Gestão & Sociedade*, v. 14, n. 39, 2020.
- MENEGUELLO, R. "Opinião pública em um governo de risco e contrassenso", in F. Kerche; L. Avritzer; M. Marona (orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. 1ª ed. São Paulo, Autêntica, 2021.
- MUDDE, C. "The populist Zeitgeist". *Government and Opposition*, vol. 39, issue 4, 2004.
- MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. "Exclusionary vs. inclusionary populism: comparing contemporary Europe and Latin America". *Government and Opposition*, vol. 48, issue 2, 2013.
- PRZEWORSKI, A. *Crises of democracy*. Cambridge, Cambridge University Press, 2019.
- REPUCCI, S. "The Freedom House Survey for 2019: the leaderless struggle for democracy". *Journal of Democracy*, vol. 31, n. 2, 2020.
- SMITH, A. E. "Covid vs. democracy: Brazil's populist playbook". *Journal of Democracy*, vol. 31, n. 4, 2020.
- WARREN, M. "Trust and democracy", in *Oxford handbook of social and political trust*. Oxford UP, 2018.
- WEYLAND, K. "The politics of corruption in Latin America". *Journal of Democracy*, vol. 9, n. 2, 1998.
- WEYLAND, K. "The threat of populist left". *Journal of Democracy*, vol. 24, n. 3, 2013.



**Brasil pós-pandemia.
Reconstruindo o capital social
e uma cultura política assertiva**

*Marcello Baquero
Jennifer Morais*



resumo

A pandemia de covid-19, que há mais de um ano assola o país, onde o governo incumbente tem minimizado o seu impacto devastador, vem afetando os princípios democráticos gerando uma polarização ideológica na sociedade brasileira e produzindo um estado de intolerância exacerbada. A combinação da pandemia com a polarização tem se enraizado e dividido o país, reduzindo os espaços cívicos de envolvimento político cidadão. Este artigo tem por objetivo examinar o impacto da pandemia na construção de capital social institucional negativo (governo-sociedade) e no tipo de cultura política que emergirá no futuro.

Palavras-chave: pandemia; democracia; capital social; cultura política.

abstract

The covid-19 pandemic, which has ravaged the country for more than a year has been aggravated by the incumbent government which has minimized its devastating impact, affecting the democratic principles, and producing an ideological polarization in Brazilian society creating a state of exacerbated intolerance. The combination of the pandemic and the growing polarization has taken root and divided the country reducing the civic spaces of citizens political involvement. This article seeks to examine the impact of the pandemic on the construction of negative institutional social capital (government-society) and the type of political culture that will emerge in the future.

Keywords: pandemic; democracy; social capital; political culture.

Osurgimento da pandemia de covid-19 e a forma como foi gerenciada pelo governo federal vêm gerando um impacto negativo na vida econômica e social do Brasil, pois produziu uma nova forma de crise, causando incertezas e novos comportamentos e atitudes no campo político.

De modo geral, os países se viram forçados a implementar medidas impopulares como quarentenas e a proibição de aglomerações, que visavam a prevenir uma maior contaminação. Políticas de proteção, como o auxílio financeiro emergencial, também foram adotadas. Nos países onde tais medidas foram aplicadas houve um melhor controle da contaminação. Não foi esse o caso do Brasil, onde a pandemia não foi enfrentada de forma efetiva pelo governo de Jair Bolsonaro, provocando, no início do segundo ano, uma crise sistêmica sem precedentes.

A combinação de uma sindemia, isto é, o papel que a autoridade máxima desempenha no agravamento da crise pandêmica, com a crise social tem produzido um ambiente de incerteza, comprometendo os laços sociais coletivos, desconstruindo o frágil capital social existente. Adicionalmente, tem contribuído para aumentar o ceticismo dos cidadãos em relação à democracia, sobretudo no que diz respeito às instituições e representantes políticos. O cenário que emerge se aproxima daquilo que Tuchman (1985) denominou de “marcha da insensatez”, no qual há uma perda de racionalidade e o despertar da face obscura da condição humana. Este é o caso da pandemia de covid-19 que há mais de

MARCELLO BAQUERO é professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

JENNIFER MORAIS é professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

um ano assola o Brasil com um governo incumbente que desdenha seu efeito devastador na sociedade.

Assim, o país, além de experimentar uma crise sanitária sem precedentes em sua história, enfrenta, também, problemas graves de polarização e radicalização política. Pesquisas recentes de opinião pública mostram que cresce exponencialmente o número de brasileiros que não confiam nas instituições políticas responsáveis pelo bem-estar dos cidadãos.

Neste artigo examinamos o impacto da pandemia na construção de capital social institucional negativo (governo-sociedade) e no tipo de cultura política que emergirá no futuro. Os dados analisados são da pesquisa “Valores em Crise”, em sua primeira onda, aplicada nos meses de maio e junho de 2020, com 3.543 brasileiros.

A magnitude do impacto da pandemia pode ser avaliada tendo como pano de fundo a situação em agosto de 2021, com mais de 560 mil mortos. Além de 14,8 milhões de desempregados, sem falar de 19,1 milhões de famintos em um universo de 116,8 milhões que não tiveram acesso pleno e permanente à comida. Estes são dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, a partir de uma pesquisa realizada em dezembro de 2020, quando o auxílio emergencial estava sendo pago em parcelas de R\$ 300 ou R\$ 600. No final de 2020, a fome chegava a 9% da população, a maior taxa desde 2004. A situação ficou ainda pior, depois que Bolsonaro suspendeu o pagamento do benefício nos três primeiros meses de 2021 (Sakamoto, 2021).

Nesse contexto, a pandemia reduziu os espaços cívicos no Brasil. As iniciativas

de grupos sociais e movimentos cívicos que atuam como fiscalizadores das instituições políticas e seus representantes ficaram paralisadas. Isso permitiu que o governo tomasse medidas sem transparência e deletérias para o país, reduzindo os níveis de capital social institucional, produzido na relação entre Estado e sociedade, e colaborando para a constituição de uma cultura política com menos valores, normas e comportamentos democráticos.

Uma cultura política com essas características tende a levar a democracia a experimentar um processo de desinstitucionalização. As pessoas passam a desconfiar umas das outras, famílias se distanciam e a tendência é a institucionalização da indiferença e da falta de empatia. Dados de pesquisas recentes mostram que a profundidade das divisões políticas, econômicas, culturais e ideológicas abriu caminho para a institucionalização da polarização política, a qual representa uma ameaça real para o fortalecimento democrático. De fato, nunca o país mostrou tamanha divisão política entre seus cidadãos.

Um dos elementos centrais para restaurar a unidade nacional é o papel que o governo incumbente desempenha nesse processo. Tal esforço parece improvável na gestão do presente governo comandado por Jair Bolsonaro. Aceitar que somos uma nação dividida pode ser o primeiro passo para encontrar as prioridades que possam nos reunificar.

Do ponto de vista da formação de capital social, constata-se uma diminuição da ação coletiva entre as pessoas. A sociedade civil está fragilizada pela sindemia e outros fatores, tais como o aumento da radicalização política e o surgimento de práticas

políticas iliberais, ou seja, utilização de práticas autoritárias por um governo eleito democraticamente. Nesse cenário, instrumentos de fiscalização política cidadã – mobilizações, comícios e passeatas – se tornaram quase nulos. As iniciativas de fiscalização cívica e social dependem da capacidade das comunidades locais participarem em manifestações e protestos, os quais foram, devido à pandemia, limitados. Adicionalmente, os meios de comunicação não têm proporcionado uma cobertura adequada dos acontecimentos e das ações de sindemia de governo. Isso abriu espaço para o fortalecimento de redes sociais e a proliferação de *fake news*. Consequentemente, a redução dos espaços cívicos e a limitação da participação da sociedade civil enfraquecem ainda mais a constituição de capital social e não promovem a solidificação de uma cultura política assertiva.

Assistimos, presentemente, a uma situação de deslegitimização democrática. Tal processo contribui para a (des)ativação da participação política dos cidadãos. No caso brasileiro é o próprio Estado que gera a despolitização da sociedade, ao não prover condições materiais mínimas de uma qualidade de vida socialmente justa. Na conjuntura atual de crise sanitária, esse processo se agrava pelo aumento significativo do senso de insegurança da população a respeito do seu futuro e do próprio país. Embora a pandemia tenha propiciado o aumento da participação virtual com a criação de centenas de contas nas mídias sociais, essa participação tem contribuído para acirrar o nível de intolerância entre as pessoas. Resultado desse cenário é a manutenção de uma cultura política onde a passividade, a fragmentação e, sobretudo, a

polarização política se fortalecem. Nessas circunstâncias, gerar capital social positivo num contexto de crise política e econômica conjugada com uma crise sanitária sem precedentes é problemático.

O PAPEL DO CAPITAL SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA CRISE

A maior ameaça à democracia, segundo Putnam (1996), é uma cultura política onde a indiferença e a passividade dos cidadãos em relação à política se institucionalizam. A história tem mostrado que a democracia não pode prosperar em épocas de crise, ou na solução de problemas na base da informalidade. Nesse sentido, a saída da crise pós-pandemia exigirá um esforço redobrado de reconstituição de capital social positivo, além de promover um empoderamento efetivo dos cidadãos para um maior protagonismo e participação na política.

A dimensão central do capital social visa a responder a duas perguntas que envolvem as dimensões de confiança e reciprocidade. Primeiramente, pode o capital social solidificar um sistema democrático? Em segundo lugar, é a solidariedade crucial para a construção de uma cultura política mais assertiva?

Tais questões foram foco de análise em países que enfrentaram situações de crise de várias naturezas (climáticas, de meio ambiente e sanitárias, entre outras), resultando em diretrizes a serem assumidas pelos Estados afetados para contornar seus impactos negativos (Furtado, 1964; Esping-Andersen, 1995; Bresser-Pereira, 1996; Fountain, 2001; Franke, 2014).

No caso específico de catástrofes e desastres, os debates têm se direcionado

para compreender os riscos e perigos que alteram profundamente a dinâmica econômica, sobretudo em relação ao aumento das desigualdades sociais, apontando para a necessidade de se criar instrumentos capazes de ajudar no processo de recuperação pós-catástrofe (Adger, 2003; Aldrich & Meyer, 2015; Smiley, Howell & Elliott, 2018; Behlendorf, Jadoon & Penta, 2020). Ilustrativo dessa situação é o caso de Nova Orleans com o furacão Katrina¹, que atingiu mais de 200 mil casas na região litorânea do sul dos Estados Unidos em 2005².

O caso de Nova Orleans mostrou que os aspectos sociais e coletivos e a resiliência no período pós-crise foram decisivos para a recuperação da área afetada, além dos fatores mais imediatos como a economia, a infraestrutura física e os recursos individuais (Aldrich & Meyer, 2015). Pontualmente, constatou-se que a resiliência depende do comprometimento coletivo que os indivíduos têm com suas comunidades, da força dos laços sociais, da solidariedade e reciprocidade entre os membros das comunidades e da confiança interpessoal e institucional, em outras palavras, do capital social existente.

O grau de comprometimento coletivo entre os cidadãos por ocasião do furacão Katrina serve como ponto de referência para avaliar a importância do capital social. Os

estudos que analisaram seu efeito na recuperação econômica das regiões atingidas podem ser divididos em duas abordagens: 1) a que demonstrou a importância das ações governamentais, que corroboraram para a constituição de capital social (Petterson et al., 2018); e 2) a que evidenciou crescimento econômico mais forte em comunidades com altos índices de capital social (Hawkins & Maurer, 2010; Aldrich & Meyer, 2015).

Na primeira abordagem, os estudos apontaram o impacto decisivo da atuação institucional na recuperação econômica após a catástrofe. Observou-se um aumento dos níveis de capital social, que produziram um sentimento coletivo e uma resiliência que facilitaram a retomada econômica das comunidades, onde as instituições políticas, econômicas e socioculturais eram robustas (Boettke et al., 2007) e as medidas emergenciais de apoio financeiro às famílias atingidas e políticas públicas de estímulo à retomada econômica foram priorizadas (Wang & Ganpati, 2018).

Na segunda abordagem, as análises centraram-se em observar os níveis já existentes de capital social nas comunidades e seus efeitos na recuperação econômica. A esse respeito, Aldrich e Meyer (2015), ao analisarem os desastres causados pelo furacão Katrina e o terremoto de 2011 em Tohoku, no Japão, destacaram o papel do capital social na resiliência das comunidades atingidas. Segundo eles, de maneira geral, os governantes não investem em iniciativas de promoção de CS que já se mostraram valiosas na resolução de problemas sociais e de bem-estar da população, tais como: criar fortes laços com os vizinhos, saber o nome do síndico do condomínio e ter experiência em trabalhar com ONGs locais.

1 Foi uma tempestade tropical que alcançou a categoria 3 da escala de furacões de Saffir-Simpson em terra firme e categoria 5 no Oceano Atlântico.

2 Além das mortes e da destruição de propriedades e de infraestrutura pública, o furacão paralisou a extração de petróleo e gás natural nos Estados Unidos, resultou em perda total da indústria madeireira e aumentou o desemprego, gerando efeitos econômicos de longo alcance.

Tais fatores têm se mostrado decisivos na superação das consequências advindas de catástrofes, bem como na ajuda psicológica aos setores mais vulneráveis. No contexto local, bairros com maior engajamento cívico se recuperaram mais rapidamente, independentemente do tamanho dos danos e dos recursos individuais investidos. Ou seja, o capital social societário auxilia na diminuição de desigualdades sociais em momentos de crise.

Dado que o capital social, como outras formas de capital, pode ser gerado ou degradado, nosso foco como indivíduos e como nação precisa se voltar para aumentar a coesão social e aprofundar a confiança nas comunidades. A iniciativa, por parte das autoridades competentes, precisa, portanto, se orientar para o investimento em programas que construam pontes: (1) entre os grupos nas comunidades; e (2) dessas com as instituições formais, pois as conexões dentro e entre os indivíduos de uma comunidade proporcionaram resiliência crítica nas crises enfrentadas.

Os estudos examinados convergem para o princípio de que o capital social desempenha papel decisivo para o desenvolvimento econômico e social, principalmente em momentos de desastres que geram paralisação econômica e aumento de desigualdades sociais. A existência de recursos coletivos e sociais tende a gerar benefícios, tanto individuais quanto comunitários. Desse modo, o capital social se constitui num elemento central de reativação da economia e de fortalecimento da cidadania, pois ajuda a promover a cooperação em nome de um objetivo maior.

A constituição de capital social, entretanto, deriva da cultura política exis-

tente. Uma cultura política assertiva, ou seja, orientada por valores democráticos, depende do grau de energia comunitária local que auxilia na coesão social da nação. Isso pressupõe que os gestores públicos deixem de considerar os setores socialmente vulneráveis como um problema, e sim como integrantes de um esforço coletivo na identificação de soluções para os problemas socioeconômicos.

Não incluir os setores socialmente marginalizados da população em esforços pós-desastre, como é o caso da pandemia, gera problemas de legitimidade, pois produz a percepção de injustiça e abandono do governo incumbente. Tal cenário cria uma cultura política regida por uma normatividade realista, com as pessoas internalizando normas e valores conjunturais construídos com base na desinformação. Este é o caso no Brasil contemporâneo.

Passamos, a seguir, a examinar os dados buscando encaminhar respostas às indagações formuladas neste artigo em relação às possibilidades de se produzir capital social no Brasil pós-pandemia.

SENTIMENTOS E VALORES DOS BRASILEIROS NA PANDEMIA

Dois sentimentos que parecem caracterizar o Brasil presentemente são o medo e a incerteza, gerados com as crises política e econômica e agravados pela crise na saúde, consequência da covid-19, somada ao negacionismo do governo federal em relação à gravidade da pandemia e à indiferença com o sofrimento da população. Conforme os dados da pesquisa “Valores em Crise”, 78% dos entrevistados responderam ter medo

(muito ou pouco) de que eles ou seus familiares fiquem doentes e sofram por causa do coronavírus e 83% disseram temer pelo seu futuro por conta de uma recessão econômica no pós-pandemia. Complementar ao medo, 65,3% acreditam que o país sairá gravemente prejudicado desta crise.

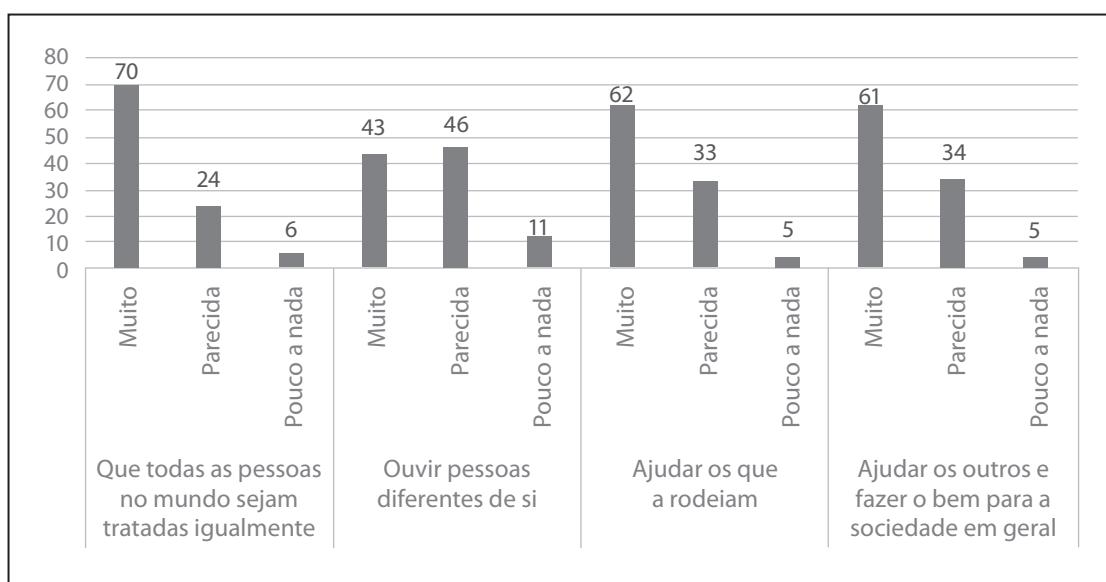
Esses sentimentos corroboram a percepção negativa do governo federal no enfrentamento ao coronavírus. Já no início da pandemia, em 2020, 56% avaliavam entre muito mal e mal o desempenho do governo em relação a essa questão. Acrescente-se a esse cenário as investigações de malversação de recursos públicos e omissões do governo federal no combate à pandemia descobertas pela CPI da Covid-19, instalada no Senado Federal desde 27 de abril de 2021.

Em relação às ações das pessoas durante a pandemia, indagou-se aos entrevistados se nos últimos dias estavam observando mais solidariedade ou mais hostilidade do que o normal. Nesse contato com outras pessoas, 45% dos entrevistados percebem um aumento no grau de solidariedade, enquanto 39% disseram que depende e apenas 16%, que há mais hostilidade.

Geralmente em épocas de crise, como a vivenciada no país, percebe-se um aumento na solidariedade. A partir disso, nos questionamos de que forma esses sentimentos e avaliações impactam na geração de capital social entre pessoas. Sabemos que o capital social, normalmente, é gerado em três dimensões: (1) encapsulamento; (2) horizontalidade; e (3) verticalidade. A partir dos dados do Gráfico 1, enfatizamos as

GRÁFICO 1

Avalia como muito parecida ou parecida com pessoas hipotéticas que acha importantes (%)



n = 3543

Fonte: "Valores em Crise" (2020)

duas primeiras, que estão presentes nas relações intragrupo e entregrupos. Na pesquisa, foi apresentada aos entrevistados uma lista com nomes de pessoas que defendiam determinados valores e solicitado que indicassem o quanto, em sua percepção, assemelhavam-se com essas pessoas.

Os resultados apontam que 94% se perceberam muito parecidos e parecidos com pessoas que acham importante que todos sejam tratados igualmente, enquanto 89%, com pessoas que acham importante ouvir a opinião dos outros. Em relação à solidariedade, 95% avaliaram importante ajudar os que os rodeiam, assim como 95% também concordaram ser importante ajudar os outros e fazer o bem para a sociedade em geral.

Embora as respostas dos entrevistados tenham alcançado, de modo geral, percentuais altos de identificação com tais

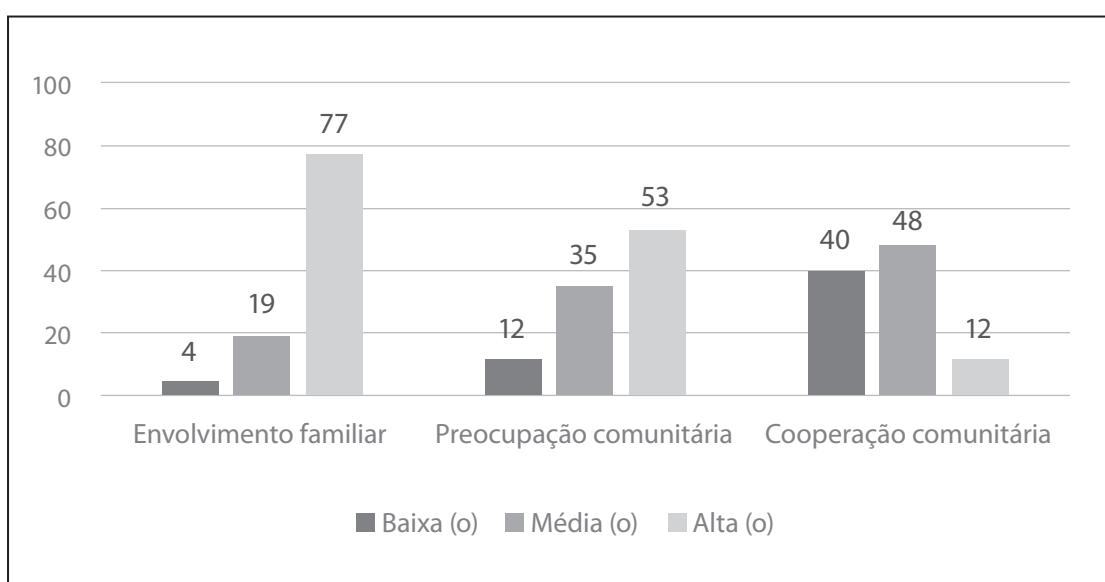
valores democráticos, é importante destacar a pouca ou nenhuma identificação com a categoria “Ouvir pessoas diferentes de si” (57%). Isso indica que, mesmo que capital social seja produzido entre os que têm o mesmo modo de pensar (encapsulamento), não há interesse em estabelecer um diálogo com pensamentos diferentes (capital social na dimensão horizontal). O resultado não pode ser outro senão o aumento da polarização no campo político e a naturalização do discurso do ódio.

No Gráfico 2, analisa-se o grau de envolvimento em atividades coletivas que produzam capital social, tanto na dimensão do encapsulamento quanto da horizontalidade, ou seja, com a comunidade.

Os dados indicam um elevado grau de envolvimento com a família (77%) e um patamar intermediário (53%) de preocupação com a comunidade.

GRÁFICO 2

Índices de envolvimento com a família e a comunidade (%)



n = 3543

Fonte: “Valores em Crise” (2020)

ção com o bem-estar da comunidade. No entanto, a preocupação dos entrevistados com a convivência comunitária não está se materializando em comportamento de cooperação comunitária, visto que somente 12% manifestaram desejo de se envolver em ações comunitárias. Do ponto de vista da construção de uma cultura política assertiva, quando há uma dissonância entre o que as pessoas pensam e o que fazem na prática, pode produzir passividade, baixa autoestima e hostilidade em relação, neste caso, à política e aos políticos.

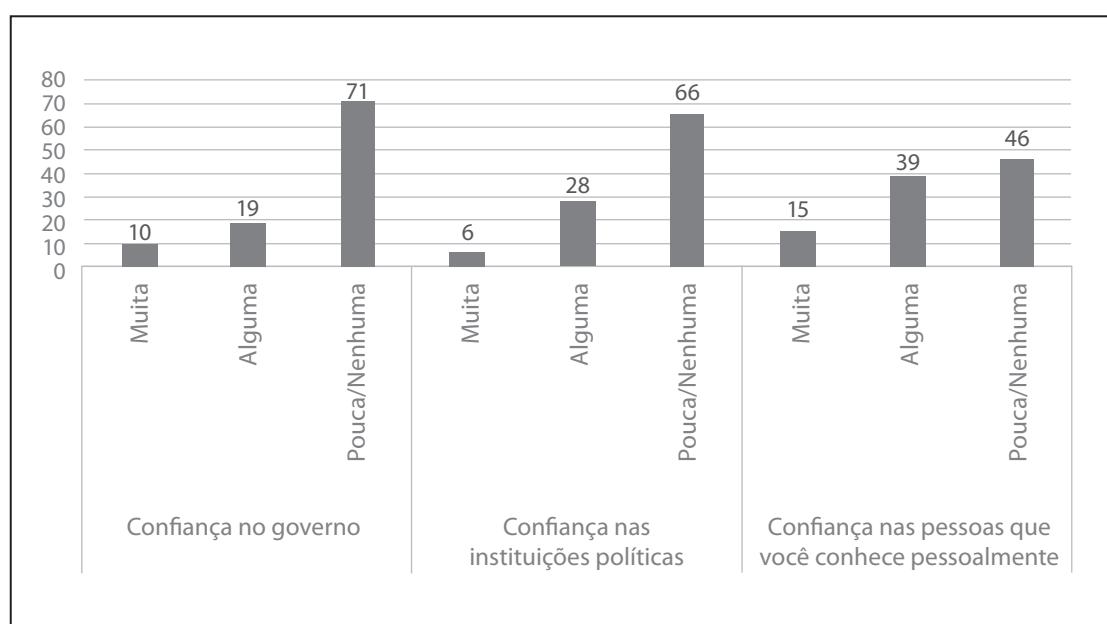
Quando indagados a responderem sobre seus sentimentos em relação a serem brasileiros, os entrevistados mostraram ser solidários e sentir orgulho (61% apontaram sentir entre muito e bastante orgulho).

No entanto, assim como no passado, tais atitudes não têm se transformado estruturalmente em comportamento democrático com elevados níveis de capital social (Baquero, 2013; Moisés, 2013). Os brasileiros continuam a evidenciar baixos níveis de participação política e uma elevada desconfiança política. Essa combinação pode auxiliar no entendimento de paradoxos como aquele que se refere à valorização democrática conjugada com desconfiança institucional e à defesa do retorno de regimes autoritários, como podemos observar nos Gráficos 3 e 4.

Como referido anteriormente, a desconfiança é uma característica histórica da cultura política brasileira, limitando a constituição de capital social, tanto horizontal quanto verticalmente, apesar do sentimento

GRÁFICO 3

Confiança nas instituições formais e pessoais (%)



n = 3543

Fonte: "Valores em Crise" (2020)

subjetivo dos entrevistados de valorizar a solidariedade. Conforme os dados do Gráfico 3, 71% desconfiam do governo, 66%, das instituições políticas e 46%, das pessoas próximas.

A combinação de desconfiança com mobilizações pontuais entre grupos opositores, começando com as manifestações de junho de 2013, gerou um ambiente de polarização dicotomizada no país entre esquerda e direita. Importante destacar que entre aqueles que se identificaram com a direita foi levantada a bandeira de apoio ao Exército e ao retorno do regime militar no país, escancarando a instabilidade política que o país presentemente atravessa.

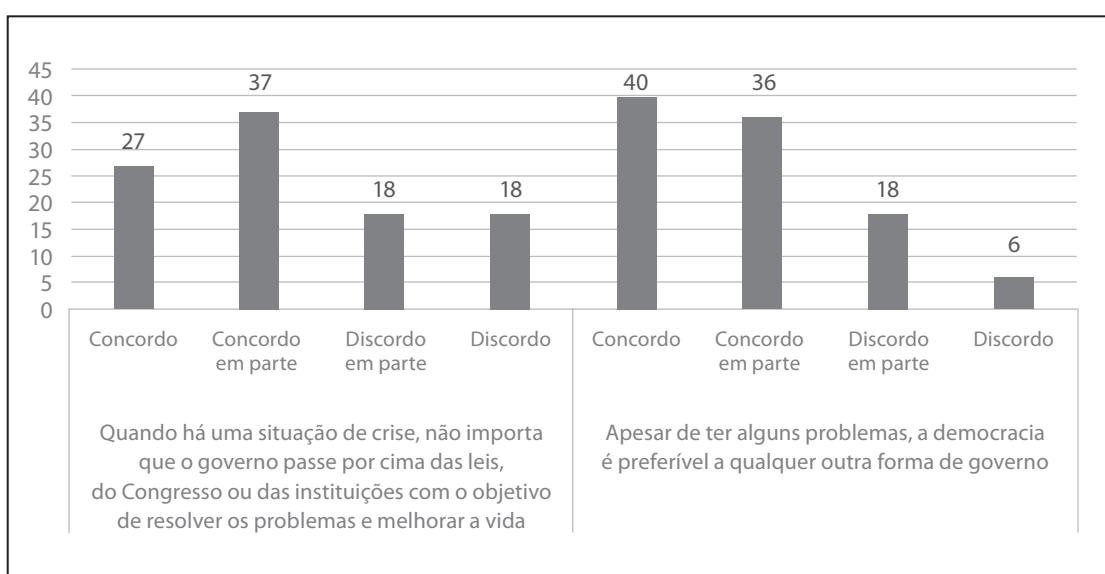
No Gráfico 4 observa-se que 64% dos entrevistados concordaram plena ou parcialmente com a afirmação “Quando há

uma situação de crise, não importa que o governo passe por cima das leis, Congresso ou das instituições com o objetivo de resolver os problemas e melhorar a vida”. No entanto, paradoxalmente, 76% dos entrevistados concordaram com a afirmação de que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, e 24% discordaram de tal afirmação.

Desse modo, os dados examinados neste período de pandemia sugerem que o padrão histórico da persistência de uma cultura política apática, caracterizada pela incongruência entre a existência de um sistema democrático e a disseminação de valores que questionam esse sistema, tem se agudizado. Constatamos que, apesar de uma percepção maior de solidariedade na sociedade e um aumento no apoio a valores democrá-

GRÁFICO 4

Avaliação política dos entrevistados sobre a forma de governo (%)



n = 3543

Fonte: "Valores em Crise" (2020)

ticos no início da pandemia, tais atitudes não se materializam em um comportamento democrático institucionalizado, muito menos na constituição de capital social.

A RELAÇÃO ENTRE IMPACTOS ECONÔMICOS E OS NÍVEIS DE CAPITAL SOCIAL

Como construir capital social num contexto de uma crise sanitária para recuperar a autoconfiança dos cidadãos, nos moldes utilizados por países que conseguiram recuperar a economia via ação coletiva? Os estudos apresentados apontam para o papel crucial que as ações governamentais desempenham em períodos pós-pandemias (Pettersson et al., 2006; Deryugina, Kawano & Levitt, 2014; Rackin & Weil, 2015; Wang & Ganapati, 2018). Assim, é importante examinar como o governo brasileiro tem enfrentado a pandemia e que ações está tomando para o futuro.

De maneira geral, no campo econômico todos os setores foram pressionados a limitar sua capacidade de produção e oferta de mercadorias. Muitos setores foram obrigados a fechar, produzindo desemprego, desigualdade social e o aumento da pobreza. A indústria de turismo praticamente ficou paralisada. A volta ao “normal”, tudo indica, será lenta e demorada. Enquanto os países mais desenvolvidos estão voltando, gradativamente, a uma certa normalidade, na medida em que têm alcançado índices de imunização de mais de 50% da população, no Brasil a situação é dramática e existe uma incerteza a respeito de quanto tempo será necessário para colocar o país no trilho da recuperação econômica, sani-

tária e social. Presentemente, o índice de transmissão continua elevado e o ritmo da vacinação, lento.

Nesse sentido, as análises a seguir apresentam a relação entre os impactos econômicos da pandemia e o recebimento de auxílio emergencial com a cultura política e o capital social. O Gráfico 5 mostra o impacto econômico³ sofrido no início da pandemia pelos entrevistados.

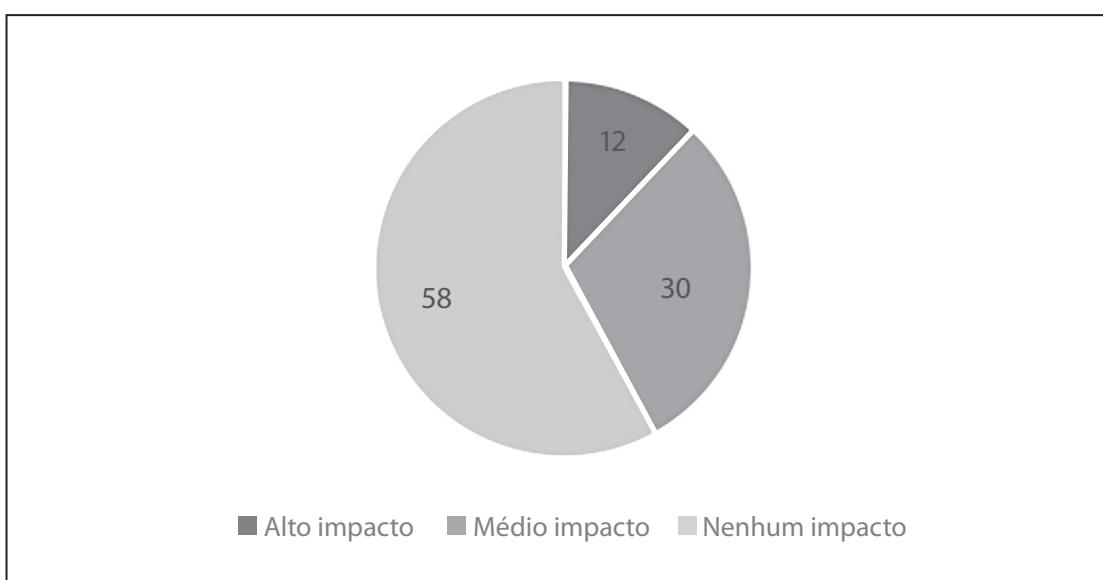
Cerca de 42% dos entrevistados foram, de alguma forma, afetados economicamente. Desde o início da pandemia se estabeleceu uma divergência entre o governo do presidente Jair Bolsonaro e os governadores e prefeitos. Os governadores e prefeitos defendiam a implantação de restrições como fechamento do comércio, enquanto o governo federal defendia a abertura da economia para garantir a manutenção do emprego. Tal conflito de prioridades resultou numa situação em que os empregos não foram garantidos, houve aumento da inflação e mais de meio milhão de brasileiros perderam suas vidas pela falta de vacinas e políticas públicas para combater a pandemia.

A falta de um planejamento efetivo no enfrentamento da pandemia por parte do governo federal, principalmente na proteção econômica dos mais vulneráveis, agravou a situação do país em todas as frentes. O

³ O índice de impacto econômico foi construído com base nas questões de perda de emprego, fechamento de estabelecimentos e diminuição na jornada de trabalho (com valores 0,00 para quem não foi impactado e 1,00 para quem foi impactado), ocorridos entre os meses de maio e junho de 2020. Três categorias formam o índice: 1 = alto impacto (valores 0,67 e 1,00), 2 = médio impacto (valor 0,33) e 3 = nenhum impacto (valor 0,00).

GRÁFICO 5

Índice de impacto econômico (%)



n = 3543

Fonte: "Valores em Crise" (2020)

auxílio emergencial, implementado a partir de abril de 2020, na percepção dos entrevistados, pouco tem atenuado os mais necessitados, apesar de 40% dos entrevistados confirmarem estar recebendo dinheiro de algum auxílio emergencial.

Como esses fatores impactam na construção da cultura política do país e como o capital social pode ajudar a revitalizar o estado de desencanto que presentemente os brasileiros experimentam? Para responder a essa questão, inicialmente analisamos como o impacto econômico gerado pela pandemia afetou os sentimentos de incerteza dos entrevistados (Tabela 1).

Como foi apontado no início do artigo, o sentimento de medo dos entrevistados em relação ao futuro impactou economicamente os mais socialmente vulneráveis,

que, consequentemente, se mostraram mais temerosos do que poderia acontecer a ele(a) e sua família: 53% responderam ter medo de ficar doente e sofrer e 61%, de sofrer por conta da recessão econômica após a crise. O mesmo sentimento é compartilhado por aqueles que recebem auxílio emergencial: 50% responderam ter muito medo de ficar doente e sofrer e 54%, de sofrer por conta da recessão econômica. Se em um contexto de “normalidade” esse sentimento está presente, fruto da desigualdade social, na época da pandemia ele se agrava.

O medo causa impacto nas atitudes e nos comportamentos políticos dos cidadãos, especialmente, porque pode levar a reações negativas e radicais. Soma-se a esse medo o isolamento e a corrosão das relações sociais. Com isso, a partir da Tabela 2,

TABELA 1

Relação entre impacto econômico e auxílio emergencial x medo por você e pela família na pandemia (%)

	Índice de impacto econômico	
	Muito medo de ficar doente e sofrer muito	Muito medo de sofrer por conta de uma recessão econômica após a crise
Alto impacto	53	61
Médio impacto	48	55
Nenhum impacto	41	41
	Auxílio emergencial	
	Muito medo de ficar doente e sofrer muito	Muito medo de sofrer por conta de uma recessão econômica após a crise
Sim	50	54
Não	40	44

n = 3543

Fonte: "Valores em Crise" (2020)

TABELA 2

Relação entre impacto econômico e auxílio emergencial x percepção de solidariedade na pandemia (%)

	Índice de impacto econômico
	Percebe mais solidariedade
Alto impacto	30
Médio impacto	44
Nenhum impacto	46
	Auxílio emergencial
	Percebe mais solidariedade
Sim	42
Não	47

n = 3543, p ≤ 0,05

Fonte: "Valores em Crise" (2020)

procuramos responder de que forma esses aspectos impactam a percepção de solidariedade na pandemia.

No início da pandemia eram comuns ações de solidariedade, especialmente nas comunidades, que buscavam ajudar as famílias impactadas. Porém, gradualmente, o cansaço, o medo e as incertezas começaram a se materializar em um desgaste emocional e financeiro. Os dados da tabela acima indicam que os entrevistados que não sofreram nenhum impacto econômico (46%) e aqueles que não receberam auxílio emergencial (47%) são os que perceberam um aumento de

solidariedade durante a pandemia. São os dois lados da mesma moeda: por um lado, estão aqueles que pela sua situação econômica não sentem os efeitos da pandemia e procuram ajudar os outros, e, por outro lado, os receptores de algum tipo de apoio, auxílio este interpretado, pelos entrevistados, como uma dádiva e não como uma obrigação do Estado.

Pela mesma lógica da tabela anterior, os dados da Tabela 3 reforçam a ideia de que os mais impactados economicamente pela pandemia e que recebem auxílio emergencial se identificam mais com valores de igualdade, tolerância e solidariedade.

TABELA 3

Relação entre impacto econômico e auxílio emergencial x avalia como muito parecida ou parecida com pessoas hipotéticas que acha importantes (%)

		Índice de impacto econômico			
		Pessoas sejam tratadas igualmente	Ouvir pessoas diferentes de si	Ajudar os que o rodeiam	Ajudar os outros e fazer o bem para a sociedade em geral
Alto impacto	68	49	64	70	
Médio impacto	74	45	65	64	
Nenhum impacto	68	41	60	59	
Auxílio emergencial					
		Pessoas sejam tratadas igualmente	Ouvir pessoas diferentes de si	Ajudar os que o rodeiam	Ajudar os outros e fazer o bem para a sociedade em geral
Sim	72	45	63	62	
Não	68	41	61	60	

n = 3543, p ≤ 0,05

Fonte: "Valores em Crise" (2020)

TABELA 4

Índices de envolvimento com a família e a comunidade (nível alto) (%)

	Índice de impacto econômico		
	Envolvimento familiar*	Preocupação comunitária**	Cooperação comunitária*
Alto impacto	67	47	15
Médio impacto	79	53	13
Nenhum impacto	77	54	11
	Auxílio emergencial		
	Envolvimento familiar**	Preocupação comunitária**	Cooperação comunitária*
Sim	76	52	12
Não	77	53	12

n = 3543, * p ≤ 0,05, ** p ≥ 0,05

Fonte: "Valores em Crise" (2020)

O envolvimento e a cooperação comunitária se constituem em um dos desafios que se colocam para o período pós-pandemia com vistas à constituição de capital social na sociedade. Presentemente, como foi visto no Gráfico 1, de maneira geral os entrevistados apresentam níveis mais altos de envolvimento familiar e de preocupação comunitária; no entanto, está longe de se constituir em base sólida e permanente de geração de comportamentos de cooperação comunitária, como pode ser observado na Tabela 4.

Os dados da Tabela 4 indicam que os cidadãos que não experimentaram nenhum impacto econômico demonstram um maior envolvimento familiar (77%) e maior preocupação comunitária (54%), porém pouco ou nada se envolveram em ações comu-

nitárias (11%). E, com relação ao auxílio emergencial, não se percebe um efeito nestes índices de envolvimento, pois não há diferenças significativas entre os que receberam e não receberam o auxílio.

Nesse sentido, a atuação do Estado é vista como insuficiente tanto para minimizar os impactos socioeconômicos, como para colaborar com a constituição de capital social no país. Podemos avaliar que a insuficiência do auxílio emergencial se dá pela negação do governo federal da importância deste auxílio, pela dificuldade em conseguir se cadastrar para receber, pelo valor e pelas repetidas tentativas de se descontinuar a provisão do auxílio.

Nesse contexto, não foi novidade constatar os altos níveis de desconfiança dos

TABELA 5

Relação entre impacto econômico e auxílio emergencial x desconfiança nas instituições formais e pessoais (%)

	Índice de impacto econômico		
	Governo*	Instituições políticas*	Pessoas*
Alto impacto	71	67	52
Médio impacto	74	68	47
Nenhum impacto	69	65	45

	Auxílio emergencial		
	Governo**	Instituições políticas**	Pessoas*
Sim	71	66	53
Não	71	66	41

n = 3543, * p ≤ 0,05, ** p ≥ 0,05

Fonte: "Valores em Crise" (2020)

entrevistados nas esferas institucional e interpessoal (Tabela 5).

Conforme a Tabela 5, os níveis de desconfiança institucional e interpessoal são elevados. Entre os entrevistados com alto índice de impacto econômico, 71% responderam desconfiar do governo, 67%, das instituições políticas e 52%, das pessoas. Entre os que receberam auxílio emergencial, 71% apontaram desconfiar do governo, 66%, das instituições políticas e 53%, das pessoas. Estes resultados reforçam nosso argumento de que a percepção da existência de solidariedade numa situação de crise tende a ser temporária e não representa um elemento estrutural da constituição de uma nova cultura política.

Adicionalmente, as inconsistências geradas por um desastre, como a pandemia, produzem atitudes algumas vezes incongruentes, como podemos perceber na Tabela 6, com a avaliação dos entrevistados sobre a forma de governo.

Os dados da Tabela 6 indicam uma relação entre o alto impacto econômico sofrido na pandemia e o eventual apoio a um golpe institucional, bem como uma discordância de que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo. Esta mesma relação é perceptível entre aqueles que receberam auxílio emergencial. Ou seja, as consequências econômicas num contexto de crise geram um distanciamento e descontentamento com o funcio-

TABELA 6

Relação entre impacto econômico e auxílio emergencial x avaliação política dos entrevistados sobre a forma de governo (%)

	Índice de impacto econômico	
	Concorda totalmente que quando há uma situação de crise, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso ou das instituições com o objetivo de resolver os problemas e melhorar a vida	Discorda que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo
Alto impacto	34	30
Médio impacto	28	25
Nenhum impacto	25	23
	Auxílio emergencial	
	Concorda que quando há uma situação de crise, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso ou das instituições com o objetivo de resolver os problemas e melhorar a vida	Discorda que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo
Sim	32	27
Não	24	22

n = 3543, p ≤ 0,05

Fonte: "Valores em Crise" (2020)

namento da democracia. A consequência desses sentimentos se traduz em atitudes de apoio a ações governamentais autoritárias, desvalorização das instituições políticas formais (Judiciário, FFAA, Congresso) e de instituições informais (igreja e meios de comunicação).

Em suma, concluímos que o alto impacto econômico e o recebimento de auxílio no início da pandemia no país estão relacionados com o aumento do temor sobre o futuro pessoal e do país,

com percepções de menos solidariedade e tolerância na sociedade, com desconfiança política e com predisposições, por parte significativa dos entrevistados, de apoio a um golpe institucional. Assim, o nível historicamente baixo de capital social no Brasil persiste na pandemia, mesmo para aqueles que receberam algum tipo de auxílio emergencial, sugerindo que o tipo de cultura política existente no país não experimentará transformações estruturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do objetivo deste trabalho de avaliar o impacto da pandemia na construção de capital social institucional negativo (governo-sociedade) e no tipo de cultura política que emergirá no futuro, constatou-se a redução dos espaços cívicos, que diminui a produção de capital social e mina as bases para a construção de uma cultura política assertiva. Desse modo, da mesma forma que em países que enfrentaram crises de várias naturezas, no caso do Brasil será imprescindível, para restaurar a unidade no país, promover a empatia, a solidariedade e o capital social positivo nas comunidades. Sem dar a devida atenção a esses fatores, a cultura política continuará a se manter passiva e apática, e não assertiva e de lealdade pessoal. Pesquisa realizada em julho de 2021 no Brasil constatou que 69% avaliam que o país está em declí-

nio e 72% consideram que a sociedade brasileira está falida (Ipsos Mori, 2021).

Mudar esse *status* da cultura política no país exigirá cooperação subjetiva e institucional. A eficácia das ações do Estado no contexto atual do Brasil é requisito para a constituição de capital social positivo na sociedade. A ausência de ações eficazes não contribuirá para aumentar o capital social positivo e restaurar a confiança institucional.

Concluímos reafirmando que a pandemia reduziu os espaços cívicos no Brasil, isolando, cada vez mais, os cidadãos das instituições políticas. Salientamos, assim, a importância da reativação das iniciativas de grupos sociais e movimentos cívicos atuantes na fiscalização das instituições políticas e seus representantes. A crise que o Brasil enfrenta requer soluções inovadoras, que possibilitem o envolvimento amplo da sociedade para o período pós-pandemia. Consideramos que o capital social pode desempenhar papel crucial nesse processo.

TABELA ANEXO 1

Análise fatorial de envolvimento comunitário			
	Envolvimento familiar	Preocupação comunitária	Cooperação comunitária
Sua família – Por favor, indique em que medida você se preocupa ou não com o bem-estar e as condições de vida dos seguintes grupos:	,776		
Seus vizinhos – Por favor, indique em que medida você se preocupa ou não com o bem-estar e as condições de vida dos seguintes grupos:		,741	
Pessoas que você conhece – Por favor, indique em que medida você se preocupa ou não com o bem-estar e as condições de vida dos seguintes grupos:		,619	
Pessoas da cidade que você não conhece – Por favor, indique em que medida você se preocupa ou não com o bem-estar e as condições de vida dos seguintes grupos:		,867	
Pessoas de outros lugares (cidades, estados, países) que você não conhece – Por favor, indique em que medida você se preocupa ou não com o bem-estar e as condições de vida dos seguintes grupos:		,870	
Sua família – Por favor, indique com que frequência você se envolve na sua comunidade e coopera com os seguintes grupos para a resolução de problemas de interesse coletivo:	,751		
Seus vizinhos – Por favor, indique com que frequência você se envolve na sua comunidade e coopera com os seguintes grupos para a resolução de problemas de interesse coletivo:			,742
Pessoas que você conhece – Por favor, indique com que frequência você se envolve na sua comunidade e coopera com os seguintes grupos para a resolução de problemas de interesse coletivo:			,680
Pessoas da cidade que você não conhece – Por favor, indique com que frequência você se envolve na sua comunidade e coopera com os seguintes grupos para a resolução de problemas de interesse coletivo:			,858
Pessoas de outros lugares (cidades, estados, países) que você não conhece – Por favor, indique com que frequência você se envolve na sua comunidade e coopera com os seguintes grupos para a resolução de problemas de interesse coletivo:			,848

REFERÊNCIAS

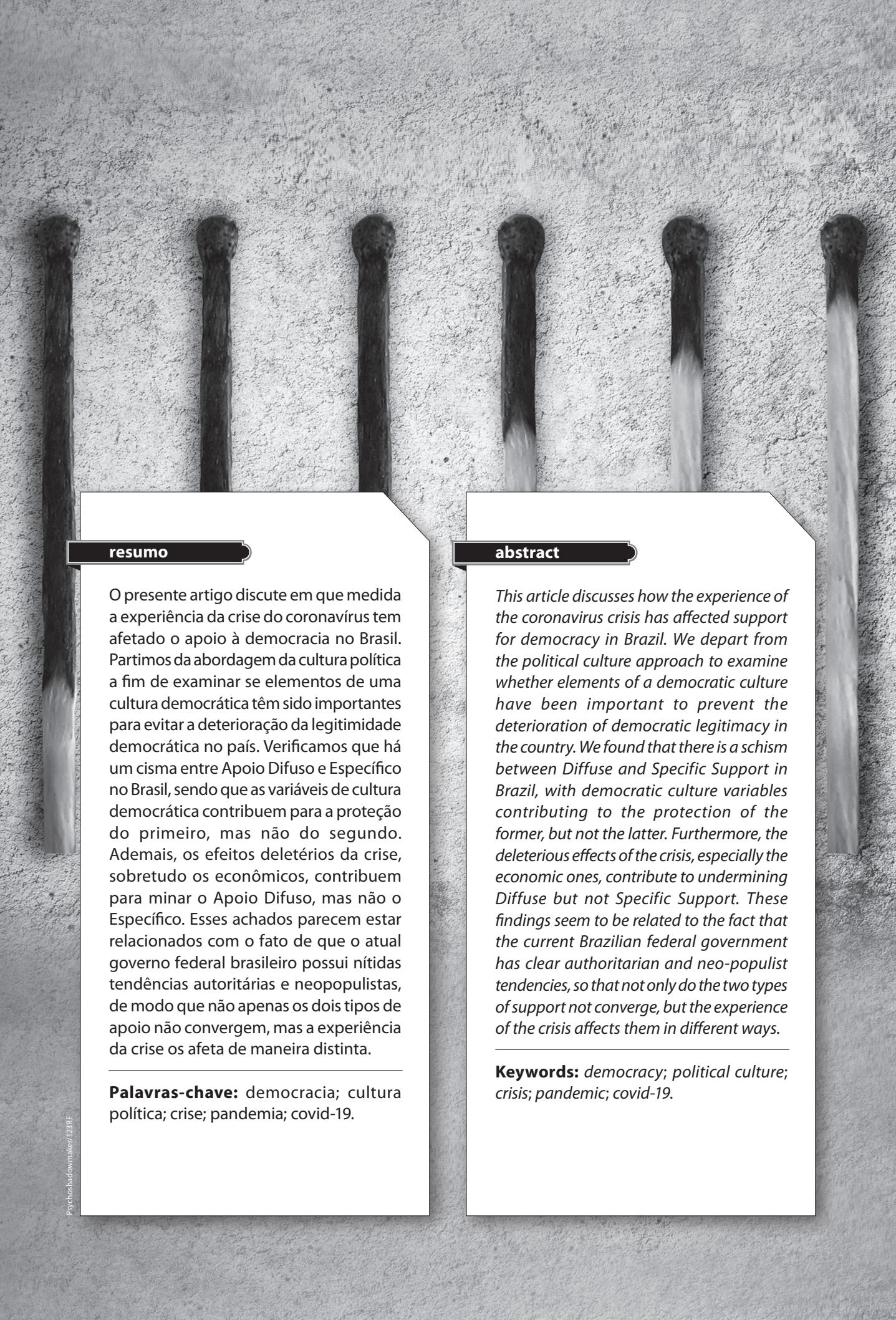
- ADGER, W. N. "Social capital, collective action, and adaptation to climate change". *Economic Geography*, v. 79, n. 4, 2003 pp. 447-459.
- ALDRICH, D.; MEYER, M. "Social capital and community resilience". *American Behavioral Scientist*, v. 59, n. 2, 2015, pp. 254-69.
- BALL, J. *The world economy: trends and prospects for the next decade*. Londres, Needhams Design, 1994.
- BAQUERO, M. *Democracia inercial: assimetrias entre economia e cultura política na América Latina*. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2018.
- BAQUERO, M.; MORAIS, J. "Desigualdade e democracia na América Latina: o papel da inérvia na construção de uma cultura política democrática". *Anais I SICP*. Porto Alegre, 2015, pp. 1-25.
- BEHLENDORF, B.; JADOON, A.; PENTA, S. "Rivalry and recovery: the social consequences of climatic hazards in rural India". *International Journal of Disaster Risk Reduction*, v. 46, 2020, pp. 101-48.
- BOETTKE, P. et al. "The political, economic, and social aspects of Katrina". *Southern Economic Journal*, v. 74, n. 2, 2007, pp. 363-76.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. "Da administração pública burocrática à gerencial". *Revista do Serviço Público*, ano 47, v. 120, n. 1, jan./abr. 1996.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.
- DERYUGINA, T.; KAWANO, L.; LEVITT, S. "The economic impact of hurricane Katrina on its victims: evidence from individual tax returns". *American Economic Journal Applied Economics*, v. 10, n. 2, 2014, pp. 1-46.
- DI TELLA, R.; MACCULLOCH, R. "Some uses of happiness data in economics". *Journal of Economic Perspectives*, v. 20, n. 1, 2006, pp. 25-46.
- DI TELLA, R.; MACCULLOCH, R.; OSWALD, A. "The macroeconomics of happiness". *The Review of Economics and Statistics*, v. 85, n. 4, 2003, pp. 809-27.
- ESPING-ANDERSEN, G. "O futuro do Welfare State na nova ordem mundial". *Lua Nova*, n. 35, 1995, pp. 75-111.
- FOUNTAIN, J. E. *Building the virtual state*. Washington: Brookings, 2001.
- FRANKE, M. M. "State intervention in times of the global economic crisis", in E. Bohne et al. (eds.). *Public administration and the modern state*. London, Palgrave Macmillan, 2014, pp. 75-89.
- FURTADO, C. *Desarrollo y subdesarrollo*. Buenos Aires, Eudeba, 1964.
- HAWKINS, R.; MAURER, K. "Bonding, bridging and linking: how social capital operated in New Orleans following hurricane Katrina". *British Journal of Social Work*, v. 40, 2010, pp. 1777-93.
- KLIKSBERG, B. *Capital social y cultura: claves olvidadas del desarrollo*. Buenos Aires, Instituto Internacional de Gobernabilidad, 2000.
- KRUEGER, A. "The political economy of the rent-seeking society". *American Economic Review*, v. 64, n. 3, 1974, pp. 291-303.
- PETTERSON, J. et al. "A preliminary assessment of social and economic impacts associated with hurricane Katrina". *American Anthropologist*, v. 108, n. 4, 2006, pp. 643-70.

- PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- RACKIN, H.; WEIL, F. "Social capital and the repopulation of New Orleans after hurricane Katrina". *Annual meetings of the population association of America*. San Diego, 2015, pp. 1-41.
- SAKAMOTO, L. "Fome, 'filha' de Bolsonaro, também estava nos protestos por seu impeachment". *UOL*, 20/jun./2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2021/06/20/fome-filha-de-bolsonaro-tambem-estava-nos-protestos-por-seu-impeachment.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 19/jul./2021.
- SMILEY, K. T.; HOWELL, J.; ELLIOTT, J. R. "Disasters, local organizations, and poverty in the USA, 1998 to 2015". *Popul. Environ.*, v. 40, 2018, pp. 115-35.
- SMITH, A. *A riqueza das nações*. Lisboa, Fundação Calouste Guibenckian, 1993.
- TUCHMAN, B. W. *The march of folly: from troy to Vietnam*. New York, Random House Trade, 1985.
- WANG, L.; GANAPATI, N. "Disasters and social capital: exploring the impact of hurricane Katrina on Gulf Coast counties". *Social Science Quarterly*, v. 99, n. 1, 2018, pp. 296-312.



Sobre a fragilidade da democracia brasileira diante da crise do coronavírus

*Diego Moraes
José Álvaro Moisés*



resumo

O presente artigo discute em que medida a experiência da crise do coronavírus tem afetado o apoio à democracia no Brasil. Partimos da abordagem da cultura política a fim de examinar se elementos de uma cultura democrática têm sido importantes para evitar a deterioração da legitimidade democrática no país. Verificamos que há um cisma entre Apoio Difuso e Específico no Brasil, sendo que as variáveis de cultura democrática contribuem para a proteção do primeiro, mas não do segundo. Ademais, os efeitos deletérios da crise, sobretudo os econômicos, contribuem para minar o Apoio Difuso, mas não o Específico. Esses achados parecem estar relacionados com o fato de que o atual governo federal brasileiro possui nítidas tendências autoritárias e neopopulistas, de modo que não apenas os dois tipos de apoio não convergem, mas a experiência da crise os afeta de maneira distinta.

Palavras-chave: democracia; cultura política; crise; pandemia; covid-19.

abstract

This article discusses how the experience of the coronavirus crisis has affected support for democracy in Brazil. We depart from the political culture approach to examine whether elements of a democratic culture have been important to prevent the deterioration of democratic legitimacy in the country. We found that there is a schism between Diffuse and Specific Support in Brazil, with democratic culture variables contributing to the protection of the former, but not the latter. Furthermore, the deleterious effects of the crisis, especially the economic ones, contribute to undermining Diffuse but not Specific Support. These findings seem to be related to the fact that the current Brazilian federal government has clear authoritarian and neo-populist tendencies, so that not only do the two types of support not converge, but the experience of the crisis affects them in different ways.

Keywords: democracy; political culture; crisis; pandemic; covid-19.

DEMOCRACIA EM CONTEXTOS DE CRISE

Todo regime político depende da combinação de dois elementos: legitimidade, no sentido de ser reconhecido pelos governados, e força, no sentido de ter capacidade de agir e fazer cumprir suas deliberações (Diamond, 2015). Democracias, em particular, requerem maior legitimidade e obediência voluntária, de modo que dependem, primariamente, da anuência popular em relação ao regime (Gunther & Monteiro, 2003). Regimes autoritários, ao contrário, valem-se mais da força, embora também dependam em algum grau da anuência popular para perdurarem. Nas democracias, portanto, se a legitimidade for colocada em risco, há maiores chances de uma mudança política violar o Estado democrático. Por isso, não espanta que o fenômeno das crises seja tão significativo para explicar o sucesso ou o fracasso dos regimes democráticos (Moisés, 2019).

Contribui para este entendimento a abordagem da qualidade da democracia, a qual

postula que um regime democrático de alta qualidade deve satisfazer às expectativas dos cidadãos quanto à missão que atribuem aos governos (qualidade de resultado), permitir aos cidadãos desfrutar de extensa liberdade e igualdade política (qualidade de conteúdo) e oferecer um contexto no qual os cidadãos possam avaliar e julgar o desempenho de governos por meio de eleições e mecanismos de freios e contrapesos (qualidade de procedimento) (Diamond & Morlino, 2017). A qualidade da democracia tende a se deteriorar em momentos de crise devido, entre outros fatores, a um crescimento da avaliação negativa dos cidadãos a respeito da responsividade e das entregas governamentais (Morlino &

DIEGO MORAES é pesquisador do Instituto Sivis e colaborador do Grupo de Pesquisa da Qualidade da Democracia do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP.

JOSÉ ÁLVARO MOISÉS é professor do IEA/USP, professor titular aposentado do Departamento de Ciência Política da USP e coordenador do Grupo de Pesquisa da Qualidade da Democracia do IEA/USP.

Quaranta, 2016). Assim, na medida em que a qualidade de resultado não se realiza a contento, os cidadãos passam a retirar seu apoio ao regime, prejudicando o componente de legitimidade tão caro à democracia.

Há que se considerar, contudo, que a legitimidade democrática é um fenômeno multidimensional, como bem apontou Easton (1965) a partir da diferenciação entre Apoio Difuso e Apoio Específico a regimes políticos. O Apoio Difuso poderia ser entendido como as atitudes em relação à comunidade política e ao regime de maneira mais abstrata, ao passo que o Apoio Específico seria orientado para o desempenho das autoridades políticas (Seligson, Booth & Gómez, 2006). Norris (1999) dá um passo adiante na conceituação multidimensional do fenômeno e propõe cinco objetos básicos aos quais a legitimidade política pode ou não ser conferida: 1) comunidade política; 2) princípios do regime; 3) desempenho do regime; 4) instituições do regime; 5) atores políticos. Mesmo nessa conceituação, contudo, ainda é possível identificar os dois polos propostos por Easton: a legitimidade conferida à comunidade política (nação) e aos princípios do regime (normas e valores) estaria mais próxima do Apoio Difuso, enquanto a legitimidade conferida ao desempenho do regime (funcionamento dos governos na prática), às instituições do regime (instituições legislativas e judiciárias) e aos atores políticos (líderes no poder) se aproximaria mais do Apoio Específico (Seligson, Booth & Gómez, 2006).

No que se refere aos efeitos das crises sobre a legitimidade, cabe notar que, ao menos em tese, eles se dariam mais diretamente sobre o Apoio Específico e seus subcomponentes, uma vez que estes constituem

os elementos mais concretos para avaliação dos cidadãos. Já o Apoio Difuso e seus subcomponentes seriam apenas indiretamente afetados, dada sua natureza mais abstrata e o fato de que constituem um “reservatório” construído e socializado ao longo de muitos anos e de erosão lenta. Todavia, a realidade de democracias jovens, como a brasileira, sugere que as medidas de legitimidade baseadas na adesão dos cidadãos a valores e ideais do regime democrático podem não ser as melhores para cotejar a sua estabilidade ou consolidação, já que as suas populações não possuem a experiência prolongada com esse sistema político que seria necessária à internalização de tais valores (Moisés, 2010; Ribeiro, 2007).

De todo modo, a importância do desempenho do regime democrático para a sua sustentabilidade é tamanha que, com frequência, regimes autoritários usam os percalços das democracias para fazer críticas ferozes aos valores democráticos. Um dos casos mais notórios na atualidade é o do autoritarismo chinês, cujo regime totalitário propagandeia o que chama de “democracia regulada”, isto é, um sistema político cujas deliberações se dão exclusivamente no âmbito do Partido Comunista Chinês, de modo que seriam supostamente mais profundas e pensadas do que aquelas provenientes da democracia aberta ocidental, bem como seus resultados seriam alegadamente mais eficazes e harmônicos do que o caos político que se observa em diversas ocasiões nas democracias liberais (Piketty, 2020). Apesar de, factualmente, a “democracia regulada” ao estilo chinês estar bem longe de demonstrar sua superioridade em relação à democracia liberal ao estilo ocidental, ainda assim suas críticas são muitas vezes capazes de abalar os fundamentos da

democracia, principalmente quando colocadas lado a lado com o crescimento econômico chinês das últimas décadas.

Na esteira dos choques econômicos e políticos da contemporaneidade, essa narrativa iliberal tende a ganhar cada vez mais força, sobretudo em países cujas raízes democráticas são pouco profundas (Welzel, 2021). Por sua vez, a profundidade de tais raízes parece estar diretamente associada com a prevalência de uma cultura política que sustenta o funcionamento e a sobrevivência da democracia em nível sistêmico. Esta cultura foi delineada no estudo pioneiro de Almond e Verba (1989), que a chamaram de “cultura cívica”, tendo como modelo uma sociedade política cujos cidadãos são envolvidos e ativos politicamente, bem como sua participação é informada, analítica e racional, ao mesmo tempo em que vigora um consenso substantivo sobre a legitimidade das instituições e das políticas públicas, uma difundida tolerância da pluralidade de interesses e crença na sua conciliabilidade, e um amplo sentido de competência política e confiança mútua (Almond, 1989).

Nesse sentido, uma cultura cívica (ou, como alguns autores contemporâneos preferem chamá-la, uma cultura democrática) (Moisés, 2011) seria essencial tanto para amenizar os efeitos negativos das crises sobre a legitimidade da democracia, quanto para imunizar a população contra os apelos de líderes populistas e alternativas autoritárias (Diamond, 2015). Para tanto, o modelo explicativo culturalista sustenta que orientações subjetivas de natureza afetiva, cognitiva e avaliativa intervêm na relação entre a experiência de determinadas situações e a resposta a elas (Almond & Verba, 1989; Eckstein, 1988). Assim, a experiência das crises passa,

necessariamente, pelo filtro da cultura política, que pode ser mais ou menos favorável à manutenção do regime democrático.

Com este panorama em vista, o presente artigo visa a discutir se e em que medida a experiência da crise do coronavírus tem afetado o apoio à democracia no Brasil. Partimos da abordagem culturalista a fim de examinar se elementos de uma cultura democrática têm sido importantes para evitar a deterioração da legitimidade democrática no país. O texto avança examinando dados de dois painéis da pesquisa “Valores em Crise” e foca, sobretudo, o impacto de diferentes dimensões da crise sanitária sobre os valores sociais e políticos, como a solidariedade, o capital social e, especialmente, a avaliação social de governos, instituições e o próprio regime político. Como se analisa e demonstra nas seções seguintes do texto, os resultados da pesquisa apontam para efeitos diferenciados da pandemia sobre o Apoio Difuso e o Específico ao regime democrático. Na conclusão, as implicações desses achados para a qualidade da democracia são discutidas.

PANDEMIA DE COVID-19 E CRISE DEMOCRÁTICA NO BRASIL

A atual crise do coronavírus é considerada por muitos o evento mais dramático da história humana desde a Segunda Guerra Mundial. De acordo com os dados do monitoramento realizado pela Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos¹, até agosto de 2021 já havia mais de 200 milhões de casos

1 Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 23/8/2021.

de covid-19 no mundo e mais de 4 milhões de mortes causadas pela doença, sendo que somente o Brasil contava com mais de 20 milhões de casos e mais de 500 mil mortes. Todavia, diferentemente das crises de natureza exclusivamente econômica, epidemias e pandemias, que são eventos conectados ao imponderável dos desastres e catástrofes naturais, podem gerar consequências sociopolíticas distintas daquelas esperadas pelos choques meramente de mercado. De fato, uma ampla literatura já observou como eventos dessa natureza contribuem para a geração de capital social em termos de solidariedade, colaboração e confiança, os quais, por sua vez, ajudam a mitigar os seus efeitos negativos (Asri, Nuntaboot & Festi Wiliyarnarti, 2017; Straub et al., 2020; Zoorob & Salemi, 2017).

Desse modo, podemos constatar uma certa ambiguidade acerca dos possíveis impactos da pandemia sobre as democracias ao redor do mundo, haja vista que efeitos heterogêneos já foram observados em epidemias passadas por conta de diferenças em termos de poder e cultura política entre as nações (McLafferty, 2010). Com efeito, a emergência da crise do coronavírus em 2020 nos apresentou a um novo fato social: ao mesmo tempo em que a pandemia de covid-19 guarda similaridades com as crises econômicas, na medida em que afeta os mercados e a vida material, ela gera consequências inéditas na vida política dos cidadãos, por um lado, restringindo a mobilidade social, demandando a vigilância pública e impondo medidas de confinamento (Barriga et al., 2020; Peron et al., 2020) e, por outro, realçando o capital social e as capacidades estatais existentes (Ali, Hassan & Hossain, 2021; Chathukulam & Tharamangalam, 2021). Assim, um dos

principais debates dos dias atuais se debruça sobre as implicações da crise corrente para a sustentabilidade da democracia em países cujos regimes democráticos ainda são pouco consolidados, como o Brasil.

Nesse sentido, uma hipótese seria a de que governos autoritários são mais aptos a enfrentar a crise do coronavírus e superá-la, haja vista que possuem mais instrumentos de poder e estão mais dispostos a fazer uso de forças coercitivas (Ali, Hassan & Hossain, 2021). Todavia, testes empíricos preliminares sugerem que, apesar de seu maior poder e controle, os regimes autoritários não têm sido mais efetivos na contenção da pandemia em comparação às nações democráticas (Frey, Chen & Presidente, 2020). Com efeito, uma dimensão que deve ser levada em conta para melhor entender essa dinâmica diz respeito à legitimidade das ações governamentais perante a população. De fato, o sucesso do controle social no enfrentamento da pandemia parece depender em boa medida da observância voluntária dos cidadãos (Ali, Hassan & Hossain, 2021), o que sugere o papel de destaque que uma cultura democrática baseada no engajamento cívico e no capital social pode ter neste momento (Chathukulam & Tharamangalam, 2021).

No caso brasileiro, do ponto de vista institucional, estudiosos da democracia já observaram que, apesar de uma condução desastrosa da pandemia por parte do governo federal, o arranjo institucional vigente no país tem sido capaz de limitar as políticas e atitudes negligentes do governo e tomar medidas para proteger a sociedade (Barberia & Gómez, 2020). Alguns especialistas chegaram até a dizer que, apesar das trágicas consequências humanas da pandemia, a democracia brasileira

pode sair revigorada desta crise que, em certa medida, expõe as fraquezas e tendências antidemocráticas do atual governo e impulsiona uma coalizão de oposição entre as elites políticas e econômicas (Smith, 2020). Sendo assim, o pós-pandemia no Brasil poderia ser mais auspicioso do que se imaginaria para um país de democracia jovem e pouco consolidada.

No entanto, não apenas o funcionamento das instituições e o interesse das elites importam para a sobrevivência de um regime, mas também a cultura política das massas (Moisés, 2008; Rennó, 1998). Dessa perspectiva, estudos preliminares já apontaram indícios menos favoráveis acerca dos efeitos da pandemia sobre a crise democrática no Brasil (Avritzer & Rennó, 2021). É precisamente no campo da cultura política que se insere nosso estudo. Buscamos entender como a experiência da pandemia está afetando o apoio à democracia entre os cidadãos brasileiros e como a cultura política está mediando tal relação. Utilizamos dados provenientes da pesquisa “Valores em Crise”, idealizada pela World Values Survey Association e aplicada no Brasil pelo Instituto Sivis em parceria com o Instituto de Estudos Avançados da USP. O banco de dados explorado consiste em um painel longitudinal com uma amostra de 1.929 entrevistados em dois momentos: uma primeira onda entre maio e junho de 2020, quando houve o primeiro pico da pandemia no país; e uma segunda onda entre janeiro e fevereiro de 2021, quando a população já estava mais acostumada com a realidade da pandemia e começava a haver alguma esperança de seu fim com o início da vacinação. Na seção seguinte discutimos os principais resultados da análise de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Começaremos nossa análise empírica pela apresentação de quatro variáveis que servem como *proxy* de apoio ao regime democrático: 1) Confiança no governo – escala de confiança que vai de 1 (nenhuma confiança) até 4 (muita confiança); 2) Confiança nas instituições – escala de confiança que vai de 1 (nenhuma confiança) até 4 (muita confiança); 3) Preferência democrática – escala de concordância com a sentença “Apesar de ter alguns problemas, a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”, que vai de 1 (discorda totalmente) até 4 (concorda totalmente); 4) Rejeição da relativização – escala de discordância da sentença “Quando há uma situação de crise, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso ou das instituições com o objetivo de resolver os problemas e melhorar a vida da população”, que vai de 1 (concorda totalmente) até 4 (discorda totalmente). As duas primeiras variáveis são possíveis operacionalizações do Apoio Específico discutido anteriormente, ao passo que as duas últimas são possíveis operacionalizações do Apoio Difuso à democracia.

A Tabela 1 mostra como o agregado da adesão a cada um desses tipos de apoio, representado pela soma das categorias 3 e 4 de cada variável, oscilou entre a primeira e a segunda onda do nosso painel entre os indivíduos que experimentaram algumas das consequências sanitárias da covid-19 em suas vidas privadas e sociais, a saber: ter testado positivo para a covid-19; ter testado negativo para a covid-19; ter manifestado sintomas leves da covid-19; ter manifestado

sintomas graves da covid-19; ter conhecidos que manifestaram sintomas leves da covid-19; ter conhecidos que manifestaram sintomas graves da covid-19.

Os dados mostram que houve pouca oscilação substantiva (superior a 10%) das variáveis de apoio entre as ondas. A única experiência que registra variação substantiva em todas as *proxies* é a testagem positiva, sendo que a Confiança no governo sobe de 20% a 37,3%, a Confiança nas instituições aumenta de 25% a 41,6% e a Preferência democrática vai de 70% para

83,2%, ao passo que a Rejeição da relativização é a única que sofre uma queda, de 60% para 41,6%. Ademais, outras duas variáveis de experiência sanitária também apresentaram oscilações substantivas pontuais, a saber: crescimento da Preferência democrática entre os que testaram negativo (de 70,4% a 81,7%) e aumento da Confiança no governo entre os que tiveram sintomas graves (de 30,3% a 44,9%).

Desse modo, as estatísticas descritivas sugerem que, à primeira vista, o avanço dos impactos da pandemia sobre a saúde

TABELA 1

Experiências sanitárias durante a pandemia de covid-19
e Apoio Difuso e Específico entre as duas ondas da pesquisa

	Testou positivo		Testou negativo		Sintomas leves		Sintomas
	Onda 1	Onda 2	Onda 1	Onda 2	Onda 1	Onda 2	Onda 1
Confiança no governo	20,0%	37,3%*	27,0%	29,3%	24,8%	30,8%	30,3%
Confiança nas instituições	25,0%	41,6%*	35,7%	39,1%	31,6%	39,9%	36,4%
Preferência democrática	70,0%	83,2%*	70,4%	81,7%*	84,0%	80,9%	84,9%
Rejeição da relativização	60,0%	41,6%*	30,4%	36,3%	45,2%	36,4%	39,4%

* Variação superior a 10% para mais ou para menos

Fonte: Elaboração dos autores

TABELA 2

Experiências econômicas durante a pandemia de covid-19
e Apoio Difuso e Específico entre as duas ondas da pesquisa

	Perdeu emprego		Fechou negócio		Jornada reduzida		Trabalha
	Onda 1	Onda 2	Onda 1	Onda 2	Onda 1	Onda 2	Onda 1
Confiança no governo	31,3%	29,2%	32,0%	35,4%	26,8%	33,0%	27,2%
Confiança nas instituições	34,7%	30,4%	33,0%	39,4%	30,4%	39,0%	35,0%
Preferência democrática	75,5%	76,0%	80,6%	74,9%	77,0%	77,8%	83,2%
Rejeição da relativização	32,2%	35,3%	31,1%	31,4%	36,0%	35,8%	42,4%

* Variação superior a 10% para mais ou para menos

Fonte: Elaboração dos autores

dos brasileiros não está se traduzindo em uma retirada do apoio ao governo e às instituições, próprios do Apoio específico, e está sinalizando apoio à dimensão difusa, relativa à legitimidade propriamente do regime enquanto tal. Todavia, a queda de quase 20% na rejeição à relativização da democracia entre os que testaram positivo acende um importante sinal de alerta, indicando que também é possível que existam efeitos deletérios ao regime decorrentes dessas experiências.

Os dados apresentados na Tabela 2 se referem ao agregado da oscilação das variáveis de apoio, novamente representadas

pela soma das categorias 3 e 4, entre a primeira e a segunda onda da pesquisa, segundo um conjunto de experiências econômicas decorrentes da pandemia, a saber: perder o emprego; fechar um negócio ou estabelecimento; ter a jornada de trabalho reduzida; trabalhar de casa; receber algum auxílio emergencial; ter que cuidar dos filhos durante o dia. No caso das experiências econômicas, não observamos nenhuma variação substantiva (superior a 10%) entre as ondas, de modo que as intempéries econômicas derivadas da crise do coronavírus não parecem estar afetando sobremaneira o apoio à democracia. Os dados mostram, contudo, que a perda do emprego reflete negativamente, ainda que de forma leve, sobre a confiança no governo, bem como nas instituições, mas aumenta de 32% para 35% a rejeição à relativização da democracia, indicando que os efeitos da crise econômica são pouco significativos para as duas dimensões de apoio político.

Todavia, os dados apresentados nas Tabelas 1 e 2 são tão somente estatísticas descritivas, que não avaliam a relação entre apoio à democracia e experiências da pandemia controlando por outros fatores relevantes, como variáveis socioeconômicas, por exemplo. Ademais, essas estatísticas descritivas permitem ver apenas o agregado da oscilação entre as ondas, sem que seja possível discernir se indivíduos que manifestavam determinada posição na primeira onda mudaram de opinião na segunda após passarem por determinada experiência. Sendo assim, para uma leitura mais acurada dos dados, é necessário lançar mão de modelos multivariados de análise. Porém, para tanto, é preciso primeiro utilizar técnicas de redução de dados, haja vista que, a princípio, teria-

graves	Conhecidos-leves		Conhecidos-graves	
Onda 2	Onda 1	Onda 2	Onda 1	Onda 2
44,9%*	24,0%	30,0%	23,7%	28,4%
43,5%	29,7%	36,7%	30,0%	34,2%
88,4%	82,2%	82,1%	79,4%	78,4%
33,3%	42,8%	35,2%	41,3%	34,7%

de casa	Recebe auxílio		Cuida dos filhos	
Onda 2	Onda 1	Onda 2	Onda 1	Onda 2
28,8%	29,8%	31,6%	29,9%	30,8%
39,1%	35,2%	38,6%	33,9%	34,8%
80,7%	74,8%	76,7%	77,7%	75,9%
39,1%	30,3%	29,0%	28,9%	32,3%

mos quatro variáveis dependentes (apoio) e 12 variáveis independentes (experiências), o que tornaria a modelagem estatística pouco viável e de difícil interpretação.

Sendo assim, começamos pela aplicação de análises de componentes principais, que nada mais são do que técnicas de redução de dados com a finalidade de encontrar algumas poucas dimensões latentes (ou Componentes Principais – CPs) a partir da correlação de diversas variáveis (Hair et al., 2014). Nos Anexos deste artigo se encontram as tabelas relativas às análises de componentes principais com detalhadas informações estatísticas. A Tabela 1A dos Anexos apresenta a análise de componentes principais das nossas variáveis dependentes sobre o apoio. Tal como esperado, os dados revelam que as quatro *proxies* se agrupam em dois conjuntos estatisticamente robustos (que alcançam autovalor acima de 1 e/ou variância cumulativa acima de 60%). No primeiro componente (CP1), as variáveis que operacionalizam o Apoio Específico, isto é, Confiança no governo e Confiança nas instituições, possuem cargas mais substantivas ($> 0,4$ ou $< -0,4$). Já no segundo componente (CP2), as variáveis de Apoio Difuso, quais sejam, Preferência democrática e Rejeição da relativização, são as que possuem cargas mais substantivas.

Por possuírem autovalor acima de 1 e variância cumulativa maior que 60%, apenas os dois primeiros componentes principais são retidos para nossa análise multivariada, sendo que o primeiro será chamado de Apoio Específico e o segundo, de Apoio Difuso. Por fim, é também interessante notar que, embora não sejam cargas que ultrapassem o limite de significância ($> 0,4$ ou $< -0,4$), no componente de Apoio

Específico a variável de Rejeição da relativização possui uma carga negativa, ao passo que no componente de Apoio Difuso a variável de Confiança no governo possui carga negativa. Isso pode sugerir que, no caso brasileiro, em que temos um governo com clara inclinação autoritária, o Apoio Específico traz em seu bojo uma certa condescendência em relação à relativização da democracia, ao passo que o Apoio Difuso contempla uma certa desconfiança em relação ao governo.

A Tabela 2A dos Anexos, por sua vez, apresenta o resultado da análise de componentes principais das variáveis de experiência sanitária. Os resultados revelam três importantes dimensões latentes a serem retidas para a análise multivariada (por alcançarem autovalor acima de 1 e/ou variância cumulativa acima de 60%). O primeiro componente (CP1) possui cargas substantivas para todas as variáveis, exceto testagem negativa e sintomas graves. Sendo assim, o chamaremos de Experiência sanitária moderada. O segundo componente (CP2) possui cargas substantivas em testagem positiva e sintomas graves, mas também em conhecidos com sintomas leves e graves, embora negativas. Assim, o chamaremos de Experiência sanitária severa. Por fim, o terceiro componente (CP3) possui carga substantiva apenas na variável de testagem negativa, de modo que o chamaremos de Experiência sanitária leve.

Finalmente, a Tabela 3A dos Anexos apresenta o resultado da análise de componentes principais das variáveis de experiência econômica. Também nesse caso, os resultados demonstram haver três importantes dimensões latentes a serem retidas para a análise

multivariada (por alcançarem autovalor acima de 1 e/ou variância cumulativa acima de 60%). O primeiro componente (CP1) apresenta cargas substantivas em todas as experiências econômicas, com exceção de trabalhar de casa. Sendo assim, o chamaremos de Experiência econômica severa.

O segundo componente (CP2) apresenta carga substantiva e positiva para a experiência de trabalhar de casa e carga substantiva e negativa para ter perdido o emprego. Por isso, o chamaremos de Experiência econômica leve. Por fim, o terceiro componente (CP3) apresenta cargas substantivas e positivas para receber auxílio emergencial e cuidar dos filhos durante o dia, mas também cargas substantivas e negativas para ter a jornada de trabalho reduzida e ter fechado seu negócio. Portanto, o chamaremos de Experiência econômica moderada.

Partindo desse conjunto de componentes principais retidos nas análises executadas anteriormente, avançamos agora para uma avaliação estatística inferencial. Na Tabela 3, apresentamos os resultados dos modelos de regressão múltipla. Uma vez que nossos dados são derivados de um painel longitudinal, aplicamos modelos de regressão em painel com efeitos aleatórios. A principal vantagem dos modelos de regressão em painel é a análise do comportamento tanto entre indivíduos quanto ao longo do tempo, o que possibilita o controle de fatores não observados invariantes no tempo (Greene, 2012). Todos os modelos incluem variáveis de controle, como Posicionamento esquerda-direita (escala de 1 – esquerda até 10 – direita), Sexo (homem), Idade, Escolaridade, Renda e variáveis binárias (*dummies*) para cada estado brasileiro como efeitos fixos regionais.

O primeiro modelo referente ao Apoio Específico apresenta os resultados apenas considerando as variáveis de Experiência sanitária e econômica. Em consonância com os dados descritivos apresentados na Tabela 1, nele observamos que as Experiências sanitárias leve e severa apresentam coeficientes positivos e estatisticamente significativos, embora o grau de significância e a magnitude sejam baixos. Além do mais, também observamos coeficientes positivos e estatisticamente significativos para as variáveis de Experiência econômica moderada e severa, algo que não tinha sido observado nas estatísticas descritivas.

O segundo modelo referente ao Apoio Específico apresenta mais uma vez os resultados de ambos os tipos de experiência, mas agora controlando por algumas variáveis-chave de cultura democrática, a saber: *Dummy* de valores de autoexpressão (variável binária, que identifica os indivíduos que declararam que a prioridade do país deveria ser proteger a liberdade de expressão ou dar mais voz às pessoas na política, em contraposição a manter a ordem ou combater a inflação); Escala de igualitarismo na política (escala de discordância da sentença “Em geral, os homens formam melhores líderes políticos do que as mulheres”, que vai de 1 – concorda totalmente, até 4 – discorda totalmente); Confiança interpessoal (escala de confiança que vai de 1 – a maioria das pessoas tiraria vantagem de você se pudesse, até 10 – elas buscariam ser justas); Escala de hostilidade-solidariedade (escala de percepção de hostilidade vs. solidariedade nos últimos dias, que vai de 1 – mais hostilidade, até 7 – mais solidariedade); Diversidade étnico-racial (escala de apre-

TABELA 3

Resultados da regressão

	Apoio Específico		Apoio Difuso	
Experiência sanitária leve	0.0350*	0.0359** (0.0184)	-0.0154 (0.0144)	-0.0166 (0.0141)
Experiência sanitária moderada	-0.0059 (0.0138)	-0.0025 (0.0135)	-0.0069 (0.0106)	-0.0090 (0.0104)
Experiência sanitária severa	0.0315* (0.0173)	0.0239 (0.0169)	0.0157 (0.0133)	0.0200 (0.0133)
Experiência econômica leve	-0.0047 (0.0191)	-0.0070 (0.0186)	0.0226 (0.0157)	0.0133 (0.0153)
Experiência econômica moderada	0.0498** (0.0213)	0.0502** (0.0209)	-0.0315** (0.0156)	-0.0326** (0.0154)
Experiência econômica severa	0.0340** (0.0167)	0.0325** (0.0164)	-0.0342*** (0.0125)	-0.0302** (0.0123)
Dummy de valores de autoexpressão		-0.1204*** (0.0425)		0.1527*** (0.0319)
Escala de igualitarismo na política		-0.1559*** (0.0301)		0.0575*** (0.0209)
Confiança interpessoal		0.0163** (0.0072)		0.0111** (0.0056)
Escala de hostilidade-solidariedade		0.0369*** (0.0113)		0.0148* (0.0091)
Diversidade étnico-racial		-0.0034 (0.0072)		0.0402*** (0.0059)
Cooperação internacional		-0.0025 (0.0059)		0.0136*** (0.0050)
Posicionamento esquerda-direita	0.0834*** (0.0088)	0.0739*** (0.0089)	-0.0563*** (0.0067)	-0.0532*** (0.0065)
Sexo (homem)	0.2531*** (0.0488)	0.2067*** (0.0483)	0.0039 (0.0376)	0.0282 (0.0366)
Idade	0.0112*** (0.0017)	0.0105*** (0.0017)	0.0068*** (0.0013)	0.0067*** (0.0013)
Escolaridade	0.0049 (0.0144)	0.0155 (0.0144)	0.1205*** (0.0110)	0.1021*** (0.0108)
Renda	-0.0091 (0.0227)	-0.0038 (0.0225)	0.1252*** (0.0184)	0.1145*** (0.0180)
Dummies estaduais	SIM	SIM	SIM	SIM
Constante	-1.441*** (0.379)	-1.042*** (0.373)	-1.419*** (0.297)	-1.987*** (0.315)
R ² Total	0.1130	0.1397	0.1802	0.2232
Observações	3,858	3,858	3,858	3,858

Erros-padrão robustos entre parênteses

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

ciação da diversidade que vai de 1 – A diversidade étnico-racial corrói a coesão social, até 10 – A diversidade étnico-racial enriquece a vida social); Cooperação internacional (escala de apoio à cooperação que vai de 1 – Nosso governo deveria resolver os problemas do país por conta própria, até 10 – Nossa governo deveria resolver problemas globais em cooperação com outros países).

Os resultados mostram que se, por um lado, a variável de Experiência sanitária severa deixou de ser estatisticamente significativa quando os controles de cultura democrática foram introduzidos, por outro, as variáveis de Experiência sanitária leve, Experiência econômica moderada e Experiência econômica severa permaneceram significativas e positivas. Desse modo, os resultados indicam que tais variáveis de fato contribuem para um crescimento do Apoio Específico no país, o que parece estar em sintonia com a narrativa propagandeada pelo atual governo federal de que a experiência sanitária da pandemia é em grande medida leve e suas consequências econômicas negativas ocorrem sobretudo pelo fato de que os demais entes e poderes políticos não tratam a pandemia de maneira mais branda. Sendo assim, os indivíduos que foram levemente afetados pela pandemia do ponto de vista sanitário e os que foram fortemente afetados do ponto de vista econômico passaram a conferir maior apoio ao atual governo e suas narrativas.

Interessantemente, ao observarmos as variáveis de cultura democrática vemos algo curioso: tanto a *dummy* de Valores de autoexpressão quanto a Escala de igualitarismo na política apresentam coeficientes

de alta magnitude e muito significativos, mas negativos. Isso indica que, contrariamente ao esperado em um país democrático, o aumento ao Apoio Específico ocorre em paralelo com uma menor propensão à cultura democrática. Essa discrepância pode ser compreendida se lembrarmos que o Apoio Específico é, no final das contas, um apoio direcionado ao governo vigente, que no caso brasileiro possui nítidas tendências autoritárias. Basta lembrar que, como vimos na Tabela 1A dos Anexos, o Apoio Específico também incorpora uma carga razoável de relativização da democracia, o que está em sintonia com os resultados negativos de cultura democrática aqui observados.

Já as variáveis de capital social, isto é, a Confiança interpessoal e a Escala de hostilidade-solidariedade, no entanto, apresentaram coeficientes significativos e positivos, como previsto, indicando que elementos de capital social e vida comunitária são positivamente associados ao Apoio Específico. Por fim, olhando agora para as variáveis de controle, observamos que o Apoio Específico se dá também muito em função de os indivíduos se posicionarem à direita no espectro político, serem homens e mais velhos, o que é bastante condizente com o típico perfil do eleitorado do atual governo.

Voltando o olhar agora para a variável de Apoio Difuso, observamos um cenário bastante diverso. O primeiro modelo referente a essa variável, que só considera as variáveis de experiência sanitária e econômica isoladamente, encontrou coeficientes significativos e negativos para as variáveis de Experiência econômica moderada e severa. Ou seja, diferente-

mente do que havíamos observado para a variável de Apoio Específico, a experiência dos cidadãos com as intempéries econômicas derivadas da pandemia faz com que eles tendam a retirar seu apoio à democracia em abstrato. Todavia, cabe observar que a magnitude dos coeficientes é bastante baixa.

Ao considerar um modelo mais complexo, que introduz as variáveis de cultura democrática como controles, vemos que esse efeito negativo da experiência econômica sobre o Apoio Difuso permanece. Assim, parece claro que a narrativa de que a democracia e os devidos processos jurídico-políticos são prejudiciais à recuperação econômica frente à crise pandêmica tem ganho adesão, de modo que a legitimidade democrática é penalizada por conta das intempéries econômicas. É interessante notar, contudo, que, ao contrário do que havíamos visto antes, todas as variáveis de cultura democrática são positivas e estatisticamente significativas para explicar o Apoio Difuso, demonstrando que, no Brasil, este possui uma sintonia mais profunda com a cultura democrática do que o Apoio Específico. Além do mais, a magnitude dos coeficientes de algumas variáveis de cultura democrática é sensivelmente maior do que aqueles observados para as experiências da pandemia. Novamente, podemos recorrer à Tabela 1A dos Anexos para tentar compreender um pouco dessa dinâmica. Como havíamos percebido, o Apoio Difuso também contempla uma razoável carga de desconfiança no governo, o que faz sentido se considerarmos os constantes ataques do mandatário atual aos princípios democráticos.

Desse modo, ao que tudo indica, a variável de Apoio Difuso serve como um contraponto – de fato mais democrático – ao Apoio Específico em um país onde o governo federal assume medidas anti-democráticas continuamente. Esse contraponto pode também ser verificado nas variáveis de controle sociodemográfico, já que o Apoio Difuso se dá muito em função de os indivíduos se posicionarem mais à esquerda no espectro político, serem mais velhos, com maior escolaridade e renda. Assim, vemos um perfil bastante diferente daquele observado no caso do Apoio Específico. Por outro lado, cabe observar também que as variáveis relativas ao capital social (Confiança interpessoal e Escala de hostilidade-solidariedade) são também positivas e significativas no modelo de Apoio Difuso, tal qual também eram no de Apoio Específico, de modo que, ao que parece, a força do capital social é o principal fator capaz de contribuir positivamente para a adesão à democracia no país, independentemente da dimensão de análise.

CONCLUSÕES

Os resultados dessa pesquisa apontam na direção de um cisma, sob impacto dos efeitos da crise do coronavírus, entre o Apoio Difuso e o Específico no Brasil, sendo que a presença de diferentes expressões de cultura cívica contribui para a proteção da legitimidade democrática como um todo, mas não para o apoio a governos e mesmo instituições do regime. Ademais, alguns efeitos deletérios da crise, sobretudo econômicos, contribuem para minar em alguma medida o Apoio Difuso, ao

passo que fortalecem o Específico. Estes achados podem estar relacionados com o fato de que o atual governo federal brasileiro possui nítidas tendências autoritárias e neopopulistas (Moisés & Weffort, 2020), de modo que não apenas os dois tipos de apoio não convergem, mas a experiência da crise os afeta de maneira distinta.

Esses resultados vão, em alguma medida, em direção contrária ao encontrado em democracias mais avançadas (Bol et al., 2020), mas os dados sugerem que o estágio da democracia e, sobretudo, a presença de uma cultura democrática em determinado país importam tanto para a superação da crise quanto para a manutenção do regime democrático (Frey, Chen & Presidente, 2020; Gelfand et al., 2021). Os achados do caso brasileiro convergem, em alguma medida, para aqueles encontra-

dos em democracias menos consolidadas, e podem sugerir o risco de a crise do coronavírus fragilizar o regime democrático desses países se ela gerar demandas populares por soluções autoritárias ou tecnocráticas para a superação das dificuldades (Amat et al., 2020); no caso brasileiro, isso foi parcialmente verificado pelos efeitos negativos que as consequências econômicas têm gerado sobre a legitimidade democrática, ao passo que afetam positivamente o apoio ao atual governo e suas narrativas antide-mocráticas para a solução da crise econômica. Ademais, o presente artigo sugere que o atual contexto de crise demanda mais ação das lideranças democráticas em prol do fortalecimento da cultura democrática, algo que parece fundamental para facilitar tanto a superação da crise quanto evitar a ruptura do regime.

ANEXOS

TABELA 1A

Análise de componentes principais das variáveis de apoio à democracia

Nº de observações	CPs	Autovalor	Diferença	% da variância	% cumulativa
3.858	CP1	1,531	0,500	38,27%	38,27%
Nº de componentes	CP2	1,031	0,117	25,78%	64,05%
4	CP3	0,914	0,391	22,86%	86,91%
Rho	CP4	0,524	-	13,09%	100,00%
1					
Variáveis	CP1	CP2	CP3	CP4	
Confiança no governo	0,678	-0,102	0,145	0,713	
Confiança nas instituições	0,626	0,216	0,386	-0,642	
Preferência democrática	0,204	0,721	-0,661	0,044	
Rejeição da relativização	-0,328	0,650	0,627	0,277	

Fonte: Elaboração dos autores

TABELA 2A

Análise de componentes principais das variáveis de experiência sanitária

Nº de observações	CPs	Autovalor	Diferença	% da variância	% cumulativa
3.858	CP1	2,186	1,084	36,44%	36,44%
Nº de componentes	CP2	1,103	0,159	18,38%	54,81%
6	CP3	0,943	0,169	15,72%	70,54%
Rho	CP4	0,774	0,204	12,90%	83,44%
1	CP5	0,570	0,145	9,49%	92,93%
	CP6	0,424	-	7,07%	100,00%
Variáveis	CP1	CP2	CP3	CP4	CP5
Testou positivo	0,421	0,508	0,011	-0,225	0,696
Testou negativo	0,201	-0,242	0,943	0,079	0,069
Sintomas leves	0,477	0,173	0,023	-0,578	-0,505
Sintomas graves	0,350	0,492	0,019	0,711	-0,356
Conhecidos-leves	0,488	-0,441	-0,190	-0,068	-0,168
Conhecidos-graves	0,440	-0,466	-0,271	0,315	0,318

Obs.: Valores de CP6 omitidos da tabela

Fonte: Elaboração dos autores

TABELA 3A

Análise de componentes principais das variáveis de experiência econômica

Nº de observações	CPs	Autovalor	Diferença	% da variância	% cumulativa
3.858	CP1	1,676	0,621	27,93%	27,93%
Nº de componentes	CP2	1,055	0,034	17,58%	45,51%
6	CP3	1,020	0,231	17,01%	62,52%
Rho	CP4	0,789	0,059	13,16%	75,68%
1	CP5	0,731	0,002	12,18%	87,86%
	CP6	0,728	-	12,14%	100,00%
Variáveis	CP1	CP2	CP3	CP4	CP5
Perdeu emprego	0,401	-0,573	-0,051	0,424	0,416
Fechou negócio	0,451	-0,261	-0,438	0,099	-0,340
Jornada reduzida	0,431	0,244	-0,465	-0,466	-0,173
Trabalha de casa	0,320	0,708	-0,093	0,361	0,470
Recebe auxílio	0,426	-0,123	0,496	-0,604	0,348
Cuida dos filhos	0,408	0,167	0,578	0,314	-0,583

Obs.: Valores de CP6 omitidos da tabela

Fonte: Elaboração dos autores

REFERÊNCIAS

- ALI, T. O.; HASSAN, M.; HOSSAIN, N. "The moral and political economy of the pandemic in Bangladesh: weak states and strong societies during covid-19". *World Development*, v. 137, May 2020, p. 105216.
- ALMOND, G. A. "The intellectual history of the civic culture concept", in G. A. Almond; S. Verba (eds.). *The civic culture revisited*. Newbury Park, Sage Publications Ltd., 1989, pp. 1-36.
- ALMOND, G. A.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. 3rd ed. Newbury Park, Sage Publications Inc., 1989.
- AMAT, F. et al. "Pandemics meet democracy: experimental evidence from the covid-19 crisis in Spain" [s.l.: s.n.].
- ASRI; NUNTABOOT, K.; FESTI WILYANARTI, P. "Community social capital on fighting dengue fever in suburban Surabaya, Indonesia: a qualitative study". *International Journal of Nursing Sciences*, v. 4, n. 4, 2017, pp. 374-7.
- AVRITZER, L.; RENNÓ, L. "The pandemic and the crisis of democracy in Brazil". *Journal of Politics in Latin America*, 2021, pp. 1-16.
- BARBERIA, L. G.; GÓMEZ, E. J. "Political and institutional perils of Brazil's covid-19 crisis". *The Lancet*, v. 396, n. 10248, 2020, pp. 367-8.
- BARRIGA, A. C. et al. "The covid-19 pandemic: yet another catalyst for governmental mass surveillance?". *Social Sciences & Humanities Open*, v. 2, n. 1, 2020, p. 100096.
- BOL, D. et al. "The effect of covid-19 lockdowns on political support: some good news for democracy?". *European Journal of Political Research*, 2020, pp. 1-9.
- CHATHUKULAM, J.; THARAMANGALAM, J. "The Kerala model in the time of covid-19: rethinking state, society and democracy". *World Development*, v. 137, 2021, p. 105207.
- DIAMOND, L. *O espírito da democracia*. Curitiba, Instituto Atuação, 2015.
- DIAMOND, L.; MORLINO, L. "A qualidade da democracia", in L. Diamond (ed.). *Para entender a democracia*. Curitiba, Instituto Atuação, 2017, p. 473.
- EASTON, D. *A systems analysis of political life*. New York, John Wiley & Sons, Inc., 1965.
- ECKSTEIN, H. "A culturalist theory of political change". *The American Political Science Review*, v. 82, n. 3, 1988, pp. 789-804.
- FREY, C.; CHEN, C.; PRESIDENTE, G. "Democracy, culture, and contagion: political regimes and countries responsiveness to covid-19". *Covid Economics*, v. 18, 2020, pp. 222-38.
- GELFAND, M. J. et al. "The relationship between cultural tightness-looseness and covid-19 cases and deaths: a global analysis". *The Lancet Planetary Health*, v. 5, n. 3, 2021, pp. e135-e144.
- GREENE, W. *Econometric analysis*. 7th. ed. Boston, Prentice Hall, 2012.
- GUNTHER, R.; MONTEIRO, J. R. "Legitimidade política em novas democracias". *Opinião Pública*, v. 9, n. 1, 2003, pp. 1-43.
- HAIR, J. et al. *Multivariate data analysis*. 7th ed. London, Pearson Education Limited, 2014.
- McLAFFERTY, S. "Placing pandemics: geographical dimensions of vulnerability and spread". *Eurasian Geography and Economics*, v. 51, n. 2, 2010, pp. 143-61.
- MOISÉS, J. Á. "Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, 2008, pp. 11-41.

- MOISÉS, J. Á. *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas*. São Paulo, Edusp, 2010.
- MOISÉS, J. Á. "Civic culture", in B. Badie; D. Berg-Schlosser; L. Morlino (eds.). *International Encyclopedia of Political Science*. Thousand Oaks, Sage Publications Inc., 2011, pp. 243-8.
- MOISÉS, J. Á. "On the crisis of democracy". *Journalism and Mass Communication*, v. 9, n. 1, 2019, pp. 33-52.
- MOISÉS, J. Á.; WEFFORT, F. *Crise da democracia representativa e neopopulismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Konrad Adenauer, 2020.
- MORLINO, L.; QUARANTA, M. "What is the impact of the economic crisis on democracy? Evidence from Europe". *International Political Science Review*, v. 37, n. 5, 2016, pp. 618-33.
- NORRIS, P. *Critical citizens: global support for democratic government*. Oxford, Oxford University Press, 1999.
- PERON, A. E. R. et al. "Viral surveillance: governing social isolation in São Paulo, Brazil, during the covid-19 pandemic". *SSRN Electronic Journal*, v. 3, n. February, 2020.
- PIKETTY, T. *Capital e ideologia*. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2020.
- RENNÓ, L. "Teoria da cultura política : vícios e virtudes". *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 45, 1998, pp. 71-92.
- RIBEIRO, E. A. "Bases da legitimidade democrática no Brasil: adesão a valores e avaliação de desempenho". *Opinião Pública*, v. 13, n. 1, 2007, pp. 74-96.
- SELIGSON, M. A.; BOOTH, J. A.; GÓMEZ, M. "Os contornos da cidadania crítica: explorando a legitimidade democrática". *Opinião Pública*, v. 12, n. 1, 2006, pp. 1-37.
- SMITH, A. E. "Covid vs. democracy: Brazil's populist playbook". *Journal of Democracy*, v. 31, n. 4, 2020, pp. 76-90.
- STRAUB, A. M. et al. "Cultivating disaster resilience in rural Oklahoma: community disenfranchisement and relational aspects of social capital". *Journal of Rural Studies*, v. 73, n. December 2018, 2020, pp. 105-13.
- WELZEL, C. "Why the future is democratic". *Journal of Democracy*, v. 32, n. 2, 2021, pp. 132-44.
- ZOOROB, M. J.; SALEMI, J. L. "Bowling alone, dying together: the role of social capital in mitigating the drug overdose epidemic in the United States". *Drug and Alcohol Dependence*, v. 173, n. 2017, 2017, pp. 1-9.

textos

Marx, as classes sociais e o enigma do capítulo 52

José Nun

1.

M

arx é considerado com toda razão um dos maiores pensadores do último milênio¹. Daí o mistério sempre renovado sobre por que deixou inacabado, ao fim de somente quatro parágrafos, o capítulo sobre as classes sociais com o qual encerra o volume I de *O capital* e, mais

Outra versão deste texto encerra o volume coordenado por Mariana Heredia, Maristella Svampa e Sebastián Péreyra, *José Nun y las ciencias sociales. Aportes que perduran* (Buenos Aires, Editorial Biblos, 2019).

1 Ver, por exemplo, a Pesquisa Mundial da BBC News Online (1º/10/1999) e Hart (2000).

JOSÉ NUM é advogado, escritor, ensaísta e ex-ministro da Cultura da Argentina (2004-2009).

ainda, por que durante seus últimos 15 anos de vida permaneceram intocados os rascunhos dos volumes II e III dessa obra, que Engels publicaria postumamente (cf. Wolff , 2018). A isso soma-se que durante esse período não escreveu nem completou nenhum trabalho importante, entregue à atividade política (em 1864 fundou a Primeira Internacional), e, vítima da pobreza, de enfermidade e de uma “depressão mental crônica”, apesar de tudo continuou lendo muito e inclusive começou a aprender russo.

O que aconteceu? Minha hipótese é que, precisamente ao começar a escrever o capítulo sobre as classes sociais, percebeu que não poderia ignorar a existência de um problema que questionava uma parte central de sua estrutura teórica e que não conseguiu resolver porque, tal como estava apresentado, não tinha solução². Adianto muito superficialmente a narrativa na qual tentarei apoiar meu argumento.

Como assinalei anos atrás, em suas análises do modo de produção capitalista, Marx distingua dois tipos de contradições³. Um é o que entende como antagonistas os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores assalariados. Longe de ser um obstáculo para o crescimento, essa

contradição impulsiona-o vigorosamente e permite-lhe liquidar as formas produtivas anteriores. O segundo tipo só surge, por sua vez, quando o regime alcançou sua plena maturidade, momento em que as forças produtivas entram em contradição com as relações de produção vigentes, que distorcem ou impedem seu subsequente desenvolvimento. Essa é a contradição fundamental, que não pode ser superada sem uma transformação revolucionária do sistema e que constitui o limite interno de sua evolução possível. À diferença da primeira, não é intencional, “aparece sem que ninguém tenha querido fazê-la aparecer” e expressa “as propriedades objetivas do modo de produção capitalista – quer dizer, não dos capitalistas enquanto indivíduos ou agentes econômicos, nem tampouco dos operários” (Godelier, 1966, p. 79).

É aqui que se apresenta o problema ao qual me refiro, uma vez que ambos os tipos de contradição acabam sendo inconciliáveis entre si. Explico-me.

2.

Para começar, até há uns 60 anos, quando foram conhecidos os *Grundrisse*, isto é, os volumosos rascunhos de *O capital*, ignorava-se – nada mais e nada menos – como concretamente Marx supunha que algum dia o capitalismo seria derrubado, abrindo, assim, o caminho para a revolução social que anunciava⁴.

2 Apesar de partir de uma perspectiva muito diferente da minha e se referindo a *O capital* em seu conjunto, José Aricó afirma que “as razões para que a obra ficasse inconclusa, mais que a uma saúde deteriorada, se devem a problemas teóricos que o autor não chegou a resolver” (Aricó, 1971 p. IX).

3 Retomo quase literalmente uma passagem de meu artigo “Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal” (*Revista Latinoamericana de Sociología*, vol. V, n. 2, 1969, pp. 178-236), reproduzido em: Nun (2001, p. 105).

4 A rigor, foi publicada uma edição russa de *Grundrisse* em 1939/41, mas, na verdade, a obra permaneceu ignorada até 1953, quando apareceu em Berlim uma versão alemã.

Até então, seus seguidores e seus críticos se contentavam com fórmulas tão gerais como a que supõe que nenhum modo de produção desaparece antes de ter esgotado todas as suas possibilidades de desenvolvimento, momento em que se inicia um período revolucionário⁵.

Por exemplo, em uma obra muito difundida de 1942, Sweezy – que não conheceu os *Grundrisse* – não duvida de que, alcançado esse ponto, “a classe trabalhadora oprimida e disciplinada por sua posição especial na sociedade derrubará as relações de produção existentes e estabelecerá em seu lugar relações de produção superiores”. E acrescenta que, “de acordo com Marx, esse não é um processo que *pode* ocorrer, mas que *deve* ocorrer com toda a força inevitável de uma lei natural” (Sweezy, 1945, p. 211). Ou, para dizê-lo nos termos de Marx de 1845, “o proletariado é chamado a executar a sentença que a propriedade privada pronuncia sobre si mesma ao engendrar o proletariado” (apud Shenk, 2017, p. 17).

É precisamente nos *Grundrisse* – que foram qualificados com razão como “uma obra-prima sem polimento” que contém “o elo perdido entre o Marx maduro e o Marx jovem” (Nicolaus, 1971)⁶ – que o tema recebe sua maior elaboração, com as significativas consequências que logo comentarei e que sustentam minha hipótese.

3.

Já no início do século XVII, Francis Bacon havia criticado fortemente Aristóteles por sua negação da ciência aplicada e atribuído o atraso medieval à grande influência que as doutrinas do Estagirita exerceram desde o século XII. Pelo contrário, o filósofo inglês defendia uma fusão entre a ciência e a técnica e recomendava aos cientistas que aprendessem com os artesãos e, aos artesãos, que se interessassem pelos descobrimentos dos cientistas. A partir de então, durante os séculos XVII e XVIII cresceu na Europa a paixão pelo desenvolvimento tecnológico e prosperaram também as mais variadas e audazes especulações em torno dos processos de automatização. O que naquela época não foi visto com bons olhos por autores como Thomas Carlyle ou Alexis de Tocqueville chamou a atenção de Marx.

Por esse motivo foi dito com razão que *O Manifesto Comunista* (1848) é, em boa medida, um canto à burguesia que, “mediante o rápido aperfeiçoamento de todos os instrumentos de produção e o constante progresso de comunicações cada vez mais fáceis, arrasta à civilização todas as nações, incluindo as mais bárbaras”. Mais ainda, graças à sua “revolução permanente da produção”, a burguesia “trouxe à luz o que a atividade humana pode conseguir” e criou, assim, “obras maravilhosas”.

Pois bem. Apesar de nos *Grundrisse* o marco explicativo ser radicalmente modificado (por exemplo, em 1848 o pensamento de Marx se inspirava ainda em Ricardo e girava em torno do mercado, sem vislumbrar as teorias do valor e da mais-valia que seus rascunhos formula-

5 Contorno, por seu caráter conciso e demasiado geral, as notas que Marx escreveu em 1875 e que foram publicadas postumamente com o título de *Crítica ao Programa de Gotha*.

6 A seguir, no texto, vou me referir a essa obra de Marx como os *Grundrisse*.

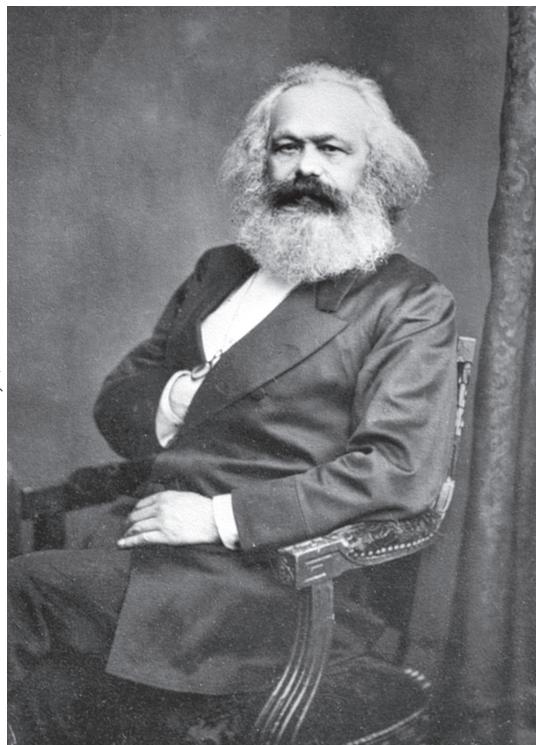
riam detalhadamente), a ênfase no papel central que o progresso tecnológico exerce no capitalismo se mantém com tanta ou maior força. De fato, vira-se a chave para decifrar o enigma de sua concepção da derrocada do capitalismo.

Seu argumento é diáfano: à medida que se desenvolvem as forças de produção capitalistas, a produtividade da “grande indústria” depende cada vez mais do “estado geral da ciência e do progresso da tecnologia ou da aplicação dessa ciência na produção”. Se em um primeiro momento as inovações resultam principalmente do talento de inventores individuais, a capacidade de gerá-las logo se tornará função do processo de produção, dando mesmo lugar a uma automatização crescente. *Quer dizer que as máquinas substituirão o trabalhador e que somente serão necessários para operá-las uns poucos trabalhadores que atuem basicamente como supervisores e reguladores.* Ou seja, que “a criação da riqueza efetiva” se tornará independente “do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregada” e dessa maneira “desabará a produção baseada no valor de troca”⁷.

Daí que o capital seja uma contradição em curso:

“Por um lado, desperta para a vida todos os poderes da ciência e da natureza, bem como da cooperação e do intercâmbio sociais, para fazer com que a criação da riqueza seja (relativamente) independente do tempo de trabalho empregado nela.

John Jabez Edwin Mayall/Instituto Internacional de História Social/Wikimedia Commons



Retrato de Karl Marx

Por outro lado, propõe-se a medir com o tempo de trabalho as gigantescas forças sociais criadas dessa maneira e reduzi-las aos limites exigidos para que o valor já criado se conserve como valor”.

A coerência interna do raciocínio é inquestionável. Porque é precisamente então, conclui, que haverá soado a hora da revolução social, dado que as relações de produção capitalistas terão esgotado seu potencial de progresso para converter-se em um freio para o desenvolvimento das forças produtivas. Em outras palavras, o capitalismo terá se tornado supérfluo.

Se restar alguma dúvida sobre o ponto que mais me importa ressaltar, voltemos novamente a Marx: “O pilar fundamental da produção e da riqueza não é [agora] nem o trabalho imediato executado pelo

⁷ Todas as citações desta seção remetem a Marx (1972, pp. 227-37).

homem nem o tempo que este trabalha, mas a apropriação da sua própria força produtiva geral, sua compreensão da natureza e seu domínio da mesma, graças à sua existência como corpo social; em poucas palavras, o desenvolvimento do indivíduo social”.

Daí uma passagem decisiva, que o próprio autor enfatiza: “*O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual repousa a riqueza atual*, aparece como base miserável comparado com esse fundamento, recém-desenvolvido, criado pela própria grande indústria”.

Só que essas agudas observações sobre o presente e o futuro do capitalismo – formuladas, vale lembrar, há mais de um século e meio – são as que dão margem à minha hipótese, pois conduzem, por sua vez, a uma dificuldade da maior importância que Marx não conseguiu superar nos termos de seu próprio paradigma teórico.

4.

Porque se impõe uma pergunta: *ao chegar a anunciada hora da revolução social, quem serão seus agentes, se até lá a automatização terá reduzido sensivelmente as filas do proletariado industrial, isto é, dessa “classe trabalhadora oprimida e disciplinada” a que se referia Sweezy?*

Apresso-me a complementar essa pergunta com duas observações. A primeira é que a mencionada ideia básica de que se ingressa num período revolucionário quando um modo de produção *esgotou todas as suas possibilidades de desenvolvimento* autoriza minha inferência sobre um avanço da automatização cada vez mais intenso e prolongado. A segunda, que isso não quer dizer que, nesse futuro que Marx vislum-

brava, o trabalho manual industrial terá desaparecido por completo, mas é inegável que se contrapõe ao pré-requisito que ainda em 1875 continuava se fixando a uma “revolução social radical”, isto é, que “o proletariado industrial constitua pelo menos uma parte considerável do povo” (Marx, 1976, p. 411). (Atualmente, é notório que nos principais países capitalistas o movimento operário nem sequer pode aspirar a converter-se por si mesmo em uma maioria eleitoral. Como anota Przeworski [1980, p. 39]: “Os socialistas têm que escolher entre um partido que seja homogêneo em sua apelação de classe, mas esteja sentenciado a derrotas eleitorais perpétuas, e um partido que lute pelo triunfo eleitoral às custas de diluir seu caráter de classe”.)

Teriam finalmente motivo os anarquistas, com quem Marx e Engels estiveram brevemente associados nos anos 1840, mas cujas posições posteriormente não cansaram logo de criticar? De sua parte, os anarquistas os viam como seus inimigos por considerar que no fundo eram os ideólogos de um tipo de aristocracia do trabalho, enquanto eles se assumiam como os intérpretes legítimos da plebe, dos excluídos, dos pobres, que eram na realidade os chamados a liquidar a dominação em todas suas formas precisamente porque o desenvolvimento das forças produtivas os deixava inexoravelmente à margem. Assim, ao partido trabalhador organizado que Marx acreditava destinado a ser o protagonista de uma futura “ditadura revolucionária do proletariado” em transição ao comunismo, Mikhail Bakunin ou Peter Kropotkin opunham a insurgência espontânea dos debaixo e a criatividade de sua “paixão pela destruição”. O terrorismo e a

agitação, afirmavam, eram as formas mais eficazes de revelar a vulnerabilidade dos setores dominantes e, como proclamaria nesses anos Errico Malatesta, a ação direta constituía o modo por excelência de fazer propaganda através dos fatos.

Marx não apenas rechaçava o espírito individualista que alimentava essas posturas e advertia que Bakunin “não tinha ideia do que era uma revolução social”, mas ainda, por sua vez e no outro extremo, em 1859 criticava também Ferdinand Lassalle, que havia sido seu amigo e que então – como fiel discípulo de Hegel – havia se aproximado de Bismarck, convencido de que era imprescindível a ação do Estado para proteger os fracos. (Enquanto liquidava os socialistas, Bismarck ditava a legislação social mais avançada da sua época e é normalmente considerado um precursor dos “Estados de bem-estar” posteriores à Segunda Guerra Mundial.)

Descartadas essas alternativas, parece-me mais que plausível imaginar que uma mente tão inquisidora como a de Marx percebeu o beco sem saída ao qual levavam suas próprias previsões sobre a automatização. Quem seriam “os coveiros da burguesia” dos quais falava *O Manifesto Comunista*⁸. Um reduzido contingente de supervisores e reguladores dos processos fabris, presumidamente bem-remunerados? Daí a inquietação de

seus últimos anos, nos quais não conseguiu encontrar uma saída convincente para o seu dilema apesar de todas as suas tentativas. (Seu último esforço sério data de 1878 e o abandonou depois de sete páginas [Jones, 2016, p. 204]). Creio que é precisamente por isso que “até o final de sua vida [Marx] tinha uma dolorosa consciência de que os trabalhos que havia apresentado ou estava a ponto de apresentar em público eram tão somente fragmentos” (Nicolaus, 1971, pp. XXXVIII e XL). Com o agravante de que Marx sabia que suas reflexões e incertezas de maturidade “eram demasiado sutis para seus seguidores” (Lichtheim, 1970, p. 85)⁹.

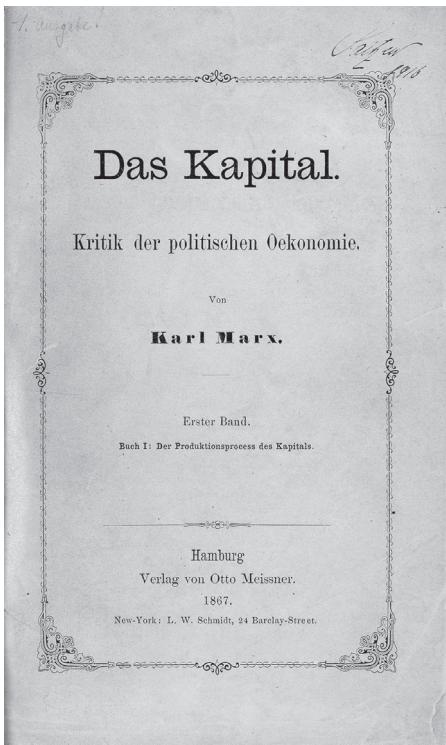
5.

Ele pensa, por exemplo, que existem tendências morosas da derrocada, como a conquista de novos mercados, o pagamento de “salários excedentes” aos trabalhadores ou os aumentos de salário real por causa das lutas operárias e do barateamento dos bens de consumo devido à maior produtividade. E isso o induz a perguntar-se se por acaso a transição ao socialismo não poderia acontecer finalmente de maneira bastante gradual, como aconteceu antes com o surgimento do capitalismo¹⁰. Em 1844, ele havia postulado que o lugar da educação política da classe trabalhadora era a fábrica, uma vez que “não em vão o

8 Essa menção não é excêntrica. *O Manifesto Comunista* (1848) é uma das quatro obras escritas por ele que Marx sempre reivindicou e cujas reedições autorizou até o fim de seus dias. Além disso: “*O capital* e *O Manifesto Comunista* aparecem [...] absolutamente articulados” (Aricó, 1971, p. XI). Mais recentemente, Burawoy (2000, p. 153) defendeu com força a ideia de uma reconstrução teórica do marxismo a partir de *O Manifesto Comunista*.

9 Acrescento que esse autor faz abundante uso dos *Grundrisse*.

10 Este é um dos eixos principais do livro de Gareth Stedman Jones (2016). Em 1872, em um conhecido discurso pronunciado em Amsterdã, Marx aceitou que em certos países, como Estados Unidos, Inglaterra e talvez Holanda, seria possível chegar ao socialismo por meios pacíficos (ver Tucker, 1978, p. 523).



Capa da primeira edição (1867) de *O capital*

proletariado passa pela escola do trabalho, dura mas forjadora de caráter" (Marx & Engels, 1967, p. 102). Em 1866, aponta os sindicatos como potenciais "escolas de socialismo", que irão se constituindo em "centros de organização da classe trabalhadora, tal como as municipalidades e as comunas medievais foram da classe média" (Marx, 1976). Em todo caso, o protagonista da mudança segue sendo o proletariado industrial, portador dessa racionalidade crescente que lhe atribuí e que critiquei em outro lugar (ver Nun, 2015, pp. 57-100). Mas, repito, e se o avanço do capitalismo e a modernização das forças produtivas vão reduzindo cada vez mais seu volume e sua homogeneidade?

Importa-me destacar que, no entanto, sua correspondência revela que não compartilhou essas dúvidas com Engels, que

manteve decididamente sua fé revolucionária e escreveu à sua luz o muito influente *Anti-Dühring* (1878) e editou e corrigiu também com esse critério os volumes II e III de *O capital*. Tanto é assim que, ainda em 1880, Engels interpretava que o progressivo choque entre os oligopólios em ascensão e os sindicatos e partidos socialistas anuncia o rápido final do capitalismo, "quando de fato constituía o amanhecer de um capitalismo novo e robusto – o capitalismo organizado" (Burawoy, 2000, p. 159)¹¹. Pelo exposto até aqui, é improvável que esse desenlace tivesse surpreendido Marx demasiadamente (cf. Lichteim, 1970, p. 105).

Claro que, ao mesmo tempo, este expressa sua admiração pela coragem dos terroristas russos que, em 1881, assassinaram o czar Alexandre II, apelando para um "método de ação inevitável" *nesse contexto*. Porém, ilude-se com uma guerra europeia contra o czarismo, "baluarte da reação", que poderia reavivar as energias adormecidas do conjunto das classes trabalhadoras. Por outro lado, dedica-se a estudar as comunas medievais que precederam o capitalismo para avaliar a possibilidade de que sociedades como a russa se achassem em condições de passar diretamente ao socialismo, sem uma etapa capitalista intermediária. Mas são pontuações conjunturais que não estão à altura das proposições que citei antes, e Marx – cuja permanente insatisfação com

¹¹ É importante destacar que, como aponta Shenk segundo Stedman Jones, "foi a versão de Engels do marxismo que ofereceu sua base intelectual à geração seguinte de teóricos marxistas e projetou sua sombra sobre o século XX" (Shenk, 2017, p. 19).

os vácuos teóricos de seus trabalhos é bem conhecida – não pode tê-las ignorado.

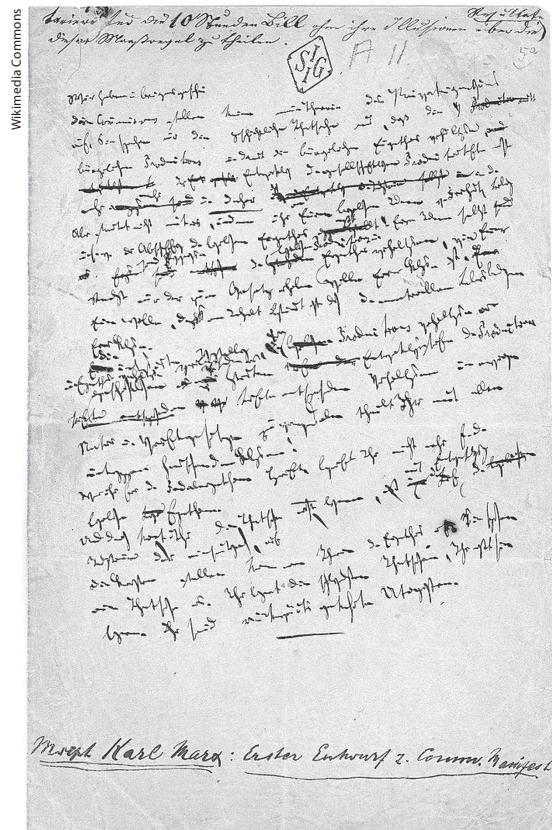
Ocorre que, tal como as formula, suas teses sobre a derrocada capitalista e a luta de classes acabam resultando incompatíveis e esse capítulo 52 de *O capital*, que deixou truncado e nunca completou, se torna o melhor testemunho disso. *Como conciliar a luta de classes tal como a vinha planejando desde 1848 com uma automatização crescente que o levava a intuir que a concentração e a centralização do capital estariam acompanhadas pelo estreitamento, a fragmentação e a divisão dos setores proletários?* Para poder fazê-lo, teria que desconectar sua epistemologia do que provou ser sua utopia social. E esse é um passo que nunca deu.

6.

É sabido que, no primeiro volume de *O capital*, Marx toma o caso da Inglaterra como base de sua reflexão teórica porque “só aqui o modo capitalista de produção se desenvolveu de maneira plena” (Marx, 1975, tomo I, vol. 3, p. 808).

Historicamente, esse desenvolvimento corresponde à fase competitiva do capitalismo, protagonizada por empresas intensivas em mão de obra e sujeitas a ciclos decenais “de animação média, prosperidade, sobreprodução, crises e estancamento” (Marx, 1975, tomo I, vol. 2, p. 551).

Trata-se de uma época em que as máquinas tendem a uma progressiva desqualificação profissional do operário, destruindo a hierarquia de trabalhadores especializados característica da manufatura, e por isso Marx dá por suposto o aumento da homogeneidade do proletariado nessa etapa, o que facilita que um trabalhador seja substituído por outro.



Página do primeiro rascunho de *O Manifesto Comunista*

Isso o leva a organizar sua análise do mercado de trabalho industrial em torno da “modalidade flutuante” da superpopulação relativa e gera um efeito duplo: por um lado, identifica os conceitos de superpopulação relativa e de exército industrial de reserva; e, por outro, supõe que esse vaivém entre a ocupação e a desocupação seja uma experiência comum para a maioria dos operários e não gere, portanto, nenhum problema político específico.

Meus trabalhos sobre os excedentes não funcionais da superpopulação relativa – que denominei *massa marginal* – tiveram como ponto de partida uma crítica ao primeiro desses efeitos, e a eles me remeto. Por um lado, a hipótese que quero expor se vincu-

la à segunda consequência mencionada e, como disse anteriormente, contribuiu direta ou indiretamente para a apresentação de alguns de meus temas de estudo¹². Deter-me-ei brevemente aqui em um deles, o conceito de *regime social de acumulação*, pois se conecta, por sua vez, com meu tratamento de assuntos tão diversos como as transições para a democracia, os significados do peronismo ou as relações entre a teoria, a ideologia e o senso comum.

7.

Como escrevi em outro lugar, a origem do conceito é uma crítica a essa ideia da economia como um domínio autônomo e autossuficiente, que Adam Smith apresentou pela primeira vez em 1776, em sua crítica à doutrina mercantilista (Nun, 2001)¹³. A partir de tal perspectiva, em um mercado de livre-concorrência os comportamentos dos atores econômicos tendem a agregar-se em uma totalidade racional e sustentável, sem necessidade de nenhuma intervenção política. Essa posição dos economistas clássicos foi parcialmente aceita por Marx, que questionava a racionalidade da economia capitalista, mas não a existência de uma lógica que lhe era inherente. Essa lógica a tornaria capaz de regular a si mesma, graças ao próprio “efeito purificador” das crises cíclicas (cf. Block, 1986, p. 180).

Em contraste, já em 1903 Durkheim e Fauçonnet fustigavam os economistas

clássicos por terem criado “um mundo econômico que não existe, um *Guterwelt* [“mundo bom”], um mundo isolado, que é sempre idêntico a si mesmo e no qual os conflitos entre forças puramente individuais são solucionados de acordo com leis econômicas imutáveis”. E concluíam que: “Na realidade, é no interior de coletividades que são bastante diferentes umas das outras onde os indivíduos tratam de enriquecer; e tanto a natureza como o êxito desses esforços mudam junto com a natureza da coletividade na qual aparecem” (Durkheim & Fauçonnet, 1903, p. 487)¹⁴.

Mas seria Karl Polanyi que, 40 anos mais tarde, estenderia e aprofundaria essa crítica, explicando que a ação do Estado é sempre indispensável para que impere a lei e a mera posse se converta, assim, em propriedade, como que para organizar e regular os mercados, os contratos, os sistemas de moeda e crédito, a oferta de mão de obra, as relações trabalhistas, os serviços de infraestrutura, o comércio exterior, as pautas de crescimento urbano etc. Ou seja, que, contra qualquer determinismo econômico, as políticas estatais são constitutivas das economias capitalistas, que não poderiam operar em sua ausência.

Este é o pressuposto da noção de *regime social de acumulação* (RSA), que designa o conjunto complexo das instituições e das práticas que incidem no processo de acumulação de capital, entendendo este último como uma atividade

12 Ver, por exemplo, Nun (1989).

13 Nos parágrafos seguintes baseio-me parcialmente neste texto.

14 Comparar com *O Manifesto Comunista*: “O trabalho industrial moderno, o moderno jugo do capital, que é o mesmo na Inglaterra e na França, nos Estados Unidos e na Alemanha, priva o proletariado de todo caráter nacional” (Marx & Engels, 1973, vol. 1, p. 118).

microeconômica de geração de lucro e de tomada de decisões de investimento.

Por isso a visão de Marx da luta de classes leva ao essencialismo quando se remete a uma suposta autonomia da economia, risco do qual só escapou claramente em seus trabalhos históricos, mas não em *O Manifesto Comunista*. Nesse sentido, é notável cotejar a distinta leitura que ele e Gramsci fizeram de um parágrafo famoso de Hegel sobre a estrutura da sociedade civil: Marx ateve-se somente ao primeiro de seus componentes – o sistema de necessidades – e o tornou sinônimo de economia, enquanto Gramsci concentrou sua atenção nos outros elementos – a administração de justiça e a polícia e as corporações (Hegel, 1967, p. 126).

8.

A partir da posição que adoto – decididamente mais próxima de Gramsci que de Marx –, o primeiro momento da análise do processo de formação das classes sociais não deve se concentrar na economia, mas no RSA, isto é, em uma estrutura institucional complexa, produto de uma história particular que dá saliência a determinados atores e práticas, que estabelece condições de recepção mais favoráveis para certos discursos que para outros e em cujo contexto começam a cobrar sentido, por isso mesmo, identidades, oposições e lutas que as redes de relações sociais restantes podem inibir ou potencializar.

Em outras palavras, as classes emergem e se desenvolvem ou não como tais “conforme homens e mulheres vivem suas relações produtivas e experimentam suas posições dentro do conjunto das relações sociais, com sua cultura e suas expectativas herdadas e

de acordo a como interpretam e manejam essas experiências” (Thompson, 1978, p. 149). Por isso, enquanto as narrações economicistas privilegiam as grandes histórias contínuas das classes sociais, uma leitura em termos de RSAs acentua as descontinuidades, as mudanças que ocorrem na situação dos atores e as imagens prevalecentes que dão conteúdo a suas reivindicações e, de acordo com as circunstâncias, conferem uma maior ou menor centralidade às práticas concretas de grupos específicos.

Para dar um passo mais, a sociedade civil é uma categoria que designa um campo de interações sociais “composto principalmente pela esfera íntima (especialmente a família), a esfera das associações (especialmente as associações voluntárias), os movimentos sociais e as formas de comunicação pública” (Arato & Cohen, 1992, p. IX). Segue-se então que num sistema capitalista o RSA atua como mediador entre a sociedade civil e o mercado, bem como o que chamo de *regime político de governo* (RPG) atua como mediador entre a sociedade civil e o Estado, ao mesmo tempo em que um e outro se articulam de modos mais ou menos concordantes ou conflitivos (Nun, 2015, p. 304).

9.

Para finalizar, e se minha hipótese é correta, o problema que Marx enfrentou deve-se tanto a essa leitura reducionista de Hegel que assinalei como a que não pôde cumprir seu longo propósito de elaborar uma teoria do Estado.

Segundo se depreende do que foi dito até agora, nenhuma análise das estruturas pode prever qual será o comportamento

dos atores, exceto se trabalharmos com uma ideia de transparência, que, como já indiquei, não foi nada alheia ao racionalismo de Marx. Para recorrer a termos que se tornaram clássicos, uma coisa é a *integração das partes de um sistema* (aqui, as forças produtivas e as relações de produção) e outra, os níveis de *integração social* dos agentes (burgueses e proletários) (ver Lockwood, 1964). Ou seja, que a teoria da derrocada capitalista tal como aparece exposta nos *Grundrisse* apresenta duas deficiências: uma se refere à evolução quantitativa e qualitativa da classe operária, problema que o próprio autor vislumbrou; a outra remete a um tema que observou só de passagem.

Refiro-me ao fato de que os interesses e a consciência de classe não vêm dados, mas são produzidos histórica e socialmen-

te, de maneira que em uma determinada conjuntura se abrem sempre vários caminhos alternativos, por mais que o leque de opções possíveis seja delimitado pelos compromissos ideológicos, pelos limites organizativos ou pelas relações de força. É certo que, no discurso de Amsterdã de 1872 que citei páginas atrás, Marx nega ter afirmado que os trabalhadores chegariam ao poder pelas mesmas vias em todas as partes e aceita que tenha que levar em consideração “os costumes e as instituições dos diversos países”¹⁵. Mas é uma menção ocasional que não chegou a incorporar ao seu corpo teórico.

Em qualquer caso e no final deste percurso, espero que o leitor compartilhe comigo uma conclusão: às vezes, as dúvidas e as hesitações de um gênio podem nos ensinar tanto ou mais que suas certezas.

15 Ver nota 10, *ut supra*.

REFERÊNCIAS

- ARATO, A.; COHEN, J. L. *Civil society and political theory*. Cambridge, The MIT Press, 1992.
- ARICÓ, J. "Presentación", in K. Marx, *O capital, Livro I, Capítulo VI* (inédito). Trad. Pedro Scaron. Buenos Aires, Ed. Siglo XXI, 1971.
- BLOCK, F. "Political choice and the multiple 'logics' of capital". *Theory and Society*, vol. 15/1-2. Dordrecht, 1986.
- BURAWOY, M. "Marxism after communism". *Theory and Society*, vol. 29/2. California, 2000.
- DURKHEIM, E.; FAUÇONNET, P. "Sociologie et sciences sociales". *Révue Philosophique*, n. 55. Paris, 1903.
- GODELIER, M. *Rationalité et irrationalité en économie*. Paris, Ed. Maspero, 1966.
- HART, M. *The 100: a ranking of the most influential persons in history*. New York, Citadel, 2000.
- HEGEL, G. W. F. *Philosophy of right*. Trad. T. M. Knox. Londres, Oxford University Press, 1967.
- JONES, G. S. *Karl Marx: greatness and illusion*. Londres, Penguin, 2016.
- LICHTEIM, G. *A short history of socialism*. Londres, Weidenfeld and Nicholson, 1970.
- LOCKWOOD, D. "Social integration and system integration", in G. K. Zollschan; H. W. Hirsch (eds.). *Explorations in social change*. Boston, Houghton Mifflin, 1964.
- MARX, K. "From comments on Bakunin's book *Statehood and Anarchy*", in K. Marx; F. Engels. *Selected works in three volumes*, vol. 2. Moscou, Progress Publishers, 1976.
- MARX, K. "Instructions for the Delegates of the Provisional General Council", in K. Marx; F. Engels. *Selected works in three volumes*, vol. 2. Moscou, Progress Publishers, 1976, pp. 82-3.
- MARX, K. *El capital*. Trad. Pedro Scaron. Buenos Aires, Siglo XXI, 1975.
- MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (borrador) 1857-1858*, vol. II. Trad. Pedro Scaron. Buenos Aires, Siglo XXI, 1972.
- MARX, K. *O capital, Livro I, Capítulo VI* (inédito). Trad. Pedro Scaron. Buenos Aires, Siglo XXI, 1971.
- MARX, K.; ENGELS, F. *La sagrada familia*. Trad. W. Roces. México, Grijalbo, 1967.
- NICOLAUS, M. "El Marx desconocido", in K. Marx. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (borrador) 1857-1858*, vol. I. Trad. Pedro Scaron. Buenos Aires, Siglo XXI, 1971.
- NUN, J. "Régimen social de acumulación", in T. S. Di Tella et al. *Diccionario de ciencias sociales y políticas*. Buenos Aires, Emecé, 2001, pp. 598-600.
- NUN, J. *El sentido común y la política*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2015.
- NUN, J. *La rebelión del coro*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1989.
- NUN, J. *Marginalidad y exclusión social*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2001.
- PRZEWORSKI, A. *Social democracy and a historical phenomenon*. Londres, New Left Review, 1980.
- SHENK, T. "Find the method". *London Review of Books*. Londres, 29/6/2017.
- SWEEZY, P. M. *Teoría del desarrollo capitalista*. Trad. Hernán Laborde. México, Fondo de Cultura Económica, 1945.
- THOMPSON, E. P. "Eighteenth century English society: class struggle without class?". *Social History*, 3:2. Londres, 1978.
- TUCKER, R. C. (ed.). *The Marx – Engels reader*. New York, W. W. Norton, 1978.
- WOLFF, J. "Readers of the world unite". *The Time Literary Supplement*, 30/10/2018.

Islamofobia de gênero e reflexos na saúde mental de mulheres muçulmanas

*Isabella Macedo
Francirosy Campos Barbosa*

A

islamofobia, como bem apontou Souza (2017), ainda é um fenômeno pouco estudado no Brasil, entretanto tem sido um tema ao qual pesquisadores(as) do Grupo de Antropologia em Contextos Islâmicos e

As autoras agradecem ao apoio do CNPq pela bolsa produtividade e bolsa PUB/USP para realização das respectivas pesquisas.

ISABELLA MACEDO é graduanda em Psicologia pela FFCLRP/USP, membro do Grupo de Antropologia em Contextos Islâmicos e Árabes (Gracias) e bolsista PUB/USP.

FRANCIROSY CAMPOS BARBOSA é antropóloga, professora do Departamento de Psicologia da FFCLRP/USP e coordenadora do Gracias.

Árabes (Gracias) vêm se dedicando com a coordenação da segunda autora. Este artigo soma-se ao esforço de trazer uma perspectiva sobre a temática focada na islamofobia de gênero, pois mulheres muçulmanas vêm se queixando de agressões físicas, psicológicas e de outras naturezas por parte de pessoas desconhecidas ou das suas famílias quando não aceitam a sua reversão¹.

Souza (2017) aponta que no nosso país a islamofobia se apresenta nos discursos de diversos perfis em redes sociais e isto prova o quanto é importante o investimento sistemático de nossos pesquisadores na observação do espaço virtual e social. Redes sociais, revistas e jornais apresentam de forma descontextualizada e violenta o Islã, promovendo o estigma dos sujeitos muçulmanos.

Goffman (1975, p. 12) considera o estigma como “expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso”, colocando o outro como um estranho que está à nossa frente e tem atributos que o tornam diferente de nós, sendo menos desejável enquanto espécie/pessoa, o que o torna pessoa “estragada e diminuída”, nas palavras de Goffman (1975). Isso é muito evidenciado quando se trata de uma mulher muçulmana que usa lenço (*hijab*, *niqab*, *burqa*).

Segundo a percepção de algumas pessoas que não pertencem à comunidade islâmica, as mulheres muçulmanas precisam ser “salvas”, pois são violentadas, oprimidas, do mesmo modo que, quando se pronunciam

assumindo seus posicionamentos progressistas, algumas vezes se autoproclamando feministas, não são ouvidas como outras mulheres com os mesmos posicionamentos porque usam véu (*hijab*), e usá-lo, para muitas pessoas, significa opressão. O sentimento de não lugar acaba se evidenciando quando há um estranhamento por todos os lados e isso produz estigma, que pode ser levado à internalização e, sobretudo, ao sofrimento (Corrigan & Wassel, 2008, apud Felicissimo et al., 2013).

Desde o episódio ocorrido em 11 de setembro, muçulmanos(as) não passam despercebidos(as) e ganharam destaque nas grandes mídias ocidentais, que propagam estereótipos sobre essas pessoas (Barbosa-Ferreira, 2015). A publicização de atentados que envolvem pessoas muçulmanas tem ampliado uma agenda orientalista que imprime uma construção achatada, desbotada do que seja a mulher muçulmana (Barbosa & Lima, 2020).

Segundo Samari, Alcalá e Sharif (2018), a discriminação contra muçulmanos ou pessoas percebidas como muçulmanas é um fenômeno crescente em países de maioria branca e cristã. Green (2015) discute essa discriminação contra muçulmanos no Ocidente, chamada de islamofobia, apresentando diversos fatores que contribuem para seu aumento.

O primeiro desses fatores é uma visão generalizada do Islã, de forma a reduzir essa religião a características específicas, menosprezando a diversidade e os desacordos presentes dentro das sociedades e comunidades muçulmanas ao redor do mundo. O autor defende que, com a cobertura da mídia ocidental focada na violência praticada por alguns grupos minoritários e

1 Reversão é uma categoria nativa, que significa conversão, mas a ideia aqui é que todo ser humano nasce muçulmano e ao se converter retorna ao Islã (se reverte).

as restrições impostas às mulheres muçulmanas em países como Arábia Saudita, há uma generalização dessas situações específicas para todos os muçulmanos, fenômeno que não acontece em relação à violência e opressão praticadas por pessoas brancas e de religião cristã.

O segundo fator se relaciona à ideia de que o Islã não compartilha de valores fundamentais supostamente encontrados nas religiões cristã e judaica, base das sociedades ocidentais, como, por exemplo, a defesa da pluralidade religiosa. Trata-se de um equívoco pensar o Islã como não respeitando as diferenças, uma vez que no seu livro sagrado está explícito: “Não há compulsão na religião” (*Alcorão*, 2:256); assim, um muçulmano não deve jamais impor a sua religião a outra pessoa.

O terceiro fator relaciona-se com a crença de que a religião islâmica seria inferior em relação à civilização ocidental, apresentando essa religião como bárbara, retrógrada e irracional, podendo ser associada também com o machismo (Green, 2015). Essa construção de uma religião bárbara foi destrinchada por Edward Said em *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*: a ideia de uma religião violenta, de homens barbudos e ferozes. Para Said (2008), o imperialismo praticado por potências do Ocidente nos países árabes ao longo da história implicou a construção de uma narrativa negativa sobre os países colonizados, que tem mais a ver com os imperialistas do que com os países muçulmanos. A construção que o Ocidente tem sobre o Islã é completamente orientalista, ou seja, é uma construção de dominação, com a narrativa de um Ocidente superior e um Oriente inferior (Said, 2008).

Outros fatores apresentados por Green (2015) se relacionam à visão do Islã como inimigo a ser combatido, por se crer que a religião é intrinsecamente ligada à violência e ao terrorismo, assim como manipuladora, e que os muçulmanos desejam implementar as leis de sua religião para todos. Dessa forma, por meio dessas crenças, a discriminação anti-Islã é naturalizada e posta como necessária, e as vozes muçulmanas são silenciadas. Por outro lado, discursos islamofóbicos proferidos por grandes líderes não têm maiores consequências. Em uma entrevista à MSNBC em 2015, por exemplo, o ex-presidente Donald Trump disse que considerava fortemente fechar as mesquitas nos Estados Unidos, por acreditar que nesses espaços haveria discursos de ódio, relacionando a religião ao terrorismo e impulsionando o ódio e medo em relação aos muçulmanos.

No Brasil, temos casos como o da senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS) que, em uma sessão no Senado, ao discursar sobre uma entrevista realizada à rede Al Jazeera por uma oponente política, associou esta rede ao Estado Islâmico. A rede Al Jazeera é a maior emissora de televisão do Catar e a mais importante do mundo árabe, sem qualquer relação com grupos terroristas. O presidente Jair Bolsonaro também possui falas apontando a intolerância religiosa contra a população cristã em países muçulmanos e a opressão das mulheres, sem maiores contextualizações, e assim reproduzindo os estereótipos midiáticos.

Casos de islamofobia no Brasil ultrapassam declarações políticas e comentários em redes sociais. A rede Agência Brasil, em 2015, produziu uma matéria sobre situações de islamofobia ocorridas na cidade do

Rio de Janeiro, apresentando os seguintes casos: uma aeromoça muçulmana atacada com um soco em um ambulatório de exame médico, xingada e chamada de terrorista; ataque a uma estudante muçulmana em um trote universitário, em que queimaram o seu *hijab* e seu couro cabeludo; discriminação de um motorista de ônibus, que disse que não “transportava mulher-bomba”. Também foram relatados preconceitos em ambientes de trabalho por causa da vestimenta, recusa de contratação e frases como “volta para seu país”, como se a religião islâmica fosse exclusiva de determinados países.

As atitudes observadas nas sociedades são influenciadas pelo modo como os grandes meios midiáticos selecionam as notícias a serem veiculadas, assim como as palavras escolhidas, de acordo com os interesses das empresas que financiam esses meios (Rahman, 2016). O estudo de Pole (2002) mostra que a presença de cobertura midiática em torno de questões da religião islâmica e de pessoas muçulmanas nos jornais britânicos cresceu 270%, sendo que 91% dessas publicações apresentam teor negativo, contribuindo para a estigmatização do grupo em questão, fomentando discursos islamofóbicos que retratam muçulmanos ou a religião islâmica como ameaças. Os ataques terroristas do 11 de Setembro e o massacre do *Charlie Hebdo* são considerados os principais eventos para a ascensão da islamofobia no Ocidente, sendo usados como justificativa para a construção estereotípica e monitoramento de “comunidades suspeitas” (Spalek & Lambert, 2008, apud Zempi, 2014) e medo popular de muçulmanos “visíveis” (Zempi, 2014).

Montenegro (2002) fez um estudo sobre o modo como a mídia brasileira retrata o

Islã, antes mesmo do atentado ocorrido em 2001. Pelos achados da autora, o interesse dos meios midiáticos em retratar o Islã em suas matérias era apresentado como devido ao crescimento do número de convertidos no país, o que era visto com estranheza. A autora aponta, entretanto, que esse interesse não se comprova pelas estatísticas e se relaciona mais com o fato de o Islã ser a religião que mais cresce mundialmente. Assim, a religião islâmica sempre foi retratada no país como uma religião que não combina com o Brasil, um país que tem como um de seus símbolos o carnaval, uma festa com a presença de bebidas e sexo. A imagem da religião islâmica também aparecia atrelada ao fundamentalismo e ao terrorismo, de forma que o Islã e o terrorismo não se diferenciavam. Outro aspecto era sobre a imagem das mulheres no Islã, apresentadas pelas mídias brasileiras como submissas e supostamente tidas como inferiores pela religião. Interessante ressaltar como a autora demonstra que o Islã acaba sendo um rótulo para as pessoas muçulmanas, que não são vistas individualmente, mas como um grupo, o qual, sendo minoria no Brasil, acaba invisibilizado.

Pela influência dos discursos midiáticos, as mulheres muçulmanas passam a ser vistas como corporificação da opressão de gênero, principalmente se fazem uso do véu. Com a ascensão desses estereótipos, ataques islamofóbicos crescem e se manifestam por meio de ameaças, assédio físico e moral, violência, dano de propriedade e ataques em redes sociais (Zempi, 2014). Ainda segundo Zempi (2014), o *hijab* ou véu islâmico, que algumas mulheres muçulmanas utilizam, é o símbolo mais visível do Islã no Ocidente e passa a ser, na visão ocidental,

a concretização de uma suposta opressão que as mulheres muçulmanas sofrem, sendo visto como uma prática de submissão. Desse forma, contribui-se para que a mulher muçulmana seja estigmatizada como passiva e oprimida, e a torna um alvo vulnerável para ataques e assédios. Tem-se, então, um paradoxo, no sentido de que a sociedade ocidental se mostra em defesa de um empoderamento feminino, no qual as mulheres possam fazer suas próprias escolhas, mas trata com hostilidade aquela mulher que escolhe usar o véu (Zempi, 2014).

“Se não podemos ser cristãos em Meca, Irã e outras regiões muçulmanas você não deveria praticar essa religião aqui!”; “Uma mulher brasileira jamais deveria defender uma religião que tira seus próprios direitos”; “Pedem o fim da violência contra as mulheres e defendem uma religião em que elas não são permitidas (sic) nem mostrar o cabelo, tá certo...”

São frases como essas, entre outras que envolvem chamá-las de “mulher-bomba”, que circulam nos comentários de postagens de mulheres muçulmanas brasileiras em redes sociais como TikTok, Facebook, Twitter e Instagram. Essas mulheres, em geral, utilizam as plataformas das redes sociais para compartilhar seus cotidianos, buscando promover uma conscientização acerca da religião islâmica, desmistificando discursos islamofóbicos presentes na sociedade brasileira, e rebatendo comentários ofensivos como os citados. Barbosa-Ferreira (2015) aponta a necessidade do diálogo entre muçulmanos e não muçulmanos, no sentido de que os primeiros precisam ensinar ao Ocidente sobre o Islã,

fora do contexto de discursos religiosos, procurando combater a ignorância que dá espaço à islamofobia.

Na atualidade há uma grande presença em redes sociais de mulheres muçulmanas que buscam essa conscientização. Em sua maioria, fazem uso de vestimentas religiosas, como o véu islâmico. Muitas delas, em suas postagens, buscam explicar que a utilização dessas vestimentas, assim como outras escolhas de vida, foram escolhas próprias, sem influência de terceiros. Essas mulheres respondem a dúvidas sobre a religião, sobre o casamento dentro da religião, entre outras curiosidades que as pessoas possuem, geralmente relacionadas aos estereótipos propagados nas mídias ocidentais². Muitas delas são mulheres revertidas ao Islã, sem ascendência de famílias muçulmanas ou árabes, e suas próprias histórias desmistificam o estereótipo de que o Islã é uma religião que pertence a algum lugar, pois mulheres muçulmanas são também mulheres brasileiras.

Por outro lado, para além das curiosidades e quebra de estereótipos, ocorrem ataques islamofóbicos massificados contra essas mulheres por diferentes setores da sociedade brasileira. As redes sociais se tornaram locais de expressão de racismo e discriminação constantes, em que um controle governamental de crimes cibernéticos é difícil e em que é possível a formação de grupos com pensamentos similares, como, por exemplo, de supremacistas brancos e anti-Islã (Prince, 2016).

² Ver, por exemplo, o Instagram de @FabiolaOliveira e @vidanasarabias, que são páginas de duas brasileiras revertidas.

Ainda segundo Prince (2016), em grupos anti-Islã são disparadas informações sem evidências reais de que uma maioria cristã está sendo prejudicada por grupos muçulmanos. Um fator que colabora para a existência desses grupos e a disseminação de informações falsas é o anonimato possível nas redes sociais e a consequente falta de responsabilização do emissor das mensagens. Desses grupos, saem pessoas ainda mais inflamadas em seus discursos de ódio. Diante dessa intolerância crescente em relação às pessoas muçulmanas e os consequentes ataques feitos a elas em diversos âmbitos, é inevitável se questionar sobre os efeitos que a islamofobia pode ter na saúde mental de uma pessoa muçulmana.

Samari, Alcalá e Sharif (2018), em uma revisão de literatura que buscou a associação entre islamofobia e saúde mental, mostram que, em geral, a discriminação influencia negativamente a saúde mental, a saúde física e também o acesso a serviços de saúde de pessoas muçulmanas. Ainda segundo esses autores, mulheres muçulmanas que usam adereços associados à religião sofrem discriminação quando procuram serviços de saúde e a vestimenta influencia na maneira como serão tratadas por profissionais de saúde. Dados como esses mostram a vulnerabilidade em que mulheres muçulmanas se encontram em sociedades ocidentais, como o Brasil, apenas por usarem adereços que são relacionados à religião que praticam. Dentro e fora das redes sociais a islamofobia é vivida todos os dias por essas mulheres, seja pelos internautas que as encontram nas redes sociais, seja pela família que não aceita a reversão ao Islã, em ambientes públicos e de trabalho, ou em um serviço de saúde que utilizam.

Quanto mais coberta uma mulher muçulmana aparece em meio à sociedade ocidental em que muçulmanos não são a maioria, mais exposta a microagressões ela está (Eaton, 2015), sendo consideradas microagressões formas sutis de discriminação contra grupos minoritários e, muitas vezes, não intencionais ou inconscientes (Nadal et al., 2012, apud Eaton, 2015). Sentimentos como raiva, tristeza, frustração e inferioridade são relatados por mulheres muçulmanas que utilizam véu islâmico nos Estados Unidos e que, por isso, enfrentam agressões por islamofobia. Sentimentos de não pertencimento e não identificação também são citados (Eaton, 2015; Nadal et al., 2012, apud Eaton, 2015). Por outro lado, o uso do *hijab* também pode ter um fator protetivo e de resiliência, já que faz parte de uma identidade e de um grupo social de apoio (Eaton, 2015).

No entanto, durante a pesquisa que estamos realizando sobre islamofobia no Brasil, recebemos inúmeros *e-mails* de mulheres muçulmanas revertidas sem qualquer rede de apoio, à procura de inclusão. Nossa pesquisa quantitativa ainda em andamento sobre islamofobia no Brasil tem indicado que mulheres muçulmanas revertidas são as mais afetadas por esse fenômeno, sendo o índice de percepção de situações de constrangimento por causa da religião islâmica de 85%, em comparação com homens (faixa de 60%) e muçulmanas nascidas (faixa de 70%), até o momento.

A rejeição vem de dentro de casa, por uma família amedrontada e que desconhece a religião islâmica; e vem de fora, em um país onde a religião islâmica não parece bem-vinda, nem pelas autoridades, nem pelos habitantes, influenciados principalmente por grandes mídias. Diante dessa

problemática, tem-se o desafio do diálogo entre muçulmanos e não muçulmanos no Brasil, além do desafio do acolhimento de mulheres brasileiras revertidas. Esse acolhimento, enquanto não efetivado por meio de políticas públicas que incentivem o respeito à pluralidade religiosa, precisa então ser feito pelas comunidades islâmicas e pelos profissionais da saúde, caso haja a procura desses profissionais, e, ainda assim, muitos desses espaços apresentam embates. Como acolher uma mulher vulnerabilizada por causa de sua escolha de fé?

Em um artigo para a revista *Refinery29*, Mariam Khan, uma mulher muçulmana britânica de origem paquistanesa, fala sobre os desafios encontrados por uma mulher muçulmana ao procurar a psicoterapia. Mariam relata que a psicoterapia, para ela, se tornou mais um trauma a ser enfrentado, pois sentia que uma parte de si não era vista nem aceita por sua terapeuta, e sua fé era apontada como a causa de seus problemas. No mesmo artigo, há relatos de outras mulheres muçulmanas residentes no Reino Unido sobre as dificuldades em suas relações terapêuticas: medo de ser julgada pelo terapeuta como oprimida e submissa; ter situações de islamofobia e violência desacreditadas e menosprezadas pelo terapeuta; medo de julgamento por parte da própria comunidade religiosa da qual faz parte, que pode considerar a busca por atendimento psicológico como falta de fé. Pode-se hipotetizar que, assim, a psicoterapia para mulheres muçulmanas brasileiras revertidas ao Islã perpassa pelas mesmas

dificuldades apresentadas, além de questionamentos acerca de suas escolhas.

Saúde mental e mulheres revertidas são tema de pesquisa de doutorado em andamento de Camila Motta Paiva sob a orientação da segunda autora. Paiva e Barbosa (2021)³ constatam que experiências de sofrimento levam algumas mulheres a buscar novas concepções de mundo no sistema simbólico islâmico e que, após a reversão, esse sofrimento vai sendo (re)significado por meio das regras e rituais religiosos, visto que o Islã é entendido como um código de conduta que rege todas as áreas da vida de seus seguidores. Entretanto, cabe compreender as concepções sobre saúde mental que circulam em comunidades islâmicas brasileiras.

Sendo assim, a islamofobia não é somente uma barreira entre a pessoa muçulmana e a sociedade, mas também entre a pessoa muçulmana e profissionais da saúde que são procurados para amenizar um sofrimento. Essa situação é corroborada pela tese de Sadiq (2019), em que a islamofobia aparece através do medo de mulheres muçulmanas britânicas em falar sobre questões que envolviam sua religião com o terapeuta, medo este somente amenizado quando os próprios terapeutas faziam perguntas sobre o Islã e tentavam reafirmar de maneira extensiva seu compromisso com a aceitação, o não julgamento e uma atitude positiva para com seus clientes, clássicos princípios rogerianos (Rogers, 1961).

O terapeuta deve reconhecer a bagagem étnico-cultural de seu paciente, assim como conhecimento prévio do Islã deveria ser um pré-requisito para o atendimento de pessoas muçulmanas (Saleem & Martin, 2018). Entender a religião islâmica é entender mais sobre como ela influencia percepções, atitu-

3 Relatório de qualificação de doutorado apresentado em 19/2/2021.

des, decisões e comportamentos de pessoas muçulmanas, já que o Islã não é apenas uma religião, mas também um estilo de viver (Ansari, 2002, apud Saleem & Martin, 2018). Além disso, tendo conhecimento sobre a religião islâmica, o terapeuta pode desmistificar a ideia reproduzida socialmente de que as mulheres muçulmanas são submissas, pois, pela religião, a mulher muçulmana tem direitos iguais aos homens, sendo as diferenças presentes em papéis sociais culturais de países muçulmanos não inerentes à religião (Turkes-Habibovic, 2011, apud Saleem & Martin, 2018).

Por fim, o objetivo de uma maior sensibilidade à religião islâmica no atendimento psicológico de mulheres muçulmanas não visa a reduzir essas mulheres às suas escolhas religiosas. O objetivo é considerar as necessidades dessas mulheres de forma holística e ética, de forma a reconhecer e validar suas escolhas e experiências, sem julgamentos em relação às suas decisões, como uma psicoterapia deve ser. É preciso reconhecer o valor da religião na vida dessas mulheres, a fim de proporcionar um acolhimento que diminua efetivamente o sofrimento causado pelos estigmas sociais, e não tentar enquadrar essas mulheres em estilos de vida ocidentais ou “brasileiros”. Dessa forma, reconhece-se também a diversidade do Brasil como um país que abarca dentro de si mulheres diversas, capazes de decidir por si mesmas a religião com a qual se identificam, as vestimentas que querem utilizar e que possam, enfim, compartilhar essas escolhas com a sociedade à sua volta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pontos apresentados no presente artigo suscitam que a islamofobia é um fenômeno crescente no mundo ocidental e também no Brasil. A intolerância anti-Islã está presente em território brasileiro tanto em espaços públicos como privados e principalmente em redes sociais. Há um desconhecimento sobre a religião islâmica por grande parte da população brasileira, que é fortemente influenciada por grandes mídias, que costumam tratar a religião muçulmana negativamente, contribuindo para o estabelecimento e perpetuação de estereótipos sobre os muçulmanos. Esses estereótipos afetam os muçulmanos em suas vidas cotidianas, fazendo com que vivam situações de constrangimento, principalmente mulheres que fazem uso do *hijab*. Na sociedade ocidental, elas são vistas como oprimidas e submissas, e, mesmo que tentem criar formas de dividir suas experiências, são frequentemente descredibilizadas. Esse descrédito não vem somente de desconhecidos, mas pode vir do núcleo familiar, em casos de reversão à religião, e também de profissionais da saúde, quando não acolhem de forma correta essas mulheres. Por fim, estudos sobre islamofobia no Brasil são urgentes, em prol da desconstrução de visões deturpadas sobre o Islã. Essa desconstrução caminha, pequena e constante, assim como o processo terapêutico necessário para amenizar e reverter os machucados que a islamofobia deixa em muçulmanos que a sofrem.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, F. C; LIMA, L. B. "Empoderamentos múltiplos de mulheres muçulmanas em espaços públicos na França e no Brasil". *Rev. Antropol.*, v. 63, n. 1, 2020, pp. 59-82.
- BARBOSA-FERREIRA, F. C. "Charlie Hebdo e islamofobia". *Malala*, v. 3, n. 5. São Paulo, 2015, pp. 159-62.
- EATON, N. R. "Hijab, religiosity, and psychological wellbeing of muslim women in the United States". *Journal of Muslim Mental Health*, v. 9, n. 2, 2015, pp. 25-40.
- FELICISSIMO, F. B. et al. "Estigma internalizado e autoestima: uma revisão sistemática da literatura". *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 15, n. 1, 2013, pp. 116-29.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro, LTC, 1975.
- GREEN, T. H. *The fear of islam: an introduction to Islamophobia in the West*. Minneapolis, Fortress Press, 2015.
- KHAN, M. "For muslim women, finding a therapist is hard – but there is hope". *Refinery29 Magazine*, november 2019.
- LEVY, E. S.; CECCARELLI, P. R.; DIAS, H. M. M. "Violência e terror nas redes sociais: considerações sobre cultura, desamparo e narcisismo". *Estudos de Psicanálise*, n. 48. Belo Horizonte, 2017, pp. 43-52.
- MONTENEGRO, S. M. "Discursos e contradiscursos: o olhar da mídia sobre o Islã no Brasil". *Maná*, vol. 8, n. 1, 2002, pp. 63-91.
- PAIVA, C. M. *Corpo, mente e coração: uma etnografia sobre saúde mental de mulheres muçulmanas brasileiras*. Relatório de qualificação. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2021.
- POOLE, E. *Reporting Islam: media representations of british muslims*. London, I. B. Tauris, 2002.
- PRINCE, J. "The psychology of online islamophobia", in I. Awan. *Islamophobia in cyberspace*. London/New York, Routledge, 2016, pp. 103-22.
- RAHMAN, M. "The media impact of online islamophobia: an analysis of the woolwich murder", in I. Awan. *Islamophobia in cyberspace*. London/New York, Routledge, 2016, pp. 85-102.
- SADIQ, N. R. *Understanding muslim women clients of counselling: an interpretive phenomenological analysis*. Thesis Professional Doctorate in Counselling Psychology. Bristol, Faculty of Health and Social Sciences, University of the West of England, 2019.
- SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- SALEEM, F.; MARTIN, S. L. "Seeking help is difficult: considerations for providing mental health services to muslim women clients". *Canadian Journal of Counselling and Psychotherapy*, v. 52, n. 2, 2018, pp. 159-79.
- SAMARI, G.; ALCALÁ, H. E.; SHARIF, M. Z. "Islamophobia, health, and public health: a systematic literature review". *Am J Public Health*, v. 108, n. 6, 2018, pp. 1-9.
- SOUZA, F. F. "Islamofobia brasileira online: discursos fechados sobre o Islam em uma rede social". *Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, v. 7, n. 13, 2017.
- ZEMPI, E. *Unveiling islamophobia: the victimisation of veiled muslim women*. Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy. Leicester, University of Leicester, 2014.

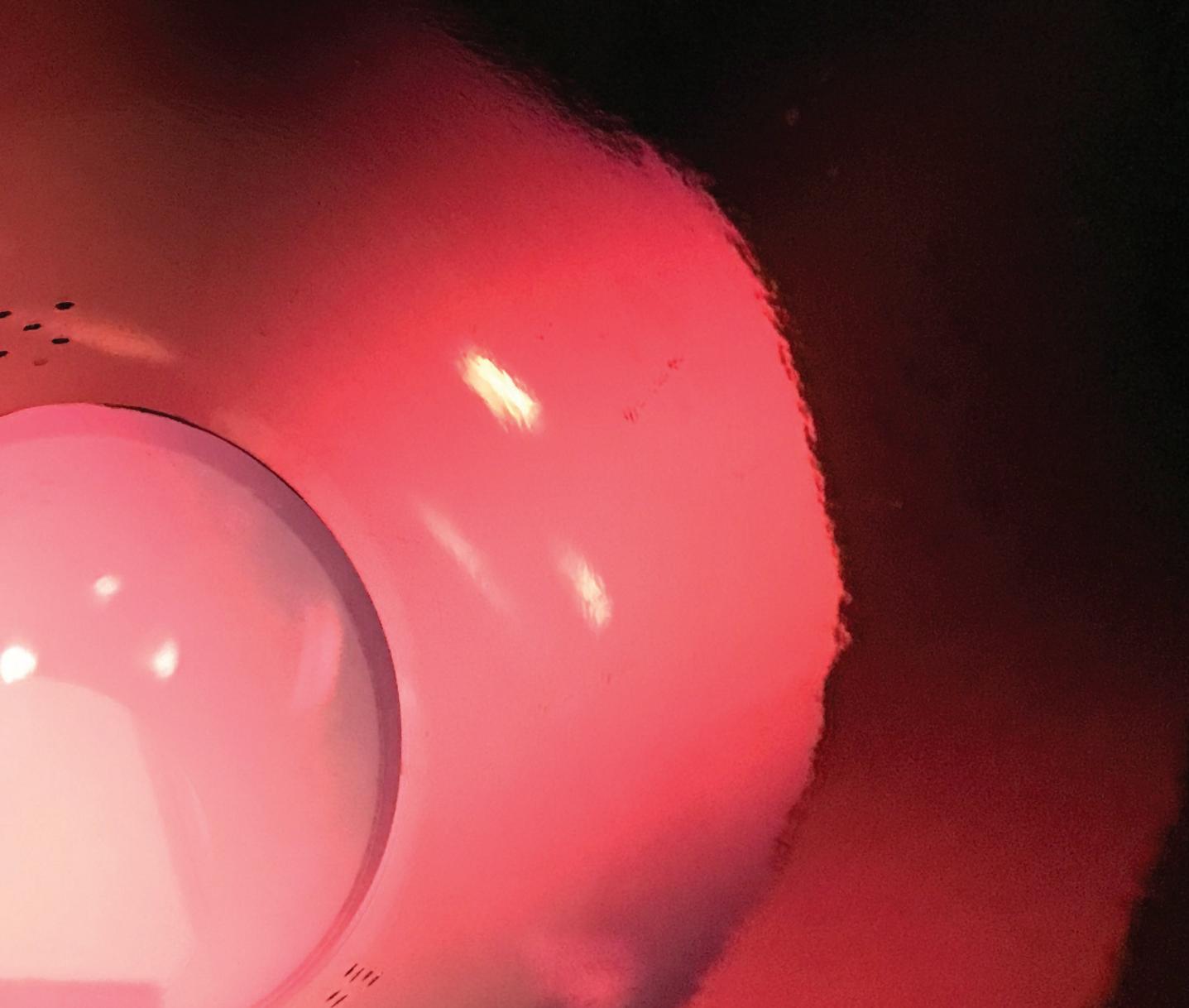
arte



A arte que resiste ao poder e à violência

Leila Kiyomura

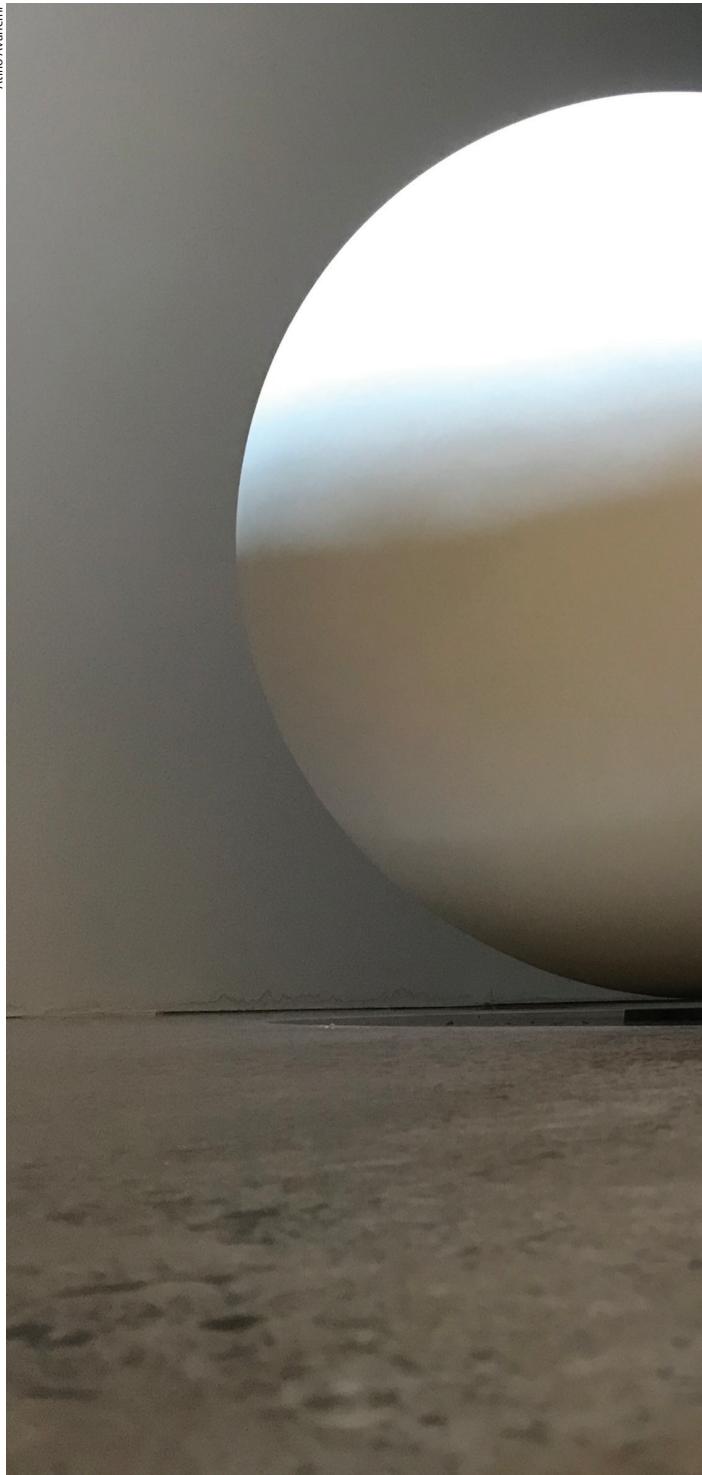
Fotos de Atílio Avancini



A arte de Regina Silveira resiste, provoca. Vai pelo tempo, registrando o golpe militar de 1964, os 21 anos da ditadura e o poder armado de hoje, que se apropria e destoa do verde e amarelo. Porém Regina, também professora da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, ensina o infinito das cores em preto-e-branco, sombras e luz, realidade e fantasia, percepção e criatividade. Basta entrar no Museu de Arte Contemporânea (MAC) da USP e peregrinar por sua arte de mais de seis décadas para compartilhar os conflitos e desafios da história do país.

A exposição “Regina Silveira: outros paradoxos” (em cartaz de 28 de agosto de 2021 a 3 de julho de 2022) reúne 180 obras que ocupam o térreo e o primeiro andar do MAC, no Ibirapuera, em São Paulo. Tem a curadoria da diretora do museu, Ana Magalhães, e de Helouise Costa, ambas professoras do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte (PGEHA) da USP.

Atílio Avancini



LEILA KIYOMURA é jornalista do *Jornal da USP* e crítica de arte da Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABC) e da Associação Internacional de Críticos de Arte (Aica).



Equinócio, 2002: a artista transforma o modo de percepção do real



Garfo, smile 6, 1983, litografia sobre papel: retrospectiva no MAC instiga, questiona

“A mostra faz parte da parceria estabelecida entre o MAC e a Fundação Bienal para a 34^a Bienal de São Paulo”, explica Ana Magalhães. “Esse tipo de parceria foi feito com várias instituições na cidade de São Paulo, que trabalharam em uma exposição monográfica de um artista presente na 34^a Bienal. No caso do MAC, o nome de Regina foi sugestão do museu para os curadores da Bienal, que depois desenvolveram com a artista seus projetos para a 34^a Bienal em diálogo com a retrospectiva no MAC.” Segundo a professora, “o trabalho de pesquisa para a exposição exigiu revisitar a extensa e rica trajetória da artista, que começa com a produção de gravuras nos anos 1960”.



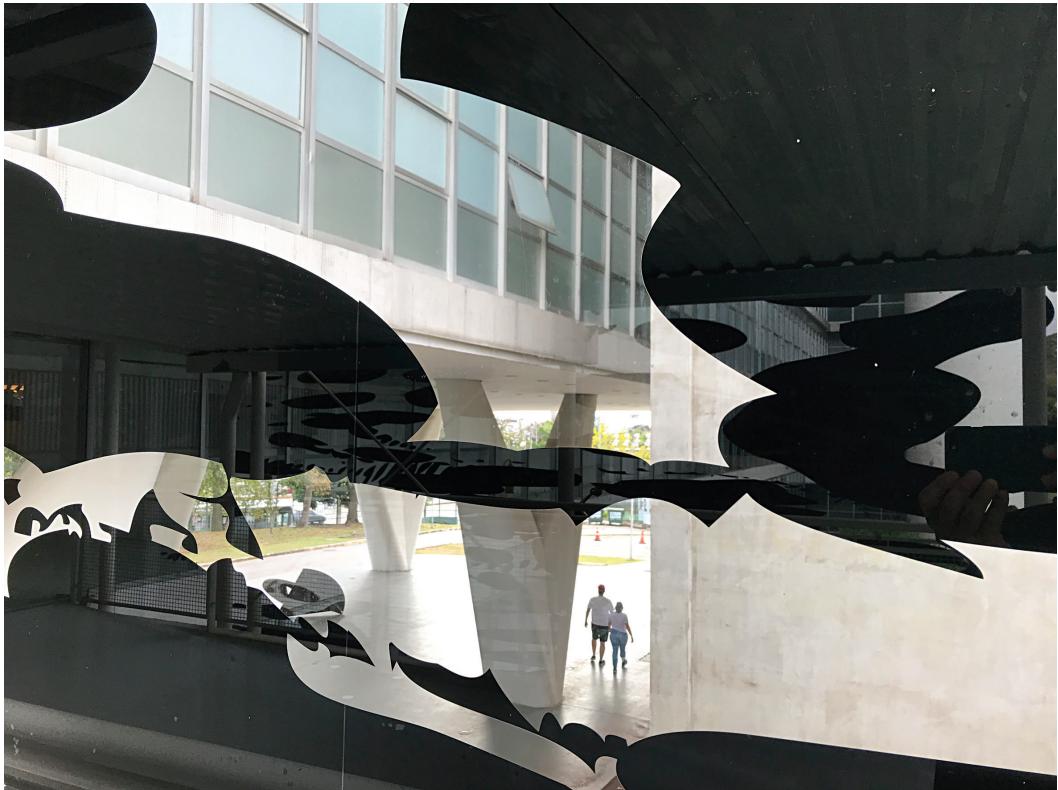
Uma pequena escultura de madeira do patrono militar da América espanhola integra a obra *Paradoxo do Santo*

O título da mostra, “Regina Silveira: outros paradoxos”, é inspirado na obra *Paradoxo do santo*. Trata-se de uma instalação que o público do MAC já conhece de outras montagens, mas, toda vez que é observada, tem algo novo a dizer. Regina apresentou a obra pela primeira vez no Museo del Barrio, em Nova York, em 1994, e naquele mesmo ano foi doada ao MAC. É uma pequena escultura de madeira do patrono militar da América espanhola, Santiago Apóstolo. A partir dela, a artista criou uma sombra que não corresponde às suas próprias formas. O visitante se depara com uma imagem distorcida do monumento de Victor Brecheret em homenagem a Duque de Caxias, patrono do Exército brasileiro. Os dois líderes são conectados pela sombra, questionando o espectador sobre algo que vai além da sombra das aparências.



Na mostra, o Brasil da ditadura e o país de hoje

A exposição segue instigando o olhar do público, propondo reflexões sobre temas que envolvem o Brasil e a América Latina. Para realizar essa retrospectiva da vida e da arte de Regina Silveira, Ana Magalhães e Helouïse Costa tiveram que fazer uma imersão na sua trajetória de mais de seis décadas. Buscaram a artista, hoje com 82 anos, quando começou a trilhar a arte contemporânea.



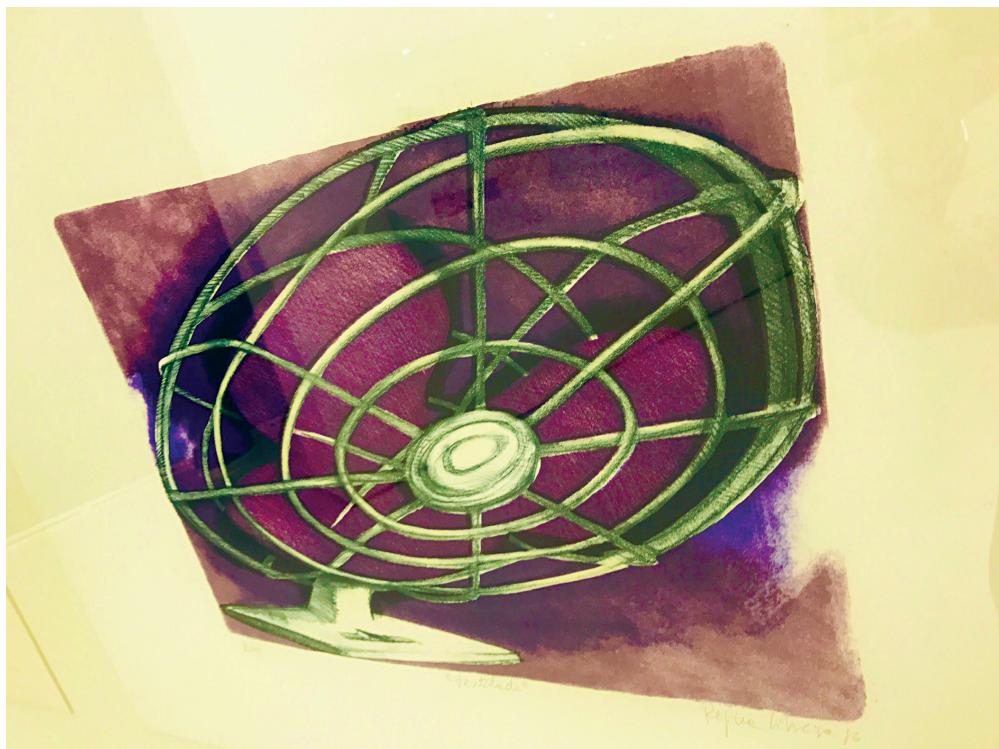
Regina Silveira tem a sua obra impressa nas janelas do MAC

“A mostra começou a ser planejada em 2019, por ocasião da doação de 42 de suas obras ao MAC, que vieram complementar o conjunto que o museu já possuía”, conta Helouise. “O trabalho de pesquisa para a exposição exigiu revisitar a extensa e rica trajetória da artista, que começa com a produção de gravuras nos anos 1960, quando ela era uma jovem recém-formada no Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre. Passa pelas experimentações com apropriação de imagens e videoarte dos anos 1970, abarca propostas de intervenções urbanas e chega a algumas de suas instalações mais recentes. Para dar suporte ao trabalho de curadoria, foi preciso mergulhar nas diferentes fases de sua produção, a fim de compreender as relações entre as obras e a recorrência de certos temas que atravessam sua poética.”



Derrapando, 2009, maquete: rigor estético e precisão técnica

A retrospectiva traz também a história da artista no MAC, desde os anos 1960, sob a direção do professor Walter Zanini. “Foi no MAC que Regina desenvolveu seus primeiros projetos de videoarte, onde ela defendeu o seu doutorado e realizou diversas exposições. Além disso, teve presença ativa no Conselho Deliberativo do museu, como representante dos artistas, durante vários anos. A sua relação com o museu teve início na gestão Zanini, mas se estendeu para além dela”, afirma Helouise.



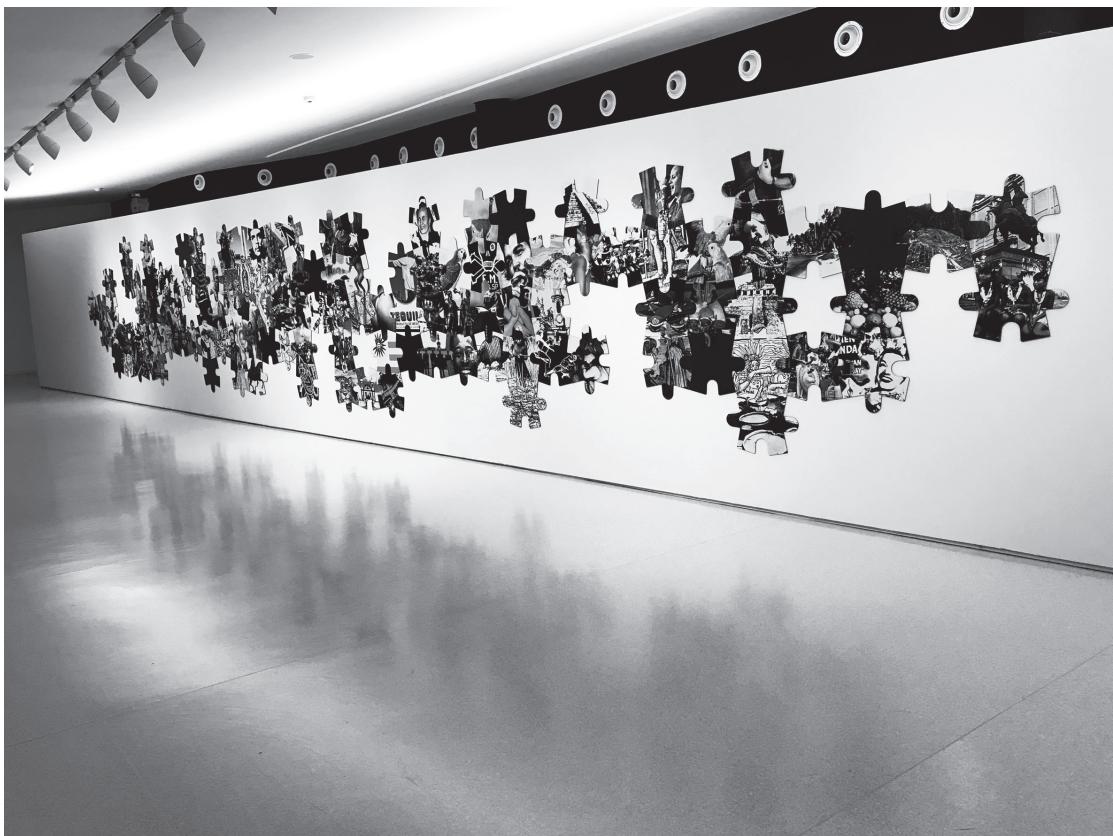
Ventilador, 1986, litografia em cores sobre papel: objetos em perspectiva distorcida

Um “*Pudim arte brasileira*”, com uma pitada de ironia, humor e consciência, é o que Regina Silveira recomenda. A receita está em uma das paredes para quem quiser copiar:

*2 xícaras de olhar retrospectivo
1 xícara de ideologia
1 colher, de sopa, da École de Paris
1 lata de definição temática, gelada e sem soro
1 pitada de exacerbação de cor
1 índio, pequeno, ralado*

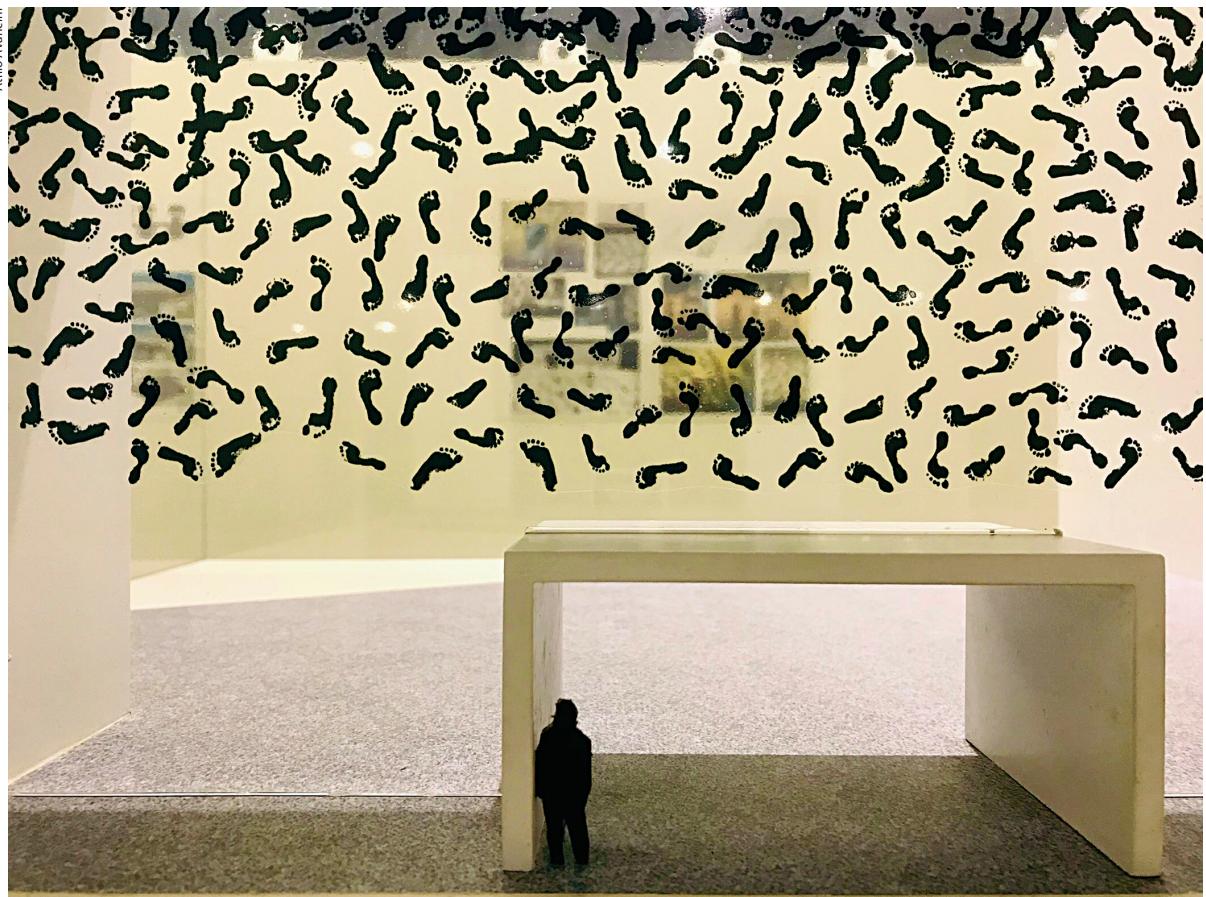
Com o olhar retrospectivo e a ideologia, prepare uma calda e, quando grossa, junte a École de Paris, sem mexer. Deixe amornar, bata um pouco a definição temática, junte os ingredientes e leve ao fogo em banho-maria em forma caramelada.

A receita continua com “cobertura de uma xícara e meia de função social”, e assim por diante. É exatamente esse “pudim”, com duas colheres de jogada mercadológica, que, muitas vezes, é servido gelado na arte brasileira.



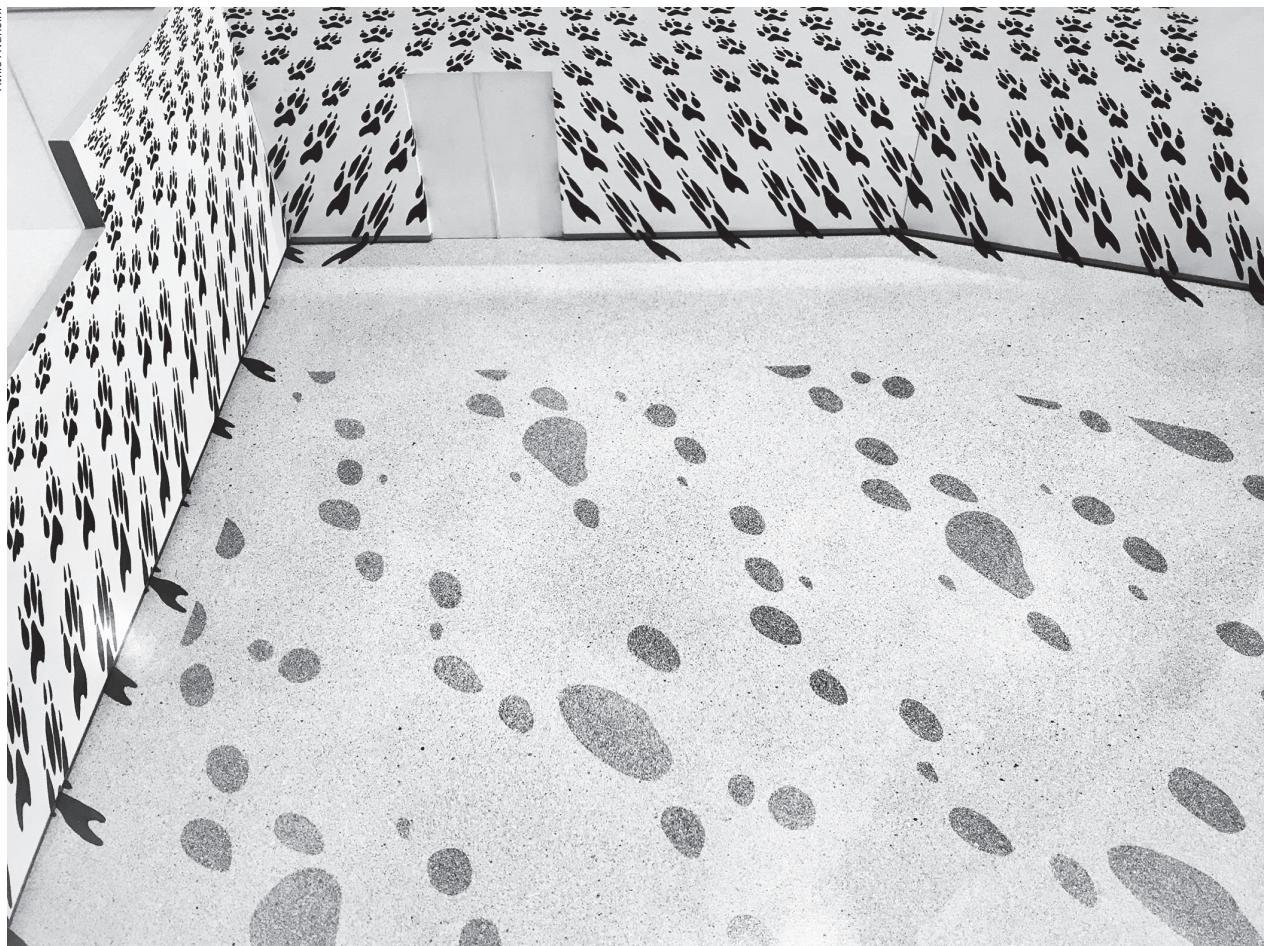
To be continued... (quebra-cabeça da América Latina), obra editada em Nova York, em 1992, atravessa três décadas impactante e atual

No primeiro andar do museu, um mural ocupa toda a parede, compondo um horizonte da nossa realidade política. Uma obra editada em Nova York, em 1992, mas que atravessou três décadas impactante e atual. *To be continued... (quebra-cabeça da América Latina)* tem como referência os 500 anos da “descoberta” da América. O título dá a ideia de continuidade como nas novelas ou séries, que avisam que novos capítulos estão por vir. Apresenta mais de 100 imagens fotográficas apropriadas de livros, postais e revistas, que mostram os estereótipos da América Latina. A artista aponta, como observam as curadoras, para a fragilidade do conceito de América Latina, revelando as contradições de uma identidade fragmentária construída por um olhar colonialista.



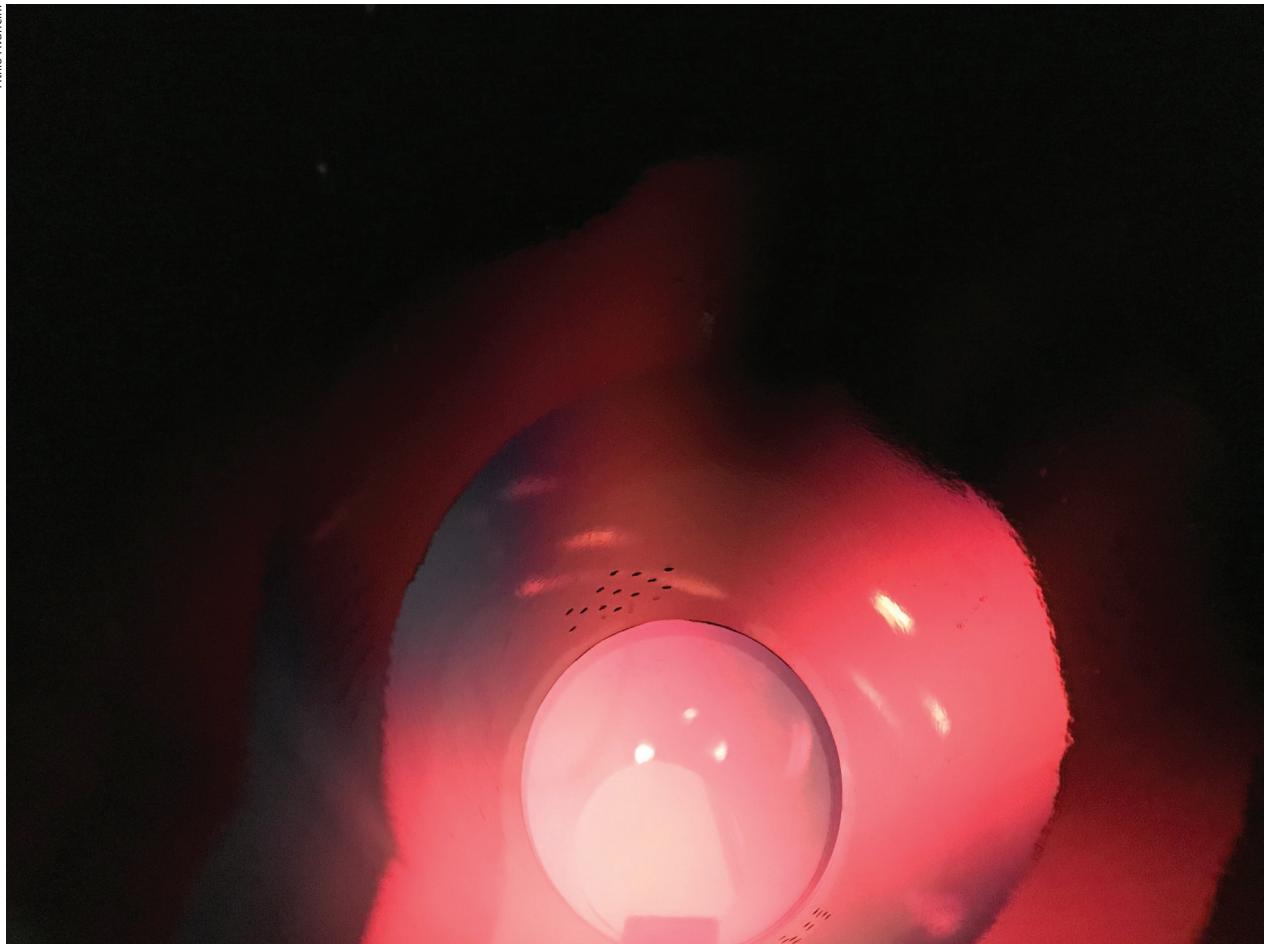
Irruption (Saga), 2006, maquete: exposição com a trajetória de mais de seis décadas

“Regina Silveira problematiza a realidade social de maneira sutil, referindo-se às inúmeras tensões e contradições do país presentes em diversos momentos da nossa história, mas sem referir-se a questões específicas nem assumir uma posição panfletária”, destaca Helouise. “A utilização que a artista faz das tecnologias mais recentes em diversos momentos de sua trajetória e dos meios digitais nos últimos anos também fica evidente na exposição, que oferece uma visada histórica sobre tais usos e permite ver como ela adapta seu processo criativo a fim de aproveitar-se de todo o potencial que esses meios têm a oferecer.”



Gone wild, 1996: maquete da pintura sobre parede de 140 m²
no Museu de Arte Contemporânea de San Diego, EUA

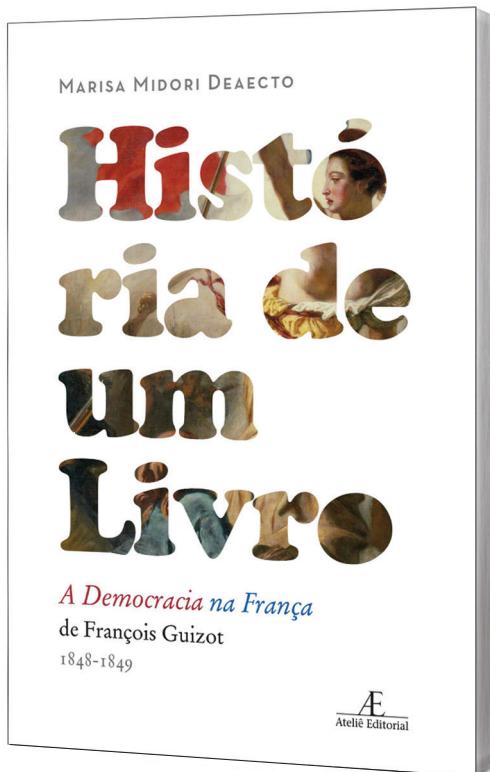
“Regina Silveira: outros paradoxos” traduz também o papel do Museu de Arte Contemporânea da USP. “O MAC sempre foi espaço de autonomia de pensamento, de liberdade de expressão e defensor de uma sociedade democrática, respeitosa de suas instituições e sua constituição”, afirma a diretora Ana Magalhães. “Nosso papel, como museu universitário, é ser um espaço de formação para a reflexão crítica e de debate sobre as questões carentes da contemporaneidade.”



Infernus, 2008, madeira pintada, aparelho FVD, monitor e versão digital: encanto e sedução

O questionamento de Regina está sintetizado em outra obra intrigante. O visitante deve se curvar e espiar dentro de um tubo de madeira. Irá ver o *Infernus*, com sons borbulhantes e uma imagem que sugere uma rosa vermelha. Como todas as outras obras que marcam a sua trajetória, *Infernus* expressa o rigor estético e sempre questionador da artista.

livros



Para aquém e além do texto:
as aventuras da história
de um libelo político

Felipe Castilho de Lacerda

História de um livro: A democracia na França de François Guizot (1848-1849),
de Marisa Midori Deaecto, Cotia, Ateliê Editorial, 2021, 368 p.

"[...] l'editoria è sempre stata una questione di prestigio, se non altro perché si tratta di un genere di affari che al tempo stesso è un'arte. Un'arte in tutti i sensi, e sicuramente un'arte pericolosa perché, per esercitarla, il denaro è un elemento essenziale. Da questo punto di vista si può benissimo sostenere che ben poco è cambiato dai tempi di Gutenberg"

(Roberto Calasso, *L'impronta dell'editore*).

A

obra de Marisa Midori Deaecto, *História de um livro: A democracia na França de François Guizot (1848-1849)*, recém-lançada pela Ateliê Editorial, parece-nos um convite a uma longa e prazerosa viagem, digna dos mais célebres relatos de expedição, como o *Diário e anotações (1832-1836)*, de Charles Darwin, imortalizado pelo título cristalino: *A viagem do Beagle*. Nosso destino e paradas não são, contudo, o contorno da Terra do Fogo e as ilhas de Galápagos, mas os espaços e temporalidades da pujante Paris editorial; os limites do território prussiano; das terras flamengas a Lisboa ou atravessando o Canal da Mancha; e daí, dirigindo-nos a Nova York, Rio de Janeiro ou Buenos Aires.

E já vemos uma das qualidades da obra: é de leitura assaz prazerosa, de modo que se torna plenamente adequada tanto ao público especializado – pelo rigor do conteúdo

– quanto às curiosas e curiosos de todas as especialidades, público sempre almejado, mas por muitas vezes não alcançado – não apenas em razão da linguagem técnica da academia, mas também, é claro, por fatores diversos de todo o circuito do livro. De toda forma, a obra pode ser mesmo encarada como uma bela lição de método e de estilo.

Nascido em Nîmes, o protestante François Pierre Guillaume Guizot (1787-1874) integrou um panteão de historiadores românticos da Revolução, produziu obra extensa, com destaque para as séries em diversos volumes de história da Revolução Francesa e de história da Revolução Inglesa, e foi ministro da Monarquia de Julho. Mas, diferente de Thiers, um tanto mais jovem e que lograria levar sua carreira política até o massacre da Comuna de Paris (1871) e o estabeleci-

FELIPE CASTILHO DE LACERDA é doutorando na Universidade de Hamburgo (Alemanha) e autor de *Octávio Brandão e as matrizes intelectuais do marxismo no Brasil* (Ateliê Editorial).

mento da Terceira República, Guizot encerraria no rescaldo da Primavera dos Povos (1848) sua carreira política. Malgrado sua vultosa carreira tanto política quanto intelectual, Guizot tornou-se figura pouco conhecida. Mas resta a questão, que a autora buscará nos responder: que grande interesse pode repousar sobre um pequenino libelo político acerca dos perigos e excessos da democracia, publicado por um ex-ministro orleanista após sua queda?

O livro é fruto da tese de livre-docência da autora, defendida em 2019, no Departamento de Jornalismo e Editoração (CJE) da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP. Da própria tese, há que se dizer, já por seus aspectos materiais, trata-se de um trabalho de grande perícia editorial, com ponto alto na bela encadernação branca, que, consciente ou inconscientemente, nos remete às célebres coberturas da Gallimard. O livro carregou, aliás, certa inspiração de capa da tese, com um apropriado fundo branco (veremos adiante como a cor compõe estratégicamente a capa da brochura).

UMA CARREIRA EM MUITOS SUPORTES

Poder-se-ia dizer que o estilo da autora recorda o ensaísmo. No entanto, por gênero e conteúdo, trata-se de uma tese monográfica. Professora dos cursos de História do Livro e História do Livro no Brasil, Marisa Midori nos brinda, na realidade, com um belo exemplo de investigação e exposição, realizando o confronto entre elementos locais e universais, micro e macro-históricos, condições objetivas e condições subjetivas, sempre aliadas à qualidade narrativa advinda de uma base de erudição muito sedimen-

tada. Malgrado a inspiração vinda também de alhures, Midori parte de uma verdadeira tradição historiográfica brasileira, a exemplo de historiadores com quem a autora nutriu frutífero diálogo, como Edgard Carone e o prefaciador da obra, Carlos Guilherme Mota, bem como figuras caras à autora, como Antônio Cândido ou Sérgio Buarque de Holanda, para não falar em Evaldo Cabral de Mello, ou mesmo Capistrano de Abreu.

Marisa Midori possui um currículo não apenas vasto, mas também profundo – ele podia mesmo ser conferido na Plataforma Lattes, do CNPq, ao menos antes que o atual governo verde-oliva se empenhasse em não se empenhar em nada. Para além de quaisquer veleidades acadêmicas, diversos aspectos da trajetória da autora podem ser vistos nas linhas e entrelinhas de *História de um livro*.

Nascida em Barbacena, Minas Gerais, Midori radicou-se na capital paulista. Amante da cidade e dos livros, podia ser vista a chutar pedrinhas na ilha de alfarrábios do centro velho paulistano – junto a alguns fiéis escudeiros – quando iniciou sua brilhante trajetória no curso de História da Universidade de São Paulo, em inícios dos anos 1990. Foi também nesses tempos que conheceu um buquinador, como ela, amante dos livros havia muito, o professor do Departamento de História da USP Edgard Carone. A amizade entre o velho bibliófilo e a jovem historiadora desenrolou-se pelos mais de dez anos em que Midori trabalhou, como estagiária, na biblioteca caroniana; e além. Grande acervo de livros de esquerda brasileiros e estrangeiros, hoje a biblioteca do professor pertence ao Museu Republicano Convenção de Itu, extensão do Museu Paulista da USP. Mas quando ao mestre Carone já ia findando seu tempo, Marisa Midori taquigrafou algu-

mas das últimas linhas que conformariam a gigantesca obra do historiador da República. Enquanto discípula e continuadora do legado caroniano, Marisa Midori uniu duas paixões nos estudos do livro político, organizando, junto a Jean-Yves Mollier, *Edição e revolução. Leituras comunistas no Brasil e na França* (Ateliê Editorial, 2013). Não à toa, a relação entre livros e política aparecerá novamente na tese de livre-docência recém-enseixada em livro.

Pesquisadora do campo da história do livro, da edição e da leitura no Brasil, Marisa Midori é docente do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA/USP, além de ser professora credenciada no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH-USP. Nesse mesmo programa, obteve os títulos de mestra (2000) e doutora (2006). Midori coordena o Grupo de Estudos História da Edição e das Práticas de Leitura no Brasil (Séculos XIX e XX). Foi membro da diretoria da Associação Nacional de História (2009-2011) e conselheira da Comissão de Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Em 2017, realizou seu ano sabático como pesquisadora visitante do Instituto de Estudos Avançados da USP, no seio de cujas atividades se puderam desenvolver, para além de sua própria investigação, uma série de oportunidades de estudo e discussão, bem como cursos e palestras com figuras importantes da pesquisa em história intelectual e política, como Carlos Guilherme Mota e Horacio Tarcus.

Se não fosse o bastante, Midori é editora, junto a Plínio Martins Filho – aquele que diz “cada livro tem sua história” – de *Livro. Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição-USP* e publica o blog Biblioma-

nia-DiverCidades¹, além de seus programas semanais na Rádio USP.

A autora também prefaciou a segunda edição brasileira do clássico de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, *O aparecimento do livro* (Edusp, 2017); junto a Lincoln Secco, redigiu o prefácio da primeira edição brasileira de *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*, de Fernand Braudel (Edusp, 2016). E, em reconhecimento por seu trabalho e dedicação à história dos livros, Marisa Midori foi ainda agraciada, em outubro de 2017, por indicação do Departamento de Estudos em Herança Cultural e História Cultural, com o título de Doutora *Honoris Causa* da Universidade Eszterházy Károly, da Hungria.

Uma carreira em muitos suportes.

PARA AQUÉM E ALÉM DO TEXTO

Mais do que simplesmente escrever o livro – o que já seria mais que o bastante –, Marisa Midori literalmente fez o livro.

A arte da capa foi concebida pela própria autora, sendo finalizada pela Negrito Produção Editorial. O título principal da obra se vê preenchido pela imagem de Marianne de Delacroix, que vemos tal qual o transpassar visual de uma janela em formato de *História de um livro*. O efeito imagético está, outrossim, ancorado na capacidade de a indústria gráfica contemporânea utilizar a técnica do verniz no acabamento editorial de maneira plenamente satisfatória. O rosto da heroína encontra-se na letra “o” da palavra história.

1 Pode ser consultado no endereço: <http://bibliomania-divercidades.blogspot.com.br/>.

No subtítulo, os termos “a democracia” são grafados em vermelho e “na França”, em azul. O fundo branco da capa completa as variações da bandeira tricolor, representante do lema triádico da Revolução Francesa. As letras se dispõem, aliás, tal qual um “parágrafo bandeira”: alinhado à esquerda, solto à direita. Vindo o nome do autor da obra *A democracia na França* logo abaixo, em preto, realça-se mesmo a sua presença. O uso de um tom de cinza muito semelhante, talvez idêntico, na datação, última partícula do subtítulo, e no nome da autora, o primeiro dos elementos, encerra uma imagem circular que dá coesão ao todo da capa.

O livro está organizado em seis capítulos, antecedidos de Prefácio e Introdução, e sucedidos por “Cauda longa, cauda curta: à guisa de conclusão”. Traz, ulteriormente, Posfácio e diversos elementos paratextuais, incluindo um indispensável Índice remissivo. Uma edição extremamente bem cuidada em todos os seus aspectos.

O primeiro capítulo, “Escrever a *Democracia na França*” nos embarca na viagem que perpassa os tempos e espaços de escrita do libelo de François Guizot. Estuda o manuscrito, compara-o à primeira prova tipográfica, reproduz a missiva do apreensivo autor à amiga e tradutora do libelo político para o inglês. Busca, destarte, compreender o sentido geral, as ideias-força do ex-ministro, no processo de trabalho redacional. Em outras palavras, a autora nos permite aqui “[...] compreender na tessitura do livro o tempo e o espaço em que ideias, textos e intertextos se conectam, contradizem-se, reconstruem-se” (p. 44). Concluímos que, para o ministro despojado, o mal maior que assolaria a França seria o socialismo. E “para levar adiante sua luta, Guizot não poupará

energias. A construção do livro na arena editorial e política francesa (mas, também, internacional) é a prova mais eloquente de todo o seu esforço para atingir nos flancos seus leitores” (pp. 73-4).

Desse modo, cristalizam-se no processo de escrita e reescrita da *Democracia na França* os valores e anseios do ex-ministro destronado que reconhece na Revolução Francesa a sua legitimidade, mas, nos excessos praticados pelos incautos, seus limites. Contudo, os propósitos do autor são suficientes para a compreensão das práticas e instâncias de produção de sentido?

O segundo capítulo, “A construção do livro”, retomando o título do incontornável Emanuel Araújo, investe sobre a problemática da função autor e do processo histórico de aparecimento da *mise en page* como ferramenta mental de modo a desenvolver a questão mencionada logo acima. Os dois primeiros capítulos conformam, com efeito, uma unidade no espaço do texto de Marisa Midori. Dirigem-se à investigação dos processos concretos e – para utilizar um palavrão da marxologia – suas determinidades histórico-concretas, bem como aquelas diretamente voltadas ao pequeno mundo do livro na construção do sentido do texto.

Ao adentrar o terceiro capítulo da obra de Marisa Midori Deaecto, partiremos para um próximo entreposto na viagem de vida da *Democracia na França*, avançando para um novo “momento” do circuito do livro: a circulação.

Contudo, para honrar o espírito de *História de um livro*, cumpre notar que um traço editorial compõe o corte anunciado anteriormente: entre o segundo e o terceiro capítulos, somos brindados com o belíssimo “A Primavera dos Povos, 1848: uma história

em imagens” (pp. 105-21). A partir daí, em “O livro ganha o mundo”, veremos a contrarrevolução sintetizada em livro viajar, a partir de Paris, Londres e Nova York, para o *intermezzo* belga, chegando à Prússia e à Saxônia e marchando sobre Viena, para então realizar um sobrevoo sobre o mundo ibérico. Em seguida, entram elementos que parecem compor um paratexto, mas que configuram efetivamente o espaço textual proposto pela autora. Trata-se da “Cartografia das edições de *De la Démocratie en France (1849)*”, a “Lista de edições por país” e a “Bibliografia ilustrada”. Um ponto alto da edição, para que não se escape, é a volumosa reprodução de imagens em bela qualidade, tanto de reprodução quanto de composição.

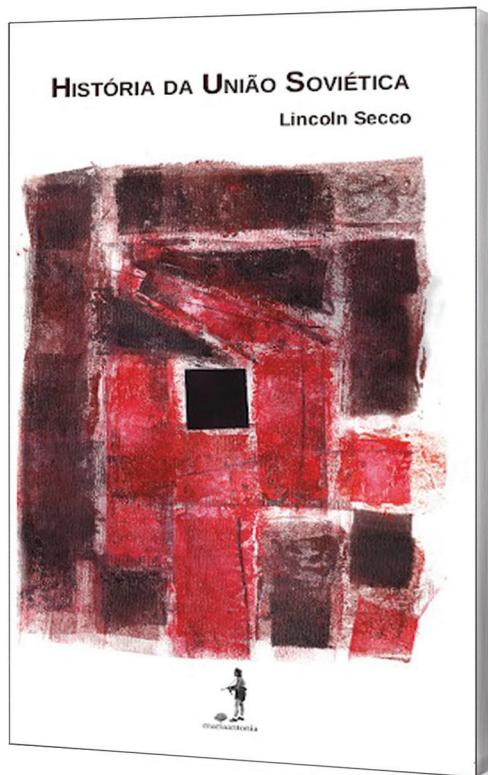
O segundo terço da obra começará avançando, uma vez mais, no circuito do livro e partindo para a investigação dos processos de recepção. Por fim, o último capítulo de *História de um livro* parece comportar uma unidade em si, mas que avança decididamente na contribuição historiográfica proposta pela professora da ECA/USP. Pois, então, tomaremos finalmente parcela da rota mencionada em nosso ponto inicial, a do Beagle de Charles Darwin e do capitão FitzRoy, rota tão conhecida pela autora do *Império dos livros*. Aportando no Rio de Janeiro, a biógrafa de *A democracia na França* discutirá as especificidades e processos de transferência cultural e de suporte da obra de François Guizot.

Finalmente, o Posfácio de Lincoln Secco, professor de História Contemporânea do Departamento de História da USP, inicia os elementos pós-textuais da obra oferecendo-nos uma brilhante aula de história política da França oitocentista, bem como realizando um paralelo possível para a compreensão da tragédia brasileira contemporânea².

Algo de marcante no desenvolvimento da obra de Marisa Midori Deaecto é a capacidade de perpassar a quase totalidade dos temas, métodos e discussões da historiografia do livro: a história social dos produtores do livro aliada às conjecturas próprias ao meio político-intelectual da França oitocentista; a discussão sobre as temporalidades e espacialidades do(s) livro(s) de mãos dadas à bibliografia analítica.

O porto final dessa viagem é, como sói ocorrer nos bons passeios, o recordar das experiências e o sonhar com novas explorações. De pronto, o meio historiográfico aguarda com anseio a promessa deixada nas palavras introdutórias, acerca do manuscrito inédito de Guizot: “É claro que uma edição crítica e traduzida não escapa ao meu horizonte de expectativas. Todavia, este corresponde a um novo projeto”. Enquanto aguardamos, saboreemos a *História de um livro: A democracia na França de François Guizot (1848-1849)*, mais essa rica produção da universidade brasileira para a compreensão da realidade sociocultural.

² Uma versão desenvolvida do Posfácio foi publicada no número 21 do *Boletim Maria Antonia* do GMarx-USP, como comentário intitulado “O que um conservador pode nos ensinar? Guizot no Brasil atual”. Disponível em: <https://gmarx.fflch.usp.br/boletim-ano2-21>.



A União Soviética e suas contradições

Deise Rosalio Silva

História da União Soviética: uma introdução, de Lincoln Secco,
São Paulo, Maria Antonia Edições, 2020, 159 p.

Já diria Marx, em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, que “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha”. Se essa máxima expressa uma exigência indubitável da própria materialidade humana, revisitá-la é sempre um exercício de recomposição das peças que possibilitaram uma determinada construção, não para movê-las, mas para nos lermos no mundo compreendendo melhor o caminho, na ânsia de termos maiores condições de pisar nele e compor as tessituras que virão. Nesse sentido, a obra *História da União Soviética*, de Lincoln Secco, que vem a público agora pela Maria Antonia Edições, é um desnovelar primoroso do emaranhado de um dos feitos mais marcantes, definidores e ressoantes do século XX: a União Soviética.

Organizada em sete capítulos, Lincoln desenreda argutamente as permanências e rupturas, sem se furtar de avultar as antinomias que possibilitaram a edificação, a

prossecução e a ruína do Estado soviético. E revela já de cara a sua não pretensa neutralidade, mas o compromisso em não circunscrever a obra no arcabouço da sua posição.

No Capítulo 1, percorre desde a Revolução Russa de 1917, destrinchando os acontecimentos, a participação dos trabalhadores nas greves, problematizando o caráter da revolução, o papel indispensável de Lênin nessa trilha e o debate ao redor dos episódios. No Capítulo 2, se debruça sobre a guerra civil, revelando, inclusive, as *fake news* e os contrastes que marcaram a odisseia bolchevique. O Capítulo 3, dedicado à análise do socialismo em um só país, apura o despotar imprevisível de um sujeito como Stalin, que era “seguramente o menos reconhecido intelectual e politicamente” (p. 38) e todo o delinear dessa passagem do leninismo ao stalinismo, marcando distinções, a disciplina,

DEISE ROSALIO SILVA é professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

o recuo, a censura à arte, já antecipando como “sem uma expressão cultural nenhum regime perdura por si mesmo” (p. 43).

No Capítulo 4, especificamente destinado ao stalinismo, aprofunda a abordagem sobre o regime, expondo suas veias contraditórias: de um lado, por exemplo, uma notável capacidade de trabalho e reconhecimento da importância social das mulheres, de outro, a repressão e o terror em massa, revelando o quanto o stalinismo se movimentava nos paradoxos. “No interior, a máxima repressão. No exterior, a busca do consenso” (p. 66). No entanto, adverte que as responsabilidades eram coletivas, não apenas o medo, mas a covardia, a cumplicidade e a isenção ancoravam a política de Stalin: conjugador de “grande líder” e “déspero assassino” (p. 69). Esclarece também o auge do governo, a relação com a guerra e os limites do processo de desestalinização. O Capítulo 5 versa sobre a Internacional, do seu surgimento ao papel que adquire na arena de edificação de um regime imperfeito, mas que “parecia a única alternativa a um capitalismo em crise” (p. 77) e a necessidade da luta antifascista. Traz inúmeros dados sobre todo esse processo, descortinando o crescimento ao declínio dos partidos comunistas.

O Capítulo 6 trata das revoluções de 1989, as reformas consequentes, perpassa as particularidades das revoltas em cada país do bloco, demarcando que a restauração capitalista suplanta de tal forma a perspectiva socialista que o abate causado por duas décadas neoliberais abre espaço ao neofascismo. Por fim, o Capítulo 7 coroa a análise sobre o fim da União Soviética, desmistificando a falácia do fracasso econômico, o êxito na corrida espacial, explorando toda a trajetória, desde a Nova Política Econômica

(NEP), a coletivização, apresentando dados sobre o crescimento robusto e a melhora do padrão social da população, sem negligenciar a exploração da força de trabalho e que as relações de produção nunca foram alteradas. Mas esmiúça a complexidade e o impacto que a Guerra Fria trazia ao exigir do regime, que tinha uma lógica econômica distinta, um grande esforço na corrida armamentista que não lhe gerava a demanda agregada do capitalismo.

O autor sobreleva responsavelmente a multiplicidade de fatores que culminam na dissolução do regime, enfatizando o quanto “a luta de classes é a chave histórica para se entender o fim do socialismo real” (p. 124). A saída dos comunistas do bloco soviético do poder não foi resultante de uma deposição à força, mas da passagem de ditos comunistas, reais burocratas, a acionistas. Finaliza brilhantemente nos provocando a ponderar, entre profundos erros e acertos, a inegável melhor condição da classe trabalhadora mundial durante esse período.

Talvez justamente por ser fruto de quase 20 anos de diálogo com os alunos, essa obra dialogue tanto, de maneira clara e cuidadosa, e abarque aspectos em geral negligenciados na historiografia do assunto, como homossexualidade, ecologia e gênero.

Com um olhar diligente e rigoroso com os dados históricos, Lincoln Secco constrói um texto afiado, entremeado com expressões atuais que aproximam o leitor, ampliam o sentido sobre os acontecimentos e nos convidam a avivar também a leitura do presente. Denotando generosamente toda a dialética das peripécias, seus personagens e engrenagens, o autor desnuda as contradições dessa experiência política singular da história da humanidade.

**A revistausp RECOMENDA
A SEUS COLABORADORES QUE
ENVIEM SEUS TEXTOS DE ACORDO
COM AS NORMAS ABAIXO:**

1. Texto com, no máximo, 30.000 caracteres.
Textos maiores devem ter a aprovação prévia da redação e do Conselho Editorial. O artigo deve ser enviado por *e-mail* (revisusp@usp.br).
2. O autor deve mandar uma breve nota biobibliográfica que indique onde ensina e/ou pesquisa, sua área de trabalho e principais publicações.
3. Referências bibliográficas devem ser colocadas no texto (sobrenome do autor, ano, página). Os outros dados da publicação devem ser colocados na bibliografia. As notas de rodapé destinam-se a informações ou esclarecimentos adicionais que não podem ser incluídos no texto.
4. Todos os textos devem conter resumo/*abstract* (com, no máximo, mil caracteres) e palavras-chave/*keywords* (com, no máximo, cinco palavras).
5. Textos enviados espontaneamente devem ser inéditos no país. Dados a público previamente, sob forma de palestra, comunicação, etc., deve-se informar em nota à parte. Os artigos serão examinados pelo Conselho Editorial, sendo que a **revistausp** não se responsabiliza pela devolução dos não aprovados ou mesmo pela comunicação aos autores.
6. O autor pode enviar/indicar sugestões de ilustração para seu texto. As fotos devem ter alta resolução (300 dpi) e conter legendas e créditos. Imagens retiradas da Internet não serão aceitas.
7. Para receber os exemplares da **revistausp** a que tem direito, o colaborador deve enviar número de telefone, *e-mail* e endereço.



Assine e receba em casa a publicação de cultura mais completa do país. Você terá a satisfação de ler a cada volume vários textos assinados pelos mais renomados autores em suas áreas. Multidisciplinar e sem preconceitos, a **revistausp** não privilegia esse ou aquele enfoque, esse ou aquele grupo, é aberta a todas as tendências.

Para adquirir uma assinatura anual da **revistausp** (4 edições), basta fazer um depósito em conta (Banco do Brasil - agência 7009-2; c/c 130010-5) em nome da Edusp - Editora da USP, CNPJ 63.025.530/0072-06, no valor de R\$ 70,00 (+ frete). Se você for renovar sua assinatura, ela sai por R\$ 60,00 (+ frete). O preço da revista avulsa é R\$ 20,00 (+ frete). Enviar comprovante de depósito, incluindo o valor do frete, para mariacat@usp.br, juntamente com os dados do assinante (nome/razão social, nome fantasia, CNPJ ou CPF, endereço, Inscrição Estadual/Municipal, telefone, e-mail para envio da nota fiscal).

www.usp.br/revistausp
revisusp@usp.br
(11) 3091-4403

Nosso site pode ser acessado por celular utilizando-se o QR Code que consta na contracapa da revista.

A **revistausp**, publicação trimestral da Superintendência de Comunicação Social da USP, vem sendo editada desde 1989, mantendo sempre a mesma estrutura. A cada número, além da relação dos Dossiês aqui apresentada, temos as seções Textos, Livros e Arte. Abaixo, os números ainda disponíveis.

6 Europa Central	65 20 Anos de Redemocratização	87 Música Brasileira	98 Memória	109 Democracia na América Latina	121 Artes & Letras
7 Tecnologias	66 Ano Internacional da Física	88 Humor na Mídia	99 Futebol	110 Ética e Sociedade	122 Feminismos
33 Aids	72 Ar/Fogo	89 Ciência, Tecnologia e Inovação	100 Educação	111 Música Popular Brasileira na USP	123 Histórias Culturais Transatlânticas
39 Rumos da Universidade	73 Financiamento da Pesquisa no Brasil	90 Marketing Político	101 Justiça Brasileira	112 Americanistas	124 Inteligência Artificial
47 Alternativas para o Século XXI	76 Pensando o Futuro: Ciências Exatas	91 Catástrofes	102 Metrópoles	113 Amazônia Azul	125 Saramago
50 Revista Cinquenta	78 Gestão e Política na Universidade Pública	92 Redes Sociais	103 Clima	114 Interculturalidades	126 Semiótica e Cultura
51 Saúde	80 Bibliotecas Digitais/Bibliotecas Virtuais	93 Caminhos do Desenvolvimento	104 Energia Elétrica	115 Politicamente Correto	127 Ensino Público
54 Os Sertões: Cem Anos	83 Nabuco e a República	94 Semana de Arte Moderna	105 Universidade em Movimento	116 Pós-Verdade e Jornalismo	128 Saúde Pública
55 Revolução Virtual	84 Vinte Anos da Queda do Muro	95 Desafios do Pré-sal	106 Crise Hídrica	117 Copas do Mundo	129 Segurança Pública
62 Cosmologia	85 Balanço da Crise Mundial	96 Alcoolismo	107 Saúde Urbana	119 Direitos Humanos	130 Independências Latino-Americanas
64 Brasil Rural	86 Cibercultura	97 Computação em Nuvem	108 Jogos Olímpicos	120 Religião e Modernidade	

Já está programado o próximo volume: nº 132 – Especial Bicentenário da Independência

Você pode acessar todas as edições da **revistausp** no Portal de Revistas da USP:
www.revistas.usp.br/revusp/